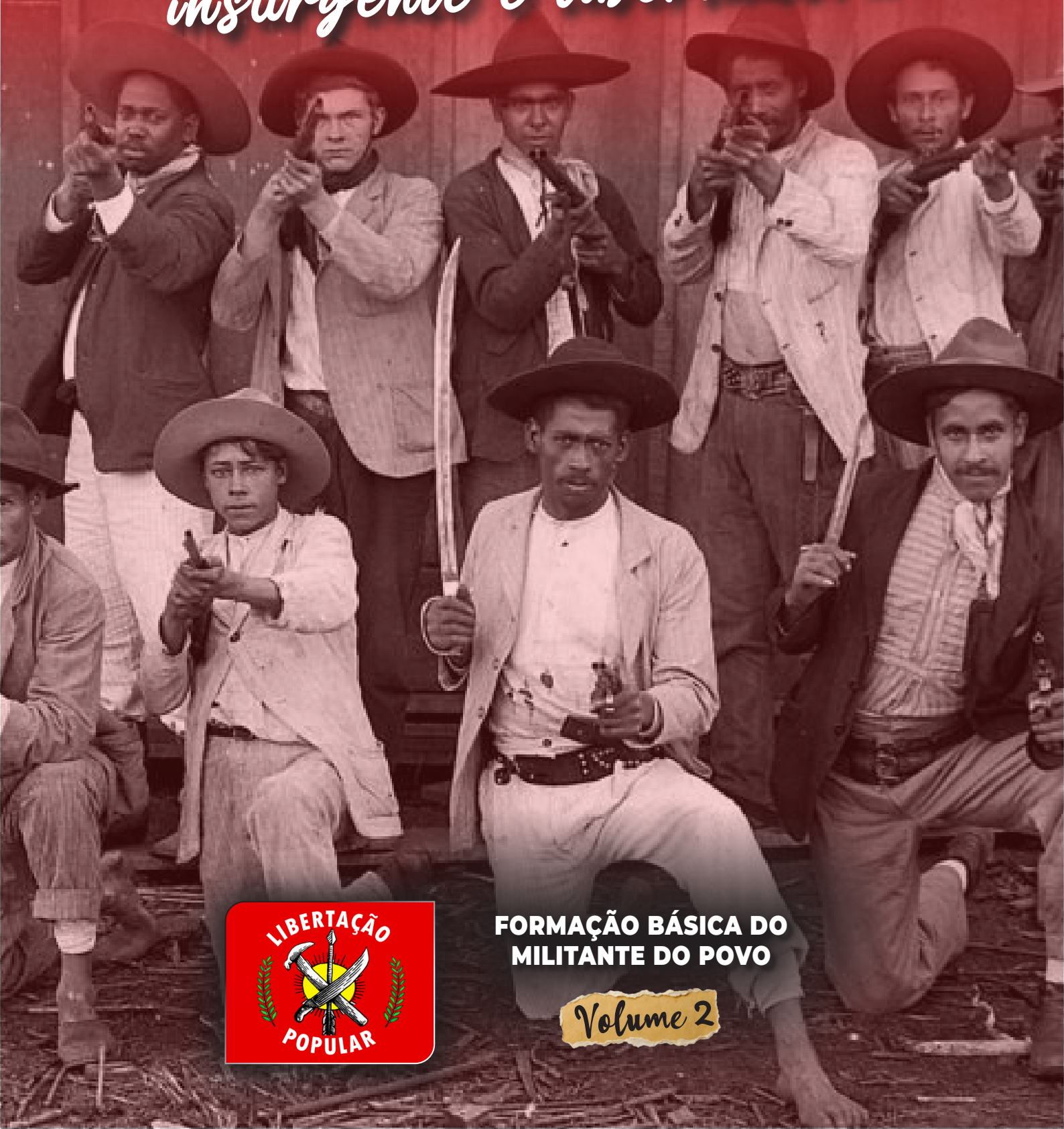


LUTAS E REVOLTAS DO POVO BRASILEIRO

*Nossa tradição popular,
insurgente e libertadora*



**FORMAÇÃO BÁSICA DO
MILITANTE DO POVO**

Volume 2



Cartilha: Formação Básica do Militante do Povo - Lutas e revoltas do povo brasileiro, Volume 2.

Organização e Publicação: Grupo Libertação Popular (GLP).

Brasil, fevereiro de 2026.

GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP

- Email: glp.nacional@inventati.org
- Site: www.oamigodopovo.noblogs.org
- Instagram: [@libertacao.popular](https://www.instagram.com/libertacao.popular)

ÍNDICE

5 APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA

5 I - INTRODUÇÃO: O POVO BRASILEIRO

8 **Conceito de Povo**

Nelson Werneck Sodré

12 **As condições e possibilidades do povo-nação brasileiro**

Darcy Ribeiro

14 II - BRASIL COLÔNIA

16 **A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical**

Clóvis Moura

23 **Palmares: República de homens livres**

Clóvis Moura

32 **Guerra e paz nos trópicos: a Confederação dos Tamoios**

Danilo José Zioni Ferretti

35 **Tiradentes: ontem e hoje**

Ruy Mauro Marini

40 III - BRASIL IMPERÍO

42 **Revolta dos Malês: A grande insurreição dos escravos baianos**

Clóvis Moura

47 **Cabanagem, o povo em armas na Amazônia**

Caderno de formação PSTU

57 IV - REPÚBLICA VELHA ATÉ O PRÉ-GOLPE DE 64

59 **Messianismo e cangaço: a crise do coronelismo**

José de Souza Martins

65 **O Significado Político da Guerra de Canudos**

Clóvis Moura

69

Revolta da Chibata: A rebelião dos marinheiros negros

Elisa Guimarães

72

Sindicalismo e Anarquismo no Brasil: trechos

Alexandre Samis

79

Tenentismo: Os movimentos armados

Nelson Werneck Sodré

83

Centenário da Coluna Prestes: a coluna hoje

Anita Leocadia Prestes

87

O manifesto da Aliança Nacional Libertadora de julho de 1935

Coletivo Cem Flores

91

Os movimentos camponeses e as lutas camponesas

José de Souza Martins

99

V - DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1989)

101

No Dia Seguinte ao Golpe

Jacob Gorender

103

Contagem (MG): A grande greve operária que desafiou o arrocho da ditadura

Antônio Galego

105

Grupos da luta armada no Brasil contra a ditadura militar - verbetes

Thales Fernandes

111

Marighella e a Ação Libertadora Nacional

Jacob Gorender

115

A generosa luta da guerrilha do Araguaia

Clóvis Moura

117

A experiência guerrilheira no Brasil

Abraham Guillén

123

VI - ANEXO: OUTRAS REVOLTAS POPULARES VIRÃO

125

Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018)

Andrey Cordeiro Ferreira

APRESENTAÇÃO

Este segundo Caderno de Formação nasce da necessidade de aprofundar nossa compreensão sobre a história real do povo brasileiro: uma história marcada por exploração, violência, resistência e revolta. Longe de ser uma trajetória passiva, nossa formação social foi construída por lutas coletivas, por levantes populares, por experiências de organização e enfrentamento que atravessam séculos. Como afirmava Miguel Bakunin:

“Isso me basta agora para demonstrar que nosso povo não é uma folha em branco em que qualquer associação secreta pode escrever o que ela bem entender. O povo elaborou, em parte consciente e quase tudo inconscientemente, seu próprio programa, que cada associação deve conhecer, adivinhar, e ao qual terá que conformar-se se quiser vencer.”

Partimos dessa compreensão fundamental: o povo não começa do zero. Sua consciência, sua cultura política, suas formas de luta e seus valores são produtos de uma longa experiência histórica coletiva. Cada quilombo, cada revolta, cada greve, cada organização clandestina, cada levante camponês ou operário deixou marcas profundas na memória popular.

Este caderno busca recuperar essas experiências como fonte viva de aprendizado. Não se trata de estudar o passado por curiosidade acadêmica, mas de compreendê-lo como parte do nosso presente e como base para a construção das lutas futuras.

Ao percorrer desde o período colonial até as insurgências contemporâneas, este material evidencia que a resistência sempre esteve presente: nos povos indígenas,

nos escravizados, nos quilombolas, nos camponeses, nos marinheiros, nos operários, na juventude e nos militantes revolucionários. A história oficial tentou apagar essas trajetórias, substituindo-as por versões que exaltam elites e opressores. Nosso compromisso é resgatar a história vista desde baixo, desde o ponto de vista das massas populares.

Inspirados no pensamento de tantos revolucionários e socialistas compreendemos que nenhuma organização revolucionária pode impor artificialmente um programa às massas. O papel da militância é aprender com o povo, sistematizar suas experiências, fortalecer suas formas de luta e contribuir para que sua energia histórica se transforme em força consciente de transformação social.

Assim, este Caderno de Formação Básica do Militante do Povo - Volume 2 articula teoria, história e prática, buscando:

- Compreender o povo brasileiro como sujeito histórico;
- Valorizar as experiências coletivas de resistência;
- Fortalecer a identidade popular, insurgente e libertadora;
- Preparar militantes capazes de dialogar com a realidade concreta das massas.

Este material é, portanto, um instrumento de formação, organização e luta. Um convite ao estudo coletivo, ao debate crítico e ao enraizamento nas tradições de combate das massas populares do Brasil. Que ele sirva para reafirmar que nossa história é feita de resistência, luta e organização! Porque outras revoltas virão.

E elas nascerão, como sempre, da experiência viva das massas populares em movimento.

Grupo Libertação Popular, fevereiro de 2026.

METODOLOGIA DE FORMAÇÃO

Os textos e fragmentos aqui reunidos foram selecionados entre uma pluralidade de materiais disponíveis sobre o assunto. É importante afirmar que eles não necessariamente pressupõem a concordância total com a linha do Grupo Libertação Popular, mas servem como base para uma leitura crítica, filtrando elementos que podem ser aproveitados ou descartados, subordinando-os aos objetivos programáticos e estratégicos do nosso coletivo e à nossa prática militante.

Leitura Crítica Coletiva

O primeiro passo metodológico desta formação é a leitura crítica dos textos. Ela deve ser feita com o intuito de avaliar o que pode ser útil e o que deve ser superado. Nossa organização, ao longo de sua construção, deve manter o princípio de que é possível aproveitar diversos conteúdos, desde que sejam adequados à nossa realidade e à luta das massas populares. Entretanto, não devemos “engolir” esses textos sem reflexão.

O espaço mais adequado para essa análise será o debate presencial coletivo, onde refletiremos sobre o que deve ou não ser absorvido pela

nossa militância. Cada participante deve anotar o que considerar pertinente, seja como reafirmação de princípios, críticas, dúvidas ou superação de ideias. Não guarde suas reflexões apenas para si.

Etapas da Formação

Esta Formação Básica do Militante do Povo - Volume 2 seguirá os seguintes passos:

1. Todos os textos devem ser previamente lidos por todos os participantes.
2. Pontos importantes devem ser anotados para discussão.
3. O debate iniciará com a apresentação das principais ideias dos eixos por militantes do Grupo Libertação Popular, que devem preparar conjuntamente sua exposição, utilizando recursos didáticos (resumos, slides, vídeos etc.).
4. Após a apresentação, o debate será aberto à intervenção de todos os participantes, buscando um diálogo profundo sobre as questões levantadas.



I INTRODUÇÃO: O POVO BRASILEIRO



Sebastião Salgado, Serra Pelada, 1986.



VIVA O POVO BRASILEIRO

patativa do assaré

*Quando passar a chacina
Que surge de dia a dia
E o tráfico de cocaína
E a real democracia
Seguir os caminhos certos
E os Chicos Mendes libertos
Das balas do pistoleiro
Diremos em nossa terra
Por vales, sertão e serra:
VIVA O POVO BRASILEIRO!*

*O sonho de nossa gente
Foi sempre viver feliz
Trabalhando independente
Em nosso grande país.
Quando o momento chegar
Do nosso Brasil pagar
O que deve ao estrangeiro
O maior prazer teremos
E libertos gritaremos:
VIVA O POVO BRASILEIRO!*

*Quando o artista que tem fama
E ocupa o televisor
Só apresentar programa
De moral, de paz e amor,
Quando o cruel mercenário,
Este monstro sanguinário,
Deixar de ganhar dinheiro
Pra matar seu semelhante
E não houver assaltante,
VIVA O POVO BRASILEIRO!*

*Quando o infeliz agregado
Se libertar do patrão
Para viver sossegado
No seu pedaço de chão;
Quando uma reforma agrária
Que sempre foi necessária
Para o caboclo roceiro
For criada e registrada
Em nossa Pátria Adorada
VIVA O POVO BRASILEIRO!*



INDICAÇÃO DE FILME: O Povo Brasileiro. **Direção:** Isa Grispin Ferraz. **Onde ver:** canal do Youtube da Editora Lampião. **Sinopse:** É uma série documentário baseada no livro do antropólogo Darcy Ribeiro. Aborda as matrizes Tupi, Luso e Afro no singular processo de formação do povo brasileiro.

Conceito de Povo

Nelson Werneck Sodré. Capítulo 1 do Livro “Quem é o Povo no Brasil”, 1962, Cadernos do Povo Brasileiro, Editora Civilização Brasileira.

Poucas palavras têm um emprego tão frequente quanto a palavra povo. Na linguagem, nenhuma a excede em uso. “Vontade do povo”, “interesse do povo”, “defesa do povo”, são expressões correntes, repetidas por quantos falam e escrevem. Como o ato político por excelência, nas democracias do tipo do Brasil, é o ato eleitoral, - quando são escolhidos os “representantes do povo”, - a realização desse ato, dos preliminares à apuração de resultados, corresponde a um período em que o consumo da referida palavra é mais intenso: todos os interessados dizem dirigir-se ao povo, apela para o povo, proclama os direitos do povo.

Esse uso imoderado, embora natural nas condições em que vivemos, por parte de pessoas as mais variadas, e dirigindo-se, também, aos grupos mais variados, deu à palavra povo uma significação tão genérica que a despojou de qualquer compromisso com a realidade. Na boca ou na pena dos homens públicos, hoje, - e claro está que isso não acontece somente no Brasil -, povo é uma abstração. Cada um é livre de atribuir à palavra povo o significado que bem imaginar. E, particularmente, incluir-se em pessoa naquilo que imagina ser o povo. Mesmo na linguagem política, - e é no plano político que o seu uso tem importância, - aquela palavra mágica, refrão a que todos se apegam, fórmula para todos os problemas, sésamo para todas as portas, não tem limitações, contorno, características.

Expressa, de modo vago aliás, todos os que participam da vida política, e mesmo a maioria dos que dela não participam. Ninguém aceitaria a sua própria exclusão do campo a que se aplica o letrado povo. Todos se consideram povo. Uma secreta intuição, entretanto, faz com que cada um se julgue mais povo quanto mais humilde a sua condição social: é este um título, aliás - e o único, - de que os desfavorecidos da sorte não abrem mão. Eles nada possuem, mas por isso mesmo orgulham-se de ser povo. Esse orgulho corresponde, espontaneamente, ao sentido da definição que liga o conceito de povo à situação econômica dos grupos, camadas ou classes sociais.

Algumas correntes, realmente, interpretando os fatos políticos, identificam o povo com os trabalhadores, e admitem que os trabalhadores constituem as massas populares, ou a sua maiorias, sendo desprezíveis, no conjunto daquelas massas, os não trabalhadores. Outros,

mais rigorosos, aceitam como trabalhadores e, consequentemente, como povo, apenas os produtores de bens materiais. É verdade, sem dúvida, que, em todos os tempos, em todas as fases históricas, e ainda hoje, na fase histórica que estamos vivendo, as massas populares abrangeram, e abrangem, camadas muito variadas da população, nelas compreendidas as que não produziam, e não produzem, bens materiais, e até mesmo aquelas que se distinguem pela circunstância de aproveitar o trabalho alheio para se diferenciar das outras.

A ideia de que o povo é constituído apenas pelos produtores de bens materiais é uma inequívoca limitação, na grande parte dos casos, - no caso do Brasil, por exemplo. Há trabalhadores, na sociedade brasileira, e na sociedade de todos os países, que não podem ser englobados entre os produtores de bens materiais e, entretanto, pertencem ao povo. Os empregados não produzem bens materiais, nem os funcionários, nem os intelectuais. Seria justo excluí-los do conceito de povo? Parece que não. Por aí vemos que o critério econômico restrito não pode servir de base a uma conceituação aceitável e justa. Outros critérios, mais amplos, que englobam entre os trabalhadores também aqueles que realizam um trabalho útil à sociedade, e não apenas um trabalho que resulte na produção de bens materiais, seriam mais justos, sem qualquer dúvida. Mas não levariam ainda a um conceito exato de povo.

Antes do exame de um critério que possa levar a um conceito de povo, é importante assinalar que um conceito de povo não pode ser definido senão considerando as condições reais de tempo e de lugar. Povo, hoje, no Brasil, não é o que era há um século; não é na China. A composição dos grupos, camadas e classes que constituem o povo muda ao longo do tempo, e varia de país em país, de nação em nação. Dentro de um mesmo país, a referida composição muda conforme a sociedade evolui: é pacífico que o operário brasileiro faz parte do povo, hoje. Mas há cem anos não havia operários, no Brasil. Isto significa que não havia povo? Parece que não.

Povo, há cem anos, era uma coisa, entre nós; hoje é outra. Há cem anos, faziam parte do povo grupos, camadas e classes que, hoje, não fazem parte do povo. Uns continuam a existir, a ter um papel, mas deixaram de fazer parte do povo; outros se extinguiram, e por isso

deixaram de fazer parte dele; terceiros surgiram mais tarde, e passaram a fazer parte do povo ou não passaram, conforme o papel social que desempenham. O conceito de povo evolui, portanto, muda conforme a sociedade muda. Mas é certo que tais mudanças não são arbitrárias e acidentais; e por isso há sempre critérios justos para se definir o conceito exato de povo em cada fase distinta.

Há, evidentemente, em todos os tempos, população e povo. Os dois termos designam a mesma coisa apenas na fase inicial da história humana, a da comunidade primitiva, quando não existem classes: o povo é então toda a população. A divisão do trabalho assenta em condições naturais e não em condições sociais; assenta nas condições de sexo e idade: o homem realiza determinado trabalho; a mulher, outro; o velho, outro. É uma divisão natural: não torna alguns elementos mais ricos do que os outros, nem mais poderosos. Mas quando a sociedade se desenvolve, surgem as classes sociais e, com elas, a divisão social do trabalho: uns trabalham, outros usufruem do trabalho alheio. A partir desse momento povo já não é o mesmo que população: os termos começam a designar coisas diferentes. E não há, a partir de então, critério objetivo para definir o conceito de povo que não esteja ligado ao conceito da sociedade dividida em classes.

Dáí por diante, até os nossos dias, povo será um conjunto de classes (ou camadas, ou grupos), ficando outras classes, (ou camadas, ou grupos) excluídas do conceito. Mas como as classes não são fixas e estáticas, e a situação de umas em relação às outras também muda, povo não significa sempre a mesma coisa, isto é, não tem sempre a mesma composição social, não agrupa sempre as mesmas classes. O conceito de povo, pois, – histórico como todos os conceitos, – não coincide com o de população. O vazio, o abstrato de que se reveste, no nosso tempo, na linguagem política usual, deriva da tendência a confundir o verdadeiro, justo e exato sentido do termo. A insistência na confusão visa a sonegar a realidade, esconder o fato de que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de povo. Em cada fase histórica este conceito tem determinado conteúdo, refletindo a estrutura social vigente e na dependência das condições econômicas imperantes.

Nos fins do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Francesa, o povo compreendia a burguesia, que usufruía o trabalho alheio, e os trabalhadores, da cidade e do campo, além de camadas intermediárias; a nobreza feudal, contra cuja dominação se levantaram aquelas classes, não fazia parte do povo. Analisando a revolução de 1848, na Alemanha, ocorrida meio século depois, um historiador mencionaria, com justeza, que a contrarrevolução temia “o povo, isto é, os trabalhadores e a burguesia democrática”. Na revolução russa de 1905 participa, como parte do povo, a burguesia rural, que

detém, na época, segundo os dados da propriedade, a metade das forças produtivas no campo. Na luta contra o tzarismo, para derrocar a autocracia, participam, segundo um intérprete fiel, como forças capazes de conquistar a vitória decisiva, “o proletariado e os camponeses, desde que consideremos as forças essenciais e distribuamos a pequena burguesia agrária e urbana (que faz parte também do povo) entre uns e outros”.

Em diferentes fases históricas e em diferentes países, portanto, o conceito de povo corresponde a diferentes agrupamentos de forças sociais. Há uma composição específica para cada situação concreta; não uma situação eterna e imutável; o povo não é a mesma coisa em diferentes situações históricas. Mas, evidentemente, encontra-se um traço geral, permanente, que atravessa a história e se repete em cada lugar, algo que existe em qualquer tempo e em qualquer lugar, quando se trata de povo e se procura definir o conceito, para compreender o papel dessa força social na vida política. Esse traço é o seguinte: *em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário.*

As classes compreendam as parcelas da população que, por sua situação objetiva, tem interesses comuns a defender, na decorrência do “lugar que ocupam em um sistema de produção social, historicamente determinado pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que, em grande parte, ficam estabelecidas e formalizadas nas leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção em que percebam a parte da riqueza social de que dispõem”. As classes são produto da história, e o lugar que ocupam é também historicamente condicionado. A história humana não passa do desenvolvimento das classes, das lutas e das mudanças nas relações entre elas. Em cada fase histórica, pois, em condições determinadas, certa classe, ou certas classes, agrupam-se num conjunto que se conhece como povo, e só é válido para tal fase.

Povo, assim, é algo que escapa à confusão e à abstração da linguagem retórica, cujo fim, consciente ou inconsciente, está em obscurecer o sentido concreto e o conteúdo social do conceito. Sua indiscriminação tem sentido demagógico evidente, em contraste com aquele conteúdo e com todas as formas de que se reveste. Numa sociedade dividida em classes, a população se reparte em classes dominantes, exploradoras, de um lado, e classes dominadas, de outro, aquelas que as primeiras oprimem, exploram e privam de direitos, inclusive e principalmente dos direitos políticos. Realizam essa exploração, entretanto, afirmando sempre que representam o povo. Estão interessadas, pois, em que o conceito de povo seja vago, arbitrário e confuso. Tão confuso que englobe exploradores e explorados.

A essa ambiguidade, que impede distinguir entre população e povo, junta-se outra, que impede distinguir entre nação e povo, conceitos que se referem também a coisas diferentes. Frequentemente, no que se refere a problemas internos, mas também no que se refere a problemas externos, ou de política exterior, as classes dominantes, que se dizem povo, afirmam, ao decidir sobre aqueles problemas segundo os seus interesses de classe, que o fazem em defesa dos interesses “nacionais”, na preservação dos direitos “nacionais”, e repetem amiúde a expressão “tradições nacionais”. Confundem, assim, os seus interesses com os interesses nacionais e supõem encarnar a vontade nacional, isto é, a vontade do povo. As classes dominantes, entretanto, inclusive porque minoritárias, não representam o povo, no geral, e nem sempre representam a nação, embora detenham o poder, dominem o Estado e proclamem a sua identidade com o que é nacional. Existe o deliberado propósito de confundir todas as classes e os seus interesses, como se estes fossem comuns e idênticos em todos os problemas, e a classes que detêm a representação política fosse apenas a intérprete de todas as classes porque com interesses idênticos aos de todas elas.

É exato que em alguns casos, – e só o exame de situações concretas permitiria distinguir bem as características de cada um – as classes dominantes realizam o que é do interesse da maioria das classes, ou das classes majoritárias, mas isso não é uma regra e está longe de ser a regra. Acontece sempre, entretanto, quando o interesse da classe dominante é também defendido, preservado ou mantido. A Independência do Brasil foi um problema político que uniu as classes sociais brasileiras: realizando-a, a classe dominante de então representou o desejo e o interesse das demais, mas também o seu particular desejo e interesse. Logo em seguida, entretanto, ao empolgar o poder, deixou de representar o interesse de todas as classes, porque organizou o Estado de acordo com os seus interesses, exclusivamente. Ninguém pode sustentar que o interesse de um senhor de engenho da época fosse idêntico ao de seus escravos. Bastaria o fato de ser, um, proprietário de escravos e os outros, escravos, para tornar claro o antagonismo de interesses. Ao realizar a Abolição, a classe dominante teve também o apoio das classes dominadas, no Brasil, mas realizou-a quando lhe convinha como classe. São casos em que os interesses de um grupo aparecem como interesses comuns, e a classe dominante representa a nação, ao decidir por ela, porque representa, eventualmente, a vontade da maioria, embora seja, em número, minoria, e não tenha a posse do poder por vontade da maioria.

Mas, na maior parte dos problemas, e nos problemas fundamentais, o interesses das classes é divergente, quase sempre antagônico, e as decisões tomadas pela

classe dominante e apregoadas como do “interesse nacional” são, na realidade, única e exclusivamente, do seu interesse de classe, ferindo o interesse das classes dominadas, inclusive privadas do direito de protestar contra isso ou, de qualquer maneira, do direito de fazer prevalecer os seus interesses. Há manifesta ambiguidade, politicamente determinada, no fato de investir-se a classe dominante do papel nacional, de defensora do “interesse nacional”. No caso brasileiro, essa ambiguidade se concretiza, por exemplo, quando a classe dominante exclui do direito de representação política extensas parcelas do povo, sob pretexto de serem constituídas por analfabetos; quando impõe tributos que oneram vencimentos e salários, tornando extremamente difícil a vida dos trabalhadores e da pequena burguesia; quando prefere aliar-se a forças estrangeiras, para defender os seus privilégios, temendo o povo mais do que àquelas forças, e por isso mesmo negando a essência do que é nacional.

Em política, como em cultura, só é nacional o que é popular. A política da classe dominante não é nacional, nem a sua cultura. Povo e nação não são a mesma coisa, na fase atual da vida brasileira, mas esta é uma situação histórica apenas, diferente de outras, uma situação que se caracteriza pelo fato de que as classes que determinam, politicamente, os destinos do país e lhe traçam os rumos, tomam as decisões em nome da “nação”, mas não pertencem ao povo, não fazem parte do povo. Interpretando uma fase da vida peruana, em conferência de 1888, um escritor daquele país disse: “Não formam o verdadeiro Perú os agrupamentos de criollos e estrangeiros que habitam a faixa de terra situada entre o Pacífico e os Andes; a nação é formada pelas multidões de índios disseminadas na banda oriental da cordilheira”. No Brasil, naquele ano de 1888, o da Abolição, seria considerado a sério quem afirmasse coisa análoga, que a nação era formada pelos negros libertos, pelos mestiços, pela massa de camponeses, pelos que de forma alguma participavam do poder, ou mesmo da representação, e de forma alguma participavam das decisões nacionais?

A norma de arrogarem-se as classes dominantes o direito de apresentarem-se como povo e como nação está profundamente ancorada na história. E que, até os nossos tempos, todas as revoluções, isto é, todos os grandes movimentos que alteraram a situação das classes sociais umas em relação às outras, consistiram em derrocar o domínio de determinada classe, que cumprira a sua missão histórica, substituindo-a por outra, que vinha em ascensão. Eram revoluções que substituíam uma minoria por outra minoria, e esta outra assumia o poder, dominava o Estado e transformava as instituições, amoldando-as aos seus interesses; era o grupo que se capacitara para o domínio e que exercia o domínio, tendo sido chamado ao domínio pelas condições de desenvolvimento econômico.

Por isso, e somente por isso, quando da derrocada de uma classe minoritária historicamente superada, a classe minoritária historicamente nova conseguia a cooperação das classes majoritárias, ou, pelo menos, a sua aceitação pacífica. A forma comum dessas revoluções consistia em serem, todas, revoluções de minorias. A maioria se colocava, consciente ou inconscientemente, a serviço da minoria ascensional, e o conjunto novo que forçava a mudança (classe minoritária ascendente mais as classes majoritárias dependentes) constituía, para efeito daquela transformação histórica, o povo. E isso permitia à classe minoritária ascendente a norma de falar, no poder, em nome do povo, como se, realmente, o representasse.

Cada nova classe que passava a ocupar o poder em lugar de outra, também minoritária, via-se obrigada, pela necessidade política, para alcançar os fins a que se propunha, para defender os seus interesses, a apresentar esses interesses não como seus apenas, mas como os interesses comuns de toda a sociedade, os interesses do povo. E expressava esses interesses em termos ideais, apresentava as suas formulações e teorias revestidas do caráter de generalidade, as suas normas como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta e até do condão da eternidade. E moldava a vida social de forma conveniente, definindo como sagrados os seus interesses, fixados como se fossem da totalidade, protegendo-os com a lei e com a força, e tentando protegê-los ainda pelo costume; e definindo como crime tudo o que atentasse contra os seus interesses, punindo e perseguindo os que o cometiam, ou apenas punham em dúvida o seu caráter sagrado e eterno.

Mas, na realidade, nada é eterno, e o sagrado de hoje pode ser o sacrílego de amanhã. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas pelas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Chegou o tempo em que as revoluções sociais só podem ocorrer com a participação das massas, isto é, das classes majoritárias, até aqui caudatárias das classes em minoria; chegou o tempo em que não há revolução social sem participação do povo, não como alavanca de minorias, mas compreendendo os motivos de sua participação e exigindo função dirigente que lhe compense os sacrifícios. Estamos, pois, vivendo a última fase histórica em que uma classe dominante minoritária pode arrogar-se o direito de se incluir entre o povo, de afirmar que defende os interesses do povo quando na verdade defende apenas os seus interesses, de apresentar-se como intérprete de todas as classes, de definir-se como nação. A eternidade dos sistemas políticos já não é aceita por ninguém. Quando a humanidade alcança o desenvolvimento a que chegamos em nosso tempo, admitir como final determinado sistema político seria negar o progresso humano; seria o mesmo que admitir que os nossos conhecimentos chegaram à plenitude, constituem o fim dos conhecimentos. Seria negar a própria ciência.

Claro que há sempre um pensamento conservador, alimentado pela classe dominante minoritária, em afanosa busca de eternidade para a sua dominação e obrigada a explicá-la e a justificá-la. Isto acontece porque, frequentemente, as ideias se atrasam em relação à realidade: o conhecimento humano é condicionado pela ordem social e, portanto, entravado quando existem forças que buscam eternizar-se no poder. Conservadores são aqueles que não verificam quanto o processo histórico avançou objetivamente e quanto os seus conhecimentos estacionaram em situações precedentes. A separação entre a teoria e a prática social leva, finalmente, à perda de crédito, apesar do amplo e complexo aparelho de difusão de ideias e de conceitos. Quando a realidade nega objetivamente a validade de conceitos, conhecimentos, ideias e doutrinas, sua vigência está irremediavelmente condenada e não há propaganda capaz de salvá-la. Ora, a realidade política do mundo atual nega a eternidade do sistema em que as classes minoritárias se apresentam como povo, e aponta o seu fim generalizado e próximo. A realidade política do mundo atual afirma a presença do povo na história, como força motriz do desenvolvimento humano. E isso acontece porque o povo tomou conhecimento e consciência da necessidade de afirmar os seus direitos e defender os seus interesses, atingindo, portanto, à liberdade. Chegou à consciência da necessidade, que define a liberdade, após prolongado processo histórico, mas em condições diversas conforme cada país.

Todo país tem sua estrutura social peculiar, em dada fase histórica: as classes dominantes não são as mesmas em todos os países; as classes que constituem o povo também não são as mesmas. Para se definir o conteúdo do conceito de povo é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada e segundo as condições concretas de cada caso, tomando como base a divisão da sociedade em classes. E é preciso não esquecer que o desenvolvimento social e o que se conhece, no curso desse desenvolvimento, como revolução, faz com que a composição das classes, e consequentemente a composição do povo mudem constantemente.

Compondo-se de classes, camadas e grupos diferentes, o povo apresenta contradições internas. Admiti-lo como formando uma unidade é pura ilusão. Distinguir essas diferentes classes, camadas e grupos, e compreender as suas contradições não significa, entretanto, isolar umas das outras, mas situá-las devidamente. O critério justo sobre o conceito povo ajuda a compreender o papel das massas na história, particularmente na fase atual, e situa devidamente o complexo processo de desenvolvimento por que passam países como o Brasil, em que profundas mudanças estão ocorrendo e em que o mais importante aspecto do que é novo está, precisamente, na presença do povo na vida política. ■

As condições e possibilidades do povo-nação brasileiro

Este texto é um extrato da Introdução ao livro O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil escrito por Darcy Ribeiro e publicado em 1995.

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável.

Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente.

A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos. Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural. A façanha que representou o processo de fusão racial e cultural é negada, desse modo, no nível aparentemente mais fluido das relações sociais, opondo à unidade de um denominador cultural comum, com que se identifica um povo de 160 milhões de habitantes, a dilaceração desse mesmo povo por uma estratificação classista de nítido colorido racial e do tipo mais cruamente desigualitário que se possa conceber.

O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”,

raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos. Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram

ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alternidade. O povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de serem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis.

Essa alternidade só se potencializou dinamicamente nas lutas seculares dos índios e dos negros contra a escravidão. Depois, somente nas raras instâncias em que o povo-massa de uma região se organiza na luta por um projeto próprio e alternativo de estruturação social, como ocorreu com os Cabanos, em Canudos, no Contestado e entre os Mucker.

Nessas condições de distanciamento social, a amargura provocada pela exacerbação do preconceito classista e pela consciência emergente da injustiça bem pode eclodir, amanhã, em convulsões anárquicas que conflagrem toda a sociedade. Esse risco sempre presente é que explica a preocupação obsessiva que tiveram as classes dominantes pela manutenção da ordem. Sintoma peremptório de que elas sabem muito bem que isso pode suceder, caso se abram as válvulas de contenção. Daí suas “revoluções preventivas”, conducentes a ditaduras vistas como um mal menor que qualquer remendo na ordem vigente.

É de assinalar que essa preocupação se assentava, primeiro, no medo da rebeldia dos escravos. Dada a coloração escura das camadas mais pobres, esse medo racial persiste, quando são os antagonismos sociais que ameaçam eclodir com violência assustadora. Efetivamente, poderá assumir a forma de convulsão social terrível, porque, com uma explosão emocional, acabaria provavelmente vencida e esmagada por forças

repressoras, que restaurariam, sobre os escombros, a velha ordem desigualitária.

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de liberação que elas ensejam. O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contra-revoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história.

Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela

classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força. ■



Luta dos entregadores por aplicativo



II BRASIL COLÔNIA



Canção do Tamoio

gonçalves dias

*Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida: Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos,
Só pode exaltar.*

*Um dia vivemos!
O homem que é forte
Não teme da morte;
Só teme fugir;
No arco que entesa
Tem certa uma presa,
Quer seja tapuia,
Condor ou tapir.*

*O forte, o cobarde
Seus feitos inveja
De o ver na peleja
Garboso e feroz;
E os tímidos velhos
Nos graves conselhos,
Curvadas as fronte,
Escutam-lhe a voz!*

*Domina, se vive;
Se morre, descansa
Dos seus na lembrança,
Na voz do porvir.
Não cures da vida!
Sê bravo, sê forte!
Não fujas da morte,
Que a morte há de vir!*

*E pois que és meu filho,
Meus brios reveste;
Tamoio nasceste,
Valente serás.
Sê duro guerreiro,
Robusto, fragueiro,
Brasão dos tamoios
Na guerra e na paz.*

*Teu grito de guerra
Retumbe aos ouvidos
D'imigos transidos
Por vil comoção;
E tremam d'ouví-lo
Pior que o sibilo
Das setas ligeiras,
Pior que o trovão.*

*E a mãe nestas tabas,
Querendo calados
Os filhos criados
Na lei do terror;
Teu nome lhes diga,
Que a gente inimiga
Talvez não escute
Sem pranto, sem dor!*

*Porém se a fortuna,
Traindo teus passos,
Te arroja nos laços
Do inimigo falaz!
Na última hora
Teus feitos memora,
Tranquilo nos gestos,
Impávido, audaz.*

*E cai como o tronco
Do raio tocado,
Partido, rojado
Por larga extensão;
Assim morre o forte!
No passo da morte
Triunfa, conquista
Mais alto brasão.*

*As armas ensaia,
Penetra na vida:
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate,
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar.*



Cunhabembe, o líder da Confederação dos Tamoios.



INDICAÇÃO DE FILME: *Quilombo* (1984). **Direção:** Cacá Diegues. **Onde ver:** canal do Youtube da Editora Lampião. **Sinopse:** Ganga Zumba se torna o líder do Quilombo de Palmares. Mais tarde, Zumbi, contesta suas ideias conciliatórias, enfrentando o maior exército da história brasileira.

A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical

Clóvis Moura, 2001. Fonte: www.marxist.org

O quilombo era uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial que constituía a sociedade maior e institucionalizada. O seu agente social era o negro-escravo inconformado que traduzia esse sentimento no ato da fuga. Este era o primeiro estágio de consciência rebelde, obstinada e que já expressava e refletia um protesto contra a situação em que estava submerso. O **negro fugido** era o rebelde solitário que escapava do cativeiro. O segundo estágio era a socialização desse sentimento, e, em consequência, a sua organização com outros negros fugidos em uma comunidade estável ou precária. Era, portanto, a passagem, no nível de consciência, do **negro fugido** para o do **quilombola**. O seu protesto solitário adquiria um sentido social mais abrangente e já se expressava em atos de interação coletivos. O quilombola era, portanto, um ser social com uma visão menos fragmentária da necessidade de negar coletiva e organizadamente o instituto da escravidão.

Historicamente o quilombo aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais do escravo em todas as partes em que a sociedade latifundiário-escravista se manifestou. Era a sua contrapartida de negação. Isto se verificava à medida em que o escravo passava de negro fugido a quilombola.

Esses núcleos de ex-escravos remanipulavam assim os seus valores culturais ancestrais e a experiência empírica adquirida no trabalho das *plantations*, dando-lhes um novo conteúdo. Isto é: transformando-o em trabalho livre. E com isto imprimia um selo de negação ao trabalho executado no quilombo em confronto como trabalho executado nas fazendas escravistas. Era, portanto, uma negação total no seu universo existencial e de trabalho que se verificava ao transformar-se em quilombola. Tudo isto se refletirá na nova organização sociopsicológica do agente rebelde, a qual se expressará numa dinâmica oposta àquela do escravo pois refletirá um nível de reflexão coletiva que era oposta à reflexão que ele tinha na condição anterior.

O quilombola era, portanto, um ser novo, contraposto ao escravo e que somente enquanto quilombola podia assim pensar e sobretudo agir. O interior quilombola tinha, por isto mesmo, como unidade permanente o anseio de conservar a liberdade conquistada quando objetiva e subjetivamente negou a ordem escravista e consequentemente a sua condição de escravo. Era, portanto, um ser para si no nível em que se reconhecia e se reencontrava na negação dessa ordem.

O quilombo tinha portanto como justificativa de existir essa resistência radical por parte do ser escravizado, era um módulo de protesto organizado, o qual variava de tamanho e de particularidades, região, detalhes, etc. Mas a sua substantividade se expressava na negação do sistema.

Dai podermos ver como ele irá se organizar de forma mais ou menos uniforme naquilo que tinha de singular: resistir ao cativeiro criando um espaço livre. Um território no qual as relações entre os homens não tinham outra hierarquização senão aquela necessária para defender aquilo que os unia: a liberdade. Os status de prestígio quer políticos, religiosos ou militares eram concedidos coletivamente àqueles que aceitavam o mandato da comunidade para defendê-la, organizá-la e protegê-la, mas todos formando uma unidade que garantia a harmonia interna capaz de dinamizá-la e unir as suas forças contra os invasores. A invasão significava ameaça e negação da ordem quilombola (livre) e a restauração da escravidão.

O quilombo tinha, no seu interior, elementos em comum com a sociedade abrangente, especialmente com os seus segmentos e grupos oprimidos. Um deles era a produção. Nas áreas em que ele se instalava podia haver diferenças regionais dos gêneros produzidos, especialmente no setor agrícola. Dai muito da produção quilombola criar os gêneros produzidos nos engenhos. Mas, se, de um lado, eles plantavam esses gêneros a coisa muda substancialmente de figura se analisarmos como eles eram produzidos. Porque o mesmo gênero que era produzido nos engenhos e fazendas através

do trabalho compulsório do escravo, no quilombo era produzido de forma comunitária, com uma nova divisão interna do trabalho de acordo com a condição de homens livres. A mesma coisa podemos dizer sobre os demais gêneros produzidos pelos senhores de engenhos (ou outra classe social detentora do poder regional) e aqueles produzidos nos quilombos. Essa diferenciação da forma de se produzir internamente — trabalho escravo, em um trabalho livre comunitário, em outro — determinou o comportamento e a dinâmica interna da fazenda escravista e do quilombo. Eram dois universos antagônicos que se defrontavam em todos os níveis estruturais sem que isto, no entanto, impedisse de haver formas de interação entre esses dois universos. Se o universo escravista tentava obter do segundo a reconquista dos escravos perdidos e estabelecia, para isto, relações conflituosas e violentas cujo ponto-limite eram as expedições punitivas, o universo quilombola interagiu com a sociedade através de várias formas. A primeira era pacífica, através do contato com os escravos dos engenhos, pequenos sitiantes, vadios das estradas e desclassificados em geral, dos quais obtinham informações, víveres complementares, armas, pólvora e outros: a segunda era semipacífica (com atritos variáveis) com sitiantes, escravos recalcitrantes de se incorporarem ao quilombo e outros membros da população flutuante que habitavam o território escravista. A terceira era a que existia entre o universo escravista e o universo quilombola, o qual mantinha com ele um tipo de relacionamento conflitante. Era aquele que existia entre o quilombo e os representantes do latifúndio escravista: senhores de engenhos, fazendeiros, autoridades coloniais e os seus segmentos armados, milícias, capitães-do-mato e mercenários (bandeirantes e chefes de “terços”). A mais importante função social do quilombo era portanto esta: uma ruptura radical, em todos os níveis, com o sistema colonial-escravista, os seus representantes, a sua economia e os seus valores raciais e ideológicos. Este era o seu papel: a negação quer pelo conflito armado, quer pela competição de dois modos de produção (o escravista e o do trabalho livre) e dos seus valores ideológicos. Do ponto de vista sociológico representavam essa ruptura, mesmo quando eram muito pequenos. Mas, no seu espaço o trabalho escravo era um anacronismo. Antecipava-se, assim, o quilombo à formação de sociedades livres em toda aquela área que se convencionou chamar de Afro-América e que eslava incluída no Sistema Colonial. A sua geografia — e referimo-nos à sua geografia política — delimitava um universo excludente, mesmo que não formalmente estabelecido. O quilombo, portanto, só pode ser explicado e compreendido se visto na sua totalidade de negação radical ao sistema. Somente assim

ele se justifica e tem função no processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

O quilombo podia se formar de diversas maneiras, mas após formado, o comportamento dos seus membros era o mesmo: organizar-se para a resistência social. Mesmo quando mudava de local, ao ser descoberto, o quilombo carregava consigo a sua irredutibilidade social que era o trabalho livre no próprio centro da sociedade escravista. As diversas formas que adquiriu durante o tempo da sua existência aconteciam para melhor desempenhar o seu papel de negação. Assim, as diversas estruturas internas que ele montou, nos diferentes sítios em que se instalou, ou nas diversas épocas em que existiu, perseguiam o mesmo objetivo.

O quilombo como entidade radical

O quilombo caracterizava-se basicamente pela sua conotação radical, como expressão de radicalidade diante do escravismo. Essa radicalidade vem da própria essência da sociedade escravista. Nela não pede haver posição de negação a não ser se ela for radical. O escravo — ao negá-la — só podia fazê-lo radicalmente. Ele tem de passar subitamente da condição de coisa à homem livre. O escravismo não lhe dá a oportunidade do meio-termo. Por isto, essa passagem no sistema tem de ser radical. Para ele não há possibilidade de uma meia posição. E por isto é que somente negando radicalmente o escravismo na sua essência ele adquire a condição de homem livre. O quilombola é o homem que adquire, pela sua posição radical, a sua liberdade, ele não pode ser meeiro, camponês, posseiro ou arrendatário. Só pode ser homem livre ou escravo. Sociologicamente essa radicalidade surge da impermeabilidade do sistema escravista para com o escravo. É somente no quilombo que ele adquire a cidadania. No nível de posse da terra o quilombola também tem de ser radical. Não pode comprá-la, arrendá-la ou mesmo alugá-la. Tem por isto de desapropriá-la, ocupá-la através de um ato radical pela violência muitas vezes. A terra, o espaço quilombola, é um reduto livre que também nega o sistema de propriedade escravista. E tem de manter a posse desse território através do radicalismo social em face das tentativas da ordem escravista de reavê-lo. O território quilombola é também uma negação dialética do tipo de propriedade legal no escravismo. A mesma coisa podemos dizer do ponto de vista político. O quilombo é um reduto que expressa a sua radicalidade através da formação de um outro poder: o Poder quilombola. Somente assim o quilombo poderá ser governado. Socialmente o quilombo também é uma expressão de radicalidade. Ele não reproduz o tipo de propriedade, família e distribuição de renda de acordo com o sistema

escravista. Pelo contrário. Economicamente o seu sistema de trabalho, executado por homens livres é outra negação ao trabalho escravo praticado nos engenhos, nos latifúndios e fazendas. Além disto, é também uma negação à monocultura de exportação, produzindo uma policultura para o consumo. Em todos os níveis da sua estrutura, portanto, o quilombo expressa essa radicalidade de negação à ordem social escravista, suas instituições e valores.

Dentro da ordenação social, econômica, cultural e jurídica do modo de produção escravista não há probabilidades de uma mobilidade social massiva que permita a passagem do escravo a cidadão pleno a não ser pela violência se excluirmos as alforrias (irrelevantes do ponto de vista de deslocamento de classes no poder), violência física, social e militar de enfrentamento com os outros agentes de controle do sistema. Era ser senhor ou ser escravo e para o escravo não havia outra possibilidade de ser cidadão, ou melhor, homem livre.

Qualquer acordo entre o senhor e o escravo dentro do sistema escravista tinha de partir do reconhecimento do direito do senhor em relação ao escravo que não tinha nenhum. Era a partir daí que os possíveis acordos eram montados, isto é, o escravo tinha de reconhecer a sua condição estrutural escrava. As discussões possíveis eram de ordem adjetiva (melhor tratamento, favores pessoais para certas categorias de escravos, uso da terra do senhor, etc.) mas substantivamente o direito do senhor era inalienável.

E somente o quilombola, ao fugir para as matas, subtraindo-se do poder do senhor negava objetivamente este direito.

O escravo só poderá, portanto, reencontrar-se como homem, restabelecer a sua interioridade, a sua subjetividade integralmente a partir do momento em que não apenas recusa-se ao trabalho, mas recusa-se juntamente com outros, coletivamente, socialmente através da organização de um território livre. É a partir deste momento que o escravo restabelece a sua plenitude humana que lhe foi socialmente negada pela força, pela coerção econômica e extraeconômica, pela violência. Na sua totalidade, por isto, o quilombo é uma instituição radical, negando social e economicamente o regime escravista. Nega-o na medida em que cria e recria uma unidade de protesto social e cultural restabelecendo a cidadania confiscada do escravo. É portanto, um universo que só se mantém e prospera se mantiver essa radicalidade permanente, pois o acordo com o sistema escravista, é um passo para a sua reescravização. Fora da situação radical de quilombola, o escravo só chegava no máximo a ser liberto⁽¹⁾, isto é, um súdito do sistema escravista, obrigado a prestar-lhe obediência (vassalagem). Somente no universo

quilombola o escravo se integrava completamente na essência plena de sua cidadania e tinha a sua humanidade restaurada e resgatada.

Essa radicalidade imposta pelo sistema levava a que o quilombola fosse infenso ao acordo. O acordo com o inimigo era a primeira etapa da sua reescravização, da volta ao cativo. Cada cláusula de acordo era uma mutilação à sua condição de ser livre, ou seja, a aceitação em princípio da sua condição de escravo. Os diversos exemplos históricos de acordo entre quilombolas e senhores somente provam, do ponto de vista lógico-teórico, que os quilombolas ao aceitarem as condições para a efetivação do mesmo mutilavam a totalidade da sua condição de ser livre, legitimando o poder do senhor de escravos. Qualquer forma de submissão ou sujeição às normas dos senhores vinha mutilar, na sua essência, a personalidade quilombola.

Por isto, se o quilombola aceitava, no acordo, ser súdito da autoridade que representava simbolicamente a escravidão estava derrotado na condição de homem livre. Deixava de ser quilombola para voltar à condição de escravo fugido que volta à casa do senhor para ser reescravizado. Esta radicalidade do ser quilombola e pouco compreendida porque a análise tradicional é feita a partir das posições, símbolos e valores escravistas, negando-se, com isto, o universo e os valores do quilombola.

O quilombo, portanto, como categoria sociológica é uma estrutura organizada que configura, na sua totalidade, a negação do universo da sociedade escravista, os seus valores e representações.

Do ponto de vista de estrutura de negação, podemos ver os seguintes pontos de antagonismo entre o quilombo e o sistema escravista:

Quilombo

Homem livre
Terra livre confiscada
Trabalho comunal livre
Coletivismo agrário
Forças armadas de defesa
Família alternativa livre

Sistema escravista

Escravo
Latifúndio escravista
Trabalho compulsório
Produção para o senhor
Forças armadas de repressão
Família reprodutora de escravos

Por estas razões, somente através dessa radicalidade, o quilombo transformou-se em um *continuum* social, cultural, econômico e político durante a vigência do sistema escravista: a quilombagem. Não interessa, por este motivo, a análise factual da vitória ou derrota desse

ou daquele quilombo isoladamente, mas analisar a quilombagem como um *continuum* de desgaste permanente às forças, sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e dos seus valores. E é justamente esse processo contínuo e permanente de desgaste que dá à quilombagem o nível de resistência revolucionária porque destrói ou corrói por desgaste permanente a estabilidade e eficiência do sistema nas suas bases: a produção. É portanto a quilombagem um processo radical permanente de desgaste do sistema que se articula durante todo o percurso histórico da escravidão no Brasil com a sua dinâmica radical permanente.

O quilombo e a quilombagem

Se o quilombo foi um módulo de resistência radical ao escravismo, a quilombagem — o continuum dos quilombos através da história social da escravidão — foi um processo de desgaste permanente do sistema. Não queremos dizer, com isto, que houve uma articulação consciente da parte dos seus agentes sociais, mas a sua existência e a sua permanência no tempo, a sua imanência contínua constituiu um processo social o qual, atuando no centro da contradição

fundamental do sistema escravista desarticulou a sua estabilidade e o desempenho econômico do seu projeto. A quilombagem deve, por isto, ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo.

De um modo geral, o quilombo é visto como um ato de fuga do escravo, sem um projeto político ou uma configuração consciente dos objetivos estratégicos do seu papel como agente social. Se analisarmos do ponto de vista do comportamento de cada quilombo isoladamente, isto poderá ser aceito. Mas, se analisarmos na sua totalidade o processo histórico da sua existência é que poderemos ver como a quilombagem se articula socialmente como arma permanente de negação do sistema. E o nega no centro do eixo mais importante para o seu êxito: nas relações de trabalho entre o senhor e o escravo. É justamente no nível da produção que a quilombagem atinge o sistema escravista, vulnerabilizando-o e desgastando-o através da negação do trabalho do agente mais importante da dinâmica do sistema. É através da quilombagem que a luta de classes se realiza no bojo das relações senhor-escravo. É por isto que para compreendê-la (a quilombagem) temos de encará-la como um processo permanente de negação radical ao sistema escravista.

Durante toda a vigência do sistema escravista ela se manifesta e se dinamiza de maneira polimórfica através de quilombos grandes ou pequenos, agrícolas,

pastoris, mistos, predatórios, de mineração» acompanhando de forma diversa (porque de negação) o sistema de produção e suas variações regionais. Mas essa reprodução da economia do senhor, feita pelo escravo, através do trabalho livre quilombola era a negação essencial (de essência) do trabalho executado na economia escravista. Era exatamente o outro lado da moeda. Expressava-se como um protesto objetivo e vulnerabilizador. Nesse trajeto histórico que a quilombagem percorre, os choques, as assimetrias com o sistema, as lutas, as vitórias, a destruição das suas unidades, as estratégias de enfrentamento ou de recuo atuam como uma peça desgastadora e permanente do sistema. Diminui a sua eficiência e segurança. Onera-o pela perda do escravo e a perda do seu trabalho, além da insegurança que cria em todos os ramos de atividade. Cria a síndrome do medo que irá acompanhar os senhores durante todo o tempo da quilombagem. Ela é um multiplicador psicológico colocando o senhor em permanente defensiva, na expectativa de ação do inimigo. A quilombagem marca com a sua presença (ou ausência) o comportamento dos senhores, as suas ações de violência contra o escravo produtivo, estabelece o seu conceito de eficiência no trabalho e a contrapartida de agressão permanente à quilombagem. A quilombagem é um símbolo permanente de desarticulação dos valores ideológicos e existenciais do senhor de escravos (2).

A quilombagem põe no centro da discussão permanente o problema da legalidade ou ilegalidade da escravidão e do escravizador. Ao discutir-se se a fuga do negro era ou não um ato normal ou amoral, se o escravo fujão era ou não um perigo, se os seus atos ativos (criminosos?) deviam ser e como deviam ser punidos, os agentes mantenedores da ordem tinham de dialogar com os valores do outro lado e aceitarem os mesmos como elemento de referência para o julgamento. Com isto o quilombola já era o outro, ou seja, o ser que se negava como escravo e recriava uma nova galáxia existencial e social de homem livre com o qual o senhor de escravos tinha de dialogar, mesmo que fosse em posição radical a ela. Assim, o senhor sabia que o quilombola já lhe fugira ao controle e com isto a disciplina despótica, indispensável à ordem do sistema havia sido trincada e fragmentada. Tinha de estabelecer, portanto, uma nova linguagem para tratar com ele. Não era mais a linguagem do senhor para o escravo, mas se articulava através de categorias de oposição radical. Por seu turno, o quilombola não usava mais a linguagem unilateral de obediência, mas, pelo contrário, uma linguagem de oposição a ele: a violência.

Uma das origens da síndrome do medo é a perda por parte do senhor do universo de obediência do escravo. Mesmo que seja apenas uma desobediência simbólica,

o senhor já se sentia fragmentado na sua posição de comando totalitário. Isto porque ele devia ser total, compacto e sem fissuras de qualquer espécie. Sem isto as relações senhor-escravo não seriam perfeitas.

Por outro lado, o poder da quilombagem tinha fronteiras muito mais abrangentes do que as do senhor. Elas não se limitavam ao território ocupado pelo quilombo, mas vão até as matas, florestas, estradas, rios, chegando até as senzalas. Podemos mesmo dizer que nas senzalas o poder da quilombagem tinha polos receptores e irradiadores da sua ação e do seu prestígio. É uma articulação subterrânea, ambígua, sem códigos ou normas, mas que se manifesta em atos objetivos de solidariedade sutis ou dissimulados no escravo passivo. É uma passividade que a qualquer momento pode transformar-se em fuga, ato de violência ou em descaso pelo trabalho, sabotagem, doença simulada ou outras formas de resistência.

Daí dizermos que a quilombagem é o eixo que irá dar explicação do comportamento do senhor. Os rasgos fundamentais da sua conduta só são explicáveis em função de como ele atua para se defender do inimigo fundamental e permanente do seu prestígio e riqueza. E é justamente o quilombola (fugitivo da senzala e do trabalho) que é a sua negação dialética. E é sobre ele que o senhor tem de atuar para manter os seus valores patrimoniais e o seu prestígio patriarcal-escravista e também a sua produção.

É este papel de desarticulador quer no nível econômico, social, ideológico e psicológico que a quilombagem exerce, até o fim, atuando no centro do sistema.

É portanto um componente dos mais importantes, senão o mais importante das contradições que impulsionaram a dinâmica de mudança social rumo ao trabalho livre.

Ao se compreender a quilombagem com esta função teremos novas formas - mais radicais — de entendermos o comportamento do senhor, do escravo e do próprio quilombola, isto é, visto como a expressão da luta de classes dentro das condições específicas do modo de produção escravista.

Este aspecto de negação dialética ao sistema escravista-latifundiário é que dá a quilombagem um conteúdo revolucionário. É nesta dialética de totalidade, de negação, que iremos encontrar o seu papel social e a consequente interpretação sociológica correta a partir do momento em que ele é visto como um agente de negação emergente ao latifúndio escravista. O quilombo assim visto deixa de ser uma sequência de atos, episódios, sem conexão com a dinâmica global, e passa a ser visto como eixo fundamental no qual gira esta dinâmica. Isto porque o quilombo — e a quilombagem por extensão — não foi uma negação apenas no

seu aspecto político e/ou militar como as insurreições urbanas, mas ele criou uma economia, estabeleceu um espaço livre e desempenhou uma função na economia, criando uma totalidade de negação. Há, por isto, a possibilidade de comparação da economia, da ordem militar e da vida social do quilombo com o escravismo colonial no seu conjunto. São duas unidades que se confrontam na sua globalidade. Não se pode ver, portanto, a quilombagem como um simples suceder de quilombos isoladamente no tempo e no espaço, mas ela só poderá ser compreendida sociologicamente se a vemos como um continuum social que tem como papel central a negação da ordem escravista em todos os seus níveis e durante a sua historicidade.

Contestar a quilombagem como um continuum revolucionário é procurar vê-la dentro de uma metodologia estática (portanto anti-dialética) e que nega a conexão íntima entre as partes e o todo, o particular e o geral. É deixar de ver-se a diferença entre a quilombagem na sua essência dinâmica e o escravismo. E não ver a articulação social permanente que historicamente se processa na sequência de quilombos e a sua permanente postura de negação ao sistema escravista. Somente podemos valorizar adequadamente (sem julgamento de valor) a participação dinâmica do escravo através da quilombagem na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Por outro lado, se o quilombo era o pólo de negação mais radical daquilo que era institucional no regime escravista, era, também, um polarizador das camadas, grupos ou segmentos de oposição ao sistema: marginais, índios destribalizados, foragidos da justiça ou do serviço militar ou etnicamente excluídos como mamelucos, curibocas, mulatos e mesmo brancos pobres ou perseguidos por diversas razões. Esses excluídos que se refugiavam nos quilombos durante todo o período da sua existência virão reforçar a postura de negação da quilombagem e configurar ainda mais o seu radicalismo. Com isto, configura-se no quilombo não apenas a radicalidade social e econômica, mas étnica também, pois a sua população será uma população diferenciada etnicamente sem que sobre essas diferenças se monte uma escala hierárquica que desse valor positivo (ou negativo) a cada conotação étnica, graduando os agentes sociais segundo a sua cor. Com isto, rompia-se o código senhorial que estabelecia a inferiorização da população não-branca em relação ao branco. Era o que poderíamos chamar de uma democracia racial.

Este poder polarizador do quilombo, e da quilombagem por extensão, vinha em consequência da negação dos valores de julgamento do sistema escravista colonial em relação à origem étnica desses agentes sociais excluídos, marginalizados ou perseguidos. A função

aglutinadora da quilombagem estendia-se, também, à postura que ela demonstrava em relação à origem dos que para ali convergiam em busca da possibilidade de interagir com os demais em nível de igualdade étnica.

A unidade quilombola tinha, assim, características específicas. Constituía uma nova realidade social, dinamizava-a. E, ao dinamizá-la contrapunha-se social, econômica, política, étnica e ideologicamente ao escravismo e contrapunha a ele os novos valores e a nova economia composta por homens livres.

Conclusões

O que entendemos como quilombagem é um processo social contínuo de protesto que se desenvolve dentro da estrutura escravista, solapando-a histórica, econômica, étnica, e socialmente a partir do seu centro, isto é a produção. Por outro lado, esse processo tem um conteúdo radical porque nega o escravismo não apenas na sua base econômica, mas contrapõe-se a ele como unidade permanente de negação ao sistema. É uma outra unidade que se contrapõe — social, econômica, cultural e existencialmente — à outra unidade: o universo escravista. Ela só pode ser entendida, portanto, na sua totalidade e não como uma série de fatos isolados, repetidos na sua singularidade, com êxitos e derrotas particulares que se esgotam em si mesmas, mas como um *continuum* que tem início quando o escravismo é implantado no Brasil e somente termina com a sua derrota, isto é, com a implantação do trabalho livre. Desta forma, a quilombagem não é um suceder de quilombos isolados, com uma história atomizada e particular de cada um, mas um *continuum* que só termina com a abolição do sistema escravista colonial.

Gramsci escreve, referindo-se à dinâmica dos grupos rebeldes de subalternizados e oprimidos que ela é “necessariamente desagregada e episódica.

Sem dúvida, a atividade histórica destes grupos tende a unificação mesmo em planos provisórios, mas esta tendência é continuamente despedaçada pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada no encerramento do ciclo histórico, se encerrado com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: somente a vitória permanente estraçalha, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfantes, os grupos subalternos estão somente em estado de defesa alarmada. Qualquer traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deveria, por isso, ser de valor inestimável para o histórico integral”.

Como se vê, somente situando-se cada quilombo, vitorioso ou derrotado como componente de um

continuum histórico permanente, que ocupa todo o ciclo que perfaz o tempo de existência da escravidão entre nós a quilombagem poderá ser compreendida.

Por outro lado, mesmo sofrendo a iniciativa despedaçadora da ação repressiva do poder senhorial, a quilombagem pode apresentar como saldo a construção de um modelo paralelo de organização todas as vezes que se estruturava em um espaço quilombola: modelo de economia, organização familiar, estrutura militar, religião, organização política, distribuição de bens, interação interna, papéis e função social dos sexos, forma de lazer e de poder. A quilombagem construiu um universo que pode ser apresentado como elemento de comparação ao outro, ao dominante, ao universo escravista. É nesta visão de totalidade — histórica, política, social e cultural — que o universo quilombola pode ser apresentado na sua radicalidade em confronto com o outro, o escravista. Somente na conclusão do ciclo histórico a que ele se contrapõe é que se poderá determinar se ele foi vitorioso ou derrotado. A totalidade da quilombagem é um universo de resistência que funcionou durante todo o tempo histórico em que vigorou a escravidão e somente desaparece concomitantemente à sua extinção. E é por isto que os quilombos isolados só podem ser compreendidos no seu papel histórico e social se incluídos como elos do processo de lutas e negação ao escravismo que constituiu a quilombagem. A quilombagem é portanto um processo permanente que se manifesta durante todo período escravista e somente termina quando este se extingue. Essa é a essência da sua radicalidade e somente vendo-a desta maneira, desta perspectiva dialética poderá ser entendida e o seu verdadeiro sentido sociológico, político e cultural desvendado.

Devemos destacar que esse universo da quilombagem manifesta a sua concretude histórica através dos diversos espaços dos quilombos que se sucederam durante o périplo da sua existência. E é nesses espaços constantes e sucessivamente produzidos e reproduzidos que a quilombagem manifesta a sua permanência histórica e a sua função social. Com a visão gramsciana (marxista) fica explicada essa função da quilombagem e a sua importância na dinâmica de negação do sistema escravista.

Somente no sentido de totalidade — estrutural e dinâmica — a quilombagem pode ser decifrada, compreendida e a sua função sociológica resgatada. Em todos os níveis do universo escravista, o universo da quilombagem é a sua contestação concreta. Porque essa totalidade manifesta-se através de uma concretude permanente e não de suposições utópicas ou escatológicas. É a concretude que a transforma em permanência, em objetividade. E essa objetividade, essa

presença dinâmica de negação irá criar no outro universo normas de comportamento que a ele se contrapõem e que tem também a sua concretude na síndrome do medo. Essa concretude subjetiva nasce da expectativa permanente do dominador em relação ao comportamento do dominado. E também no comportamento do dominador que se reflete a sua fragilidade social em função da alienação que existe na essência da sua dominação. Isto é, a transformação do ser humano em coisa. Porque aí, por mais que o dominador exerça socialmente esse direito de dominação (coisificação), do ponto de vista existencial jamais ele pode transformar um ser cogniscente em coisa. A essência humana do escravo não pode ser coisificada e isto se expressa através de atos que são a negação da coisificação e a afirmação da sua essência humana. E é da certeza de que o poder econômico, extraeconômico, social, etc., não apagam ou neutralizam a condição humana do escravo que surge a síndrome do medo. E surgem daí os estereótipos que os dominadores criam para justificar esta síndrome: agressividade do escravo negro, ou a sua preguiça, a sua luxúria, o seu perigo sexual, a sua incapacidade para o trabalho etc.

Essa síndrome do medo que a quilombagem cria, por outro lado cria a imagem negativa do escravo negro na sociedade escravista. Essa imagem negativa passa a funcionar como multiplicador nos valores sociais que analisam e julgam o negro escravo. Esses mecanismos neuróticos do senhor de escravo procuram influir para neutralizar o dinamismo da quilombagem e se reproduzem durante todo o tempo do escravismo.

Finalmente, o Poder quilombola. O Poder da quilombagem era um poder intermitente, mas que se reestruturava e reproduzia-se historicamente: reelaborando traços de culturas africanas, usando a experiência vivida no sistema como escravos e elaborando táticas de defesa em face da violência imposta contra ele. Este poder tem pontos de contato que se entrecruzam, se encontram e se repetem no decorrer da experiência quilombola. Zumbi, Ambrósio, Preto Cosme e outros líderes quilombolas eram diferentes no espaço geográfico e histórico mas se articulam como um *continuum* de desgaste à escravidão.

Todos eles reelaboraram e uniram a herança cultural africana à experiência social adquirida no trabalho e com isto dinamizaram historicamente a quilombagem como processo de desgaste.

Este Poder paralelo que se fragmentava e era destruído periodicamente se recompunha e se reestruturava, organizava-se, sobrevivia, vencia, era perseguido e novamente se recompunha com as próprias contradições do sistema escravista e era um fator dinâmico de desgaste permanente à ordem escravista. É, por isto,

um Poder político-social que se contrapõe ao outro. O Poder dos senhores de escravos. O seu poder militar embora muitas vezes combatido se rearticulava e na conclusão do processo foi aquela força que mais atuou e demonstrou eficiência. A quilombagem, por tudo isto, foi a força que desgastou, sem interrupção o Poder escravista, foi o único movimento que se contrapôs com eficiência social, cultural e militar à escravidão, mesmo ocasionalmente derrotado. O Poder da quilombagem por isto, nunca foi definitivamente destruído e só terminou quando terminou a escravidão. ■

Notas:

(1) O liberto era distinto do ingênuo (o nascido livre). Se crioulo, isto é, brasileiro, a alforria elevava-o à condição de cidadão, se africano permanecia estrangeiro, podendo requerer naturalização. Mas a ambos eram limitados os direitos políticos (permitia-se apenas aos crioulos participar das eleições primárias), “vedadas as dignidade eclesiásticas, o acesso ao poder judiciário, o direito ao porte de armas e mesmo à livre locomoção noturna” (Oliveira, Maria Inês Côrtes: “O liberto: o seu mundo e os outros”. Ed. Corrupio, SP. 1988. p 11) (retornar ao texto)

(2) A síndrome do medo era um conjunto de pensamentos do senhor de escravos que se baseava em fatos ou criado pelo imaginário do mesmo. Constituíam nas horas-trabalho subtraídas pelo quilombola ao sistema + o valor do escravo fugido — as despejas com a captura (tomadia) — despesas com o escravo capturado e recolhido à cadeia (carceragem) — o pavor da violação sexual da mulher branca — o medo do envenenamento por parte do escravo + o medo de ser assassinado e o medo de “contaminação” do escravo produtivo pelo pensamento quilombola — o medo da magia e da “feitiçaria” praticadas pelas religiões dos escravos + o perigo das insurreições + o terror da vingança do escravo castigado ou açoitado etc = a síndrome do medo (Gramsci, a. — “Cartas do Cárcere” — Notas sobre a história das classes subalternas. 1934, p. 87) (retornar ao texto)



Palmares: República de Homens Livres

Capítulo 5 do livro Quilombos: resistência ao escravismo de Clóvis Moura. 5ª ed. Teresina : EdUESPI, 2021.

[...] cento e tantos anos se defenderam [...] CAETANO DE MELO E CASTRO. Carta ao Rei; 18 de fevereiro de 1694.

Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Paradoxalmente, não temos nenhum documento escrito pelos palmarinos durante sua existência. Certamente seguiam como nos outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral. Como sabemos, na África, a tradição oral é praticamente responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social. Evidentemente, não há como verificar até onde Palmares reproduziu, integral ou parcialmente, essa estrutura de comunicação oral africana no seu território, mais será interessante, no estudo de sua realidade social, levar em conta que, ao que tudo leva a crer, esse código de linguagem conservou-se pelo menos parcialmente. Isso porque – como hipótese – Palmares poderia ter um código escrito que se perdeu inteiramente, hipótese de comprovação remota ou impossível, mas que deve ser conservada como questão a ser ainda pesquisada.

De tudo isso surge uma dificuldade fundamental: a de se conseguir aquilo que poderíamos chamar de uma visão interna da República, através de documentação produzida pelos próprios palmarinos.

Como coroamento dessa dificuldade, há todo um passado da historiografia tradicional-conservadora, ideologicamente comprometida com os valores do colonizador. Esse filão historiográfico procura esconder ou minimizar a importância sociológica, histórica, política e humana que foi Palmares, apresentando tão importante fato histórico como um simples “valhacouto de bandidos e marginais”.

Não podemos fazer aqui, como é óbvio, um levantamento sistemático da estrutura social de Palmares, nem sua história pormenorizada, mas vamos mostrar, em linhas gerais, como a comunidade funcionava.

Para fazermos um estudo sistemático, teríamos de analisar suas técnicas agrícolas e outros tipos de produção; o que se produzia, e, especialmente, como se produzia; a interação do núcleo dirigente com camadas, grupos e pessoas da sociedade abrangente (escravista);

a interação dos palmarinos com os negros escravos dos engenhos, das fazendas, das vilas e dos povoados; a dinâmica interna da República em seus diversos níveis; a linguagem falada; a estrutura organizacional do núcleo de Poder dirigente; a forma fundamental de propriedade; a estratificação social interna; a organização familiar; as formas de dominação e de subordinação fundamentais e em que níveis isso se dava; a estrutura do grupo religioso; a existência ou não de feiticeiro, sacerdote ou outro representante do monopólio do sagrado; a organização militar e sua hierarquia interna; o nível de poder político desse grupo militar; a medicina mágica e as formas de cura; a cozinha e os hábitos alimentares; o sistema de distribuição de excedentes etc.

Uma tentativa de descrição inicial da economia de Palmares deverá começar por um inventário das terras – suas qualidades e suas limitações para a prática da agricultura de acordo com técnicas regionais –, dos recursos hidrográficos, da vegetação, da fauna regional e do grau de pluviosidade. Isso seria uma preliminar necessária para se ter uma ideia da base física da República.

Segundo a maioria dos modernos estudiosos que se detiveram em analisar Palmares, a República estava situada em uma das regiões mais férteis da capitania de Pernambuco, região atualmente pertencente ao Estado de Alagoas.

Terras férteis e inacessíveis

Para Édison Carneiro, a

região era montanhosa e difícil – cômodos, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique se estendiam a perder de vista [...] Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois irmãos e do Bananal, no município de Viçosa [Alagoas], compreendendo entre outras, as serras do Cafuchi, da Jussara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga – o “Oiteiro da Barriga” –, onde se travou a maior parte dos combates pela destruição de Palmares (1).

Como esses negros escravos chegaram a essa região, de um lado fértil, e, de outro, de difícil acesso aos seus

inimigos? Teriam feito uma escolha antecipadamente, ou para lá se refugiaram por saberem que, na floresta, estavam mais protegidos contra os seus captores? Não podemos responder. O certo é que para lá foram convergindo constantemente. Rocha Pitta diz que foram quase quarenta negros de Guiné dos engenhos de Porto Calvo, no início, depois em bandos, e de forma constante, refugiando-se nas matas de Palmares, que iniciaram o quilombo.

Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta e também da fertilidade das terras, da abundância de madeiras e de caça, da facilidade de água e de meios de defesa, foram-se aglomerando, reunindo novos membros e aumentando consequentemente o número de foragidos. O crescimento demográfico do quilombo continua a partir desse núcleo básico de forma ininterrupta. Diversas situações favoráveis contribuíram para o aumento do reduto inicial. Uma delas foi a ocupação holandesa em Pernambuco. Esse fato desarticulou e desorganizou as estruturas da dominação portuguesa e das nativas, criando condições para que os escravos, aproveitando-se dessa situação, fugissem para as matas. Diz um historiador desse período:

A guerra empreendida pelos holandeses no período de 1630-1635 desorganizou completamente a vida da Colônia. Todos os negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho dos engenhos. Uma relação dos engenhos existentes entre o rio das Jangadas e o Una, feita pelo conselheiro Schott, mostra-nos a verdadeira situação dessas propriedades, exatamente na zona mais rica da capitania, a zona sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres jogados aos rios, açudes arrombados, os bois levados ou comidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e os molequinhos (2).

Além das fugas sistemáticas desses escravos negros dos engenhos, havia, para aumentar sua população (fora o aumento demográfico vegetativo, decorrente dos nascimentos registrados no interior do quilombo), o ingresso no território palmarino, integrando-se nos valores da República, de índios “salteadores”, fugitivos da Justiça de modo geral e elementos de todas as demais etnias ou camadas que se sentiam oprimidos pelo sistema escravista. Certamente havia também brancos e brancas, pois de outra forma não se explicaria a existência, em 1644, entre os aprisionados por Rodolfo Baro, de “alguns mulatos de menor idade”.

Nos assaltos que eram feitos às populações, certamente os negros palmarinos raptavam não apenas negras, mas brancas também, pois era aguda a escassez de mulheres na República. Conjetura-se que

Zumbi, entre suas mulheres, tinha uma que era branca. Devemos notar, a esse respeito, que o problema do equilíbrio da população palmarina segundo o sexo deve ter sido muito sério.

Na seleção que o sistema de importação de negros da África realizava para o suprimento de escravos no Brasil, a proporção de mulheres era bem menor do que a de homens, calculando-se três homens, ou mesmo mais, para cada mulher. Por conseguinte, para que se estabelecesse um equilíbrio sexual – e consequentemente social – estável, havia necessidade de se conseguirem mulheres fora da reprodução vegetativa da República.

Cresce o “perigo de portas adentro”

Montada nesse binômio (território-população) é que a sociedade civil de Palmares se estrutura e se dinamiza. Organiza-se criando um espaço humano e social dentro do seu espaço físico. Por diversas circunstâncias, as cidades – ou quilombos ou mocambos – da República começam a se formar de acordo como processo de desenvolvimento e de diferenciação decorrente de uma maior e mais complexa divisão interna do trabalho. Surgem, consequentemente, as diversas divisões de funções das várias camadas e estratos que compunham os produtores. Havia quilombos (cidades) que tinham atividades sociais ou econômicas específicas.

Assim, segundo documento apresentado por Édison Carneiro e por nós agora aproveitado, era a seguinte a distribuição das principais cidades do espaço físico de Palmares: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o quilombo de Zumbi; a cinco léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene; a leste destes, dois mocambos chamados das Tabocas; a catorze léguas a noroeste das Tabocas, o de Dambrabenga; a oito léguas mais ao norte, a “cerca” de Subupira; a seis léguas mais ao norte, “a cerca real do Macaco” (capital da República); a cinco léguas a oeste, o mocambo de Osenga; a nove léguas de Serinharen, para nordeste, a “cerca” de Amaro; a 25 léguas de Alagoas, para noroeste, o “palmar” de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo, o mocambo de Aqualtune, mãe do rei, afora outros, espalhados em seu território (3).

Através do crescimento vegetativo e do rapto de mulheres, da adesão de escravos e escravas dos engenhos, da aliança com índios, brancos pobres e perseguidos e de membros de outras etnias discriminadas, Palmares chegou a ter entre 20 000 a 25 000 habitantes, população que, no nível de povoamento da época e da região, era desafiadora para o sistema escravista. Transformou-se Palmares no mais sério obstáculo ao desenvolvimento e à estabilização do escravismo na região, que era, àquela época, a mais importante para

o desenvolvimento desse tipo de economia. A partir disso, podemos aquilatar a preocupação que Palmares representava para as autoridades da Metrópole.

Língua e composição étnica de Palmares

Como se articulava do ponto de vista linguístico, a população de Palmares? Décio Freitas diz que a língua era “basicamente o português, misturado com formas africanas de linguagem. Pensamento idêntico tem Édison Carneiro. De fato, embora em expedições contra Palmares haja referências à presença de “línguas” (intérpretes) para traduzirem o falar palmarino, todos os elementos indicam, pelo menos numa primeira aproximação com o assunto, que o português foi a estrutura linguística que absorveu grande quantidade de termos do vocabulário africano e é por essa segunda particularidade que iremos explicar a necessidade de “línguas” nas expedições.

Tem-se como quase certo que a maioria esmagadora dos negros habitantes de Palmares era de origem banto. A professora Yeda Pessoa de Castro, em trabalho especializado de etnolinguística, mostra a precedência da importação banto em relação aos negros de outras áreas da África.

Em face disso, na época da formação de Palmares, a importação de negros para a lavoura escravista naquela área – especialmente na área de Palmares – era basicamente banto. O gráfico seguinte confirma a realidade desse argumento:

Atividade principal	Séculos de importação maciça			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
Agropecuária	B	B/J	B/J	
Mineração		B/J	B/J	
Agricultura	B	B/J/N	B/J/N	N/H
Serviços urbanos				N/J/H/B

Grupos: B = Banto; J = Jeje/Mina; N = Nagô/Iorubá; H = Hauçá

Fonte: CASTRO, Yeda Pessoa de. *A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade*. Salvador, CEAQ, 1981.

A mesma autora escreve que

no que concerne à influência dos povos de língua banto, ela foi mais extensa e penetrante por também mais antiga no Brasil. Isto se revela pelo número de empréstimos léxicos de base banto que são correntes no português do Brasil – uma média de 71% – e pelo número de derivados portugueses formados de uma mesma raiz banto, inclusive os

de conotação especificamente religiosa, sem que o falante brasileiro tenha consciência de que essas palavras são de origem banto. Exemplos: cacunda/corcunda, caçula, fubá, angu, jiló, bunda, quiabo dendê, dengo etc.

Em outro trabalho, *Os falares africanos na interação do Brasil Colônia*, Yeda Pessoa de Castro afirma que

os empréstimos léxicos africanos no português do Brasil, associados ao regime da escravidão, são em geral étimos bantos (quilombo, senzala, mucama, por exemplo); depois Zumbi, Ganga-Zumba, nomes dos líderes de Palmares, são títulos tradicionalmente atribuídos a chefes locais no domínio banto. Sobre outro plano, os folguedos tradicionais brasileiros que portam nomes denunciando influência banto, tais como quilombos, congos, moçambiques, são atestados em diferentes zonas rurais do Brasil.

Finalmente, em sua comunicação ao II Encontro Nacional de Linguística, a autora afirma que

nessas [as senzalas], onde se misturavam africanos de diferentes procedências étnicas a um contingente de indígenas, a fim de evitar rebeliões que pusessem seriamente em perigo a vida dos seus proprietários, numericamente inferiorizados e estabelecidos em áreas interioranas isoladas, a necessidade de comunicação entre povos linguisticamente diferentes deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca, que chamaremos de dialeto das senzalas.

Como vemos, há evidências de que os bantos, por serem o grupo étnico preponderante em Palmares (evidências históricas, sociológicas e etnolinguísticas), influenciaram decisivamente na língua falada em Palmares, criando aquilo que poderíamos, pelas mesmas razões etnolinguísticas e sociológicas apresentadas pela professora Yeda Pessoa de Castro, denominar de *dialeto dos quilombos*, o código de linguagem fundamental através do qual eles se comunicavam. Ou então: no caso particular que analisamos por que não poderíamos chamar essa linguagem de *dialeto de Palmares*?

A proposta ainda mais se justifica se aduzirmos às razões de Yeda Castro as ponderações de Décio Freitas, que afirma sobre o assunto:

Necessitavam [os quilombolas] de uma linguagem comum. Assim foi como se elaborou a linguagem palmarina: um sincretismo linguístico, o que os elementos africanos tiveram um ascendente decisivo, mas que importava, por igual, elementos do português e do tupi. “Falavam uma língua toda sua, às vezes parecendo da Guiné ou de Angola, outras vezes parecendo o português e tupi, mas não é nenhuma dessas e sim outra língua nova” reparou o governador Francisco de Brito Freire. Os brancos não entendiam essa

linguagem sem auxílio de intérpretes. Todos os emissários enviados pelas autoridades coloniais a Palmares para concertar tréguas ou pazes, faziam-se invariavelmente acompanhar de “línguas”. As conversações entre o governador de Pernambuco e uma embaixada palmarina, no ano de 1678, no Recife, realizaram-se através de “línguas” (4).

A hipótese de um *dialeto de Palmares* é questão aberta para os etnolinguistas e demais cientistas sociais resolverem.

Economia de abundância

A economia do sistema latifundiário-escravista existia à base de produzir para a exportação ao mercado internacional daqueles produtos que interessavam a esse mercado no momento. Na época da República de Palmares era a produção do açúcar. Todo o trabalho dos escravos se voltava para produzir esse artigo que entrava na circulação do mercado colonial.

No entanto, nada ou quase nada dessa produção ficava na Colônia, quer em sobras significativas, quer em riqueza retida internamente, ou em forma de retorno monetário compensador da venda da produção escoada. Daí a penúria dos habitantes da Colônia. Mesmo os senhores de engenhos e de escravos viviam endividados, pagando juros extorsivos aos vendedores negreiros, intermediários nesse negócio, ou comprando novas terras para a renovação e ampliação dos canaviais. A agroindústria do açúcar também era onerada por taxas e imposto cobrados pelas autoridades coloniais. Em consequência de tudo isso, o povo passava fome, tinha um nível de vida baixíssimo, embora a Colônia tivesse conseguido, naquele tempo, uma renda *per capita* como nunca conseguimos até hoje.

Na economia de Palmares os mecanismos eram diversos e chocavam-se com os da economia escravista. Vamos sumariar, aqui, o que se produzia e, depois, como se produzia na República.

Achamos que no sistema produtivo de Palmares há uma dinâmica constante, começando com uma fase recoletora, fase que, aliás, não desaparecerá nunca, mas permanecerá como forma subsidiária e complementar durante toda a evolução de sua economia. Caça e pesca, fundamentalmente. São recolhidos pelos palmarinos, além de frutas, vegetais medicinais, óleo de palmeira, frutos como jaca, manga, laranja, fruta-pão, coco, abacate, laranja cravo, cajá, jenipapo e outras, nativas, que serviam para sua alimentação. Além disso, a caça era facilitada pela abundância de animais na região: diversas espécies de onças, anta, raposa, veados, pacas, cutias, caetetus, coelhos, preás, tatus, tamanduás, quatis e de inúmeros outros animais, que davam base a uma

alimentação abundante, capaz de suprir a população, pelo menos em seu início.

Quanto à maneira como se produzia, podemos dizer que era um sistema de trabalho que se chocava com latifúndioescravista, do tipo plantation, que existia na Colônia.

Esta forma de cultura da terra – escreve Duvitiliano Ramos – introduzida nos quilombos, ganha consciência definitiva e afirma-se como característica social em confronto com a relação geral anotada por Blaer. Arruamento, duas fileiras de casas, cisternas um largo para exercícios, a casa grande do Conselho, as portas do mocambo, paliçadas e fortificações. E isto porque entre seus habitantes havia “toda sorte de artífices” (5).

Continua o mesmo autor:

Disso se deduz que os quilombolas ao repudiar o sistema latifundiário dos sesmeiros adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos; que deve remontar aos princípios do século XVII; que a sociedade livre era dirigida pelos usos e costumes; que não existiam vadios nem exploradores nos quilombos, mas, sim, uma ativa fiscalização como sói acontecer nas sociedades que se formam no meio de lutas, contra formas ultrapassadas de relações de produção; que, em 1697, já existiam nascidos e crescidos, habituados àquele sistema, nos quilombos, três gerações de brasileiros natos, somando provavelmente a população de dezesseis aldeamentos mais de vinte mil indivíduos (6).

Economia de confronto

Era, como se pode ver, um confronto permanente com o sistema escravista e um exemplo de como o trabalho cooperativo e comunitário era superior àquele que existia onde predominavam os meios de coerção extraeconômicos mais degradantes, como acontece nas sociedades escravistas.

Além de um setor extrator-recoletor, devemos destacar outro, o artesanal, em que eram produzidos cestos, pilões, tecidos grossos, potes de argila e vasilhas de modo geral, para diversos usos. Esse setor artesanal era provavelmente aquele que produz grande parte do material bélico usado: facas, arcos, flechas, lanças e instrumentos venatórios, como armadilhas. Havia, ainda, a fabricação de instrumentos musicais, cachimbos de barro (para fumarem maconha), além de outros objetos para uso cotidiano da comunidade.

Com o aumento progressivo da população de

Palmares, sua diversificação maior em vários segmentos que a compunham, essa economia simples foi paulatinamente substituída pela agricultura intensiva, mas diversificada, ficando apenas como atividade complementar seu setor recoletor e mesmo artesanal.

Usando técnicas de plantio, regadio e colheita trazidas da África, bem como uma longa experiência agrícola, os palmarinos transformaram-se em agricultores. Posteriormente, veremos como essa mudança no sistema de produção irá alterar os outros níveis organizacionais da República. O certo é que, a partir de determinado momento, Palmares passou a ter uma economia fundamentalmente agrícola, criando excedentes para redistribuição interna e externa da República. Curioso notar que os palmarinos descartaram a economia pastoril apesar das ótimas pastagens que possuíam e da possibilidade de aquisição do gado nas redondezas, ao contrário do quilombo do Ambrósio em Minas Gerais onde o pastoreio era um dos ramos mais importantes da economia.

A base desse trabalho agrícola era a policultura, produzida intensivamente. Plantavam principalmente o milho, que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita, descansavam duas semanas.

Plantavam, ainda, feijão, mandioca, batata doce, banana (pacova) e cana-de-açúcar. Isso constituía a produção fundamental da agricultura palmarina, sendo os excedentes dessa produção distribuído entre os membros da comunidade para as épocas de festas religiosas ou de lazer, armazenado em paióis para os períodos de guerra, ou trocado com os pequenos produtores vizinhos, por artigos de que a comunidade necessitava, mas não produzia, o que levava a um confronto permanente entre a economia de Palmares e a economia do latifúndio escravista.

Um conjunto de quilombos transforma-se em república

Esses mocambos, que ocupavam um território extenso, terminam transformando-se em uma confederação de quilombos e, em decorrência, em uma república.

Analisemos, portanto, como eram as relações de produção que caracterizaram a República de Palmares, surgida dessa confederação de quilombos. Décio Freitas diz que

não há elementos seguros sobre o regime de propriedade da terra entre os palmarinos. Cabe conjecturar que as terras pertenciam a povoação como um todo. A plausibilidade da hipótese provém em primeiro lugar do fato de que os negros traziam da África uma tradição de propriedade coletiva da terra. Em segundo lugar, uma vez que o esgotamento do solo por razões de segurança determinava periodicamente

a mudança de toda a povoação para outro sítio, não teria sentido a propriedade privada da terra com todos os seus atributos como compra e venda sucessão etc. (7).

A dupla verificação, por um lado, de que Palmares se transformou em uma sociedade agrícola abrangente, extensiva à grande maioria de seus mocambos e, por outro, de que a produção era distribuída comunitariamente, leva-nos a outro nível de análise e reflexão.

Quais as modificações estruturais significativas no interior da República, ao passar de simples ajuntamento seminômade, de um punhado de ex-escravos, para uma república com território fixado pela necessidade de produção estável, capaz de alimentar a comunidade? Além da formação de um tipo de Estado e de governo, como veremos depois, foi necessário a formação de um dispositivo militar que resguardasse dos ataques externos a produção coletiva, a vida e a segurança de seus habitantes.

Palmares militariza-se

Para acudir à segurança de um número tão considerável de habitantes num território tão grande, os quilombolas necessitavam desenvolver uma estrutura e uma tática militares, organizar um exército para tal, estabelecer um sistema defensivo que assegurasse o sossego dos seus moradores. O exército aumentou consideravelmente. Iniciaram-se instruções militares e a construção de fortificações, paliçadas, fossos com estrepes, tudo isso visando à sua defesa. Esse exército era comandado pelo Ganga Muiça. Suas armas eram constituídas de arcos, flechas, lanças, facas produzidas pelo setor artesanal da República e de armas de fogo, tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas daqueles grupos ou indivíduos com os quais os palmarinos mantinham relações de escambo.

Em face disso, evolui o segmento militar. Passa a adquirir funções mais importantes nas áreas de domínio de prestígio políticos. Daí o aparecimento de uma espécie de casta militar. A guerra de movimento, sustentada por outros quilombos menores, não pôde mais ser continuada em Palmares. As guerrilhas foram transformadas em operações de envergadura e, depois de realizadas as operações militares, tinham um local fixo para voltar. O nomadismo palmarino era somente possível numa economia recoletora. O aparecimento de uma economia agrícola regular determinou, por seu turno, uma reformulação em todo o sistema de defesa da República.

À medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, iam sendo transformadas as táticas e técnicas militares palmarinas, objetivando a defesa do patrimônio coletivo.

É por tudo isso que essa fração (ou segmento militar) adestrada para defender o patrimônio comum, é que irá se revoltar contra a capitulação de Ganga-Zumba.

Devemos destacar um fato interessante: o aparelhamento militar de Palmares não foi estruturado para defender um tipo de propriedade privada, mas, pelo contrário, para defender as vidas e a propriedade da República em seu conjunto. Daí ter havido a insurreição através de Zumbi e de outros componentes mais jovens do segmento militar contra a capitulação de GangaZumba, capitulação que significaria, em última instância, a destruição de toda estrutura comunitária. Nesse particular, o general Zumbi, ao se insurgir contra ação capitulacionista de Ganga-Zumba e de seus seguidores, estava representando os interesses e o consenso de toda a comunidade, ameaçada de voltar ao *status* anterior de escravos.

Direito e costumes na República de Palmares

Esse tipo de economia e organização social e militar levará também a que não se corporifique um Direito de propriedade definido e estratificado em códigos. Os crimes que eram punidos severamente, através de um tipo de Direito Consuetudinário (costume) era o adultério, o homicídio e o roubo individual. Mesmo porque, ao que tudo indica, não havia o roubo social, isto é, a desapropriação de bens da coletividade. Como toda propriedade era coletiva, o roubo individual era punido como se fosse uma lesão ao patrimônio de todos. Daí o seu rigor.

Por outro lado, os chefes dos mocambos eram inteiramente autônomos em seu espaço, subordinando-se ao rei apenas em assuntos de maior relevância, como a paz e a guerra. Na divisão dos poderes, havia mocambos como de Subupira, que era o quartel-general da República e ali faziam-se os exercícios militares para a sua segurança. A pena de morte era aplicada nos crimes de traição, como aconteceu com GangaZumba. Quando Zumbi resolveu arriscar a última cartada numa batalha decisiva na capital da República, ao ter contra si alguns chefes militares, mandou passá-los pelas armas.

Na parte de administração pública, podemos ver, no cimo da pirâmide de poder, o rei que exercia poderes ilimitados. Em seguida, vinha o conselho, com representação dos chefes dos diversos quilombos (cidades), os quais, por outro lado, conforme já dissemos, eram autônomos nos seus respectivos redutos. A escolha do rei era eletiva, votada pelo conselho.

O problema de estratificação social interna devia ser muito complexo e seu dinamismo pouco esclarecido ainda. No caso da mobilidade vertical ela poderia ser medida pela passagem de um membro de um estrato

para outro, com novo status de prestígio (militar, religioso, governamental etc.), ou de escravos que foram trazidos compulsoriamente dos engenhos para Palmares e que, depois de trazerem outros para o quilombo, se integraram como homens livres na comunidade.

No caso da mobilidade horizontal, esse dinamismo pode ser mensurado pela passagem de um membro de um quilombo para o outro (como, por exemplo, jovens que se deslocavam de seus quilombos para o de Subupira, a fim de receberem instrução militar), ou de Palmares para fora de suas fronteiras, através da fuga.

Quanto aos jovens, não temos nenhuma informação de qualquer ritual de passagem ou cerimônia iniciática capaz de incorporá-los à vida adulta da comunidade. Não descartamos, contudo, a possibilidade de sua existência. O problema da mulher, e, em consequência, o problema do casamento e da família em Palmares merecem ser analisados mais detalhadamente.

Poliandria e poligamia

Palmares reproduzia, dentro de suas fronteiras, a desproporção de sexos existente na população escrava. Isso porque os senhores de escravos preferiam comprar homens jovens a mulheres. Por esse motivo, os traficantes selecionavam essa mercadoria humana de acordo com as preferências dos fazendeiros. Calcula-se que, para cada mulher, havia três ou mais homens (variando de área), fato que irá se refletir na composição por sexos da população palmarina. Por isso, se os palmarinos mantivessem, em suas fronteiras o casamento monogâmico que os senhores impunham em suas fazendas, haveria um desequilíbrio na vida familiar tão agudo que a desarticulação social seria inevitável. Para resolver esse impasse de importância fundamental, os palmarinos resolveram instituir dois tipos fundamentais de organização familiar. Um seria a poligamia e outro, a poliandria.

No primeiro caso, ele seria praticado pelos membros da estrutura de poder. Isto é, a capa dominante, o rei e possivelmente os chefes dos mocambos, teriam direito a várias mulheres. Um documento da época dizia que “o apetite é a regra da sua eleição”. O que não era verdade. Se isso acontecesse haveria conflitos internos muito grandes. O rei Ganga-Zumba tinha três mulheres, duas negras e uma mulata, e Zumbi teve mais de uma, havendo a hipótese de que uma delas era branca. A instituição da poligamia nessa capa dominante é incontestável.

Mas, em contrapartida, havia a família poliândrica. Era a que funcionava majoritariamente no conjunto da comunidade que não tinha níveis de poder decisório nos assuntos mais importantes. A poligamia em todos

os povos onde ela existiu sempre foi privilégio, isto é, mesmo sendo um direito para todos, somente aqueles que tinham condições materiais para usá-lo o exerciam.

Em Palmares, no entanto, isso surgiu em consequência das circunstâncias que os seus habitantes não podiam controlar: a desproporção gritante entre os sexos. Daí a poliandria ter se estabelecido na República. Com esses dois tipos de organização familiar estabeleceram-se mecanismos de equilíbrio para a funcionalidade, sem antagonismos ou conflitos, no grupo família. Os estratos políticos e militares que mantinham a direção da sociedade, especialmente o rei, tinham uma família polígama, ao contrário dos outros segmentos e grupos, onde a poliandria era a norma dominante.

Décio Freitas, ao abordar o problema, escreve que,

para preservar a coesão social, instituiu-se o casamento poliândrico. As referências a esse tipo de casamento são inúmeras, mas as mais minuciosas são as de um documento de 1677.

Sucedem que um certo Manuel Inojosa – o patronímico aparece também grafado como Jojosa – laureado exterminador de índios e de negros, grande proprietário de terras e de escravos, aspirava apaixonadamente a glória de destruir Palmares. Nesse intuito, apresentou a Coroa vários planos. Para colher informações, infiltrou um dos seus escravos em Palmares em troca de promessa de alforria. O negro viveu entre os palmarinos pelo espaço de seis meses, para, afinal, fugir e transmitir ao amo o quanto vira em Palmares. Manuel de Inojosa mandou fazer um “papel” sobre o relato do negro e o enviou ao rei de Portugal. Não se conhece a íntegra desse documento, mas apenas o resumo constante de uma “consulta” do Conselho Ultramarino. Aqui o trecho que alude à poliandria:

“[...] que cada negro que chega ao mocambo fugido de seus senhores logo é ouvido pelo conselho de justiça que tem que saber de suas tensões porque são grandemente desconfiados, nem se fiam só do fato de ser negro que se apresente; que tanto se certificam das boas intenções do negro que chega lhe dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendas; que todos os maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo mocambo, todos em paz e harmonia, em arremedo de família, mas próprio dos bárbaros sem as luzes do entendimento e a vergonha que a religião impõe; que todos esses maridos se reconhecem obedientes à mulher que tudo ordena na vida como no trabalho; que cada uma dessas chamadas famílias os maiores, em conselho dão uma data de terra para que a cultivem e isso o fazem a mulher e os seus maridos [...] que à guerra acomodem todos nos momentos de maior precisão, sem exceção das mulheres que nessas ocasiões mais parecem feras que pessoas do sexo”.

Décio Freitas conclui por isto que

a família constituía, pois, a unidade social fundamental. O parentesco se estabelecia por linha materna. O mocambo, como um todo, constituía a unidade habitacional e política (8).

Teria havido um matriarcado em Palmares? Décio Freitas acha que não. Mas Joaquim Ribeiro exagera os traços de matriarcado existentes entre os negros brasileiros para referir-se a um matriarcado africano, partindo da afirmação de que o quilombo não era uma expressão de luta contra a escravidão. Para ele,

o quilombo (e esta é a sua verdadeira significação histórica) é uma reação contra a cultura dos brancos, contra os seus usos e costumes; é a restauração da velha tribo afro-negra nas plagas americanas; é a ressurreição do organismo político tribal; é o retorno, sobretudo, ao seu fetichismo bárbaro [sic] (9).

Daí a poliandria de Palmares e os seus vestígios no Nordeste serem frutos dessa *regressão cultural*. Para ele, a

poliandria da escrava negra é uma sobrevivência do matriarcado originário. E foi esse resíduo matriarcalista que favoreceu, através das relações sexuais entre brancos e negros, a atenuação da luta entre o senhor e o escravo (10).

Essas interpretações fantasiosas, baseadas na cultura histórica como ele denomina seu método, poderá provar tudo porque não prova nada. Tanto a poligamia como a poliandria em Palmares têm sua origem na dinâmica social da comunidade, em sua composição por sexo e nas soluções estruturais que seus habitantes encontraram para conseguir seu equilíbrio sexual e social.

O que não podemos aceitar é reduzir a dinâmica social a simples regressão cultural, o que não faz sentido.

Religião sem casta sacerdotal

Para a maioria dos estudiosos de Palmares a religião aí existente era formada por um sincretismo no qual entram o catolicismo popular e as crenças africanas, principalmente bantos. Acrescentamos, agora, a influência de religiões indígenas, que tão bem se fundiram às religiões bantos, dando, inclusive, na Bahia, o “candomblé de caboclo”.

Para Rocha Pitta, os palmarinos eram “cristãos cismáticos” e explica por que isso, no seu entender, era verdadeiro:

De católicos não conservavam já outros sinais que a Santíssima Cruz, e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e cerimônias por eles inventadas, ou

introduzidas das superstições da sua Nação; com que, se não eram idólatras, por conservarem sombra de cristãos, eram cismáticos, porque a falta de Sacramentos e de Ministros da Igreja, que eles não buscavam, pela sua rebelião, e pela liberdade dos costumes, em que viviam, repugnantes aos preceitos da nossa Religião Católica, os excluía do consórcio, grêmio e número de fiéis (11).

Édison Carneiro, no primeiro trabalho de revisão histórica da República de Palmares, afirma que

os negros [de Palmares] tinham uma religião mais ou menos semelhante à católica, o que se explica pela pobreza mítica dos povos bantos a que pertenciam e pelo trabalho de aculturação no novo habitat americano. No mocambo do Macaco, possuíam uma capela, onde os portugueses encontraram três imagens, uma do Menino Jesus “muito perfeita”, outra da Senhora da Conceição, outra de São Brás [...] Os palmarinos escolhiam um dos seus “mais ladinos” para lhes servir de sacerdote, especialmente para as cerimônias do batismo e do casamento, mas provavelmente também para pedir o favor celeste para as suas armas [...] Não era permitida a existência de feitiçeiros no quilombo (12).

Carneiro refere-se, ainda, a uma dança que, segundo Barléus, era praticada em conjunto e se prolongava até à meia-noite, batendo-se com os pés no chão “com tanto estrépito que se podia ouvir de muito longe” (13).

Parece-nos que essa “dança” devia ser alguma cerimônia derivada das religiões africanas e indígenas, pois tudo leva a crer que era uma manifestação coletiva do mundo religioso além dos negros, também de elementos de outras etnias que compunham a República, como índios e brancos. Parece-nos que Édison Carneiro subestimou um pouco esse elemento na análise que fez das práticas religiosas de Palmares. Até hoje, segundo informação que conseguimos em Maceió, a população de União dos Palmares acredita ouvir, de vez em quando, esses batuques de negros, no cimo da Serra da Barriga.

Quanto à interpretação de Décio Freitas sobre o tipo de religião que era praticado em Palmares, vejamos como ele se expressa:

A religiosidade palmarina combinava fragmentos de crenças africanas e do cristianismo dos brancos. Não apenas na serra da Barriga, mas, depois, nas demais povoações palmarinas, as Imagens das divindades africanas partilhavam altares com as de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e São Brás. Se bem que os documentos aludem seguidamente a sacerdotes palmarinos, nada dizem sobre a sua importância política e social. Não há indicações de que formassem uma casta poderosa ou sequer influente. De resto, as rebeliões negras oferecem a singularidade de não assumirem nunca um cariz profético ou messiânico, ao contrário do que sucedeu sempre nas rebeliões dos livres pobres (14).

Achamos, por tudo isso, que a execução do sagrado era praticamente comunitária. Não havia um sacerdócio com rituais iniciáticos, uma carreira com diversos níveis hierárquicos, que garantisse ao iniciado o monopólio do sagrado. Pelo contrário. Para Édison Carneiro, os feitiçeiros eram proibidos de agir em Palmares. Assim, a prática religiosa era executada mais por pessoas escolhidas ocasionalmente, os “ladinos mais expertos”, segundo ele, que não se identificavam com o sagrado através de ritos de iniciação. O eventual prestígio adquirido durante o culto desaparecia depois de sua realização. O que se pode deduzir é que os atos religiosos em Palmares eram uma comunhão coletiva com o sobrenatural.

Epílogo de sangue

Essa estrutura de economia igualitária e comunitária não podia continuar existindo no contexto do escravismo latifundiário da Colônia. Contra ela uniram-se a Igreja, os senhores de engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial, as tropas mercenárias, criminosos com promessa de liberdade e, finalmente, toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares, bem como setores cooptados através de promessas, para destruírem essa República.

O que a levou a ser condenada e extinta foi sua estrutura comunitária, que se chocava com o sistema baseado no escravismo. Aqui, parece-nos, é que está a chave do problema: Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto. Daí Palmares ter sido considerado um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação. A sua destruição, o massacre da serra da Barriga, quando os mercenários de Domingos Jorge Velho não perdoaram nem velhos nem crianças, o aprisionamento e a eliminação de seus habitantes e, finalmente, a tentativa de apagar-se da consciência histórica do povo esse feito heroico foram decorrência de sua grande importância social, política e cultural.

Sua destruição foi, por isso mesmo, festejada com as pompas de uma guerra vitoriosa. O governador Melo e Castro comunicava ao Reino o feito, dizendo que

a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória, se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e, assim foi festejada por todos os povos com seis dias de luminárias, sem que nada disso se lhes ordenasse¹⁵.

Dessa forma, quando Ganga-Zumba procurou um acordo com as estruturas de poder opressoras do

colonialismo, entrando em acordo com representantes do quilombo, em 1678, a comunidade palmarina teve reservas de dinamismo interno para reagir e colocar-se contra tal atitude e reestruturar social, política, ideológica e militarmente a luta.

Zumbi, por isso mesmo, não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República, o seu herói-símbolo, porque sintetizou, na sua biografia, a biografia de seu povo, pelo qual deu a vida¹⁶.

Assim, até hoje, os moradores de União dos Palmares ouvem (através da acústica do passado mítico), nas noites silenciosas, a dança dos negros que a partir de 1630 ocuparam a serra da Barriga. E, atualmente, ainda cantam, naquela região, o *Auto dos quilombos*:

Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier pau há de levar...
Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
O diabo há de levar!

REPÚBLICA DE PALMARES

Esquema das cidades (mocambos) de Palmares e sua capital

CIDADES	MACACO (Capital)	Mocambo de Zumbi
		Mocambo de Acotirene
		Mocambo das Tabocas I
		Mocambo das Tabocas II
		Mocambo de Dambramba
		Cerca (fortaleza) de Subupira
		Mocambo de Osenga
		Cerca (fortaleza) de Amaro
		Palmar (cidade agrícola) de Andalaquituche
		Mocambo de Aqualtune (mãe de rei)

Além de outros de “menor conta e menor gente”.

Fonte: CARNEIRO, Édison. *O quilombo de Palmares...*, cit. Duvitilano de Carvalho fala em “dezesseis cidades”, mas não indica a fonte.

Notas:

- 1 CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947. p. 28.
- 2 GONSALVES DE MELLO NETO, José Antônio. *Tempo de flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 206-7.
- 3 Entende-se por légua uma antiga medida portuguesa, correspondente a aproximadamente 6 quilômetros. Ainda é muito usada no interior do Brasil, especialmente no Nordeste.
- 4 FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. 5, ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, p. 41-2
- 5 RAMOS, Duvitilano. *A posse útil da terra entre os quilombolas*. Estudos Sociais. Rio de Janeiro, dez 1958. n. 3-4.
- 6 Idem, *ibidem*.
- 7 FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. Porto Alegre, Movimento, 1973. p. 44.
- 8 FREITAS, Décio. *Palmares; a guerra dos escravos*. 5. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p. 39-9.
- 9 RIBEIRO, Joaquim. *Capítulo inéditos da história do Brasil*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954. p. 126-7.
- 10 Idem, *ibidem*, p. 102.
- 11 ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. Salvador, Progresso, 1950. p. 296-7
- 12 CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*, cit., p. 42-3.
- 13 Idem, *ibidem*.
- 14 FREITAS, Décio, *Palmares ...*, 5 ed., p. 42-3.
- 15 Documento transcrito por Ernesto Ennes. In: – *As guerras dos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1938. t. 1, p. 106.
- 16 Ver, a esse respeito: SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1985.

Guerra e paz nos trópicos: a Confederação dos Tamoios

Danilo José Zioni Ferretti, *"GUERRA E PAZ NOS TRÓPICOS". Impressões Rebeldes.*
Publicado em: 29 de maio de 2022. ISSN 2764-7404

A chamada Guerra ou "Confederação" dos Tamoios opôs, de um lado, os indígenas tamoios (um sub-grupo dos tupinambás) e seus aliados franceses e, de outro, os indígenas tupiniquins e temiminós (também tupinambás) junto aos portugueses. Os ameríndios desempenharam papel de protagonistas, aspecto nem sempre considerado, mas o conflito não se organizou somente com índios de um lado contra europeus de outro. Pautadas pela lógica das guerras intertribais, as alianças foram cruzadas, ou seja, alguns europeus e indígenas eram, ao mesmo tempo, adversários e aliados de outros europeus e indígenas. Ocorrida na região compreendida entre o litoral do atual estado de São Paulo e o do Espírito Santo, ela foi marcada por uma série de combates localizados e incursões de ataque e apresamento de escravos, envolvendo autoridades e colonos portugueses, jesuítas, militares e comerciantes franceses, guerreiros e chefes tupiniquins e tupinambás, que se estendeu de meados dos anos 1540 até pelo menos a década de 1590.

O termo tamoio (ou tamuya), na língua tupi, significa "avós", "mais velhos" e designava os tupinambás localizados entre o litoral norte do atual estado de São Paulo até Cabo Frio-RJ, adentrando pelo interior ao longo do vale do rio Paraíba do Sul. Viviam de agricultura, coleta e caça, organizavam-se em redes de aldeias de 300 a 2 mil moradores, não tendo outra autoridade política articuladora além dos acordos conjunturais entre os chefes locais. Guerras com outras etnias ameríndias eram constantes e tinham papel fundamental em sua organização social, movida pela vingança contra os inimigos e marcada por ritos de sacrifício e antropofagia. Se os vizinhos tupiniquins eram seus principais adversários, a partir de meados dos anos 1550, os tamoios passaram a se opor a outro grupo tupinambá, os temiminós, "mais novos" ou "netos" em tupi. Sob a liderança do chefe Maracajáguacu, ou Gato Grande, os temiminós viviam na atual Ilha do Governador e se distinguiram dos tamoios pela aliança que travaram com os portugueses. Esses, em 1555, livraram os índios

de Gato Grande do cerco tamoio e os transportaram de navio até o Espírito Santo, abrigando-os em um aldeamento e deles se servindo para a defesa da capitania contra os goitacás.

Quanto à relação dos tamoios com os portugueses, há relatos de que ela foi relativamente amistosa nos primeiros contatos, ainda na década de 1530. Mas isso se alterou com o desdobramento da colonização. Um primeiro motivo estaria no fato dos colonizadores, por seu pequeno número, precisarem se aliar com algum dos grupos indígenas existentes para poderem se estabelecer em terra, o que fazia com que, tendencialmente, se tornassem adversários dos indígenas inimigos dos seus aliados. Dessa forma, os portugueses, em São Vicente, se aliaram com os tupiniquins, antigos inimigos dos tamoios, e esses ligaram-se aos franceses, rivais dos portugueses. Mas o motivo mais relevante da indisposição tem a ver com as violências e traições que os colonos passaram a impor, cada vez mais, aos tupinambás.

Na origem da violência estava a dinâmica da colonização que se enraizava em torno das vilas portuguesas de São Vicente e Santos, no litoral de São Paulo. Essa região concentrava, desde 1532, um dos primeiros núcleos de engenhos de açúcar das colônias de Portugal na América, financiado por capitais holandeses e italianos, movidos a trabalho escravo de indígenas. Em 1548, havia pelo menos seis engenhos com cerca de 3 mil índios cativos e 600 portugueses. Essa crescente demanda por escravos indígenas foi lenha na fogueira dos conflitos, que passaram a ser estimulados pelos lusos visando ter novos escravos graças aos prisioneiros feitos pelos seus aliados tupiniquins, o que, por sua vez, acirrou a lógica da guerra de vingança pelos tamoios.

A situação se complicou quando, em 1555, os franceses, há décadas comerciando pau brasil com seus aliados tamoios, se estabeleceram no forte Coligny, construído numa ilha no meio da baía da Guanabara, quando ainda não havia a cidade do Rio de Janeiro. Iniciava, assim, a breve experiência da França Antártica. Experiência

plural e conflituosa. Sem deixar de negociar pau Brasil, ela abrigava tanto um projeto católico e monárquico de exploração agrícola escravista, localizada no núcleo de Henrville, no continente, quanto um projeto calvinista, também estabelecido no continente, mas separado tanto dos católicos quanto dos indígenas, com quem, no entanto, estabeleciam uma pedagogia da conversação, marcada por uma convivência sem mescla. Para fazer frente a todas essas ameaças, a Coroa portuguesa enviou uma frota sob comando do terceiro governador-geral, Mem de Sá, para destruir a fortaleza francesa. Contando com a participação de tupiniquins, temiminós, colonos vicentinos e baianos, a expedição de Mem de Sá tomou e arrasou, em 1560, o forte Coligny, anulando a base francesa na Guanabara, que, no entanto, continuava sem ocupação definitiva portuguesa.

A destruição do forte francês era uma das iniciativas de um conjunto articulado de campanhas levadas a efeito por Mem de Sá, governador-geral de 1557 até 1572, empenhado em efetivar os objetivos definidos, em 1548, na instalação do Governo Geral. Ou seja, ele fazia de tudo para suprimir as ameaças ao domínio lusitano na América: os franceses, sem dúvida, mas acima de tudo as diversas etnias de indígenas indóceis, infinitamente mais numerosas. Caetés em Pernambuco, tupiniquins de Ilhéus e Espírito Santo, tupinambás do recôncavo baiano e da Guanabara. Contra todos eles, Mem de Sá combateu, destruiu aldeias, escravizou e encheu as praias de corpos. Em carta de 1559 à rainha regente, o próprio Mem de Sá relatou que “na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete léguas da vila. (...) Antes da manhã, às duas horas ataquei a aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir. Na vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás. O gentio reunido seguia-me ao longo da praia. Fiz algumas emboscadas contra eles (...). Eles lutaram no mar de tal forma que nenhum tupiniquim ficou vivo. E os trouxeram todos para terra e os colocaram ao longo da praia em ordem e seus corpos ocuparam quase uma légua” (Nóbrega, 1559 apud Almeida, 2000, p.45)

A guerra de resistência dos tamoios tornava-se, a partir de então, a porção meridional da grande guerra colonial orquestrada pela coroa portuguesa e que era parte de um plano maior de imposição de pleno domínio sobre os indígenas americanos. Para tanto, desde 1548, o regimento do Governo Geral estabelecia a primeira política da monarquia do que deveria ser feito com os índios do Brasil. Ela era pautada pela submissão, que poderia se dar por dois caminhos: o “pacífico”, do aldeamento gerido pelos jesuítas, e aquele efetivado pelo uso direto da força contra os resistentes, a guerra justa, que tornava legítima, pelas leis do reino, a

escravização dos sobreviventes. Desse último caminho cuidava melhor que ninguém a espada de Mem de Sá e, para tanto, tinha o apoio incondicional dos jesuítas.

Chegados em 1549, com a implantação do Governo Geral, depois de tentarem a missão baseada somente no convencimento, os jesuítas logo perceberam que era difícil retirar os hábitos tradicionais indígenas, principalmente aqueles que consideravam mais atentatórios ao seu modelo de vida cristã: a antropofagia, a poligamia, o reconhecimento dos pajés, as bebedeiras de cauim. Os padres Nóbrega e Anchieta passaram a defender que o único modo de introduzir os gentios ao cristianismo era mediante o uso da força, “obligando-os a entrar” (compelle eos intrare) pelo medo. Sem índios aterrorizados não haveria disciplina e a possibilidade de sucesso da “via pacífica” do aldeamento. Nesta, mantinha-se a condição jurídica livre do indígena, mas sob a tutela dos padres, sendo vista como uma alternativa de sobrevivência e adaptação por certos grupos ameríndios diante da violenta expansão do colonialismo, como parece ter sido a percepção dos temiminós.

Por isso, no contexto da guerra aqui tratada, os jesuítas sempre estiveram ao lado das iniciativas bélicas da coroa contra os tamoios e outros indígenas indóceis. E esses só cresciam, com o alastramento das doenças trazidas pelos europeus – que foram o maior fator de extermínio – e com o aprofundamento das práticas de exploração e escravização pelos colonos portugueses. De tão intensas, essas práticas corroeram alianças até com muitos dos antigos aliados tupiniquins, como ocorreu na passagem para a década de 1560. Houve, então, um racha entre os tupiniquins, havendo uma parte que partiu para o ataque aos portugueses, cercando a vila de São Paulo em 1561. Esse é o contexto da tão falada embaixada dos padres Nóbrega e Anchieta junto aos tamoios da aldeia de Iperoig (atual Ubatuba-SP), que pode ser entendida como uma tentativa dos padres tirarem vantagem da adversidade, mobilizando a seu favor a lógica tradicional de alianças das guerras intertribais.

O “tratado de Paz de Iperoig” conseguido pelos jesuítas, em 1563, e há séculos incensado por relatos religiosos e de história como exemplo de bondade conciliatória cristã, foi, no entanto, a redefinição das alianças entre os grupos para dar novo encaminhamento à guerra. Os jesuítas aproveitaram o levante de tupiniquins para estabelecer um acordo entre os velhos inimigos deles, os tamoios, com os portugueses. Não foi paz no sentido de fim definitivo do conflito, mas paz momentânea com os portugueses e nova aliança destes com alguns tamoios para guerrear contra a parte dos tupiniquins que se haviam rebelado. E, mesmo assim, foi uma paz limitada à aldeia de Iperoig, não respeitada pela grande maioria dos tamoios, que viviam na baía

da Guanabara e continuaram com seus ataques de esquadrões de canoas e chuvas de flechas.

Junto a colonos de São Vicente, Nóbrega e Anchieta escreveram a autoridades solicitando a fundação de um núcleo definitivo de povoamento português na Guanabara, foco maior de contestação. Com esse fim, duas armadas foram organizadas. A primeira, enviada em finais de 1563, comandada por Estácio de Sá, sobrinho do governador Mem de Sá, juntou colonos, os temiminós do Espírito Santo, agora sob comando do chefe Arariboia, e tupiniquins organizados pelos jesuítas de São Vicente e partiu para a Guanabara. Em 1565, aí lutou e fundou um primeiro arraial português, no continente, aos pés do Pão de Açúcar, considerado, não sem controvérsias, o primeiro núcleo da atual cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, foram distribuídas as primeiras terras pelo sistema de sesmarias, sendo as maiores doadas à câmara e aos jesuítas, que assim iniciavam a acumulação de seu grande patrimônio fundiário, base material de sustentação de seu trabalho de catequese.

A segunda armada, de 1567, foi liderada por Mem de Sá e veio reforçar a ocupação iniciada por seu sobrinho. Ela mudou o núcleo urbano para área com mais capacidade de expansão, mas ainda assim defensável, como era o Morro do Castelo. Mais importante, ela se empenhou na destruição das principais aldeias de tamoios da Guanabara. Em acirrado embate, tomaram a aldeia de Uruçumirim e também atacaram o reduto tamoio de Paranapecu, escravizando os tamoios rendidos. Consolidaram, assim, a cidade do Rio de Janeiro, logo transformada na mais importante de toda a parte sul da América portuguesa. Em recompensa, os combatentes temiminós receberam terras em sesmaria onde hoje é a cidade de Niterói, constituindo aí o aldeamento de São Lourenço, que também deveria servir como baluarte de defesa contra ataques de eventuais inimigos.

Milhares de tamoios sobreviventes encontraram-se com os do Cabo Frio, mais ao norte. Aí eles foram

atacados, em 1575, pela expedição do governador Antônio de Salema, formada por colonos do Rio de Janeiro, de São Vicente e índios aliados. Ocorreu violento confronto, conforme correspondência do jesuíta Luiz da Fonseca, em que portugueses teriam matado 2 mil índios e escravizaram outros 4 mil, que foram distribuídos entre os colonos das capitanias do sul. Os sobreviventes dispersaram-se para o interior ou o norte. Um núcleo deles permaneceu no vale do Paraíba. Deles são as últimas notícias que se têm dos tamoios, por meio do aventureiro inglês Antony Knivet que, por volta de 1597, viveu entre eles por mais de um ano, seguindo milhares de tamoios para o litoral, até cerca de Peruíbe, onde foram combatidos e escravizados por nova expedição de Martim Correia de Sá. Como não é fácil identificar um início para a guerra também não é fácil precisar o seu fim. As notícias sobre conflitos com tamoios rarearam a partir do início do séc XVII.

Bibliografia Básica

ALENCAR, Agnes. "A silenciosa construção de uma guerra: uma França Antártica indígena". Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n 12, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas. Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais. 2a Edição Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. "Notícias de uma certa confederação tamoio". Maná, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 2010.



Ocupação indígena da Cargil no Baixo Tapós, fevereiro de 2026

Tiradentes, ontem e hoje

Ruy Mauro Marini. Publicado originalmente em *El Día, Testimonios y Documentos*, México, em 15 mayo de 1968. Retirado do site: www.horadopovo.com.br

Apresentação (Hora do Povo)

Este texto de Ruy Mauro Marini, intitulado “Tiradentes ontem e hoje”, que temos a satisfação de publicar nesta edição do HP, é um dos melhores já escritos sobre o alferes de Minas e o início da revolução de libertação do Brasil. Foi elaborado em maio de 1968, durante o exílio de Marini no Chile. O artigo, traduzido por nós, é inédito no Brasil e foi publicado por *El Día, Testimonios y Documentos*, do México. A seriedade e a profundidade com que o autor descreve os acontecimentos do final do século XVIII no Brasil coloca a análise num patamar substancialmente mais elevado do que a maioria das outras feitas sobre o mesmo tema.

Ao analisar as causas do movimento, Marini, um dos grandes personagens da intelectualidade brasileira, vai na essência dos fatos. Começa pela base econômica criada pelo ciclo do ouro. Destaca que a atividade mineradora gera, por suas características mais flexíveis e dinâmicas – se comparada à economia açucareira – um vigoroso mercado interno. Surge então, a partir da mineração, uma integração com outras estruturas produtivas do país até então isoladas. Todo esse processo propicia o surgimento, bem no coração do país, segundo o autor, de “um sentimento de nacionalidade” e da aspiração pela liberdade e justiça.

Marini demonstra, portanto, que é neste contexto de efervescência que nasce a Inconfidência Mineira. O autor destaca um aspecto central para o entendimento das causas mais profundas da Inconfidência: a destruição de fábricas e a proibição da existência de qualquer manufatura no Brasil, particularmente na área têxtil, decisão tomada em 1785 pela Coroa portuguesa. Ele mostra que na época da eclosão do movimento a mineração já estava em decadência e que, diante desse fato, a metrópole resolve intensificar a exploração, impondo assim uma forte restrição ao desenvolvimento das forças produtivas nascidas na colônia. Essa decisão contraria frontalmente os interesses da população e abre a crise revolucionária, que só terá seu desfecho trinta anos depois.

Mesmo convivendo com algumas influências de setores que subestimam a Inconfidência Mineira e o papel cumprido por Tiradentes no movimento – muito

comuns na época da elaboração do artigo, e até hoje – Marini destaca fatos que contestam essas visões. Num trecho de seu texto isso fica claro: “(...) esta data [da Inconfidência] simboliza um episódio decisivo no processo de formação da moderna nação brasileira”. E sobre o papel do alferes ele destaca: “(...) segundo os autos do processo e os testemunhos da época, a serenidade e a firmeza de Tiradentes na prisão e na morte, deixaram profunda impressão na mente do povo e lhe valeram o título de ‘mártir da Independência’ (...)”.

É também nesses mesmos autos, citados por Marini, que estão presentes diversos outros testemunhos de que o alferes, ao contrário do que apregoam alguns, não foi apenas um “agitador”, mas foi efetivamente o principal dirigente do movimento revolucionário. Esses documentos mostram que ele foi também o principal formulador do programa que propugnou a Independência, a República, a industrialização, a mudança da capital e o ensino universal. Os setores mais ilustrados do levante, bem ou mal, seguiram sob sua direção.

É verdade que a abolição não fazia parte dos objetivos dos inconfidentes. Mas, apesar de Marini não citar, a ideia era defendida por Tiradentes e por alguns outros inconfidentes. Ela só não foi colocada no programa porque não era consenso entre os participantes do movimento. Foi por isso que a bandeira abolicionista ficou para um outro momento. Por sua vasta experiência como dirigente político, Marini entende com facilidade que a vanguarda muitas vezes tem que concentrar esforços nos objetivos mais fundamentais para cada momento. Faz parte do papel de direção tomar essas decisões, muitas vezes difíceis, para que as coisas possam avançar. Foi exatamente o que Tiradentes fez. Ademais, apesar de realmente ter havido mais de um delator, foi a traição de Silvério dos Reis, a mais determinante para a derrota do movimento. E se o movimento abolicionista e republicano de meados do século XIX tenha querido dar um tom messiânico a todo o processo, pouca importância tem, perto do conjunto da análise de Marini.

As articulações com os líderes da independência americana e da revolução francesa em busca de apoio, levadas a efeito pelos revolucionários, foram realizadas com a participação direta de Tiradentes e do estudante

brasileiro em Coimbra, José Joaquim da Maia. Há provas documentais disso, muitas das quais já tivemos oportunidade de publicar no HP. Neles, fica muito claro que Tiradentes dirigiu praticamente todos os passos do movimento, desde seu início em 1785. Então, a decisão de matá-lo [Tiradentes], e não aos outros, por parte da Coroa, tem sim uma lógica colonialista clara. Não é por ele ser o “elo mais fraco” do movimento que assim ocorreu. Pelo contrário. É exatamente por ele ter cumprido o papel de direção do movimento. Ele foi morto e esquartejado por isso, porque era, para a Coroa, o mais perigoso dos dirigentes da revolução e não porque era o menos.

Mas, vamos parar por aqui essa nossa introdução e convidá-los, caros leitores, para que se deliciem com esse excelente texto de um intelectual mineiro, de Barbacena, que foi desbravador da teoria da dependência e que, junto com Darcy Ribeiro, ajudou a construir a UNB como modelo de universidade progressista e contestadora. Marini, como Tiradentes, foi também um personagem perseguido no Brasil por defender as idéias de independência nacional, da liberdade e do socialismo. Boa leitura!

S.C.

Tiradentes, ontem e hoje - Ruy Mauro Marini

A história dos povos é sempre uma mescla de fantasia e de realidade. O último 21 de abril (1968) marcou o 176º aniversário de morte de uma das figuras mais lendárias da história do Brasil, o Tiradentes. Porém, mais do que representa hoje para a imaginação popular, esta data simboliza um episódio decisivo no processo de formação da moderna nação brasileira.

Com efeito, a conspiração concatenada em 1789 na capitania de Minas Gerais contra a Coroa de Portugal, que passou à história com o nome de “Inconfidência Mineira”, e da qual resultou a execução de Tiradentes, tem um duplo significado. Por um lado, encerra uma fase da conversão da América portuguesa em uma nova nação, fase que corresponde ao chamado “ciclo do ouro”. Por outro lado, se integra na série de lutas políticas que conduzirão, trinta e três anos depois, à supressão do jugo colonial português e à emergência do Brasil para a vida independente.

O CICLO DO OURO

O ciclo da mineração do ouro e diamantes por que passou o Brasil no século XVIII não interessa apenas à história deste país, nem sequer se refere exclusivamente às suas relações com a metrópole portuguesa. O ouro brasileiro, que por intermédio de Portugal, se espalhou pelo mercado europeu, desempenhará um papel relevante no desenvolvimento do capitalismo industrial no velho continente, particularmente na Inglaterra. Proporcionando a base necessária para uma expansão sustentada dos meios de pagamento, contribui para ampliar as relações de trabalho assalariado e, portanto, para a superação das antigas relações feudais de produção. Além disso, sendo responsável pela depreciação constante do valor da moeda, se traduz em baixas de salários e de rendimentos fixos,

que aceleram a concentração do capital nas mãos dos grupos empresariais burgueses da cidade e do campo.

Para o Brasil, o florescimento da economia mineira oitocentista tem outras implicações. Antes de mais nada, desenvolve na região central do Brasil uma zona de produção que vincula organicamente as duas áreas que a colonização havia criado nos séculos precedentes: a área da economia açucareira de exportação, já então em decadência, localizada no Nordeste e tendo como centro de gravitação os atuais estados da Bahia e Pernambuco; e a área ligada à Capitania de São Vicente, dedicada principalmente a atividades de subsistência e de criação de animais domésticos, que partia do Rio de Janeiro até o Sul, e tinha São Paulo como núcleo vital. A formação da capitania de Minas Gerais (1720), e o auge que ali atinge a exploração mineira, modifica sensivelmente essa situação; e se constitui num dos fatores que explicam porque, no momento da independência, a antiga colônia portuguesa não sofrerá um processo de fragmentação similar ao que ocorreu na América espanhola.

Com efeito, partindo das montanhas de Minas, e remontando o território no sentido das encostas dos rios, de onde se extraía o ouro e os diamantes, o ciclo da mineração implicou no deslocamento da colonização para o interior, com tudo o que isso acarretava em matéria de criação de uma infra-estrutura de transportes, que ligará a região com os portos mais próximos. Compreende-se assim que a antiga capital brasileira, a cidade de São Salvador, na Bahia, deve ceder seu posto ao Rio de Janeiro, em situação muito melhor para cumprir essa função. Por outra parte, tratando-se de uma atividade altamente especializada, e que lutava inclusive com a escassez de mão de obra, a economia mineira das montanhas não podia prover sua subsistência, mas dispunha de poder de compra

suficiente para absorver, e ainda induzir sua criação em outras áreas; nasce assim um processo intensivo de intercâmbio, que cria as condições para o surgimento de um mercado interno nacional e se constitui, por isso mesmo, num elemento de importância fundamental para a formação da nacionalidade.

A SOCIEDADE MINEIRA

O desenvolvimento da mineração teve outras repercussões. Ao contrário do que se passou com o ciclo do açúcar, que, exigindo uma inversão inicial forte e um prazo relativamente longo de maturação que acabou conduzindo ao estabelecimento de uma aristocracia rural, de base rigidamente escravista, o ciclo do ouro vai levar a uma estrutura social muito mais aberta e urbanizada. De fato, o ouro, como os diamantes, era de aluvião, o que quer dizer que sua exploração não demandava uma tecnologia elaborada ou um capital mínimo de grande magnitude; não implicava sequer a valorização da terra, já que, sendo curta a vida de uma lavra, não era a propriedade do solo o que contava, mas sim a necessidade do direito de extração (e a Coroa Portuguesa, reservando-se o monopólio das riquezas minerais, contribuía para que assim fosse). O caráter instável e os riscos físicos que disso derivavam faziam, por outro lado, com que as famílias não acompanhassem seu chefe, e se fixassem nos centros urbanos.

As oportunidades de enriquecimento fácil que se configuravam nessa situação induziram um surto demográfico considerável, seja pelo deslocamento interno de população, seja por imigração desde o continente europeu. As estimativas indicam que a população da colônia havia crescido muito lentamente nos séculos XVI e XVII (de 100 mil habitantes em 1600 passará a um máximo de 300 mil em 1700), mas aumentou fortemente no século XVIII (cerca de 3 milhões 250 mil pessoas em 1800). Uma terça parte, pelo menos, estava constituída por negros escravos; a população de origem europeia era de aproximadamente 30 mil pessoas em 1600, de pouco menos de 100 mil em 1700, e superior a 1 milhão no fim do século XVIII, havendo pois acelerado o seu aumento de maneira extraordinária.

Uma das características da corrente imigratória consistia em que já não se compunha fundamentalmente, como antes, de membros das classes ricas, que chegavam na colônia munidos de títulos ou de capital suficiente para prosperar, mas de elementos de extração social mais humilde – havendo contribuído fortemente neste sentido a desorganização das manufaturas portuguesas, acarretada pela penetração crescente dos produtos ingleses na metrópole. Por outro lado, os mesmos nativos pobres, os homens livres da sociedade açucareira do nordeste,

que estavam se constituindo num problema social, pela falta de oportunidades de emprego, encontraram nas minas um lugar na estrutura de produção. Os escravos das minas, diferentemente do que ocorreu no nordeste, não se constituíam na maioria da população e – recorrendo um pouco o que se passou na Grécia antiga, quando da expansão comercial – chegavam às vezes a trabalhar por conta própria, entregando ao senhor parte do adquirido e acumulando os meios necessários para comprar sua libertação.

Nos marcos dessa estrutura social relativamente flexível, as atividades urbanas se dinamizaram. O comércio era intenso em Vila Rica, capital da província. Se desenvolvia também o artesanato, sobretudo a ourivesaria, assim como a forja e a fundição de ferro, com base na abundante matéria-prima local. Finalmente, se expandem as manufaturas têxteis, atividade tradicional e indispensável naqueles lugares distantes dos centros industriais europeus.

METRÓPOLE VERSUS COLÔNIA

Na fase de expansão açucareira brasileira, Portugal desempenhava um papel decisivo, seja provendo a mão de obra e o capital necessário à implantação das unidades de produção, seja assegurando, em aliança com a Holanda, o transporte e a distribuição do produto nos mercados europeus. Depois de instalada a estrutura produtiva na colônia, esta se demonstrou capaz de prover uma boa parte de sua subsistência, mediante a diversificação da produção, ao mesmo tempo que seguia dependendo da metrópole para a venda de sua mercadoria. Vale dizer que existia uma complementariedade objetiva entre metrópole e colônia, feita ainda mais harmônica em virtude de que Lisboa não interferia nas atividades de produção, limitando-se a atuar na área da circulação.

Diversa será a situação configurada quando há o desenvolvimento da mineração. Antes de mais nada, a especialização deste ramo de produção e o poder de compra que gera na colônia transforma essa em um mercado em expansão para os bens importados, sobretudo manufaturas que Portugal não estava em condições de prover. O papel que assume, pois a metrópole, valendo-se do monopólio colonial, será o de simples intermediário entre os centros manufatureiros – essencialmente Inglaterra – e o mercado brasileiro, com o que se caracterizará claramente como um parasita, cuja existência não faz mais do que encarecer o preço dos artigos de consumo.

Por outro lado, mediante o sistema de concessões e as consequentes obrigações fiscais, a metrópole estará diretamente presente nas atividades de produção. Sua

atitude é intolerante e voraz: reservando-se, inicialmente, um quinto da produção total, acaba por fixar uma quantidade determinada como mínimo a que deveria se somar ao referido quinto. Desta maneira, a porcentagem passava a representar um valor absoluto que tendeu a fixar-se no máximo previsto pelo erário português para a colônia na fase do auge da exploração aurífera.

Contudo, esse auge durou pouco, pelo esgotamento das precárias reservas disponíveis, tanto de ouro como diamantes. Com a ganância de prolongar o ciclo, as expedições exploratórias se internalizaram terra adentro, rasgando a região em diferentes direções, conformando e consolidando a extensão territorial do Brasil atual. Isso não impediu que a exportação de ouro, que no seu ponto máximo (1750-1760) era em média de 2 milhões de libras, declinasse rapidamente, não alcançando, já em 1780, nem um milhão de libras; a exportação de diamantes seguiu a mesma tendência. A economia mineira entrará definitivamente em decadência e, até finais do século, não terá já maior importância na vida econômica da colônia.

Assim não viu, o que não quis ver, Portugal. Frente à caída dos ingressos públicos provenientes das imposições sobre o ouro, reage, por um lado, tratando de liberar mão de obra para as atividades de mineração (no momento em que a redução dessas atividades produzia já um excedente da mão de obra existente); por outro lado, endurecendo as medidas administrativas, como se a queda da produção fosse mais um problema policial. Assim, em 1766, proíbe as atividades das oficinas de ourives e, em 1785, vai todavia mais longe, suprimindo as fábricas e manufaturas de todo tipo na colônia. Ao mesmo tempo, lança mão de um procedimento conhecido como “derrama”, que consistia na execução judicial e o confisco dos bens de quem não estivesse em condições de pagar os impostos em ouro.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A última “derrama” anunciada por Portugal, em 1789, constitui precisamente na causa imediata da Inconfidência Mineira, movimento conspiratório no qual se mesclam ideais políticos e interesses pessoais ameaçados. Deficientemente planejado, carente de direção e falhas em sua organização, o movimento arrasta, sem dúvida, a personalidades representativas do meio cultural, político, militar e religioso da capitania, e – segundo alguns documentos sugerem – conta não somente com o apoio de comerciantes locais e do Rio de Janeiro, como também com amplas simpatias populares. Se explica assim que, alarmada pelo curso

dos acontecimentos, a metrópole, ao mesmo tempo que aplastra no nascedouro a conspiração, suspende também a ordem da “derrama” e abandona definitivamente essa prática no futuro.

Mesmo que não falte documentação sobre a Inconfidência, e existam inclusive bons estudos sobre a matéria, a fantasia histórica tem retocado consideravelmente sua imagem. De uma maneira geral, e talvez involuntariamente, tem se dado traços que aproximam o martírio de Tiradentes à Paixão de Cristo. Isto aparece na redução dos conjurados a 13, quando o processo judicial alcançou a 29 pessoas (das quais três morreram no curso do mesmo) e as condena, a onze; é visível também na eleição de Judas, o coronel português Joaquim Silvério dos Reis, apesar de que a história registra pelo menos dois nomes mais de denunciante; se cristaliza enfim o retrato de Tiradentes, com sua túnica branca de condenado, com seus cabelos longos e as largas barbas de profeta bíblico.

É, com efeito, na caracterização do alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de Tiradentes, que a lenda adquire toda a sua dimensão. O exame dos fatos tende a mostrar que esse humilde oficial – que tinha também a profissão de dentista (de onde vem o apelido de “Tiradentes”), – foi na conjura mais um enlace e um agitador, que um dirigente ou um organizador. Este é, porém, o papel que lhe é atribuído pela história.

A atitude da Coroa portuguesa no processo judicial contribuiu, sem dúvida, para isso, já que lançou toda a sua força repressiva contra esse elo mais frágil da cadeia conspirativa: a todos os condenados indultou com o exílio, a ele o condenou “à morte natural para sempre”, na forca, ao esquartejamento, e a exibição pública de seus restos, para servir de lição. Também é verdade que, segundo os autos do processo e os testemunhos da época, a serenidade e a firmeza de Tiradentes na prisão e na morte, deixaram profunda impressão na mente do povo e lhe valeram o título de “mártir da Independência”. Qualquer que seja a verdade, Tiradentes se converteu, postumamente, na figura máxima e no símbolo das aspirações brasileiras à liberdade.

O MITO E A REALIDADE

Se passa muitas vezes ao largo o fato de que, em seu plano programático, os inconfidentes estiveram sob influência de alguns movimentos precedentes, já que postulavam a separação de Portugal e a instituição da república. A simpatia de seus elementos mais cultos pelo ideário dos revolucionários franceses não foi suficiente para levá-los a preconizar também a supressão do regime escravo. Por outro lado, a dupla meta que propunham – independência e república – só

posteriormente foi aceita pela ideologia oficial brasileira, já que a independência conquistada em 1822 não conduziu a um regime republicano, senão a uma monarquia. A consigna republicana da Inconfidência teve que esperar, pois, até 1889, ou seja, um século, para ser reconhecida oficialmente.

As características do movimento de 1789 explicam que tenha sido visto normalmente com desconfiança nas esferas governamentais, e que as correntes políticas de vanguarda o tenham sempre tomado como bandeira contra o status quo. Foi o que ocorreu em meados do século passado (XIX), no reinado de D. Pedro II, quando a monarquia tentou inutilmente opor-se ao movimento de opinião republicana, forte principalmente entre a juventude universitária, que buscou reavivar a memória de Tiradentes construindo-lhe um monumento no Rio

de Janeiro. É o que se passa em nossos dias, quando o atual regime militar se irrita visivelmente sempre que as manifestações de homenagem a Tiradentes escapam do marco oficial, e se enfatiza o caráter libertador e anti-colonialista da Inconfidência Mineira.

É por isso que, a quase dois séculos de sua morte, Tiradentes continua ameaçadoramente erguido frente às forças da exploração e da opressão. Na história, a fantasia pode ser, com efeito, mais real que os fatos mesmos, já que ao reivindicar seu passado, o povo o faz à medida das lutas presentes, projeta sobre ele suas esperanças e suas aspirações e o converte em ação. Mais do que conservar a história, se preocupa em fazê-la, e é como a transforma em força viva de mudança e em parteira de um mundo melhor.



Prisão de Tiradentes (Antônio Parreiras, óleo sobre tela, 1914)

Cabanagem, 1835



III BRASIL IMPÉRIO



Revolta dos Malês, 1835.



Bandido Negro

castro alves

*Trema a terra de susto aterrada...
Minha égua veloz, desgrenhada,
Negra, escura nas lapas voou.
Trema o céu ... ó ruína! ó desgraça!
Porque o negro bandido é quem passa,
Porque o negro bandido bradou:*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*Dorme o raio na negra tormenta...
Somos negros... o raio fermenta
Nesses peitos cobertos de horror.
Lança o grito da livre coorte,
Lança, ó vento, pampeiro de morte,
Este guante de ferro ao senhor.*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*Eia! ó raça que nunca te assombras!
Pra o guerreiro uma tenda de sombras
Arma a noite na vasta amplidão.
Sus! pulula dos quatro horizontes,
Sai da vasta cratera dos montes,
Donde salta o condor, o vulcão.*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*E o senhor que na festa descanta
Pare o braço que a taça levanta,
Coroadas de flores azuis.
E murmure, julgando-se em sonhos:
"Que demônios são estes medonhos,
Que lá passam famintos e nus?"*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*Somos nós, meu senhor, mas não tremas,
Nós quebramos as nossas algemas
Pra pedir-te as esposas ou mães.
Este é o filho do ancião que mataste.
Este — irmão da mulher que manchaste...
Oh! não tremas, senhor, são teus cães.*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*São teus cães, que têm frio e têm fome,
Que há dez séc'los a sede consome...
Quero um vasto banquete feroz...
Venha o manto que os ombros nos cubra.
Para vós fez-se a púrpura rubra,
Fez-se a manto de sangue pra nós.*

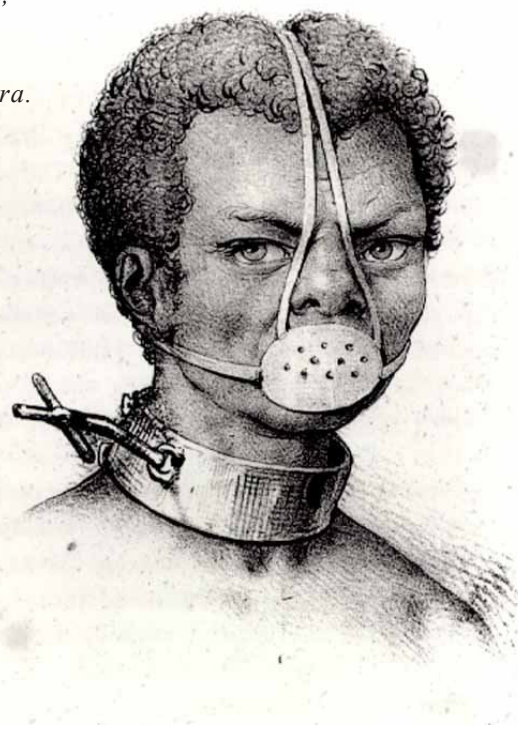
*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*Meus leões africanos, alerta!
Vela a noite... a campina é deserta.
Quando a lua esconder seu clarão
Seja o bramo da vida arrancado
No banquete da morte lançado
Junto ao corvo, seu lúgubre irmão.*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*

*Trema o vale, o rochedo escarpado,
Trema o céu de trovões carregado,
Ao passar da rajada de heróis,
Que nas éguas fatais desgrenhadas
Vão brandindo essas brancas espadas,
Que se amolam nas campas de avós.*

*Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.*



INDICAÇÃO DE FILME: *Malês* (2025). **Direção:** Antônio Pitanga. **Sinopse:** retrata a Revolta dos Malês, insurreição que mobilizou a população negra de Salvador contra a escravidão em 1835. A revolta foi chefiada por africanos muçulmanos e encabeçada por líderes como Pacífico Licutan.

Revolta dos Malês: A grande insurreição dos escravos baianos

Clóvis Moura. Primeira publicação: Revista Brasileira, n.º 16, março/abril de 1958.

Fonte: Biblioteca Nacional. Transcrição: Lucas Silva.

A última grande revolta de escravos da Capital baiana e a que obteve maior ressonância histórica foi – sem sombra de dúvidas – a de 1835. Dirigida por escravos Nagôs, englobará, contudo, entre seus dirigentes, negros de diversas outras “nações” africanas, principalmente Tapa. Demonstrará que os escravos já haviam sedimentado um certo nível organizativo e assimilado uma tradição de luta contra seus senhores, através do longo rosário de lutas que foi levantado durante o transcurso da primeira metade do século XIX.

É verdade que ainda não possuímos – nem era logicamente possível nas condições em que se encontravam – um programa político. A única consigna capaz de uni-los era, segundo pensamos, a conquista da liberdade, o fim do cativeiro. Procuraram, deste modo, tirar das lutas passadas que se sucederam na Província, o máximo de ensinamentos “a fim de matarem todos os brancos, pardos e crioulos”(1).

A revolta dos escravos baianos de 1835, em consequência, não será uma eclosão violenta e espetacular apenas, surgida de um incidente qualquer e sem plano preestabelecido, mas uma revolta planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo – fase obscura de aliciamento e preparação – sem a qual não se poderá compreender as proporções que alcançou em uma das principais províncias do Império.

O período organizativo da revolta que precedeu sua eclosão ainda não foi estudado com o interesse que o assunto merece. Nossos historiadores se interessam mais pela fase heroica do movimento, a luta de rua, sua parte dramática, desprezando o problema de como a revolução foi preparada.

Derrotada a última tentativa dos escravos, chefiada pelos Nagôs (1830), procuraram seus líderes se reorganizar e iniciar uma série de preparativos objetivando reiniciar a luta, reagrupar seus membros e dar início a nova revolta. Além das organizações existentes, constituídas de grupos de escravos que se reuniam regular e secretamente em vários pontos da Cidade do Salvador, como veremos mais adiante, criaram os escravos um “Clube”, também secreto, que funcionava na Barra (Vitória). Esse “Clube”

ficava localizado nos fundos da casa do inglês de nome Abrão e exerceu um papel dos mais importantes na estruturação e deflagração do movimento. Era uma casa de palha construída pelos próprios escravos para suas reuniões(2). Seus cabeças mais ativos eram os escravos Nagôs: Diogo, Ramil, James, Cornélio, Tomás e outros. Reuniam-se regularmente para discutirem juntos os planos da insurreição, muitas vezes conjuntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade e de negros de “saveiros” de Santo Amaro e Itaparica com quem tinham contato e contavam para o êxito do levante.

Esse “Clube” funcionara ativa e regularmente desde muito antes da insurreição. No mês de novembro do ano anterior à deflagração da revolta armada, já havia contra ele denúncia feita pelo Inspetor de Quarteirão Antônio Marques ao Juiz de Paz do Distrito. Dirá o Inspetor, em depoimento, que “no mês de novembro do ano passado conhecera os escravos Diogo, Daniu, Jasmer e João, do inglês Abrão” e que por acaso a testemunha ali chegou como Inspetor “e que tudo tinha participado vocalmente ao Juiz de Paz”(3). Os membros do “Clube” possuíam um anel que os identificava e, pelo menos no dia do levante, vestiam-se de branco. Havia no “Clube” um escravo chamado Tomás que ensinava aos demais a escrever (certamente em caracteres arábicos): “escravo de Vulcherer cabeça do Clube mestre que ensinava a escrever”(4). Havia, também, um capitão. Os documentos mostram que esse “capitão” era o negro Sule, pertencente ao grupo do centro da cidade – o de Belchior – mas, provavelmente, tomando parte nas discussões e deliberações do “Clube”. Os escravos, nos seus primeiros depoimentos, referem-se a outro que “também chama-se capitão” e que “se sentava no canto da Caldeira do Largo da Victória”(5), sobre o qual nenhuma outra informação encontramos.

Outro lugar importante de reuniões era a casa do preto forro Belchior da Silva Cunha, segundo depoimento da preta velha Teresa. Ali encontravam-se os elementos mais importantes entre os conspiradores para discutirem detalhes dos seus planos. Na casa de Belchior aparecia amiudadamente, com outros negros um que se chamava Gaspar

da Silva Cunha, que também trabalhava na organização do levante. Nesse local faziam-se “ajuntamentos umas vezes de dia e outras de noite” (6). Recebiam os escravos que se reuniam na casa de Belchior – ainda segundo depoimento da escrava Teresa às autoridades – a visita amiudada de um mestre que “he escravo de um homem que faz fumo” e “mora junto a igreja do Guadalupe e he de Nação Tapa”. Esse escravo – esclarece por fim a escrava – era conhecido “pelo nome que possuía e que he Sanim por que é como ele (Belchior) o trata por não saber o nome que ele tem em terra de branco” e mais que os papéis apreendidos pela polícia eram feitos “pelo mesmo mestre”, “o qual negro quando está no brinquedo fala também língua de Nagou e he velho com alguns cabelos brancos” (7). Esse mestre não é outro senão Luís Sanim, um dos líderes mais destacados e diligentes do movimento. Na casa do forro Belchior reuniam-se os principais cabeças do levante, traçando planos e discutindo detalhes com elementos do recôncavo e de outras partes da cidade. Na delação da preta Tapa, Teresa encontramos os nomes de alguns deles: Ivá, Mamolin, Ojou e inúmeros outros.

Será ainda ponto de reunião a casa do alufá Pacífico Licutã que, no Cruzeiro de São Francisco, pregava abertamente aos demais escravos a necessidade da insurreição. Esse negro – um dos mais influentes dentre os líderes da revolta – sabia ler e escrever, ensinando aos demais os mistérios e rezas malês. Tendo sido depositado por penhora na cadeia, por dívida do seu senhor aos frades Carmelitas, dali assistiu impotente o desenrolar dos acontecimentos, tendo os escravos sublevados tentado libertá-lo durante a luta, sem o conseguir. O carcereiro dirá que “tendo sido Licutã recolhido em dias do mês de novembro, logo no dia seguinte teve muitos negros e negras que o fossem visitar e as visitas continuaram todos os dias e todas as horas”. Prova incontestável de seu prestígio frente aos demais escravos que se preparavam para a luta. Seus companheiros haviam mesmo reunido a quantia necessária para libertá-lo, não o fazendo em consequência da recusa do seu senhor.

Manuel Calafate será outro líder do movimento. Sua casa será o centro de reunião dos mais importantes. Na “loja” (8) do segundo prédio da Ladeira da Praça, onde morava, reunir-se-ão em conspirata todos os escravos das imediações. De lá partirão os primeiros tiros da insurreição, após denúncia feita contra eles. Além de Calafate, atuarão ao seu lado os escravos Aprígio e Conrado. Depois de sufocado o movimento ali será encontrada e apreendida farta quantidade de material: livros, tábuas, etc. Idêntico movimento encontramos na casa do haussá Elesbão Dandaró. Esse preto morava no Gravatá mas, para melhor aliciar adeptos, alugou uma tenda no Beco dos Tanoeiros, onde reunia os discípulos e os instruía. Difundia papéis com rezas muçulmanas, tábuas com

inscrições sediciosas, rosários malês, etc. Era, também, como Luís Sanim, mestre em sua terra e ensinava aos negros os preceitos e princípios do Islã.

Ainda tinham os escravos outro local muito importante para reuniões: era a porta do convento das mercês. Os negros que pertenciam aquele convento, dirigidos pelos escravos Agostinho e Francisco, juntavam-se aos de outras procedências, discutindo métodos de se libertarem. Segundo depoimento da época, surgido durante o processo contra um dos implicados, reuniam-se sempre pela manhã. Também atrás da rua do Juliano, na casa de um preto chamado Luís, os escravos faziam ponto de ajuntamento. Eram ainda locais concorridos de reuniões dos escravos: a casa do preto Ambrósio, de “nação” Nagô, residente ao Taboão, onde a polícia encontrará, nas suas buscas realizadas após o movimento, “papéis com escritos em caracteres arábicos”; a casa do crioulo José Saraiva e da preta Engrácia, onde foram descobertos papéis escondidos dentro de uma caixa; a “loja” da casa do inglês Togler, onde residiam negros forros, em cujo local foram achados manuscritos suspeitos; a casa do inglês Malon, onde a polícia descobrirá “vestimenta, tábuas para escrever e penas particulares dos ditos pretos e uma faca de ponta” (9). Havia, ainda, reuniões na casa do inglês Melors Russel, onde foram apreendidos inúmeros objetos. Numa “loja” do Largo da Vitória eles também se reuniam.

Além desses lugares principais ou pelo menos mais vulneráveis à repressão policial depois da insurreição, e de inúmeros outros que certamente existiram mas que é difícil ou quase impossível localizar, havia, certamente, em cada senzala ou reunião de escravos um desejo latente de rebelião. Havia, ainda, uma casa no Beco do Grelo onde eles se reuniam para deliberarem secretamente. Lá serão presos alguns escravos logo depois de sufocada a revolta.

Outras organizações e pontos de reuniões existiam ainda em diversos bairros da capital baiana ou no recôncavo. Do recôncavo, aliás, esperavam os escravos uma participação ativa dos seus companheiros que moravam naquela zona. Além disso, presumivelmente, mantinha ligações com escravos pernambucanos. No depoimento do escravo João há referências a um outro chamado Antônio, “vindo ultimamente de Pernambuco” e que participou da revolta. Como no citado depoimento encontramos os nomes dos senhores de todos os outros, menos do de Antônio, podemos levantar a hipótese de que ele se encontrava como elemento de ligação entre os escravos de Pernambuco e Bahia.

Podemos traçar, de um modo geral, o panorama, a rede organizativa dos escravos: dois grupos principais orientavam e dirigiam o movimento. O primeiro era o que se reunia na cidade, com ramificações em diversos lugares – Ladeira da Praça Guadalupe, Convento das

Mercês, Largo da Vitória, Cruzeiro de São Francisco, Beco do Grelo, beco dos Tanoeiros, e etc. - dirigido por Dandaré, Licutã, Sanim, Belchior, Calafate e outros – e o segundo formado por escravos pertencentes ao “Clube” da Barra, sob a direção de Jamil, Diogo, James, etc., certamente com ligações com outros grupos que não conseguimos identificar em nossas pesquisas. Esses dois núcleos principais, orientadores do movimento, mantinham-se em constante contato. O escravo João, no depoimento a que já nos reportamos, afirma que o de nome Sule (amásio de Guilhermina, delatora da revolta e que pertencia ao grupo de Belchior) reunia-se também no “Clube” da Barra. Diz o depoimento que houve certa vez um “jantar onde se reunião todos os escravos nagôs dos ingleses e muitos de saveiros... da cidade outros de Brasileiros, os quais he impossível declarar seus nomes porém que se recorda de um escravo de nome Diogo” e “outro de nome Sule que em sua terra he Capitão delles”(10).

Esses dois grupos principais manterão, por outro lado, ligações com os escravos do recôncavo baiano. Os negros de Santo Amaro, de Itaparica e de outros pontos vinham reunir-se aos da Cidade do Salvador para discutirem em conjunto os detalhes mais importantes do movimento. Aliás, será por conversa de saveiros que se referiam à presença, na cidade, de escravos vindos de Santo Amaro para uma conspiração que a escrava Guilhermina conseguirá a pista e denunciará a insurreição.

Ainda no plano organizativo, encontraremos uma particularidade importante: os escravos não se descuidarão do problema financeiro. Criarão um fundo para as despesas do movimento. A ideia desse fundo foi de Luís Sanim e, ao que parece, era executada por Belchior e Gaspar porque, logo depois de suas prisões – foram recolhidos ao Forte do Mar – ao dar a polícia busca em sua encontrou a quantia de setenta e nove mil e quatrocentos e oitenta réis. A preta Agostinha, respondendo a pergunta de seus inquiridores, afirmou que aquela importância pertencia a Belchior e “seus camaradas do Forte do Mar”(11). Como sabemos, esse fundo monetário era para recolher “meia pataca para dali retirarem vinte patacas para comprar roupas, sendo o excedente destinado a pagar semana a seus senhores ou para se forrarem”.

O fundo monetário para o movimento parece que não nasceu nos dias imediatamente anteriores ao levante: de há muito vinham os escravos amealhando penosamente dinheiro para as despesas do levante. Na revolta sufocada de 1844, ainda existirá esse fundo, certamente pela eficiência demonstrada durante o período da presente luta.

O plano militar foi elaborado antecipadamente e suas conclusões distribuídas entre os principais responsáveis por sua execução. Seria o seguinte, em resumo: partiria um grupo da Vitória, comandado pelos chefes do “Clube”, “tomando a terra e matando toda a gente da terra de

branco”, rumando para Água dos Meninos e, em seguida, marchando para cabrito, “atrás de Itapagipe”, onde se reuniram às demais forças e se juntariam aos escravos dos engenhos. Essas ordens foram também transmitidas em proclamações dirigidas pelos líderes aos demais negros com a assinatura de um que se intitulava Mala Abubaker(12).

Esse plano não foi rigorosamente executado, talvez em consequência da participação dos acontecimentos e consequente precipitação do início da luta em face da delação. Assim, não puderam contar com o fator surpresa, o que acarretou uma enorme desvantagem para eles. A negra Guilhermina, inteirada – através de conversa de alguns implicados na insurreição, entre os quais o próprio amásio – do que se tramava, apressou-se em denunciar o plano dos escravos às autoridades. Fez chegar ao conhecimento do Juiz de Paz do Distrito a notícia do levante e sua data, fato que foi imediatamente comunicado ao Presidente da Província. Sabedor de fatos tão graves tomou imediatamente todas as medidas repressoras: reforçamento da guarda, etc. A cidade ficou em pé de guerra. O chefe de polícia partiu imediatamente para o Bomfim, com o fito de evitar a junção dos escravos insurretos com os dos engenhos próximos.

Vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira: a situação não comportava mais esperas e na altura em que o movimento se encontrava não era mais possível recuar. As batidas se sucederam nas casas dos escravos.

Na noite de 24 de janeiro estourou o movimento armado. Os primeiros tiros partiram da casa de Manuel Calafate, na “loja” da segunda casa da Ladeira da Praça. “Sob a denúncia de que na loja da segunda casa da Ladeira da Praça estava reunido grande número de africanos – comenta Nina Rodrigues – foi esta cercada e, apesar das evasivas coniventes do pardo Domingos Martinho de Sá, principal inquilino do prédio, as autoridades penetraram nele e dispunham-se já às 11 horas da noite a dar minuciosa busca, quando de súbito se entreabriu a porta da loja e dela partiu um tiro de bacamarte, seguido da irrupção de uns 60 negros armados de espadas, lanças, pistolas, espingardas, etc., e aos gritos de mata soldado”(13).

De atacados, dentro da casa de Manuel Calafate, passaram à franca ofensiva. Após isso, dirigem-se para a ajuda, onde tentam arrombar a cadeia a fim de libertar seus presos, principalmente Pacífico Licutã. Não conseguido seu intento, o grupo de escravos marchou para o Largo do Teatro, onde travou combate com a polícia, derrotando-a mais uma vez. Tinham, com essa vitória, aberto caminho para suas forças até o Forte de São Pedro. Vendo ser impossível tomar o forte (de artilharia), os escravos vindos do Largo do Teatro tentarão estabelecer junção com outra coluna que vinha da Vitória, sob o comando dos dirigentes do “Clube” da Barra que já

havam conseguido unir-se, então, ao grupo do Convento das Mercês. Os escravos da Vitória atravessarão o fogo do forte e operarão a junção planejada. Em seguida a essa manobra abrirão caminho para a mouraria, empenhando-se novamente em combate com a polícia. Perderão no combate dois homens. Continuando, rumarão para a Barroquinha, de onde marcharam mais uma vez para a Ajuda, certamente com o objetivo de libertar Pacífico Licutã. Daí estabeleceram uma mudança de rumo na sua marcha: desceram para a Baixa dos Sapateiros, seguindo pelos coqueiros. Saíram na Água dos Meninos, na “Cidade Baixa”, onde travaram o combate definitivo com a polícia, de grandes proporções.

De parte das forças legais coube o comando ao próprio chefe de polícia que já havia recolhido as famílias à Igreja do Bonfim. Não sabemos os nomes dos chefes da parte dos insurretos.

Os escravos marcharam em grande número para o ataque, na madrugada do dia 25. Investiram sobre o forte de cavalaria com um heroísmo reconhecido pelos próprios adversários. Não lograram êxito, contudo. Logo na primeira investida foram asperamente atacados pelas tropas do governo. O chefe de polícia ordena à cavalaria que carregue sobre os escravos que caem varados também pelas balas de uma força de infantaria, postada nas janelas do forte. Verdadeira carnificina. As posições mais vantajosas dos legais, além da superioridade de armamentos, fizeram com que os insurretos fossem definitivamente batidos. Perderam a vida cerca de quarenta escravos. Inúmeros foram feridos e outros pereceram afogados ao tentarem a fuga lançando-se ao mar próximo(14). Estava praticamente sufocada a grande revolta de escravos da capital baiana.

Os líderes, como a maioria dos participantes, portar-se-ão dignamente. Pacífico Licutã já se encontrava preso quando a ordem de insurreição foi dada: recolhido à cadeia da ajuda de onde, como vimos, seus companheiros tentam arrancá-lo por duas vezes. Ao saber do fracasso do movimento mostrar-se-á abatido, vendo entrarem seus companheiros prisioneiros, após a revolta.

Além dele houve, porém, inúmeros escravos que se destacaram não só na parte organizativa da luta como, também, nas refregas de rua: Higino, Cornélio, Tomás e muitos outros. Os principais dirigentes do “Clube da Barra” foram quase todos detidos pelas autoridades”, uns com “as alças sujas de sangue”, outros “com uma bala atravessada na perna”, segundo informações da época. Luísa Mahin, escrava Jeje mãe de Luiz Gama participou do movimento. Sobre sua atuação, porém, não encontramos referências nos documentos que consultamos.

Derrotados os escravos no combate decisivo, iniciou o governo brutal repressão. Uma série de prisões foi efetuada: 281 ao todo, entre escravos e libertos. O chefe de

polícia – o mesmo que esmagara militarmente o levante – em ofício expedido no dia posterior ao movimento, ordenará uma devassa completa em “todas as casas de lojas pertencentes a Pretos Africanos dando rigorosa busca para a descoberta de homens, e... ficando na inteligência que nenhum deles goza direito de cidadão ou privilégio de estrangeiro(15). A cidade ficou sendo patrulhada dia e noite. O chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins baixará portaria no dia seguinte, dizendo que “vossa senhoria chamará a turma (dirigia-se ao Juiz de Paz do Primeiro Distrito da Vitória) os cidadãos do seu distrito que julgar necessários forçando-os a obediência se o patriotismo ou o interesse da própria conservação os não convencer em se prestarem” e que “nas noites de hoje em diante deverão haver inúmeras patrulhas de cidadãos e grande vigilância das autoridades policiais”(16). Os escravos só podiam sair à rua com ordem escrita dos seus senhores, dizendo para onde iam. Todas as casas de negros escravos e forros foram vasculhadas.

O juiz de paz do Distrito da Vitória entrará em atividade com uma eficiência que poderá ser demonstrada facilmente pelo número de prisões que efetuou. Os principais cabeças do “clube” já se encontravam presos no dia posterior ao movimento. Vinham notícias em ofício remetido ao chefe de polícia em que dizia haver aplicado “maior diligência” e capturado os insurgentes do seu distrito, principalmente os “cabeças de clubes que se juntavam na casa do inglês Abrão”. Eram indicados como cabeças os escravos Diogo, Ramil, James, João, Carlos, todos presos com “calças com sangue”. Prendeu ainda Luís, que entrou em casa somente na manhã do levante “sujo de pólvora com anel no dedo”; Tomás, “cabeça do clube, mestre que ensinava a escrever”, encontrado com “marca de sangue na calça sem ter ferimento algum” e José que se recolhera com uma bala na perna, além de inúmeros outros detidos “para averiguações”, tendo sido recolhidos “huns na Fortaleza de São Pedro outros no Forte do Mar”(17).

Depois de julgados foram quase todos condenados. Quanto aos líderes: de Elesbão Dandaró nada conseguimos apurar. Segundo Nina Rodrigues deve ter morrido em combate, ideia que Edison Carneiro endossa sem apresentar fatos novos. Manual Calafate, ao que parece, nada sofreu. O mestre Luís Sanim foi condenado à morte, mas teve a pena atenuada para seiscentos açoites. Pacífico Licutã, apesar de preso quando estourou a revolta, foi condenado a seiscentos açoites, também. Os líderes do “Clube” da Barra foram rigorosamente punidos: Antônio, escravo haussá, foi condenado a quinhentos açoites; Higino sofreu pena de quatrocentos; Tomp a de quinhentos; o Nagô Luís foi castigado com duzentos açoites e Tomás “o mestre que ensinava a ler” a trezentos açoites em praça pública “aplicado interpoladamente, como manda

a lei”(18).

Houve ainda aqueles que foram condenados à morte: cinco foram os que pagaram com a vida, por não quererem viver no cativeiro. No dia 14 de maio de 1835 eram fuzilados. Foram eles: os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro(19). Condenados à força não encontrou o governo carrascos que os executassem. Tiveram de ser fuzilados, com as honras de soldados.

Uma coisa surpreendente é a posição dos escravos frente aos seus acusadores. Quase ninguém se acovarda, delata, acusa. Negam conhecer os companheiros de insurreição. O nagô Joaquim diz desconhecer até o seu companheiro de residência. O nagô Henrique, gravemente ferido e já sentindo os sintomas do tétano que o mataria horas depois, impossibilitado de sentar-se, já presa de convulsões, declarou que não conhecia os negros que o convidaram a tomar parte na insurreição e que mais não dizia por não ser gente de dizer duas coisas. “O que disse está dito até morrer”.

O número de escravos mortos durante o levante foi bastante elevado. Talvez tenha chegado à casa dos cem: uns em combate ou afogados, outros nas prisões vítimas

do tétano e dos maus tratos, além dos que foram condenados à morte e executados(20).

Da parte das forças do governo as baixas foram muito menores. A superioridade de armas dava-lhes maiores meios de ataque e defesa. Nina Rodrigues assinala a morte de dois militares: um sargento da Guarda Nacional e um soldado de artilharia que “lutou com raro valor, matando antes de morrer um negro e ferindo diversos”. Só encontramos referências nos documentos que compulamos à morte de um: o Sargento Tito Joaquim da Silva Machado. Quanto aos feridos, no auto de exame de corpo de delito feito pelo cirurgião Manuel José Bahia nos soldados do Corpo de Artilharia, encontramos referências a três. Certamente que nos autos feitos nos soldados da cavalaria que travaram o combate final deve haver um número bem maior. Infelizmente não encontramos esses autos. Além desses feridos e mortos houve também civis que foram atingidos mortalmente. Aliás, o Promotor Público dirá em libelo acusatório contra o escravo Cornélio, condenado a seiscentos açoites, estar ele implicado na insurreição “do que resultou a morte e ferimentos de muitos cidadãos.”(21)

Notas:

(1) Manuscrito existente no Arquivo Público da Bahia. (retornar ao texto)

(2) A casa de palha para reunião foi construída pelos escravos Jaime e Diogo. Dirá o escravo João, em depoimento, que “a casa de palha foi feita pelos seus parceiros Jaime e Diogo a fim de se reunirem (manuscrito do Arquivo Público da Bahia.) (retornar ao texto)

(3) Manuscrito existente do Arquivo Público da Bahia. (retornar ao texto)

(4) Idem idem. (retornar ao texto)

(5) Talvez que esse “capitão fosse apenas um dos chefes do “canto”. Como se sabe, os “cantos” tinham seus chefes que eram aclamados “capitães”. Há, contudo, um documento no Arquivo Público da Bahia que se refere a “um capitão escravo de Antônio de Jesus, residente no Largo da Vitória onde morava com “alguns forros que viviam de carregar cadeiras”. Seria o mesmo? (retornar ao texto)

(6) Manuscrito do Arquivo Público da Bahia. (retornar ao texto)

(7) Idem idem (retornar ao texto)

(8) “Loja” é termo empregado aqui como sinônimo de porão, forma como é designada, na Bahia, esse tipo de moradia. (retornar ao texto)

(9) Manuscrito do Arquivo Público da Bahia. (retornar

ao texto)

(10) Idem idem (retornar ao texto)

(11) Idem idem (retornar ao texto)

(12) Rodrigues, N. - “Os Africanos no Brasil”, Rio, 1945, p. 107. (retornar ao texto)

(13) Ob. Cit. p. 95. (retornar ao texto)

(14) Segundo João Dornas Filho, participou da luta contra os escravos a guarnição da “Fragata Baiana”, que se encontrava fundeada no porto da Cidade do Salvador. Se verídica a afirmação, muito deve ter contribuído essa unidade de nossa Marinha para o extermínio dos escravos sublevados. (Ver João Dornas Filho: “A escravidão no Brasil”, Rio, 1939 p. 125.). (retornar ao texto)

(15) Manuscrito do Arquivo Público da Bahia. (retornar ao texto)

(16) Idem idem (retornar ao texto)

(17) Idem idem (retornar ao texto)

(18) Idem idem (retornar ao texto)

(19) O escravo Pedro, ao terminar o levante, foi encontrado com fraturas em ambas as pernas produzidas por balas. Pertencia ao inglês Bender e era do “Clube” da Barra. (retornar ao texto)

(20) Inicialmente foram condenados à morte. Depois de indultados alguns pelo regente ficou reduzido a cinco o número dos que foram executados. (retornar ao texto)

(21) Este trabalho é um capítulo do livro “Rebelião das Senzalas” que o autor lançará brevemente. (retornar ao texto)

Cabanagem, o povo em armas na Amazônia

Caderno de formação para operários e operárias do PSTU: “500 anos de guerras e revoluções no Brasil e no mundo”, 2018.

Introdução

A revolta dos cabanos, ou Cabanagem, é considerada por diversos autores o mais sangrento movimento político do Brasil imperial. Cabanos era o nome dado aos negros, índios e mestiços que habitavam as casas miseráveis às margens dos rios da região, as cabanas. Formavam uma massa de marginalizados que deu à cabanagem o caráter mais popular de todas as rebeliões ocorridas nas províncias brasileiras no período regencial (1831-1840).

Ainda que tenha ficado conhecida como cabanagem, a revolução ocorrida no coração da Amazônia envolveu personagens de todas as matizes políticas e de classe. Seringueiros, índios, mestiços e negros (homens pobres e explorados), assim como membros do clero, comerciantes e liberais nacionalistas esperavam diversos resultados da independência brasileira, mas poucos foram efetivamente alcançados. Até mesmo setores da aristocracia rural, classe dominante escravagista desenvolvida durante a dominação portuguesa, desenvolveram contradições com o poder central após a independência devido à expectativa de verem aumentado seu poder político.

Diversos interesses de classe, portanto, estavam em jogo. Os indígenas e tapuios (índios fora das tribos, moradores da cidade) queriam o reconhecimento de seus direitos e parar de trabalhar como escravos nas manufaturas e roças. Os negros desejavam a abolição da escravatura. Entre os proprietários comerciantes, profissionais liberais e clérigos, as reivindicações eram pelo afastamento de portugueses e ingleses do poder político e econômico. A elite fazendeira do Grão-Pará ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste, ficando a província do Grão Pará submetida à inegável irrelevância política.

Os setores mais radicalizados, como o clero e os profissionais liberais, iam além e defendiam a formação de uma república liberal, aos moldes do que ocorria na França e EUA, separando-se do Império brasileiro,

e com isso conseguir maior estabilidade e autonomia política, além de melhores condições de vida a parcelas mais abandonadas pelo poder, mesmo após a independência. Os cabanos confiaram essa empreitada a líderes com diversas origens sociais, mas foram traídos por quase todos eles. Assim, sua luta por igualdade social e democracia acabou sendo massacrada pelas autoridades imperiais que contaram com auxílio das próprias lideranças cabanas.

Líderes foram mortos ou traíram a luta pelo meio do caminho, passando para o lado do governo oficial, e essa massa prole foi protagonista do momento mais decisivo da revolução social que dizimou cerca de 30 por cento da população amazônica e abarcou um amplo território. A marca de suas ações foi a radicalidade, pois assassinavam sumariamente governos, políticos e portugueses.

Apesar de sua importância na luta pela independência e seus sonhos de autodeterminação, a cabanagem é profundamente desconhecida não só da população brasileira, como dos próprios paraenses. Apesar das inúmeras publicações, muitas delas de valor inestimável, prevalece no senso popular uma visão mística, até certo ponto fantasiosa, desse evento que extrapolou os limites provinciais e mesmo nacionais, ainda que estudado como uma revolta de caráter regional.

É opinião dos principais estudiosos de que há muitos aspectos na cabanagem que precisam ser estudados de forma mais profunda. Não existe um perfil claro da ideologia, das organizações, do programa e dos homens que lideraram a revolução. O que observamos é a influência dos acontecimentos políticos mais importantes da Europa e América, como a revolução industrial inglesa, a revolução francesa e a revolução norte americana, com suas teses filosóficas de liberdade e igualdade, servindo de inspiração para a luta contra as terríveis condições nas quais viviam os trabalhadores e a massa de povo pobre. Heinrich Handelmann, estudioso da cabanagem, concluiu: ‘foi a revolta dos que não têm contra os que têm. Uma autêntica luta entre opostos – de classe, de raça e de condição humana’.

Mesmo com grandes contradições e limitações por parte dos grandes líderes, por serem estes pertencentes às classes dominantes de comerciantes, colonos escravistas e a igreja, como é o caso de seu maior exemplo, o cônego João Batista Campos, as lutas travadas no período regencial (1831-1840), principalmente nos últimos cinco anos (1835-40), tiveram claro viés de classe, na esperança de dias melhores, sem escravidão e com mais direitos políticos. Negros, índios e caboclos pegaram em armas e enfrentaram o então governo central do Brasil para valerem seus direitos. “Foi o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade”, disse o historiador Caio Prado Júnior.

Causas da Cabanagem

Como vimos acima, foram muitas e diferentes as causas da cabanagem, porém, todas refletiam o cenário de luta pela independência do país, com a particularidade da não adesão do Grão Pará à mesma, a não ser um ano depois em meio a grandes conflitos, que culminariam em verdadeiros motins, os quais já haviam “perturbado a ordem” nos primeiros momentos da luta de independência. O descontentamento frente os rumos políticos da província, entre os diferentes seguimentos sociais, como os poderosos querendo o monopólio do comércio e participação direta no poder central, clero e liberais querendo participar do aparato político e social local, defendendo uma república livre do governo imperial. Por seu lado, as camadas exploradas e escravizadas possuíam expectativas de que com o fim do mando português passariam a ter melhores condições de vida, com o fim do servilismo e escravidão. A fraqueza política e o excessivo autoritarismo dos governos regentes foram um banho de água fria nas expectativas de mudanças, o que aumentou o ódio de cor (negros, mulatos, caboclos, mamelucos) aos brancos portugueses, alimentou a insubordinação da força armada, o descontentamento de parte do clero, o surgimento da maçonaria e seu enfrentamento com a igreja. A forma como as organizações políticas e a imprensa se enfrentavam, com exaltação e agressividade, contaminava todo o complexo ambiente político, a ponto de alguns autores considerarem a causa principal da revolução a terrível anarquia que assolava a capital e toda a província, nas mais francas manifestações (Arthur Vianna, Pontos da História do Pará – Citado no dossiê de Lúcio Flávio Pinto).

Os historiadores mais tradicionais não relacionam a adesão do Pará à independência nacional com a cabanagem. Mas autores contemporâneos, como LFP dizem “ser possível, ao menos para efeito de análise, dividir esse período de duas décadas em duas fases. Uma,

caracterizada pela fermentação ideológica, iria de 1815, data da chegada do padre revolucionário Luis Zagallo a Belém, até 1831, quando a violenta repressão das tropas imperiais determinou a luta armada. A outra, de 1831 a 1839, foi marcada pela dimensão insurrecional. Cada uma dessas fases poderia ser subdividida. Por exemplo: de 1815 a 1821, com o retorno dos irmãos Vasconcelos, de Portugal para Belém, e o início da imprensa. Ou de 1835 a 1836, quando os líderes da Cabanagem ainda conseguiam segurar a massa rebelde”.

Autores divergem também quanto ao aspecto ideológico das lutas sociais no Pará, sendo este deixado de lado por uma boa parte deles. Mas LFP destaca a importância do conhecimento intelectual em outras lutas da época para o domínio de ideias e teses que mudavam o pensamento daqueles nelas envolvidos, desde a Europa. Lembra que enquanto no Rio Grande do Sul, onde estouraria a guerra dos farrapos, apenas os padres sabiam ler e escrever, os 600 soldados que participaram da tomada de Caiena eram pelo menos letrados. A própria proximidade da colônia francesa foi fator importante na propagação de ideias políticas aqui.

“Belém possuía um seminário bem aparelhado, onde eram instruídos os filhos das classes possuidoras. Mendonça Furtado, irmão que o marquês de Pombal mandou para governar a Amazônia, dera atenção especial à rede de ensino. Com isso, a classe dos comerciantes conseguia ser bem mais ampla do que na maioria das demais regiões do país”.

Teria sido fácil ao revolucionário Luis Zagallo introduzir as ideias da revolução francesa, que aprendera em Caiena, por Belém já possuir uma sociedade secreta que lhe deu proteção. Vicente Sales destaca os cuidados adotados na província para evitar a propagação dos ideais de revolução pernambucana de 1817, por saber da existência de um solo fértil em território paraense. Aqui, as ideias republicanas e até mesmo abolicionistas quase que antecederam às de independência. Em 1821, Felipe Patroni propôs a introdução de um artigo no Plano das Eleições, estabelecendo que “um deputado deverá corresponder a cada mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, devem ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos”.

A leitura desse artigo — diria José Ribeiro Guimarães, na denúncia feita ao ouvidor-geral contra Felipe Patroni — “deu um grande choque nos escravos; conceberam ideias de liberdade e julgaram que as figuradas expressões de que se serviram os autores da nossa regeneração política, quando disseram ‘quebram-se os ferros, acabou a escravidão, somos livres’, e outras semelhantes, se entendiam com eles, e começam a encarar Patroni como seu libertador”.

As revoluções francesa e americana influenciam o pensamento político na Província do Grão Pará

No final do século XVIII o mundo vivia sob o impacto das grandes transformações políticas e sociais ocorridas com as revoluções burguesas da França e América (EUA). As teses de liberdade e igualdade defendidas na revolução francesa se espalharam por boa parte do mundo, principalmente nas suas colônias. O pensamento liberal republicano ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países colonizadores levando a que seus governos tomassem medidas para impedir que esses debates não chegassem até suas colônias, principalmente depois da vitória da América do Norte na luta pela independência da Inglaterra. Mas o perigo alastrava-se.

No Brasil essas ideias circulavam amplamente, levando o governo português a tomar medidas, através de ordens secretas, contra quem fizesse propaganda do liberalismo republicano. Em 24 de julho de 1797, o governador do Grão Pará Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho foi advertido para tomar “grande vigilância sobre todos os indivíduos que por palavras ou por conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios que têm infestado toda a Europa, podendo de qualquer modo desassossegar o governo”. Apesar dessa precaução as ideias liberais chegaram até o Grão Pará e um conjunto de vozes clamava por uma nova ordem política, social e econômica.

Um acontecimento desse período foi a grande revolução negra em Caiena, onde os escravos tentaram acabar com a escravidão matando os brancos. Alguns comerciantes rurais, com medo dos escravos pediram licença ao governo para se mudarem para o Pará. Essa agitação negra chegou ao Pará, embalada nas teses de igualdade social de François Émile Babeuf.

A doutrina de Babeuf foi trazida de Caiena, em 1815, para o Grão Pará pelo revolucionário padre franciscano Luis Zagallo, um “pedreiro livre” (maçom). Após dois anos divulgando sua doutrina, afrontando a burguesia e causando vexame ao bispo foi expulso em 1817. Além de Belém, atuou fortemente em Cametá onde tentou convencer os escravos a lutar pela liberdade, afirmando que “na época da liberdade e da igualdade não pode haver homens submetidos a outros”.

Houve um endurecimento na repressão das correntes de pensamento que chegavam via impressos ou por emissários. A disseminação de pasquins e panfletos foi imensa nesse período, pois os jornais foram proibidos de circular, tanto os internos como os que chegavam de outros lugares. Porém, com o governo do conde Vila Flor (1817-1820), até mesmo os pasquins foram perseguidos e seus autores expulsos e proibidos de voltar à província.

Poucos anos depois, em 1823, entra em evidência o nome de Felipe Patroni, paraense, estudante em Coimbra, apoiou a revolução liberal do Porto. Terá uma participação efêmera, contraditória, porém marcante nos acontecimentos imediatamente antes e depois da adesão do Grão Pará à independência. Estará na linha de frente da propaganda liberal, atuando como orador, redator de manifestos e panfletos e organizador de planos subversivos. Em circular enviada, através de amigos que vieram de Lisboa, por ocasião da eleição da nova Junta Governamental após adesão, pregava a união das raças e igualdade de direitos, além da independência da província em relação ao governo central, ou seja, a formação de uma nova nação. O papel desse documento possuía como timbre, segundo historiadores, duas mãos, uma branca e outra negra, entrelaçadas. E no final da redação, avisava sua chegada em breve, “para mudar a ordem das cousas”. Os três jovens que distribuíram o documento foram processados e presos em fortalezas separadas.

Felipe Patroni em discurso dirigido às cortes anotou: “Delaware é o rio que banha a bela província aonde o famoso Penn manteve os direitos da humanidade, não permitindo lá escravatura. Ah, quem me dera ser o Penn do Pará!”, em referência à William Penn, um dos grandes nomes da guerra de independência dos EUA na região da Pensilvânia. Assim, Patroni colocou claramente a questão da luta contra a escravidão na província do Grão Pará como ponto político central. Tudo isso veio logo após as pregações revolucionárias do padre Luis Zagalo.

Tais fatos foram as bases políticas e teóricas para o desenrolar dos conflitos que levariam à explosão do movimento cabano em 35, quando os escravos assumiram a bandeira da abolição e da igualdade social. Duas reivindicações, o fim da escravidão e a formação de uma nova pátria, foram o centro da luta que vai se travar por duas décadas no seio da Amazônia.

No contexto de Felipe Patroni, surgirá o maior e mais polêmico líder cabano, o cônego João Batista Gonçalves Campos. Incansável ativista liberal, foi também inspirado por outro religioso revolucionário, Frei Caneca, figura central da revolução patriota em Pernambuco, de 1817 a 1824. Batista Campos vai liderar por um quarto de século as lutas no Grão Pará. Brilhante orador popular, e com raro talento para a propaganda através de jornais e panfletos, vai ser, ao lado de Felipe Patroni, o fundador da imprensa no norte do país. Imprensa essa que já nasce polêmica, combativa e revolucionária, com o jornal O Paraense (1822).

Com Felipe Patroni inicia-se, também, um dos aspectos mais negativos para o desenvolvimento da revolução social em curso: o caráter contraditório e vacilante das

direções burguesas, muitas delas jovens estudantes de Direito, que pelo poder econômico iam estudar em Portugal, França ou Inglaterra. Filho da aristocracia rural, Felipe Patroni foi liberal e nacionalista, sendo eleito deputado nacional por um mandato. O casamento com a filha de um fazendeiro riquíssimo o retirou da vida pública. Suas maiores contribuições foram despertar com suas ideias a consciência da luta em setores-chaves da sociedade, dentre eles os escravos, e a fundação da imprensa. O fato que marcou seu abandono das lutas patrióticas e abolicionistas foi uma nota na imprensa vendendo seus escravos, cujo conteúdo chocou o país. Dentre aqueles que receberam com avidez sua mensagem política, o cônego Batista Campos foi seu herdeiro natural, agitando-a de forma firme e decisiva. Foi ele quem dirigiu essas ideias às massas paupérrimas, negros, índios, brancos pobres. A base humana para a revolução ele arregimentou pelo interior inteiro da província.

A independência do país e a adesão do Grão Pará, quase um ano depois, não mudaram em nada a vida de quem sofria os mandos do colonizador. Até mesmos comerciantes abastados e setores do latifúndio encontraram motivos para descontentamento e conflitos. Essa realidade levou a explosão da cabanagem.

Setores da burguesia agrária e comercial se organizaram na luta de independência em Clubes e Sociedade Secretas

O surgimento de sociedades ditas secretas, ou “clubes”, principalmente na cidade de Belém, é um dos eventos mais complexos e contraditórios no cenário da cabanagem.

As medidas repressivas por parte do poder português à imprensa combativa se estendiam, de forma ainda mais agressiva, aos livros, sendo perigoso possuí-los já que estavam proibidos de circular, estando restritos às bibliotecas dos mosteiros. Mas, assim como os jornais, os livros com as ideias liberais republicanas se disseminaram em Belém, vindos da Europa. Os setores letrados, ou seja, membros da classe dominante, tiveram farto acesso a esses materiais e fizeram largo uso dos mesmos, através do que ficou conhecido como conferências. Os chamados conferencistas se reuniam de maneira secreta em suas próprias residências onde estudavam e discutiam o material, tirando daí o conteúdo político de suas ações. Muitas denúncias eram feitas, principalmente por meio de funcionários públicos, já que parte desses conferencistas tinha cargo público. Mas desses “clubes” participavam religiosos, militares, capitalistas, proprietários, ou seja, representantes da classe dominante. Perseguições e prisões eram comuns,

muitas vezes com expulsão do envolvido, principalmente se fosse estrangeiro.

Mesmo os grandes estudiosos da cabanagem falam da dificuldade de se compreender esse movimento devido a pouca documentação e vagas afirmações. Mas o que dá para perceber é que essas sociedades secretas foram a forma como o setor dominante se organizou para lutar por sua emancipação política de Portugal e disputar um lugar no novo poder. Defendiam as ideias liberais e republicanas, porém, de forma moderada, não pretendendo construir uma nova pátria, como a ala mais radicalizada liderada por Felipe Patroni e Batista Campos. Essas sociedades se transformaram em lojas de maçonaria quando os conflitos políticos estavam avançados e o movimento da cabanagem estava caminhando para a hora do enfrentamento.

Tolerância foi o nome da primeira loja maçônica inaugurada em Belém no dia 22.11.31, com o apoio do presidente da província José Félix Pereira de Burgo, barão de Itapicuru-Mirim. Em 1818 D. João VI proibiu as sociedades secretas. Em 1823, D. Pedro I revogou a lei. Desde 1822 ele se tornou Grão Mestre das duas lojas do Rio de Janeiro, O grande Oriente e Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. Ele apoiou a maçonaria paraense, mas tempos depois fecharia as lojas do Rio, desterrando seus membros mais influentes.

Também em 1831 foi fundada a organização que teria um papel crucial nas lutas liberais no Grão Pará, a Sociedade União, dirigida pela facção dos “caramurus”, capitalistas e proprietários brasileiros e portugueses, unidos por históricos privilégios de classe. Para se contrapor a ela surgiu no mesmo ano a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, liderada por Batista Campos, cujo objetivo seria “instruir o povo nas verdades políticas e sociais, defendendo as liberdades públicas e particulares e debelando o despotismo”. Com ele, figuraram diversos nomes que sobressaíram, principalmente por suas disputas através da imprensa, como Gaspar de Siqueira e Queiróz, José Maria de Freitas Dantas, José Batista Gonçalves Campos.

Imediatamente os dois grupos entraram em choque. Essas sociedades foram o melhor em termos de organização, sendo vistas como uma espécie de partido. Em seus enfrentamentos na imprensa, o “partido” de Batista Campos era chamado de patriota, liberal, exaltado, anarquista e desorganizador. O outro de ordeiro, constitucional, moderado, lusitano, absolutista, chumbeiro e caramuru. O que havia entre eles era uma diferença estratégica: enquanto Batista Campos queria fundar uma pátria livre, a Sociedade União queria garantir poderes econômicos e políticos no Brasil imperial.

Em 1833, surge uma terceira sociedade, formada exclusivamente por mulheres, a Sociedade das Novas

Amazonas, ou Iluminadas, cujo estatuto foi assinado em 16 de abril por Guiomar Maria Watrin, Marciana Paula de Oliveira e Ana Joaquina da Silva Campos. Rigidamente hierarquizada, possuía três classes de sócias: primeira, das Irmãs Educandas; segunda, das irmãs mais adiantadas na prática de virtudes e ações heroicas, tratadas de Mestras; terceira: aquelas que tinham chegado ao auge das virtudes civis, políticas e morais e se condecoravam com o título de Sublimes Mestras. Conservadoras e nativistas defendiam a pátria, entrando em conflitos com homens da família que defendiam ideias liberais republicanas. Possuíam um hino próprio, cujo estribilho era:

*"Defender a liberdade,
É das Amazonas guerreiras,
Pela pátria morreremos,
Nas falanges brasileiras"*

A Confederação do Equador influencia a luta republicana na Amazônia

Após a adesão do Pará à independência em 15 de agosto de 1823, o império brasileiro foi concluído. No entanto, a região do extremo norte ficou longe de ser pacificada, muito pelo contrário, os ânimos continuaram acirrados, já que resíduos de colonialismo se mantiveram, forças se reorganizaram e de várias maneiras continuaram influenciando a vida política do Grão Pará.

O império se formou politicamente no bipartidarismo metropolitano, moderados e radicais, o qual se repetiu nas províncias. Mas em ambas as facções havia confusão e indefinição de ideias, e diferentes tendências. E, como já foi dito, era o momento no qual as ideias liberais republicanas, discutidas nas revoluções francesa e norte americana, estavam influenciando setores de todas as classes sociais. O povo pobre passou a ter grandes expectativas sobre a possibilidade de mudar de vida. Sua dura realidade social estava escancarada: a pobreza dos peões (homens "libertos"), sem trabalho e moradia, habitando miseráveis cabanas a beira dos rios. A escravidão do negro, a servidão do índio. Unidos, formavam mais de 80% da população. Foram para essas pessoas que se dirigiram os discursos de frei Luis Zagalo, Felipe Patroni e cônego Batista Campos.

As massas estavam inquietas. Passaram a ocorrer, com frequência, as "desordens populares", brigas e arruaças de negros, índios e mestiços com a população branca, a qual era odiada por eles. Essas desordens desestabilizaram tanto a província que muitos capitalistas e negociantes estrangeiros pediram passaportes e abandonaram a cidade. Até mesmo Greenfel, o comandante inglês que garantiu a adesão do Pará à independência, com a fragata Imperatriz e o brigue

Maranhão, teve que fugir com sua modesta força naval. Em Cametá, a mais próspera cidade depois de Belém, houve uma forte revolta de negros, o que levou a Junta Provisória a liberar armas para combater os escravos.

Mas nada preocupou o novo império mais do que as ideias da Confederação do Equador. Recife era, desde 1817, o epicentro da agitação e propaganda das ideias republicanas. Expandia sua imprensa revolucionária para todo o nordeste, bem como o norte. Aqui, sabemos que essas ideias encontravam fartos adeptos.

Um dos mais árdios defensores das ideias republicanas foi, como sabemos, Batista Campos, o qual não tinha dificuldades de ganhar a massa para sua política. Mas ele e seus aliados estavam dispostos a ir adiante na sua política de pátria livre, aderindo ao projeto de Confederação chamado por Recife. Assim, em abril de 1824, chega em Belém a escuna Camarão, trazendo a bordo, além de vários paraenses que tinham ido observar de perto o que acontecia em Recife, o comandante José Caetano de Mendonça, enviado por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o principal líder revolucionário de Recife. O objetivo era iniciar os preparativos para garantir a adesão do Grão Pará a Confederação do Equador. Fizeram forte propaganda da constituição da República Colombiana, defendendo a utilização da mesma para reger a Confederação, enquanto uma nova não fosse promulgada. Ganharam muitos adeptos, inclusive dentro do governo, como Félix Clemente Antonio Malcher, membro da Junta, e o médico naturalista, Antonio Correia de Lacerda, presidente interino. A trama foi precipitada pela saída do mais ilustre membro do grupo, Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, filho do presidente da Junta Provisória. Temendo traições, resolveram destituir a Junta Provisória do Governo do Grão Pará e Rio Negro no dia 29 de abril, prendendo os membros não simpatizantes de seu movimento e mantendo em liberdade os membros simpatizantes, como Batista Campos. No dia 30 compuseram a Junta Revolucionária Republicana, com Antonio Lacerda como presidente, ficando para o dia 1º de maio o dia oficial da proclamação no Pará da Confederação do Equador. Porém, esse governo estava fadado a terminar no mesmo dia em que começou. Chegou a Belém, inesperadamente, o coronel José de Araújo Roso, poderoso capitalista que tinha ido levar a documentação da adesão do Pará à independência ao governo imperial no Rio de Janeiro e voltava com a nomeação para ser o primeiro presidente da província do Grão Pará.

O programa dos republicanos sequer propunha o fim da escravatura, apenas garantindo "promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação". A inegável fraqueza desse movimento revelava as vacilações de "republicanos" ligados, todos eles, à classe de poderosos capitalistas e

latifundiários. Foram todos perdoados pelo novo governo, por serem grandes filhos da pátria. Em acontecimentos posteriores, pouco tempo depois, assumirão a verdadeira identidade com a classe a que pertenciam.

Luta política, campo ideológico e seus efeitos no motim

À medida que as lutas se aprofundam, vão aumentando as contradições historicamente estabelecidas. Uma primeira análise do que ocorria no Grão Pará mostrava apenas a oposição entre brasileiros e portugueses. No entanto, os desdobramentos políticos trazem à tona a maior contradição: de um lado o colono, minoria detentora do poder e dos meios de produção, do outro o colonizado, massa heterogênea de despossuídos, camponeses e peões considerados homens livres, porém, sem trabalho, sem terra e sem moradia, vive as margens da escravidão e muitas vezes em condições piores que o escravo. Representando a imensa maioria da população, é a classe revolucionária.

A classe dos libertos foi se formando ao longo do processo histórico. Envolveu índios em sua destribalização e servilismo, em sua mistura com as classes pobres, os ditos libertos. É a classe dos caboclos, por uma definição social e não simplesmente étnica. Servidão e escravidão viviam lado a lado e se misturavam, se confundindo. Mecanismos de ajustamento social diante de uma situação colonial com suas especificidades. Negros, caboclos e mestiços formavam a massa de cabanos, que foi sensível aos discursos libertários.

Um terço da população era de negros escravos, outro tanto de índios e mestiços. Para essas pessoas, a independência não fez nenhuma diferença, apenas mudou o modelo de tirania. José de Araújo Roso (1.5.1824 – 28.5.1825), primeiro presidente da província após a independência, governou com mão de ferro, proibindo a imprensa, fechando as tipografias e perseguindo sem tréguas os cabanos lutadores e principalmente seus líderes. Batista Campos foi um dos mais visados, justamente por ser aquele que estava mais próximo às bases. Um ano depois, o segundo governo, de João Félix Pereira de Burgo, o barão de Itapicuru-Mirim, mais longo que o do primeiro (28.1825-14.4.1828), permitiu a abertura das tipografias particulares e instituiu uma linha mais liberal ao jornal oficial, divulgando os principais acontecimentos do mundo. Um dos acontecimentos que mais interessaram as massas trabalhadoras do Pará, foram as revoltas da classe operária inglesa contra as máquinas a vapor que estavam retirando trabalho de uma parte dos trabalhadores (ludismo). A constatação de que lá fora havia revolta e luta foi inspiradora.

Todos esses acontecimentos levavam a que o campo

ideológico fosse ficando mais definido. Trabalhadores da imprensa governista tentavam exaltar a trégua nos conflitos após a formação do império, com a representação constitucional parlamentar garantida nas províncias. Passar confiança de que as coisas melhorariam, bastando que os governos cumprissem com seu dever.

Porém, por serem liberais acabavam tendo que denunciar uma realidade bem diferente de suas expectativas. Foi o que ocorreu com o maior parceiro de imprensa de Batista Campos, o também cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra. Jornalista talentosíssimo, foi o mais fiel aliado intelectual de Batista Campos em suas pregações revolucionárias. Autores como Vicente Sales dizem que esse religioso viveu uma espécie de dupla existência: por um lado era jornalista oficial do poder constituído e por outro lado um jornalista liberal, combativo que não abria mão de suas ideias. Sales considera isso só ser possível pela característica revolucionária da imprensa brasileira e, particularmente, da imprensa no Grão Pará. Ao contrário de Batista Campos, que fazia um jornalismo mais apaixonado, porém, sob pressão não deixava claro sua posição política, Silvestre Antunes fazia claro recorte de suas posições ideológicas através de um jornalismo objetivo, refletindo os acontecimentos do mundo. Ao lado de outro sacerdote, Gaspar de Sequeira e Queiroz, garantiu o apoio intelectual ao líder da revolução paraense. No auge dos acontecimentos, em 1834, Queiroz se bandeia para o outro lado, porém, Silvestre Antunes continua fiel aos cabanos.

A amplidão do campo ideológico permitia, inclusive, discutir formas de governo. Porém, essa relativa liberdade de expressão logo desapareceria mais uma vez. A abdicação de D. Pedro I para ocupar o trono em Portugal, devido a morte do pai deteriorou a situação política em todas as províncias, sendo que no Grão Pará esse fato falou mais alto. Um clima de inquietações tomou conta da sociedade, como sintomas do que estava por vir.

Em 1831 estava vigente o segundo governo de Burgos, o barão de Itapicuru-Mirim, que iria de 14.7.1830 a 19.7.1831. Nesse curto segundo governo, Burgo governou inteiramente para os conservadores, agindo com extrema violência com os adversários. Deixou marcas profundas na sociedade e foi a volta da instabilidade política em uma cidade que nunca descansava. Fundou a primeira loja maçônica, chamou-a de “Tolerância”, mas ironicamente desencadeou uma onda de repressão, utilizando seu comandante d’armas, o general português José de Souza Soares d’Andréa, barão de Caçapava, acusado de absolutista teórico e prático pelos liberais e que usou de profundo despotismo e tirania contra os brasileiros em todos os comandos d’armas que exercitou. Seria ele, mais tarde, o algoz dos cabanos.

A desenfreada repressão de d'Andréa lhe angariou o ódio das massas e dos líderes liberais, que no Conselho de Governo do dia 25.5.1831 decidiram sua saída do cargo e que fosse remetido imediatamente para a Corte, juntamente com o seu ajudante d'ordem. Seus apoiadores divulgaram nota no jornal oficial falando do perigo da situação, exigindo ordem e condenando a ideia de demissão do comandante d'armas. O presidente não quis cumprir a deliberação. Em 2 de junho explode um motim, logo sufocado. Mas logo em seguida desceu uma ordem da Regência para que o presidente barão e seu comandante d'armas entregassem seus postos a substitutos legais e retornassem à Corte. No comando d'arma, Giraldo José de Abreu. Na presidência, o líder cabano Batista Campos! Seria uma presidência interina, provavelmente um arranjo para conter os ânimos dos liberais. Mas, inseguros com a ideia de Batista Campos na presidência, os burgueses do partido caramuru exigiram que Burgos se mantivesse na presidência até a chegada daquele que seria o presidente, Bernardo José da Gama, visconde de Goiânia. O visconde de Goiânia chega a Belém em 16 de julho, começa a governar no dia 19 e a 7 de agosto, com apenas 19 dias de governo, foi retirado do cargo.

Essa intensa polarização política foi amplamente refletida na imprensa, que foi um capítulo a parte nessa espécie de epopeia amazônica que foi a cabanagem. A expressão maior desse momento é o histórico duelo entre os dois mais importantes jornais da província, o Orpheo Paraense, jornal da câmara municipal, mas fundado e comandado pelo cônego Batista Campos e seus companheiros de luta, os padres Gaspar de Sequeira e Queiroz e Jerônimo Pimentel e A Opinião, jornal comandado por "liberais moderados", "amigos da ordem" (como os chamavam os redatores do Orpheo Paraense), em contraposição aos "exaltados" e "perturbadores" (como os chamavam os redatores de A Opinião). A Opinião era um jornal maçônico, portanto burguês, comandado por João Batista de Figueiredo Teneiro Aranha, Marcos Antonio Rodrigues Martins (Mundurucu Paiquissé) e o português José Soares de Azevedo. Segundo estudiosos da cabanagem, como Vicente Sales, via nesse duelo de opiniões, além das posições políticas, interesses pessoais e fruto do bipartidarismo nacional, porém, acima de tudo refletia as imensas contradições do Império emergente. No caso específico do duelo entre esses dois jornais, ambos vivem o efêmero momento das lutas partidárias, sendo tão dinâmicos quanto as crises, conflitos, motins; vão-se uns, vêm logo outros no lugar, conforme as necessidades da luta. Assim, ambos jornais só existiram cerca de um ano. Em outubro de 1831, os maçônicos já distribuíam o Echo Independente, que circulará até julho de 1832. Por não possuírem a fortuna dos maçônicos, o grupo de

Batista Campos só consegue lançar um novo título em 10.3.1832 e que será brevíssimo. Chamou-se A Luz da Verdade e foi redigido pelo cônego Silvestre Antunes, o fiel companheiro de pena de Batista Campos. Mas ainda nesse ano, esses dois homens incansáveis publicaram o mais polêmico jornal da era da cabanagem, O Publicador Amazoniense (8.1832-9.1834). E como se não bastasse, em setembro ambos publicaram O Paraguassu, que circulará ao lado de O Publicador Amazoniense até 1833.

Para Vicente Sales, a publicação desses dois jornais refletirá a "ideologia da cabanagem", uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema. Por isso, são leitura obrigatória essas fontes primárias de informação que ainda existem, mesmo que em poucos exemplares nos arquivos de Belém e de outros lugares, para melhor se compreender tão rico processo.

A deposição do visconde de Goiânia, que foi batizada por Batista Campos de agostada, é considerada um golpe durante o processo da cabanagem e que influenciou de forma decisiva o desfecho da mesma. No dia 7 de agosto de 1831, em Belém, a reunião do Conselho Presidencial foi interrompida pelo comandante d'armas, coronel Bittencourt, acompanhado por chefes de corpos militares da capital, que anunciou estar depondo o visconde de Goiânia do cargo de presidente do Grão-Pará, sem condição para resistência, uma vez que o Palácio estava cercado por tropas. Como membro mais votado do Conselho Presidencial, o cônego Batista Campos era o sucessor legal do visconde de Goiânia. Porém, isso não era possível, já que momentos antes da deposição de Goiânia, outro grupo armado havia detido o vice-presidente. Não só Batista Campos como vários outros homens acusados de estarem alinhados ao seu partido estavam sendo presos em vários pontos de Belém ao mesmo tempo.

No dia 10 de setembro de 1831, uma embarcação seguiu com o visconde de Goiânia para o Rio de Janeiro, enquanto uma escuna levava, deportados para pontos ermos da província, Batista Campos e alguns dos seus aliados que não conseguiram fugir da caçada empreendida contra eles a partir do dia 7 de agosto. Segundo as páginas do Publicador Amazoniense, os responsáveis pela aquartelada foram os maçons da loja Tolerância e da Sociedade União Liberal, do partido caramuru, sendo seu articulador o brigadeiro José Bittencourt, que veio substituir d'Andréa, que também era maçom. O que acontecia na província do Grão Pará com a sucessão desordenada de administradores foi registrado nas páginas de O Paraguassu, no estilo visceralmente irônico de Batista Campos e seu grupo.

É preciso esclarecer que no período que antecede a agostada, o governo regente está tentando canalizar as inúmeras lutas, disputas políticas e motins que ocorrem no Brasil império para os canais institucionalizados, ou seja, para o parlamento burguês. Os paraenses já tinham eleito deputados para duas legislaturas, trocando dois terços da sua representação na Câmara de um pleito para o outro. Felipe Patroni, inclusive, foi eleito. Além do Conselho Presidencial, o Conselho Geral da Província já estava situado como uma das principais instituições do Pará, mesmo com pouco tempo de funcionamento. Percebamos que Batista Campos foi cooptado para o aparato institucional já no governo do barão de Itapicuru-Mirim, também deposto, mas que não passou o poder para Batista Campos, que enquanto membro mais votado do Conselho era uma espécie de vice-presidente e assumia interinamente o poder até a Corte Imperial enviar o substituto.

A composição heterogênea desses órgãos é que permitiu o debate em torno de temas que feriam interesses econômicos dos grandes capitalistas, mantendo os conflitos e as crises. O que veremos é que somente com a liquidação da massa cabana a burguesia conseguirá seu intento de “pacificar” a província. Para os inimigos de Batista Campos colocá-lo no poder era um grande erro do governo, pois ele estaria influenciando o governo do visconde de Goiânia. Um dos pontos cruciais era a proposta do presidente de acabar com a Guarda Nacional, uma tropa de elite que fazia o policiamento em Belém e que deveria permanecer para garantir a segurança exclusiva dos grandes capitalistas já que eram pagas por eles mesmos; no campo havia uma guarda similar, que mantinha a ordem nos seringais e nas grandes roças. Essa guarda passaria a ser comandada pela polícia. Em Belém, era comandada pelo maçom Rodrigues Martins, o célebre Mundurucu Paquicé, latifundiário e grande senhor de escravos.

Na defesa da manutenção da Guarda, o juiz de paz Luis Antonio de Castro Peruvino disse o seguinte: “a Guarda Nacional se faz necessária para conter as insídias dos verdadeiros anarquistas anticonstitucionais e desorganizadores, os partidários do cônego, diante dos quais cumpria que nos unamos todos, quantos queremos a ordem, lei e liberdade para defendermos debaixo do mando das autoridades legítimas nossas propriedades e vida, fazendo causa comum”. Essa guarda tinha papel político, funcionava como milícia, ou como se refere Vicente Sales, um exército de capangas. Bem uniformizada e municada, possuía um distintivo em verde e amarelo, mas em formato de armas portuguesas.

Foi nesse panorama que ocorreu a agostada. Foram desterrados cerca de trinta companheiros do cônego, além dele mesmo, incluindo músicos, padres, maçons, funcionários públicos, jornalistas, mulatos, negros, portugueses, além de uma relação com os nomes de onze “vadios sem ofício”, que andavam a “espancar os cidadãos”. Mas ainda não será desta vez que calarão a voz de Batista Campos.

Assumiu imediatamente o médico Dr. Marcelino José Cardoso, aristocrata rural, filho de um rico fazendeiro

do Marajó (7.8.1831-27.2.1832). Foi substituído pelo tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira. Em 4.12.1833 foi empossado Bernardo Lobo de Souza, e Batista Campos entregou-se abertamente a ação e propaganda revolucionárias e quando não consegue manter o jornal passa ao uso ostensivo de panfletos, tendo ajuda de Lavor Papagaio, jornalista que chegou fugido do Ceará, devido seu ostensivo trabalho de propaganda, considerado rude e radical. A identificação na política e no método foi total, com Lavor indo morar na casa de Batista Campos. Por essa época ganha influência o mulato Joaquim Antonio, do grupo do cônego, que defende abertamente o fim da escravatura e a distribuição de terras abandonadas aos camponeses sem terra. Infelizmente o grande líder cabano morreria no último dia do ano de 1834, por infecção em um ferimento no rosto enquanto fazia a barba escondido na floresta. Ele que, mesmo com grandes contradições, tanto lutou, não participaria do motim final, poucos meses depois. E ainda que o centro da luta cabana fosse a defesa da República, a Cabanagem não chegaria a manter sua proclamação, como fizeram os farrapos do Rio Grande do Sul. No auge da luta armada, com enfrentamentos de extrema violência a atividade da imprensa quase desapareceu, só aparecendo em curtos intervalos. E com a retomada de Belém em 1836, a imprensa política e revolucionária do Pará foi praticamente extinta.

O povo se organiza

Batista Campos desde o começo teve grande influência popular, através da propaganda de suas ideias. Foi assim que ele aproximou aqueles que viriam a ser governos cabanos, como o jovem Eduardo Francisco Nogueira, que deu a si o nome de luta de Eduardo Angelim, em referência a forte madeira da Amazônia. Orador talentosíssimo, ganhou milhares de cabanos para a batalha, principalmente os escravos. Mesmo com medidas proibitivas para que estes não se reunissem, exibiam ostensivamente os distintivos vermelhos que caracterizavam a organização de Batista Campos, como a bandeira e o “uso indiscreto de lenços de cor encarnada no pescoço”.

Um ofício de 8 de fevereiro de 1834 autorizava a dispersão de “escravos possuídos de ideias partidárias”, “como no dia 6 do corrente aconteceu com o mulato Manoel, escravo de Maria Tereza Pia, o qual entoava versos com audácia de não ser castigado....”. E no dia 14 outro ofício: “... insultam com palavras as autoridades constituídas, e promovem a desordem até com ajuntamentos ilícitos nas ruas e praças, e mais “não tendo surtido efeito as medidas de brandura que tenho aplicado, e parecendo-me indispensável tomar mais sérias providências a respeito de um partido, que se apresenta tão ousado, ainda que diminuto em número, principalmente por servir-se do infame e perigoso meio de agular os escravos, fazendo-os tomar parte ativa nos

negócios do Estado, como tudo consta das partes que me têm sido enviadas sucessivamente há muitos dias pelas autoridades policiais". Havia claramente um princípio de organização de ambas as partes.

Explode a Cabanagem

Para demonstrar a crise que explodiu no movimento cabanagem propriamente dito, vamos fazer uma breve descrição dos acontecimentos mais contundentes que desembocaram no derramamento de sangue.

Em 16 de junho de 1831 chega a Belém Bernardo José da Gama, Visconde de Goiânia, recém-nomeado presidente daquela província. Seu governo duraria apenas 19 dias. Ele tomou, logo de início, medidas que contrariavam interesses da classe privilegiada, reunida em torno do chamado partido Caramuru, ligado à maçonaria.

Os proprietários ricos passam a tramar um golpe. É a agostada, quando o Visconde de Goiânia é deposto e o cônego Batista Campos preso com muita violência. Levado à prisão, ele consegue fugir e passa a comandar uma revolta, que passou a ter o apoio das classes pobres. As massas populares começam a tomar as ruas para protestar contra os conservadores golpistas. Estes põem na presidência da província o médico Marcelino Cardoso, que tenta controlar a agitação social que começava a acontecer e a ganhar adeptos no Exército. Em 12 de abril de 1832, a tropa sediada na Barra do Rio Negro (atual Manaus) se rebela, mata seu comandante e, com o apoio da sociedade civil, decide separar a comarca do Rio Negro da Província do Pará e de seu governo. De Belém são enviadas forças militares para sufocar a rebelião no Rio Negro e restaurar a ordem. Mas a agitação se espalharia por dezenas de vilas e povoados da Amazônia. Na missão de Maués, os índios matam todos os brancos e organizam um foco de resistência.

O novo presidente da província do Grão-Pará e Rio Negro, Bernardo Lobo de Souza foi empossado em 4.12.1833 e desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os conflitos. Não conseguindo, anistia todos os que estavam presos por revoltas contra o governo, tentando acalmar os ânimos. O cônego Batista Campos reaparece e comanda a oposição.

Lobo de Sousa, buscando reorganizar o Exército e a Marinha naquela província, recruta elementos das classes baixas, mamelucos e cafuzos. Ele, inadvertidamente, armava os estratos mais pobres da sociedade, já bastante insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos. As Forças Armadas no Norte se enchem de mestiços ressentidos com séculos de exploração e domínio de brancos e portugueses. Falantes da língua geral amazônica, o nheengatu, ou tupi (o tupinambá era o dialeto dessa língua falado pelos mestiços do norte). A língua geral foi usada durante a Cabanagem como instrumento de comunicação entre os revoltosos, oriundos, em geral,

das classes pobres, para que não fossem compreendidos pelas tropas enviadas de outras partes do Brasil pelo governo regencial.

O presidente da província, pertencente à maçonaria, indis põe-se com a Igreja. O bispo D. Romualdo Coelho passa a atacar o governo e, em 1834, dirige carta pastoral condenando os maçons. Temendo sua prisão, o bispo foge de Belém para Cametá. Batista Campos publicou essa carta e por não ter sido autorizada pelo governo da Província, foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Félix Clemente Malcher, fazendeiro simpático às idéias liberais. Por essa época seu grupo era grande e diverso, nele encontrando-se os irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio), lavradores e o seringueiro e jornalista Eduardo Angelim. Juntos, reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes.

O destacamento militar enviado para prender o cônego é atacado na floresta por homens rebelados, sob o comando de João Vinagre, grupo constituído de caboclos, quilombolas e gente muito pobre, ressentidos inclusive com a perseguição que a Igreja estava sofrendo. De seu esconderijo, o cônego Batista Campos comanda uma guerra que começava. Porém, faleceria inesperadamente, vitimado por uma infecção no rosto devido às condições precárias nas quais se encontrava, escondido do governo nas matas do Pará. Outros líderes levaram adiante o movimento, com Angelim e os irmãos Vinagre na frente.

Em 6 de janeiro de 1835 João Vinagre e seus homens atacam Belém. O quartel e o palácio do governo foram tomados por índios tapuias, cabanos e negros, liderados por Antônio Vinagre. Matam o governo Lobo de Sousa em um beco (segundo a imprensa da época, indo da casa da amante para o palácio) e trucidam dezenas de portugueses. No dia 7 de janeiro, Félix Clemente Malcher, que se encontrava preso, foi libertado e escolhido como presidente da província e Francisco Pedro Vinagre para Comandante d'armas. É instituído o primeiro governo cabano, de Félix Clemente Malcher. Os cabanos estavam no poder. Isso promoveu uma apoderação de material bélico por parte dos grupos revolucionários. Inicia-se a Cabanagem, um dos maiores movimentos populares da história do Brasil.

Mas os cabanos tiveram muita dificuldade para se manter no poder e estabelecer um governo revolucionário. As divergências e os conflitos entre os próprios líderes do movimento foram as causas principais do fracasso da rebelião. Clemente Malcher, militar, latifundiário e dono de engenhos de açúcar, se mostrou mais identificado com os interesses do grupo dominante derrotado, logo entrando em conflito com o exército cabano. Ao assumir o governo traiu os interesses cabanos, jurando fidelidade ao imperador e declarando que permaneceria

no poder até a maioria do herdeiro do trono. Entrou em confronto com o exército cabano, mandando prender Eduardo Angelim e Vicente Ferreira Lavor, tentando deportá-los. As tropas dos dois lados entraram em conflito, saindo vitoriosa a tropa cabana, comandada por Francisco Vinagre. Malcher foi deposto em 19 de fevereiro de 1835, assassinado e tendo seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém. Assumiu Francisco Vinagre como o segundo governador Cabano, mas o primeiro que participou ativamente da conquista de Belém.

Para decepção dos cabanos, Vinagre também se declarou fiel ao governo imperial e se dispôs a negociar com o mesmo. Com essa traição o governo regencial se sentiu a vontade para organizar numerosa força militar e enfrentar a rebelião. Comandadas pelo português Manuel Jorge Rodrigues, barão de Taquari, e contando com o apoio do próprio Francisco Vinagre as tropas governamentais tomaram Belém. Francisco Vinagre concordou em entregar pacificamente o governo, em julho 1835, em troca de anistia aos revolucionários. A lembrança do massacre do Brigue Palhaço, em 1823, levou os revolucionários a não confiarem em um acordo com o representante imperial, não entregaram as armas e refugiaram-se no interior.

Como previsto, Manuel Jorge Rodrigues não cumpriu o acordo e mandou prender Francisco Vinagre, mesmo com a prova de confiança que este tinha lhe dado. Os cabanos, indignados, reorganizaram suas forças e atacaram novamente Belém sob o comando de Antonio Vinagre e Eduardo Angelim, em 14 de agosto de 1835. Após nove dias de batalha, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, os cabanos retomaram a capital e proclamaram a República. Eduardo Angelim foi aclamado pelos cabanos o presidente e durante dez meses a elite se viu atemorizada pelo controle cabano sobre a província do Grão-Pará. Tentaram estabelecer um governo revolucionário estável e capaz de governar a província, porém, não tinham um projeto político consistente, nem um ideário revolucionário com medidas concretas para a consolidação do governo rebelde, novas traições e conflitos entre os líderes do movimento provocaram seu enfraquecimento. Mesmo governando por dez meses, não aboliram a escravidão nem proclamaram a independência do Grão-Pará e Rio Negro. A explosão de sentimentos das massas pobres, exploradas durante séculos, não foi canalizada para transformações econômicas e sociais que pudessem melhorar, por fim, suas vidas.

Mas diante da vitória das forças de Angelim, o império reagiu. Em fevereiro de 1836, quatro navios de guerra se aproximaram de Belém, prontos para atacar a cidade, tomada pela desordem, fome e varíola. Foi realizado um bloqueio naval na cidade pelo brigadeiro Francisco José de Sousa Soares d'Ándrea, barão de Caçapava, atracando sua esquadra em frente a Belém. Em março

foi nomeado pela corte como novo presidente do Grão-Pará, autorizando guerra total contra os cabanos. Era seu segundo momento de carrasco do povo cabano.

Os cabanos insurgentes escapavam pelos igarapés em pequenas canoas, enquanto Eduardo Angelim e alguns líderes negociavam a fuga. Uma esquadra inglesa chegou a oferecer ajuda a Eduardo Angelim para que acabasse com o bloqueio naval brasileiro, mas este recusou. Eduardo Angelim conseguiu furar o bloqueio naval e se refugiou no interior. Em 6 de março de 1836, a Barra do Rio Negro foi tomada pelos cabanos, comandados pelo caboclo Maparatuba. Os cabanos deixaram a capital Belém vazia para as tropas de Soares d'Ándrea. O brigadeiro, entretanto, julgando que Angelim, mesmo foragido, seria uma ameaça, determinou que seus homens fossem ao seu encalço. Em abril, a Barra do Rio Negro foi retomada pelas forças d'Ándrea. Os cabanos se embrenharam nas selvas, com as forças repressoras em seu encalço, deixando um rasto de sangue atrás de si. Em outubro de 1836, numa tapera na selva, ao lado de sua mulher, Angelim foi capturado, feito prisioneiro na fortaleza da Barra, até seguir para o Rio de Janeiro e depois Fernando de Noronha. A Cabanagem, porém, não acabou depois da prisão de Eduardo Angelim. Mesmo que em 1839, para poder por fim ao movimento, o governo regencial tenha anistiado todos os participantes da Cabanagem, os cabanos, internados na selva, lutaram até 1840, quando foram completamente exterminados. Nações indígenas como os murá e os mauê praticamente desapareceram.

Estima-se que durante o período do conflito, entre tropas governamentais e revolucionários, a população do Pará, que era de cerca de 100 mil habitantes, foi reduzida a 60 mil. Em 1833, o Grão-Pará tinha 119 877 habitantes; 32 751 eram índios e 29 977, negros escravos. A maioria mestiça (miscigenação de índios, negros e brancos) chegava a 42 mil. A minoria totalizava quinze mil brancos, dos quais mais da metade eram portugueses.

Trinta mil caboclos e índios destribalizados morreram durante aquela insurreição, um quinto da população da província. A língua geral perdeu, assim, milhares de falantes, recebendo seu segundo golpe, após as perseguições do Marquês de Pombal, no século XVIII, quando impôs o português às tribos indígenas.

Intelectual do regime militar, Rego Reis escreveu o livro, *A Cabanagem. Um Episódio Histórico de Guerra Insurrecional na Amazônia (1835/1839)*, onde afirma: *"a cabanagem notabilizou-se pela 'efetiva e dominante participação das massas; a ascensão de líderes dos mais baixos estratos da sociedade; a violência sem freios da rebelião e pela escala que a insurreição conseguiu, tomando o poder e mantendo-o por um tempo considerável"*.



Greve Geral de 1917 em São Paulo.

IV

REPÚBLICA VELHA ATÉ O PRÉ-GOLPE DE 64



Manifestação das Ligas Camponesas na década de 1960.



Os homens da Terra

vinicius de morais

Em homenagem aos trabalhadores da terra do Brasil, que enfim despertam e cuja luta ora se inicia.

*Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha
Bem como os frutos que encerra
Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha.
Chegado é o tempo da terra
Não há santo que vos valha
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra.
Não o fuzil contra a enxada
– União contra granada
– Reforma contra metralha!*

*Senhores Donos da Terra
Juntai vossa rica tralha
Vosso cristal, vossa prata
Luzindo em vossa toalha
Juntai vossos ricos trapos
Senhores Donos da terra
Que os nossos pobres farrapos
Nossa juta e nossa palha
Vêm vindo pelo caminho
Para manchar vosso linho
Com o barro da nossa guerra:
E a nossa guerra não falha!*

*Nossa guerra forja e funde
O operário e o camponês
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Com seu martelo e seu forno
Sua lima e sua torquês.
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis*

*Nosso pão de cada dia
Feito em vossa padaria
Com trigo que não colheis.
Nosso pão que forja e funde
O camponês e o operário
No forno onde coze o trigo
Para o pão que nos vendeis
Nas vendas do latifúndio
Senhor latifundiário!*

*Senhor Grileiro de terra
É chegada a vossa vez
A voz que ouvis e que berra
É o brado do camponês
Clamando do seu calvário
Contra a vossa mesquinhez
O café vos deu o ouro
Com que encheis vosso tesouro
A cana vos deu a parta
Que reluz em vosso armário
O cacau vos deu o cobre
Que atirais no chão do pobre
O algodão vos deu o chumbo
Com que matais o operário:
É chegada a voz vez
Senhor latifundiário!*

*Em toda parte, nos campos
Junta-se à nossa outra voz
Escutai, Senhor dos campos
Nós já não somos mais sós.
Queremos bonança e paz
Para cuidar da lavoura
Colher o milho que doura*

*Queremos que a terra possa
Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono
Senhores Donos de Terra.
Queremos plantar no outono
Para ter na primavera
Amor em vez de abandono
Fartura em vez de miséria*

*Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra...
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
– Granada contra granada
– Metralha contra metralha!*

*E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!*



INDICAÇÃO DE FILMES: Deus e o Diabo na terra do sol (1964); Guerra de Canudos (1996); Cabra marcado pra morrer (1984); Cadê Profiro? (2004); 1917, A Greve Geral (2017).

Messianismo e cangaço: a crise do coronelismo

José de Souza Martins. Trecho do livro *“Os camponeses e a política no Brasil”, 1981, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, Brasil.*

No Nordeste, muito especialmente nas zonas sertanejas, alcançando até o Estado de Goiás, no centro-oeste, esse foi um período de fortes disputas pela terra e pela hegemonia comercial. É provável que tais disputas estivessem enraizadas na forma peculiar como foram ocupadas as terras do sertão, desde o período colonial. Toda aquela imensa área caracterizou-se pelo desenvolvimento da pecuária extensiva, de onde o gado era remetido para as regiões canavieiras do litoral. Enquanto a sociedade litorânea era acentuadamente senhorial e hierarquizada, a sociedade pastoril tinha linhas de diferenciação social um pouco diluídas caracterizada basicamente pelo trabalho livre do vaqueiro, ocupando pouca gente. Aí, o fazendeiro abria a sua posse, obtinha a sesmaria e entregava o gado ao vaqueiro com base no regime da *quarteação*. Cada ano, de quatro crias cabia uma ao trabalhador, que, em princípio, mas nem sempre, podia formar o seu próprio rebanho. Em tempos mais recuados isso era possível, não só porque sempre havia mão-de-obra excedente nas áreas sertanejas, como também havia largas porções de terra livres e disponíveis. Foi assim que o gado penetrou em direção ao norte de Goiás, ao Maranhão e ao Pará. À medida, porém, que o mercado interno foi se desenvolvendo, as oportunidades do vaqueiro foram minguando.

Quando, no fim do século XIX, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados e se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade fundiária, abriu-se, também, um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes. E mais, terras de antigos agregados, vaqueiros, convertidos em sitiantes, sofreram a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos e poderosos. Essas regiões mantidas à margem da economia colonial eram justamente aquelas em que mais descuidado fora o processo de ocupação territorial, já que a riqueza era, e seria durante muito tempo ainda, representada

pelo gado e não pela terra. Fazenda era o rebanho e não o território. Dai que o problema da terra tenha se apresentado muito mais grave nessas regiões do que naquelas devotadas à produção colonial agrícola de exportação.

No Sul, foi também numa região marginal em relação à economia de exportação que se definiu um quadro de tensões sociais envolvendo os camponeses. Refiro-me à região envolvida na disputa de limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná, que ficou conhecida como região do Contestado. Nessa área o governo havia incumbido o Sindicato Farquhar, americano, de construir a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, fazendo-lhe em troca concessões de terras na largura de 9 km de cada lado da ferrovia, mais 9 km onde poderiam ser compensadas as áreas legalmente possuídas por outros proprietários dentro da faixa anterior. Essa era uma região de gado, mas principalmente de atividade extrativas de erva-mate, onde a planta era nativa. Encontravam-se aí não só os agregados das fazendas, mas também os posseiros dedicados ao trabalho do mate. Havia também fazendeiros, cujas terras estavam sujeitas a disputas. Farquhar, além de dedicar-se à construção da ferrovia, organizou também uma empresa destinada à extração de madeira, o pinho, abundante na região, e à colonização das terras obtidas da concessão governamental.

Para desenvolver o programa de colonização, com a venda da terra a colonos estrangeiros, principalmente poloneses e italianos, era preciso expulsar da terra os antigos posseiros, o que começou a ocorrer em 1911. Ao mesmo tempo, o clima de tensão na área era agravado pelas centenas de trabalhadores desempregados devido ao término da construção da ferrovia, que haviam sido recrutados compulsoriamente entre a população de grandes cidades como Rio, Santos e outras e que não haviam sido recambiados para seus locais de origem.

Justamente, em duas regiões sertanejas, o sertão da Bahia e o sertão do Contestado, ocorreram movimentos

messiânicos que, devido à repressão, transformaram-se rapidamente em verdadeira guerra civil. Na Bahia, camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos terminaram uma peregrinação que Antônio Maciel, o Conselheiro, iniciara nos anos 70. Antigo beato, vitimado por longa luta de família com os Araújo, era haméln culto, tendo sido caixeiro de armazém, professor, advogado provisionado. Falava e escrevia fluentemente, inclusive em latim. Peregrinou por vários Estados do Nordeste, estabelecendo-se finalmente numa fazenda abandonada do sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, chamada Canudos, onde fundou uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de trinta mil habitantes e de cinco mil casas.

Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1896-1897, com base na acusação de que eram monarquistas. Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então. O Exército sentia-se o guardião da República, que fora proclamada pelo Marechal Deodoro em 1889, numa espécie de golpe não só contra monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, constituídos pela nova e próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo, que desde os últimos anos do Império vinha assumindo unia participação cada vez maior no governo.

Ocorre, entretanto, que o movimento religioso do Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tundo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis. Era, também, um movimento marcado pela espera do milênio, que se avizinhava com o fim do século, e que sempre constituía um tema religioso essencial para os camponeses de todas as regiões brasileiras. A proclamação da República apenas definira um quadro ainda mal esboçado de usurpação e injustiça, aprofundando o domínio da “lei do cão”, a ordem social do mal. Para os seguidores do Conselheiro, a monarquia era simplesmente o oposto da república, era “lei de Deus”, a ordem social do bem. No entender de Antônio Maciel, a proclamação da República era apenas a consumação da iniquidade dos fazendeiros, senhores de escravos, vingança contra a monarquia que, pela mão da Princesa Isabel, decretara um ano antes a abolição da escravatura, “que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano”. Referindo-se aos republicanos e fazendeiros, dizia Antônio Conselheiro que “Os homens ficaram assombrados com tão belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o

seu trabalho, donde formavam o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e insensibilidade ao trabalho que desse povo recebiam”.

Canudos era o lugar da espera e tudo que estava acontecendo, inclusive a guerra contra os camponeses, era apenas o conjunto dos sinais do fim dos tempos. Deus era “servido que haja demora da monarquia esperando a conversão do povo”, pois a “República se acaba breve”. A nova monarquia seria a monarquia dos redimidos, instituída antes das trevas, com o retorno de Dom Sebastião, o rei de Portugal desaparecido na batalha de Alcácer Kibir, no combate aos mouros, no século XVI. Há diferenças muito significativas entre a interpretação da situação pelo próprio Conselheiro e a dos seus seguidores. O primeiro fazia uma interpretação política e de classe do processo que estava atingindo o povo. Os segundos elaboravam uma esperança escatológica, certamente alimentada e justificada pelo próprio Conselheiro.

Os problemas do Conselheiro e, mais tarde, de seus seguidores, começaram quando rasgou editais da Câmara de Bom Conselho determinando a cobrança de impostos. O mesmo juiz com quem se indispôs nessa ocasião, pouco mais tarde, em Juazeiro, será o responsável pela acusação a Antônio Conselheiro, pedindo tropas para resguardar a cidade de Juazeiro contra um possível ataque dos jagunços. A partir desse momento, o quadro de interpretação da situação dos camponeses de Canudos terá muito pouco a ver com Conselheiro e seus seguidores. O caso de Canudos foi reinterpretado à luz do temor republicano, sobretudo militar, de restauração da monarquia. Será igualmente interpretado em função das disputas políticas regionais da Bahia, entre coronéis do sertão e o governador Luiz Vianna, acusado de simpatizante da monarquia. De um lado era importante o envolvimento do Barão de Jeremoabo, o chefe político da região de Canudos; indisposto politicamente com o governador, interessado pois em comprometê-lo em supostas alianças com o Conselheiro. A acusação de monarquismo indispunha assim Luiz Vianna com os militares. Estava-se no começo da presidência de Prudente de Moraes, conduzido ao poder por eleições livres após a ditadura militar do Marechal Floriano Peixoto, que deixará o governo a contragosto e em decorrência de manobras cuidadosas, após uma guerra civil no sul e conflitos no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes estava licenciado ela presidência, quando começou o caso de Canudos, em 1896. Em seu lugar governava Manuel Vitorino, vice-presidente, baiano, que, interessado em evitar que Prudente reassumisse o poder, teria entrado em entendimentos com os florianistas para terminar o mandato, garantindo a sucessão para um militar do

grupo de Floriano, possivelmente o Coronel Moreira César, já envolvido em combates no Sul. Os interesses da facção no governo federal combinavam-se assim com os interesses dos coronéis sertanejos contrários a Luiz Vianna.

A Guerra de Canudos constituiu-se, portanto, num desdobramento das disputas entre os coronéis sertanejos ou entre estes e o governo. A necessidade da derrota dos habitantes de Canudos passou a representar uma peça importante na disputa pelo poder federal entre militares e civis ligados aos interesses do café. Quatro expedições militares, a última das quais envolvendo mais de 10 mil soldados, foram lançadas contra os sertanejos. As três primeiras foram severamente derrotadas, permitindo que os camponeses se armassem, resultando inclusive na morte de Moreira César. Num primeiro momento, a quarta expedição foi igualmente derrotada, sendo reforçada para garantir o esmagamento da população de Canudos. Ao combater os republicanos, isto é, os militares e fazendeiros, os sertanejos de Canudos tinham certeza de estar combatendo os inimigos dos trabalhadores, como deixa a entender o texto do Conselheiro.

No Sul, a expulsão dos posseiros também levou à guerra, pouco depois, no período de 1912 a 1916. Também lá o conflito começou por interesse de um coronel sertanejo, o coronel Francisco Albuquerque em disputas com outro coronel, Henriquinho de Almeida. No seu território de influência política, a região de Curitiba, operários desempregados da estrada de ferro e, sobretudo, posseiros expulsos de suas terras pela *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.*, além de outros moradores da região, nas festas de São Sebastião, em 1912, haviam se encontrado em Perdizes Grandes e discutido o problema das terras. Esse encontro se dá em torno de um "monge" (como eram chamados os beatos no Sul), curandeiro de ervas, chamado José Maria. Há anos, desde final do século XIX, havia conhecimento de pelo menos um outro monge, João Maria, que deixou fama de santidade na região e que, tendo desaparecido nos primeiros anos do século, esperava-se que ressuscitasse por aquela ocasião, na região de Campos Novo. José Maria foi aceito, após ter feito curas, como o antigo monge ressurrecto. José Maria teve entendimentos com o coronel Henriquinho de Almeida, o que motivou o coronel Francisco de Albuquerque, que temia o crescimento da oposição, a dirigir uma denúncia ao governador acusando-o de ter proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu. Acompanhado de seus seguidores José Maria retirou-se do Estado de Santa Catarina, atravessando a ferrovia e adentrando o Estado do Paraná, para acampar numa localidade chamada Irani, um aglomerado de posseiros seus conhecidos.

Nessa época, entretanto, como foi dito, havia uma disputa de limites entre os dois Estados, numa área, alás, que já fora disputada antes pela Argentina. A entrada de José Maria e seus seguidores no Estado do Paraná foi interpretada em Curitiba, capital paranaense, como invasão do Estado por catarinenses, fato grave dado que a questão de limites encontrava-se "sub judice" no Supremo Tribunal Federal. O Comandante da Polícia Militar daquele Estado, Cel. João Gualberto, organizou imediatamente uma força para atacar os camponeses reunidos no Irani. Na véspera do ataque, intimado a render-se através de emissários, José Maria esclareceu que era de paz, não pretendia conflito e pediu tempo para retirar-se com seu povo em direção ao Estado do Mato Grosso. Na madrugada seguinte as forças de João Gualberto, equipadas inclusive com uma metralhadora, atacaram o reduto dos sertanejos, que se defenderam com duas ou três armas de fogo e facões de madeira geralmente utilizados no desbaste da erva-mate. José Maria foi morto na ocasião e com ele vários dos seus seguidores, que compunham um pequeno grupo de elite, de 24 cavaleiros, conhecidos como "os Doze Pares de França". Os Doze Pares eram, e são ainda, figuras muito populares nos sertões brasileiros, tanto do Nordeste quanto do Sul, devido à ampla difusão de um livro contendo a "História de Carlos Magno e os Doze Pares de França". Essa organização tem mais finalidade de praticar ritos folclóricos do que finalidade ofensiva. Na mesma ocasião, porém, os camponeses conseguiram tomar a metralhadora, numa luta corpo a corpo. O Coronel João Gualberto foi morto e retalhado a faca na ocasião.

A partir da batalha do Irani, a situação do grupo se altera completamente. Os fatos começam a se desenrolar, como diz Duglas Teixeira Monteiro, num espaço e num tempo míticos. Os sertanejos recuam para a região de Taquaruçu, em Santa Catarina.

O Exército, as polícias estaduais e uma tropa de mil vaqueanos, espécie de jagunços sulistas a serviço dos fazendeiros, sofreram várias e amplas derrotas nos combates com os sertanejos. Na batalha de Taquaruçu, os camponeses tomam armas e munições do inimigo. A guerra durou praticamente quatro anos, envolvendo mais de 20 mil camponeses, incluindo alguns fazendeiros, que os apoiavam e que abandonando todos os seus bens se recolheram aos redutos organizados pelos sertanejos.

Os camponeses lutavam na esperança do retorno de José Maria e dos outros mortos na guerra, que através da morte teriam ido constituir o Exército Encantado de São Sebastião. Lutar e morrer passou a ser condição para ressuscitar, para viver. Esse foi o princípio que tornou a guerra inevitável e prolongada.

Nos redutos, havia um regime de apropriação comum dos bens para ali conduzidos pelos adeptos que em crescente número se juntavam aos revoltosos. O comércio era proibido e punido com a morte. Com a morte era punida a propriedade. A igualdade material era estabelecida com base na pobreza e na propriedade comum. Não obstante, a Luta do Contestado foi uma luta religiosa, que congregou principalmente camponeses expulsos da terra, mas não só eles.

A razão principal para o envolvimento do Exército foi a mesma de Canudos. Os sertanejos do Contestado foram acusados de monarquistas. De fato, o seu combate era dirigido contra a república dos coronéis, considerada responsável pela expulsão do povo, pela opressão que a Lumber impunha aos trabalhadores e camponeses da área, proibindo-os inclusive de permanecerem nos botequins próximos às estações ferroviárias quando ali estivessem presentes as “pessoas do porto”, os funcionários graduados da Companhia. Mas o monarquismo sertanejo nada tinha a ver com a monarquia dos Braganças. Tanto que um dos participantes do grupo, um velho analfabeto e pequeno fazendeiro, foi proclamado imperador dos redutos. A monarquia era simplesmente o contrário da república, com suas injustiças e violências contra os pobres do campo. Era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária.

Os sertanejos do Contestado, como os de Canudos, permaneceram segregados da contaminação do mundo urbano, criando seus redutos, suas vilas santas, seu território sagrado. Chegaram a atacar e incendiar pelo menos uma grande cidade da região, Curitiba, ao invés de tomá-la, e marcharam em direção a outra grande cidade, Porto União, em direção à capital, Curitiba. Este último episódio se deu após a declaração da Guerra Santa, o que ocorreu apenas em setembro de 1914, dois anos após o início da Guerra.

Também no Contestado, como em Canudos, os camponeses foram destroçados, no final já enfraquecidos e sem condições de lutar em virtude da fome que tomara conta dos redutos.

Se nos casos dos movimentos messiânicos mencionados os camponeses desenvolveram uma concepção de mundo e uma organização que os contrapunha objetivamente à república dos coronéis, à transação de poder entre o Estado e a ordem privada, representada pelos fazendeiros e comerciantes, no caso do banditismo sertanejo isso não era assim tão claro,

O banditismo, particularmente no Nordeste, vinha desde os tempos da colônia, mas se tornou muito significativo com o coronelismo da República. Os exércitos privados dos chefes políticos eram constituídos por jagunços, palavra quer dizer várias coisas. Jagunços foram chamados os sertanejos em armas em Canudos

e no Contestado. Muitos dos jagunços dos fazendeiros eram na verdade trabalhadores, moradores agregados, de suas fazendas. Entre os serviços de sua obrigação incluía-se o de lutar em defesa dos fazendeiros. Num regulamento de sua fazenda, um fazendeiro do Maranhão incluía, em 1912, como o primeiro dever do agregado “defender a vida e a propriedade dos proprietários”. Em muitos lugares, jagunço e agregado são palavras quase sinônimas. As grandes lutas de famílias e de coronéis, nas várias regiões do país, de 1890 a 1930, foram conduzidas graças ao braço armado do morador.

Mas, ao mesmo tempo que se tornou acentuado o uso do jagunço nas guerras particulares dos fazendeiros, freqüentemente, quando no poder, aliando à sua força armada a força policial, submetendo-a a seu comando, surgiu o jagunço rebelde, o jagunço autônomo, a pistola de aluguel. O jagunço que podia participar das lutas do fazendeiro ou que podia praticar um crime de encomenda, mediante pagamento, mas que não era um agregado do coronel, quando muito seu protegido. A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança. Tais pessoas não eram propriamente concebidas como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiro. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro — o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço a alguém, matando um desafeto.

Há quem suponha que o cangaceiro é o jagunço que se libertou da tutela do fazendeiro e do coronel. A questão, entretanto, não é assim tão simples. O jagunço não podia lutar senão pelo seu patrão; não era um rebelde, mas um dependente. Talvez o jagunço solitário, como existiram muitos e existem ainda hoje, possa ser considerado o agregado que se libertou de seu patrão, tornando-se um bandido livre, em que o banditismo é a condição necessária da liberdade que pode ter no âmbito do mundo fechado e controlado dos coronéis e das oligarquias rurais. O cangaceiro, ao contrário, tende a ser o camponês, que já era livre no que se refere a ter a sua terra, ainda que cliente de um chefe político. Exatamente por isso as situações de cangaço mais características envolvem o conflito dos

bandos de cangaceiros com fazendeiros e negociantes ricos. O caso de Antônio Silvino, provavelmente o cangaceiro mais característico e mais importante da história do banditismo rural brasileiro, talvez seja esclarecedor. Silvino começou sua luta muito moço, vingando o pai. Agiu em Pernambuco, Ceará e Paraíba durante 20 anos, tendo sido ferido e preso em 1914, indultado em 1937 por Getúlio Vargas. Silvino impunha como norma ao seu bando não atacar camponeses e trabalhadores pobres. Atacava fazendas e casas de comércio, promovia o saque e muitas vezes distribuía o que arrecadava entre os pobres, inclusive dinheiro. Era temido e admirado.

Lampião, outro cangaceiro célebre, que entrou para o cangaço com 20 anos, em 1917, e foi morto em 1938, nem sempre agiu do mesmo modo. Houve vezes em que alugou sua arma para executar vinganças privadas. Nem sempre manteve uma clara distinção entre ricos e pobres, recebendo coito de grandes fazendeiros. Para vingar a morte do pai, entrou para o bando de Sinhô Pereira, um homem rico, um coronel. Quando Sinhô deixou o cangaço e se retirou para Goiás, em 1922, assumiu a chefia do bando. Tinha tão acentuado preconceito racial contra negros, que constituíam forte presença entre os pobres do campo, que os discriminava dentro do bando. Sua família tivera moradores na propriedade. Por isso suas lutas não se distinguiram muito dos conflitos que os grandes fazendeiros levavam aos seus inimigos.

Tanto num caso como no outro, entretanto, o cangaço representava um questionamento do poder dos coronéis. O coito e outras formas de entendimento entre coronéis e cangaceiros era uma tentativa de acomodação de uma classe que, através do coronelismo, já se acomodara com a dominação do Estado, com a limitação que a ordem pública impunha à ordem e ao poder privados. Lampião intimava fazendeiros, sob pena de represálias, a lhe entregarem dinheiro, a pagarem tributos. O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes. A vingança não era apenas pessoal. Por isso, uma violência podia ser vingada num parente de mesmo sangue, envolvendo um número imenso de pessoas.

Tal fato não deve retirar o alcance de classe do cangaço. Os cangaceiros via de regra surgiam no sertão pobre e pecuário. Mas é significativo que na lista dos lugares atacados pelo sertanejo Antônio Silvino predominem as localidades mais ricas e agrícolas do Agreste e da Mata ou Litoral. Embora a vingança e o sangue permeassem a ação do cangaceiro, o sentido da sua

luta, as linhas divisórias do seu mundo eram linhas de classe. Foram grandes fazendeiros e sobretudo negociantes de regiões ricas que, através das associações comerciais, fizeram fortes pressões sobre a polícia e o governo para que Antônio Silvino fosse liquidado.

O banditismo e o misticismo não se excluíam. Um líder messiânico, como o Padre Cícero de Juazeiro do Norte, Ceará (1870.1934), uma região que produziu muitos jagunços, tornou-se célebre pela ascendência sobre os camponeses pobres e sobre jagunços e cangaceiros. Foi ele quem em 1926 tentou armar Lampião para lançá-lo contra a Coluna Prestes. Ao contrário, porém, de outros líderes messiânicos e de outros rebeldes, a rebeldia do Pe. Cícero circunscreveu-se ao interior da Igreja, suspenso de ordens. Fora dela, juntou jagunços e coronéis, tornando-se ele próprio um poderoso coronel sertanejo que chegou até a depor o governador do Ceará.

O messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Os movimentos messiânicos só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados e atacados por razões que só mediamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída. Tal fato não deve ser tomado como indício de alienação e impotência política do campesinato, o mesmo se dando no cangaço, mais agressivo, embora pessoal. A luta era localizada porque na verdade as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades. Canudos não era um fato perdido no sertão. O controle do poder no Rio de Janeiro, pela facção civil dos representantes dos fazendeiros de café ou pela belicosa facção militar dos florianistas, dependia do que acontecesse em Canudos.

É legítimo suspeitar que os militares a serviço do governo e da ordem constituída não tivessem lutado por equívoco. Quatro anos de guerra no Contestado, com sucessivas derrotas dos militares, significavam também uma luta contra o projeto de sociedade que os camponeses preconizavam e implantavam nos seus redutos. A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador. Ainda que considerando injusta e selvagem a Guerra de Canudos, pelas brutalidades que presenciou, incluindo a degola freqüente dos

prisioneiros indefesos, Euclides da Cunha, o maior cronista daquelas lutas, antigo militar, acompanhando as tropas como correspondente de guerra, expressou com frequência o seu preconceito contra os sertanejos, sua ignorância, sua degeneração racial, por serem mestiços, sua preguiça. Euclides, que foi considerado socialista, ao registrar esses preconceitos contra os camponeses em luta, não via senão com os olhos de quem domina,

ainda que tomado de piedade pelo oprimido — não via na luta camponesa o fim do tempo, o mundo novo da esperança messiânica dos sertanejos que se concretizavam exatamente naquilo que ele considerava os defeitos e imperfeições da cidade santa de Belo Monte. Não era a monarquia que os militares combatiam, como disso se deram conta muitos e muito depressa. Era a insurreição, a subversão dos pobres do campo.



Flagelados de Canudos após a derrota da revolta camponesa.

O Significado Político da Guerra de Canudos

Clóvis Moura. Revista Princípios nº 30, ago-out 1993, pág:17-23.

Este ano comemora-se o centenário do arraial de Belo Monte, fundado por Antônio Mendes Maciel, também conhecido como Antônio Conselheiro. Líder de um dos movimentos mais importantes da América do Sul que culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará, tanto o seu nome como o conteúdo social dessa guerra no campo não têm sido devidamente avaliados de acordo com a importância social e política do acontecimento. A guerra liderada por Antônio Conselheiro é um reflexo eloquente das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais do nosso setor agrário. Eclodiu em plena zona agropecuária dos grandes latifúndios no interior da Bahia e a violência dos combates travados entre os chamados fanáticos e as tropas legais bem reflete o grau de antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada na época.

É verdade que muita tinta já foi gasta para estudar-se esse movimento como sendo de fanáticos, messiânico, religioso e pré-político, mas nunca, ou quase nunca, como sendo um protesto social da massa camponesa. Com isto, exclui-se o movimento de Canudos do nosso processo emergente de transformação social, colocando-o como atípico, marginal e divergente daquilo que seria a nossa evolução histórica normal. Daí procurarem enquadrar o seu principal líder como uma pessoa exótica, louca, delinquente ou dominado por complexos patológicos. E, por outro lado, a massa que o seguia como composto de ignorantes, fanáticos e possuídos de fantasias alucinatórias. O fanatismo religioso, a ignorância, a crença em milagres e na salvação no além substituem o estudo objetivo das causas pelas quais a massa camponesa seguiu o seu líder, organizou-se e pegou em armas com tanta obstinação, dando um exemplo de heroísmo como encontramos poucos na história contemporânea. Tudo isto será compreendido se atentarmos mais nos fatos e menos nos preconceitos ideológicos daqueles que o estudaram.

Desmoralizado demais o viés racista que apontava Antônio Conselheiro como um mestiço, e, por isto, com os desequilíbrios que a mestiçagem proporciona, e os camponeses que o seguiam como sendo possuídos de loucura coletiva, as ciências sociais tradicionais procuraram outros caminhos para explicar a excepcionalidade do movimento, os motivos que determinaram não se poder

colocá-lo como um capítulo dos mais importantes da nossa história política, mas como um caso de patologia social⁽¹⁾. Surgiu a explicação messiânica, pré-lógica, carismática e finalmente pré-política do movimento. Criou-se um conceito do movimento social que somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que descambassem, como conclusão, em um projeto liberal. Os demais seriam formas arcaicas de movimento social, banditismo social, milenarismo, mas todos fora dos padrões que lhes dariam as razões para serem reconhecidos como políticos.

Embora o conceito tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista — E. J. Hobsbawm — acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de se analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo. A luta de Zapata e Pancho Villa no México, a de Sandino, na Nicarágua, o movimento camponês de Pugachov, na Rússia, todos os movimentos de libertação da África como o kinbangista, incluindo os Mau Mau e o de Lumumba. Tudo isto seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo e com isto seria descartada a essência dos mesmos, conservando-se apenas a sua casca exterior, a sua forma. Marx dizia que

“(...) não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Não será senão numa ordem de cousas na qual não haja mais classes e antagonismo de classes, que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas”⁽²⁾

Achamos, por isto que todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos mesmo com o fato dos próprios agentes coletivos o desconhecem. O que varia é o grau de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança. Mas todos se enquadram na transformação revolucionária (ou não) da sociedade.

Hegel dizia que a África era um continente sem história. Com esta formulação todos os movimentos do Terceiro Mundo não têm essência política e por isto fugiram à lógica da história. Por outro lado, todas as lutas dos servos durante a Idade Média contra o

feudalismo não teriam conteúdo político. No entanto, Engels escreveu que

“(...) a oposição revolucionária contra o feudalismo manifesta-se através de toda a Idade Média. Segundo as circunstâncias aparece como misticismo, heresia aberta ou insurreição armada. No que se refere ao misticismo já se conhece até que ponto os reformadores do século XVI sofreram sua influência. Também Munzer muito lhe deveu.”(3)

O que desejamos dizer, finalizando essas considerações introdutórias é que o movimento de Canudos foi um movimento político e que somente se assim o situarmos poderemos compreendê-lo cientificamente.

A fundação do arraial: Quando Antônio Conselheiro fundou o arraial de Canudos, fê-lo decidido a marcar uma nova etapa na luta que vinha liderando. Desde 1874, quando pela primeira vez se tem notícias suas, nas províncias de Bahia e Sergipe até a fundação de Canudos em 1893 passaram-se praticamente vinte anos. Durante esse período o peregrino foi preso, perseguido pelo clero e travou uma escaramuça com a polícia. Decidido a estabelecer uma base territorial para o movimento percorreu as terras dos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia até chegar à região de Canudos. Isto porque, segundo um dos seus biógrafos, Abelardo Montenegro, ele previa novas perseguições, depois de ter desbaratado tropas da polícia em Massete. A fazenda onde Antônio Conselheiro se instalou com o seu povo era uma área abandonada de grande extensão e que se achava desocupada desde 1891. Ficava num entrocamento das estradas de Geremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curral dos Bois. O local era dos mais favoráveis para o início da construção do arraial pois estava protegido por serras pedregosas em cujas vertentes se estendiam caatingas. “Para lá chegar” — escreve Abelardo Montenegro “o caminhante teria de atravessar uma zona sem água e sem recursos.”(4). Como diz o mesmo autor, Antônio Conselheiro não se considerava mais o peregrino, o missionário secular, o evangelizador que palmilhara o sertão no desempenho da missão divina. “Julgava-se o Conselheiro.”(5) Instalou-se, assim, em “(...) lugar mais seguro” como afirma Rui Facó, construindo celeremente o seu reduto defensivo que batizou de Belo Monte e que depois ficaria célebre com o nome de Canudos. Correndo a notícia da fundação do arraial, logo para lá se dirigiram pessoas de vários estados do Nordeste como Ceará, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo. O arraial cresce rapidamente, num ritmo febril que mais se acentua com a chegada incessante de novos peregrinos que se fixam no local. Diz Marco Antônio Villa que “(...) as casas são construídas pelos próprios sertanejos e, apesar das tentativas de Antônio Vilanova de organizar uma ocupação planejada do espaço urbano, o que se vê são construções que se espalham ao longo do Vaza-Barris e pelas encostas à semelhança da maioria das cidades

brasileiras da época principalmente durante o último ano de vida da cidade, quando cresceu em ritmo vertiginoso”(6).

O arraial assim construído tinha um centro comercial, uma escola e obviamente uma igreja, além do templo novo em construção e que nunca foi terminado. Como diz ainda Marco Antônio Villa

“(...) apesar de importância econômica, como centro criador de gado, e política, como um dos maiores núcleos comerciais do interior, o poder público nunca se importou por Canudos. O governo estadual não oficializou o município, nem designou delegado, juiz e outras autoridades. A criação de uma escola foi uma iniciativa da comunidade. A professora Maria Francisca de Vasconcelos, de 26 anos, que tinha cursado a escola normal em Salvador, se estabelece em Canudos. Sua importância social pode ser medida pela designação da rua em que morava: a rua da professora”(7).

Com o passar do tempo há uma divisão de poderes, e Antônio Conselheiro passa a exercer principalmente o religioso. A gestão do poder público fica nas mãos de outros líderes: João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira e Antônio Vilanova. João Abade, ao que tudo indica, ficou responsável pela segurança do arraial pois Frei João Evangelista de Monte Marciano que esteve em Canudos em 1895 em uma santa missão de espionagem, diz que ele era tratado pelos seus habitantes de chefe do povo e comandante do povo. Chefiava também a Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus, organização armada que era responsável pela segurança de Antônio Conselheiro. José Calasans informa que ele já se tomara pessoa destacada do séquito antes da chegada a Canudos. Dirigira, em maio de 1893, o primeiro choque dos jagunços com soldados da polícia baiana. A criação da Guarda Católica, fato sucedido após a ocupação da antiga fazenda do Vaza-Barris, veio fortalecer a posição do cabecilha.”

Se esta era a organização política do ponto de vista econômico havia um sistema de circulação monetária interessante:

“(...) o dinheiro não circulava em Canudos, e o existente era mantido em um cofre sob a responsabilidade de Antônio Vilanova que, para intercâmbio interno, emitia um vale. Com o passar dos anos, esse vale era também aceito nas cidades vizinhas, revelando não só a carência do meio circulante como também a importância da economia local para a região circunvizinha. É uma falácia afirmar que em Canudos só circulava dinheiro monárquico e que Antônio Conselheiro não tocava em dinheiro republicano: ele não pegava em dinheiro de nenhuma espécie”(8).

Através dessa dinâmica demográfica e social Canudos de simples fazenda que fora constituía agora um povoado. Havia crescido graças à invasão de terras vizinhas abandonadas. Transformara-se em ativo centro de comércio. Os comerciantes de Monte Santo, Cumbe, Uauá e outras localidades vizinhas, segundo informações de Honório Vilanova tinham inveja de Canudos, porque os

comerciantes do arraial não pagavam impostos e prosperavam. Abelardo Montenegro afirma que

“(…) havia gado para o açougue. Os paióis continham provisões. As roças estavam plantadas. Enquanto isso a influência do Conselheiro se estendia pelos sertões, aumentando, por isso, o temor dos fazendeiros e das autoridades”(9).

Mas, a carne que estava no açougue era decorrência de uma atividade pecuária intensa e racionalização da sua distribuição. Além da carne para a alimentação dos seus habitantes, criou-se uma indústria de couro que dava para ser largamente exportada. Os curtumes localizavam-se às margens do rio Vaza-Barris, ao lado das roças de legumes, cana-de-açúcar, batata, feijão, mandioca, melancia que eram cultivadas nas terras que os sertanejos recebiam de Antônio Vilanova quando chegavam ao arraial. Havia também atividade metalúrgica fabricando-se no arraial machados, facas, foices para serem usadas nas atividades agrícolas e possivelmente militares. Fabricavam também a pólvora com o salitre local, o enxofre próximo do São Francisco e relativamente próximo a Canudos e a galena argentífera do Assuruá.

Desenvolvia-se assim uma economia comunitária e alternativa que era bem superior nas suas relações sociais e distribuição da produção àquela latifundiária, baseada na exploração camponesa do resto da região. Daí o temor e o ódio dos fazendeiros ao crescimento dessa economia e ao nome do seu líder Antônio Conselheiro.

Para garantir a integridade territorial do arraial e manter a organização interna em Canudos, foram criados mecanismos administrativos e militares. Antes das invasões das tropas republicanas, a sua mais importante organização militar era incontestavelmente a Guarda Católica, comandada por João Abade, composto de cerca de seiscentos homens. Era um grupo remunerado, mantido pelo próprio Conselheiro com recursos angariados entre os fiéis. Essa guarda também era conhecida por Companhia do Bom Jesus e foi criada com fins defensivos, pois, segundo o próprio frei Marciano, ao interpelar o conselheiro porque tanta gente armada em Canudos, ele lhe respondeu:

“É para a minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque V. revma. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me no lugar chamado Masseté, onde houve mortes de um e do outro lado.”

Esses membros da Companhia do Bom Jesus, segundo o mesmo frei Marciano eram perto de “(…) mil homens e se vestiam de camisa, calça e blusa azulão, gorro azul à cabeça, alpercatas aos pés.”

Durante a paz esse efetivo permanecia no arraial. Com a guerra houve necessidade de distribuir esses comandados de João Abade para as missões de vanguarda em Uauá, serra do Cambaio, Cocorobó, Umburanas etc. Piquetes foram colocados em pontos estratégicos e entregues à chefia de jagunços corajosos, alguns com experiência de luta armada, de guerrilhas. Ficaram conhecidos como comandantes de piquetes, tendo Euclides da Cunha recolhido alguns dos seus nomes e postos avançados.

Esses piquetes eram compostos de em média vinte homens. Para Cocorobó e caminho de Uauá foram designados os irmãos Mota (ou Mata), sendo que João, caboclo moço, movimentou-se nesses dois pontos e Chiquinho de Maria Antônia parece ter andado também em Canabrava. O negro Estevão, com fama de malvado, segundo José Calasans, tomou conta da estrada do Cambaio, onde se distinguiu anteriormente, por ocasião da expedição Febrônio de Brito o guerrilheiro João Grande, chefe dos caboclos de Rodelas. Gozava a fama de bom jogador de facão, morreu despedaçado por uma granada(10).

Após a segunda expedição, no entanto, a luta se transformou em guerra de todo o povo, envolvendo, no mesmo nível velhos mulheres e crianças. Canudos transformou-se em uma fortaleza. As mulheres deram exemplo de combatividade e heroísmo exemplares. A maioria preferia morrer a deixar-se aprisionar, e mesmo quando prisioneiras adquiriam uma atitude de altivez tão desafiadora que eram degoladas pelos soldados do Exército. Macedo Soares escreve neste sentido que

“(…) as mulheres uivavam de cólera, animando os maridos e irmãos, limpando as armas e preparando-lhes a parca refeição.” Como diz o mesmo autor “(…) todos entre eles que podiam empunhar uma arma combatiam. Até os meninos auxiliavam-nos”.

Guerra nacional: Diante do fracasso da terceira expedição os brios do Exército são desafiados e inicia-se uma verdadeira mobilização, é como se estivéssemos em guerra contra uma potência inimiga. Os camponeses de Canudos haviam derrotado tropas comandadas a princípio por um tenente, depois por um major e finalmente por um coronel que era reputado como representativo da elite do Exército Nacional. Com a derrota de Moreira Cesar houve uma síndrome do medo que se exteriorizou no discurso restaurador: Canudos nada mais era do que um foco de monarquistas que desejavam fazer voltar ao antigo regime. Com estas palavras todas as restrições à guerra de Canudos foram neutralizadas e a opinião pública se uniu diante de um objetivo inadiável: liquidar-se a sua população e o seu líder de forma que o exemplo servisse para todos aqueles que desejassem desestabilizar a República. Um verdadeiro delírio de patriotice tomou conta das classes dominantes, classe média, intelectualidade, políticos, militares e oportunistas de toda laia. O objetivo nacional era destruir o reduto de Antônio Conselheiro. Um monarquista, Gentil de Castro, foi assassinado no Rio de Janeiro. Jornais monarquistas foram empastelados, vivia-se o dia do resgate da honra nacional. A pátria estava em perigo! “As nossas armas estão cobertas de crepe” dizia o ministro da Guerra e o jornal O País noticiava diariamente os acontecimentos sob um título denunciador: “A Catástrofe”. E de fato, a expedição Moreira Cesar fora exatamente isso. Os guerrilheiros de Canudos não apenas derrotaram os soldados

da poderosa expedição, mas também mataram o seu comandante e os melhores oficiais que a compunham, inclusive o coronel Tamarindo que o substituiu. Como diz Rui Facó com propriedade

“(...) o aniquilamento completo da força militar tão numerosa para a época e para as circunstâncias, a perda de todas as armas e munições, agora em poder dos camponeses sublevados, criou uma situação de pânico entre as classes dominantes do Brasil inteiro”.

A luta final inicia-se com os conselheiros já muito mais experientes e, acima disto, muito mais bem armados em face da apreensão das armas e munições das outras expedições. Aprenderam nas outras expedições também a conviver com a violência. Defendiam as suas casas, as suas famílias e terras contra um assaltante que justificava a sua violência apenas na posse do poder, na defesa dos privilégios das oligarquias e no ódio a tudo aquilo que significasse legitimação do direito dos camponeses. É isto que explica as grandes baixas nas fileiras do Exército. Basta dizer que a 4ª expedição, ao chegar à Favela tinha perdido 1.200 homens num total de 4.300. No combate de 18 de julho, que as armas legais consideraram uma vitória, dos 3.500 soldados e oficiais lançados ao ataque, mais de mil foram postos fora de combate e o número de oficiais mortos e feridos deixava muitas unidades sem comando. Nesse mesmo dia batalhões de 400 soldados e oficiais ficaram reduzidos a 300, 250 e até à metade. Um batalhão teve seis oficiais mortos e quatro feridos. A ala da cavalaria foi desbaratada e nesse mesmo dia ficaram fora de combate 67 oficiais sendo 27 mortos.

Nesta altura da guerra a violência do oprimido contra pôs-se à violência do opressor e os camponeses passaram a não fazer mais prisioneiros, mesmo porque não havia mais condições para alimentá-los, executava-os.

E não podia ser de outra forma. Os canudenses lutavam com tropas infinitamente superiores. A primeira expedição compunha-se de 100 soldados, a segunda de 600, a terceira de 1.200 e a quarta de cerca de 10 mil. Ao todo os homens de Antônio Conselheiro lutaram com cerca de doze mil soldados. Venceram as três primeiras e só foram derrotados pela última depois de uma série de combates heroicos, depois de infringir pesadas baixas ao inimigo.

Os grandes proprietários de terras saíram vitoriosos. E com eles os liberais republicanos que deram o golpe de 15 de novembro e conservaram a mesma estrutura de poder e polos de dominação da sociedade escravista. O liberalismo republicano, num pacto com as oligarquias latifundiárias destruíram até o último homem os habitantes de Canudos. Os políticos liberais exultaram com o feito. Apenas algumas vozes isoladas de estudantes se fizeram ouvir denunciando o genocídio. Para eles, o fundamental era a preservação da ordem latifundiária. Rui Barbosa redigiu um discurso que faria no senado denunciando a selvageria do Exército. Dizia o rascunho de seu texto:

“Canudos arrasou-se; mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis.

Mas não tocastes na miséria que a produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem comércio com o mundo civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda na rusticidade colonial. A lição não está na exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve (...) Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada e mole das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mais ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesi de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos não seriam necessários semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada tiver consciência, a vontade e a coragem de sua soberania”(11).

Estas palavras de Rui Barbosa, que eram para ser ditas no Senado, ficaram no fundo da gaveta do sagaz político baiano.

O significado de Canudos: A guerra civil de Canudos e a violência brutal da elite governamental e do seu segmento militar veio por a nu o conteúdo da nova ordem republicana que se instaurara no país. Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos. Nossa história tem três momentos, que simbolizam os momentos de ruptura com o sistema de dominação e conseguiu abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil Colônia; a Cabanagem, no Brasil Império e Canudos na República. Esses três momentos, nos quais os escravos e a plebe rebelde passaram a ser agentes dinâmicos da História, mostram como somente através desse radicalismo o Brasil poderá reformular os polos de poder e de opressão e articular um novo ordenamento social no qual os oprimidos possam fazer a história.

Notas de rodapé:

(1) Sobre a explicação patológica do movimento ver: RODRIGUES, Nina: As coletividades anormais, capítulo sobre A loucura epidêmica de Canudos, Ed. Civilização Brasileira, SP, 1939, págs. 50, sgts.

(2) MARX, K. Miséria da Filosofia, Ed. Rama, SP, 1946, págs. 156/57.

(3) ENGELS, F. As Guerras Camponesas na Alemanha, Ed. Vitória, RJ, 1946, pag. 38

(4) MONTENEGRO, Abelardo F. Fanáticos e Cangaceiros, Ed. Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1973. págs. 107, segts.

(5) Idem, Op. Cit.

(6) VILLA, Marco Antônio. Canudos — o campo em chamas, Ed. Brasiliense, SP, 1992,32.

(7) Op. Cit.

(8) Op. Cit.

(9) MONTENEGRO, Abelardo F. Op. Cit.

(10) CALASANS, José. Quase biografias de jagunços, Publicação da Universidade da Bahia, Salvador, 1986.

(11) BARBOSA, Rui. Obras Completas, vol. XIV, tomo I. Rio de Janeiro, 1952, págs. 299/304.

Revolta da Chibata (1910): A rebelião dos marinheiros negros

Elisa Guimarães, 20 de dezembro de 2019. Texto retirado do site pstu.org.br

"Seriam talvez quatro horas da manhã. E vi imediatamente na baía, frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam em fila para a saída do porto. Reconheci o encouraçado Minas Gerais que abria a marcha. Seguiam-no o São Paulo e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. (...) de repente vi acender-se um ponto no costado do Minas e um estrondo ecoou perto de mim, acordando a cidade. Novo ponto de fogo, novo estrondo. Um estilhaço de granada bateu perto, num poste da Light. (...) Naquele minuto-século, esperava me ver soterrado, pois parecia ser eu a própria mira do bombardeio. (...) Era contra a chibata e a carne podre que se levantavam os soldados do mar. (...) Quando mais tarde assisti à exibição do filme soviético Encouraçado Potemkin, vi como se ligavam às mesmas reivindicações os marujos russos e brasileiros"

Oswald de Andrade, poeta e escritor

Em 1910, os aviões começavam a alçar os primeiros voos. Um ano depois, foram usados pela primeira vez como arma de guerra pela Itália contra a Turquia. Porém, os navios de guerra com seus canhões eram ainda as armas mais poderosas existentes na época. Esses navios, grandes encouraçados, tinham capacidade para destruir cidades inteiras e foram tomados pelos marinheiros, que dirigiram seu ultimato ao recém-empossado presidente da República, Hermes da Fonseca, num comunicado:

"Nós, marinheiros (...), não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira (...) rompemos o negro véu que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. Achando se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os oficiais (...) mandamos esta honrada mensagem para que V. Exa. faça aos Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo (...). Tem V. Exa. o prazo de doze (12) horas para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada. Bordo do Encouraçado 'São Paulo' em 22 de novembro de 1910. (...) Marinheiros."

Apoio e castigo

O Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira em 1910. Contava com cerca de 812 mil habitantes. Perante

a ação dos marinheiros que colocaram lenços vermelhos no pescoço e ameaçaram bombardear a capital, parte da população, a que tinha recursos para isso, fugiu do centro da cidade para os subúrbios ou Petrópolis, enquanto outros correram para o cais para acompanhar o movimento, demonstrando simpatia e solidariedade aos marinheiros rebeldes.

Eram, na sua maioria, negros e pobres, como os marujos, decepcionados com o governo republicano que não melhorou suas vidas. Ao contrário, os excluiu e criminalizou. O governo republicano, que ia supostamente civilizar a capital, prendeu os pobres por "vadiagem" e derrubou suas casas.

O governo que ia civilizar a Marinha modernizando sua frota, criou, em 12 de abril de 1890, com o Decreto 328 de Deodoro da Fonseca, a Companhia Correcional na Marinha, reintroduzindo o castigo físico que havia sido abolido em 16 de novembro de 1889. Cedeu às exigências da oficialidade branca que considerava a chibata indispensável para a manutenção da disciplina a bordo.

Um abismo de raça e classe

Na hierarquia da Marinha, existia um abismo de raça e classe: de um lado, uma massa de marinheiros e praças negros filhos de escravos libertos, como João Cândido; do outro, uma pequena porção de oficiais brancos filhos de proprietários de terras.

Os marinheiros dos encouraçados constituíam um proletariado embarcado que contava com trabalhadores especializados: artilheiros, eletricitistas, foguistas, mecânicos, Timoneiros, telegrafistas etc. Submetidos a um regime de trabalho desumano, se insubordinavam, e as punições se tornavam cada vez mais duras.

A duração dos castigos ficava a critério dos oficiais e, não raro, ultrapassavam muito o limite de 25 chibatadas. O marujo castigado tinha os vencimentos reduzidos à metade, era rebaixado de posto e poderia ficar detido por meses. A situação se tornou insuportável. *"Tinha-se tornado impossível a vida a bordo. Só*

em um dia, por esse tempo, a bordo do 'Minas Gerais', foram chibatados nada menos que 42 marinheiros. Foi só então que se resolveu tomar providência para fazer cessar esse estado de coisas, ficou assente tomar-se por meios violentos as providências", escreveu João Cândido, líder da revolta.

"O verdadeiro navio negreiro"

Embora as reivindicações dos marinheiros incluíssem aumento de salários, redução da jornada com uma nova tabela de serviços e educação dos marinheiros, o fim dos castigos físicos ganhou centralidade durante o movimento. O deputado escolhido como interlocutor junto aos amotinados, tendo testemunhado os efeitos do açoite, anunciou na Câmara que as costas do marujo Marcelino pareciam "as de uma tainha pronta para ser salgada".

A imagem de marinheiros negros sendo amarrados e açoitados na presença de seus pares repercutiu na imprensa: "(...) é doloroso sim, ver-se a nossa marinha de hoje passar fome e todas as privações (...). Os nossos pobres marinheiros e foguistas vieram como verdadeiros escravos, passando fome e sendo constantemente castigados com os ferros, a chibata e o bolo (...) estes coitados, faziam 6 horas de quarto e não tinham o direito ao descanso que, pela lei, lhes toca, porque eram logo chamados para outros serviços. O verdadeiro navio negreiro", de nunciou "um marinheiro" em carta publicada no Correio da Manhã (25/11/1910).

Nos cinco dias em que os navios de guerra estiveram sob o total controle dos marinheiros, a denúncia da situação dos marujos ganhou todo o mundo, revelando que o racismo no convés os tornava verdadeiros escravos dos oficiais brancos. Não por acaso, o fim dos castigos físicos ocuparia papel de destaque nas reivindicações dos marinheiros rebelados.

Preparação da revolta

A revolta não foi espontânea. Há registros de várias reuniões ocorridas em segredo para preparar a tomada dos navios pelos marinheiros. Foi uma ação organizada por um setor explorado e oprimido, como relata João Cândido: "*Pensamos no dia 15 de novembro. Acontece que caiu forte temporal sobre a parada militar e o desfile naval. A marujada ficou cansada e muitos rapazes tiveram permissão para ir à terra. Ficou combinado, então, que a revolta seria entre 24 e 25. Mas o castigo de 250 chibatadas no Marcelino Rodrigues precipitou tudo. O Comitê Geral resolveu, por unanimidade, deflagrar o movimento no dia 22. O sinal seria a chamada da corneta das 22 horas. (...) Não houve afobação.*

Cada canhão ficou guarnecido por cinco marujos, com ordem de atirar para matar contra todo aquele que tentasse impedir o levante. Às 22h50, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro respondeu foi o 'São Paulo', seguido do 'Bahia'. (...) Expedi um rádio para o Catete informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos corporais."

Prisões

Sem ter como enfrentar os marinheiros e seus canhões, o governo republicano foi obrigado a negociar e anunciou o fim dos castigos físicos e a anistia para os rebeldes. Entretanto, com a retomada do controle sobre os navios de guerra, a anistia foi desrespeitada. Dois dias após o término da revolta, foi assinado um decreto que permitiu a exclusão dos marinheiros da marinha. Iniciaram-se as prisões.

Um dos capítulos mais importantes da história do Brasil

Em dezembro, o início de uma revolta no Batalhão Naval da Ilha das Cobras foi duramente reprimido. Foi decretado estado de sítio. Mais de cem marinheiros foram enviados para o Acre num navio junto a outros detentos. Dezenas foram fuzilados. Não foi esse o destino de João Cândido, líder da revolta.

Cândido foi preso com outros 17 marinheiros numa cela na Ilha das Cobras, onde jogaram cal para envenená-los. Morreram sufocados 16 marinheiros. "*Depois da retirada dos cadáveres, comecei a ouvir gemidos dos meus companheiros mortos, quando não via os infelizes, em agonia, gritando desesperadamente, rolando pelo chão de barro úmido e envoltos em verdadeiras nuvens de cal. A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos", disse Cândido ao jornalista Edgar Morel.*

Símbolo

O líder da rebelião sobreviveu e sofreu intensa perseguição por toda vida, sendo internado num hospital psiquiátrico e demitido de todos os empregos pelos quais passou, sem jamais ter qualquer reparação do Estado.

Apesar da violenta repressão ocorrida após a anistia, com centenas de presos, dezenas de mortos e 1.200 expulsos da corporação, os castigos físicos foram extirpados da Marinha como resultado da rebelião dos marinheiros negros.

João Cândido se tornou um símbolo da resistência negra, e a Revolta da Chibata, a revolta dos marinheiros

negros, um dos capítulos mais importantes da história do Brasil. Os revoltosos são heróis que nos ensinaram que, para conquistar justiça e liberdade, é preciso voltar nossos canhões contra os membros da elite e os poderes constituídos.

Anistia sem indenização

Em 2008, depois de muita pressão dos movimentos negros, João Cândido e seus companheiros receberam uma anistia post mortem. Ainda assim, sua reintegração à Marinha e a reparação financeira à qual seus herdeiros

tinham direito foram vetadas de forma vergonhosa pelo governo Lula, que se curvou diante das pressões feitas pelos ministérios da Defesa, da Fazenda e do Planejamento.

Apesar da recusa do governo e do fato de que eles tenham sido praticamente apagados dos livros das salas de aula, a Revolta da Chibata não só está gravada “nas pedras pisadas dos cais”, como diz a bela música de Aldir Blanc e João Bosco, como revive nas lutas de todos os explorados e oprimidos, em especial dos negros e negras.



O marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata.

SINDICALISMO E ANARQUISMO NO BRASIL (1903-1934)

Alexandre Samis. Trechos do seu artigo "Sindicalismo e Anarquismo no Brasil" publicado na íntegra no site do ITHA (<https://itha-iath.org/>).

Associações, congressos operários e organizações anarquistas

Em torno do ano de 1830 o café já superava em muito os demais produtos brasileiros no conjunto da pauta de exportações. O capital acumulado com o produto ampliou o prestígio da região Centro-Sul do país. Tal situação fez com que, através do tráfico interprovincial, após 1850, muitos escravos fossem deslocados das áreas açucareiras no Nordeste e acabassem por parar nas fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Assim, com o crescimento da cultura do café, cresciam também os centros produtores e exportadores, as cidades ganhavam novos traçados e a população avançava numericamente na mesma proporção. O Rio de Janeiro, capital do Império e centro exportador contava, em 1872, com 274.972 habitantes, e era o centro de maior concentração demográfica do país. Em 1890, na vigência da República, os números assustavam e a cidade já passava de 522.000 habitantes. A cidade de São Paulo, apesar deste estado representar a dianteira na produção de café, tinha, até fins da década de 1890, por razões peculiares ao seu processo histórico, população inferior às das cidades de Recife e Salvador.

Por conta das suas características históricas o Rio de Janeiro apresentava condições especiais que favoreceram a constatação de determinados fenômenos sociais importantes. Muitas ocorrências, por estarem elas acontecendo na sede do governo, ganhavam relevo nacional e, por vezes, toma-se a história do país pelos acontecimentos de sua capital. Dessa forma, é no Rio de Janeiro que aparecem os registros das primeiras greves de trabalhadores livres no Brasil. Uma destas manifestações de classe teria ocorrido em 8 de janeiro de 1858, por ocasião das reivindicações salariais dos compositores gráficos, reunidos na Associação Tipográfica Fluminense. Tais trabalhadores organizados comprometeram a tiragem de três importantes jornais à época: o "Jornal do Commercio", o "Correio Mercantil" e o "Diário do Rio de Janeiro".

Mas a mobilização dos tipógrafos não era fruto exclusivo das demandas econômicas, assim que, desde 1854, a classe, reunida em sua Associação, promovia conferências, organizava bibliotecas e interferia nos assuntos diretamente ligados aos seus interesses. Para a criação do "Jornal dos Typógraphos", boletim da categoria, além das cotas pagas mensalmente pelos associados, foram organizados espetáculos beneficentes e outras atividades com o fito de ampliar as reservas financeiras da entidade. Tais atitudes afastavam a Associação Tipográfica Fluminense da condição de simples instância assistencial, muito ao contrário, a prática associativa de seus membros revelava o embrião das associações de resistência.

Depois da greve dos tipógrafos, outros movimentos de igual importância e caráter incomodaram as classes dominantes no Brasil. Entretanto, foi no início da República, com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, que as reivindicações operárias ganharam uma expressão nunca antes verificada. Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522.000 habitantes, número que, em 1906, crescerá para 811.443. Neste ano estavam concentrados na indústria 83.243 trabalhadores, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, encontravam-se no Rio de Janeiro cerca de 30% das indústrias de todo o país, enquanto São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas tomando-se o mesmo parâmetro.

Em função do crescimento industrial a classe empresarial acaba por se organizar criando, em 1904, o Centro Industrial do Brasil, com vistas a coordenar, dentro de uma diretriz "nacionalista", os empreendimentos no país. O setor de serviços crescia, na Capital Federal, no mesmo período, assim como as sociedades anônimas e comerciais. Em oposição a essa euforia empresarial estavam as condições do operariado, mesmo aos olhos de respeitadas "quadros intelectuais" ligados ao regime. Segundo o médico carioca Raul Sá Pinto, em 1907: "O operário, nas suas atuais condições de vida, dizemos e havemos de repetir, não morre naturalmente: é

assassinado aos poucos”...¹¹. Tal afirmação, registrada em tese de doutoramento, vinha acompanhada de denúncias de jornadas extenuantes nas fábricas, associadas à utilização de mão-de-obra infantil e feminina, subassalariadas e expostas a instalações insalubres. A República, a despeito de toda a propaganda envolvendo a promessa de um país livre das chagas e atavismos do Império, não lograra resolver os problemas estruturais da nação. Não apenas a industrialização herdara da monarquia a relação com seus entes produtivos - as mesmas negligência e exploração do passado atingiam o operário - mas também a infra-estrutura da cidade apresentava-se acanhada para o desenvolvimento dos projetos da modernidade republicana.

Com efeito, algumas tentativas de organização de núcleos de resistência, ao novo quadro de exploração dos trabalhadores, são postas em marcha ainda em fins do século XIX. Uma dessas entidades organizativas foi o Centro Operário Radical, que deu origem a alguns “Partidos Operários” e a iniciativas de resistência no campo sindical. Um Centro das Classes Operárias, dirigido pelos reformistas “trabalhistas”, tendência de prestígio principalmente no Rio de Janeiro, também foi criado nesse período. No ano de 1901, Gustavo de Lacerda, sob inspiração de Tolstoi e Lamennais, escreveria o livro “O Problema Operário no Brasil” e, no ano de 1903, surgiria a Federação das Associações de Classe, seguindo o modelo da CGT francesa, no estado do Rio de Janeiro, posteriormente transferida para a Capital Federal, recebendo o nome de Federação Operária Regional Brasileira, em 1906. Em São Paulo, no ano de 1905, os sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundavam a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e, no ano do Primeiro Congresso Operário, no Rio de Janeiro, era criada a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

No ano de 1903, e no seguinte, um conjunto de greves foram deflagradas, algumas na conjuntura da Revolta da Vacina, e as posturas das distintas tendências, reformista e anarquista, apareceram com maior clareza para boa parte do proletariado carioca. A Federação das Associações de Classe, após a visita de delegados argentinos da Federação Operária Regional Argentina (FORA), em 1904, e da campanha de solidariedade aos trabalhadores russos, em 1905, passou a divulgar ainda mais o seu caráter sindicalista revolucionário explicitando a inclinação internacionalista, outro elemento distintivo de seu comportamento em oposição aos “trabalhistas”, muitas vezes signatários do nacionalismo jacobino.

O ascenso do movimento operário revolucionário deu aos anarquistas a possibilidade de organizarem o Congresso Operário Regional Brasileiro, entre 15 e 22 de abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de

Janeiro. Estiveram presentes ao encontro 43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 associações, a maioria ligadas a ramos industriais, e outras como estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços. Acompanhando a tendência dos anos anteriores, a despeito da presença de reformistas “trabalhistas” nos debates, o Congresso aprovou a filiação de suas teses ao sindicalismo revolucionário francês. Assim, a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta, a greve geral, etc passaram a fazer parte dos princípios dos sindicatos signatários das propostas do “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, nome adotado pela comissão de redação das deliberações finais do referido encontro. O Congresso decidia também pela organização dos sindicatos por ofício, por indústria ou, em último caso, por ofícios vários, além de aconselhar, nas áreas rurais uma propaganda no sentido de se organizarem sindicatos de resistência.

A opção pelo sindicalismo revolucionário, explícita no texto final, acontecia por diversos motivos. O primeiro deles, e muito provavelmente por razões análogas teria sido esse modelo adotado em outras partes do mundo, foi a capacidade e abrangência do programa que previa a possibilidade de convivência de “opiniões políticas e religiosas”, elegendo o campo econômico, por ser ele mais universal e de clara compreensão, como o de interesse comum de todos os operários. Outro ponto importante era o Federalismo, que facultava aos sindicatos autonomia dentro da federação e, por sua vez, da federação, frente à confederação. Situação que favoreceu imensamente a pactuação de grupos sindicais que, se não eram claramente vinculados à proposta anarquista, simpatizavam com os princípios descentralizados da organização proposta.

Como resposta a uma possível descaracterização do projeto revolucionário, tendo em vista a descentralização federativa, os anarquistas fizeram questão de frisar as formas de luta que deveriam ser adotadas pelos filiados. Se por um lado, as questões econômica e do federalismo não eram, por assim dizer, por elas próprias, determinantes ideológicas. Os meios utilizados para alcançar os objetivos comuns, muito ao contrário, definiam claramente o conteúdo revolucionário do sindicato. Dessa forma, a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a vinculação do 1º de maio à revolução etc, promoviam, como queriam alguns sindicalistas anarquistas, a “ginástica revolucionária” que prepararia o proletariado para a verdadeira luta, a Revolução Social. Esperavam os anarquistas que na ação concreta, na solidariedade, e na observação empírica das contradições entre capital e trabalho,

evidenciadas nos confrontos, estivesse a grande lição a ser apreendida pelos trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela pregação retórica ou manuais, destituídos das experiências sensíveis, mas pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas.

Para os anarquistas estava claro que não se tratava exclusivamente de uma luta reivindicativa e política, essas eram as razões mais visíveis; o problema, e aí residia a opção pela ação no campo sindical, estava na contradição ou “realidade fundamental do capitalismo, as relações de produção na empresa”¹². A própria lógica da produção no sistema excluía o trabalhador, suprimia o papel deste, e adotava como princípio fundamental a ampliação da exploração em oposição à própria integração do operário no processo produtivo. Assim, a organização dos indivíduos que produziam, no contexto da fábrica, oficina ou estabelecimento comercial, engendrava uma nova ética na produção, uma ingerência radical operava-se a despeito da anuência do patrão, quer no embate contínuo do cotidiano laboral, quer nos episódios de maior visibilidade em meetings, passeatas e greves.

Ainda no campo prático, o Congresso decidiu que uma confederação e um jornal sindical deveriam ser criados para, respectivamente, prestarem auxílio às federações dando voz ao coletivo de associações. Essa confederação, criada dois anos após o Congresso, foi batizada de Confederação Operária Brasileira (COB) e o seu órgão de imprensa oficial, “A Voz do Trabalhador”. Outra medida proposta foi a propaganda por folhetos, manifestos, conferências, representações teatrais, etc; campo onde os libertários farão, através de grupos criados com este objetivo específico, seu proselitismo militante com certa sistematização, convictos como eram da necessidade de uma ação pedagógica no auxílio da prática política.

Com o encerramento do Congresso muitas entidades, como resultado das deliberações, aboliram o cargo de presidente e substituíram a diretoria por simples comissões administrativas. Esta nova estrutura mostrou-se bastante eficiente nas greves que foram decretadas no período. A neutralidade sindical, ou seja, o afastamento dos sindicatos de qualquer partidarismo político, imprimiu aos movimentos grevistas um caráter novo, servindo para definir com clareza os objetivos mais imediatos das categorias. Fruto também da organização foram os protestos contra o “sorteio militar”, em 1908, e o fuzilamento do pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia, em Barcelona, no ano de 1909.

O governo, por sua parte, graças à pressão de setores reformistas e a preocupação com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, esboçou uma

tímida iniciativa no campo da legislação trabalhista. Em 1903 eram editadas medidas visando regulamentar sindicatos no setor econômico rural, o que viria a acontecer, também, em 1907, com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Não era casual a criação de uma legislação específica para as categorias vinculadas ao trabalho nos grandes centros, no ano seguinte à organização do Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Assim como não tardou o governo a criar, da lavra do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, em particular, os anarquistas.

No Rio de Janeiro, o movimento cooperativista, associado ao reformismo, crescia em paralelo ao sindicalismo revolucionário. Os governos passaram a fazer parcerias com os líderes daquela tendência incorporando a órgãos públicos seções de desenvolvimento das políticas cooperativistas. O paroxismo desta relação se deu com a convocação do Quarto Congresso Operário Brasileiro¹³, também conhecido como “Congresso Pelego”, organizado pelo filho do presidente da República Hermes da Fonseca, o deputado Mário da Fonseca, em 1912. No ano seguinte os anarquistas através do “A Voz do Trabalhador” davam início a uma série de convocatórias para o Segundo Congresso Operário Brasileiro, que viria a acontecer entre os dias 8 e 13 de setembro, no Centro Cosmopolita, sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Cafés, Restaurantes e Similares.

Deste Congresso participaram duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil. A representatividade havia crescido e, na sua grande maioria, as propostas do Primeiro Congresso foram corroboradas pelas plenárias de 1913. Entretanto, alguns assuntos foram introduzidos nesse novo Congresso, como: crítica ao cooperativismo, discussão sobre bolsas de trabalho, definição de salário mínimo, atitude do proletariado diante da guerra, e uma moção de apoio aos trabalhadores de Portugal. Também aparece mais claramente no texto do encontro o termo “socialismo anarquista”, em oposição à propriedade privada, capitalismo e autoridade.

O período que separa este Segundo Congresso do posterior, sete anos, assim como havia acontecido em relação ao Primeiro Congresso, foi de intensa atividade. A Revolução Russa de 1917 havia adicionado aos debates sindicais uma dose acessória de entusiasmo e, com manifestações públicas de apoio ao processo russo, os sindicalistas revolucionários interferiram ainda mais na cena pública das principais cidades do país. A conjuntura de guerra (1914-1918) e um certo aquecimento do setor industrial, colaboraram para que as manifestações dos operários assumissem caráter, por vezes, insurrecional.

Em outubro de 1915, a COB convocou para o Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz. Tal evento teria como resultado prático a criação do Comitê de Relações Internacionais com o fito de organizar uma confederação sul-americana de entidades sindicais para uma futura filiação à Associação Internacional dos Trabalhadores. No mesmo mês e ano, e com pontos de discussão semelhantes, os anarquistas, aproveitando a presença de vários militantes na Capital Federal, dariam início ao Congresso Anarquista Sul-

Americano, que buscava definir estratégias comuns para os libertários da referida fração continental. Embora o Congresso Anarquista se inscrevesse no campo das iniciativas que tentavam clivar diferenças sensíveis entre o sindicalismo e o anarquismo, muito do que se definiu, como resultado prático do encontro, não se distanciou das deliberações finais de congressos operários anteriores.

Dessa forma, em 1919, os anarquistas, carentes de um órgão que respondesse à altura pelas demandas do período, fundaram um Partido Comunista de inspiração libertária. Seu “presidente de honra”, José Oiticica - título aliás rejeitado pelo homenageado -, além de outros anarquistas, entendiam que era premente a necessidade de se formar um núcleo político que pudesse encaminhar, mais claramente, ações anarquistas em diversos setores da sociedade. O Partido, sem fins eleitorais, vinha preencher uma lacuna organizativa que não cessava de crescer com a ampliação das atividades de militantes libertários no meio operário.

Dentro desse quadro, e obedecendo às diretrizes do Segundo Congresso, foi convocado para acontecer, entre os dias 23 e 30 de abril de 1920, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro. As reuniões tiveram lugar na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro, contando com a presença de 64 entidades de várias partes do país. O número de sindicatos presentes ao Congresso apresentava um ligeiro crescimento em relação ao anterior; ao que tudo indica a repressão da polícia, as deportações e o trabalho sistemático dos grupos reformistas e cooperativistas vinham produzindo resultados desfavoráveis às organizações revolucionárias diretamente ligadas ao sindicalismo.

Neste Congresso, como sintoma da adequação ao novo quadro da indústria brasileira do pós-guerra, entre outras resoluções, podemos encontrar aquela que defende a prioridade da sindicalização por “indústrias”, em detrimento da organização por “ofícios”. As decisões dos Congressos anteriores, de 1906 e 1913, ressaltadas algumas alterações relativas às especificidades da conjuntura histórica daquele momento, são reiteradas e as moções de apoio aos trabalhadores

portugueses; revolucionários mexicanos e russos; aos trabalhadores irlandeses, perseguidos pelo Estado inglês e às manifestações contra o assassinato de Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, encerram o encontro, animado pela interpretação do hino de “A Batalha”, reforçando seu caráter internacionalista.

Greves e repressão

O quantitativo de greves no Brasil deve muito de seu montante às organizações operárias revolucionárias. Na primeira década do século XX foram, por todo o país, deflagrados 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais. Durante a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, outras, mais de duzentas, podem ser acrescidas ao número verificado até 1910. Todas estas manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica, com maior ou menor incidência em determinadas capitais brasileiras, mas todas sob forte inspiração anarquista. Mesmo aquelas paralisações que estouravam, independentes, em alguns casos, de direções reformistas, eram tributárias do caminho aberto, formando uma verdadeira cultura reivindicatória, pelos libertários.

Tais eventos, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, pelas suas características e expressão pública, criaram uma dinâmica de mobilização que possibilitou, mesmo às bases de sindicatos reformistas, a indicação, para os seus respectivos movimentos reivindicatórios, de caminhos divergentes aos pregados pelas direções. A onda grevista, quer pelo entusiasmo das classes ou apenas por necessidades circunstanciais, arrebatou grande número de trabalhadores para a formação de seu imenso caudal. No geral, sem a definição precisa de matizes ideológicos, a ascendente curvatura estatística de greves, principalmente na conjuntura citada, serviu para alimentar os sonhos de Revolução Social, acalentados por muitos militantes libertários. Aos que defendiam o sindicato como prefiguração da futura sociedade libertária, parecia a materialização pura e simples das premissas defendidas pela tendência sindicalista revolucionária nos meios anarquistas.

No Rio de Janeiro, onde a classe trabalhadora era em sua maioria constituída por nacionais, as greves, como composição fundamental das táticas de ação direta, definidas nos Congressos Operários, assumiram conformação radical. Muitas paralisações acabaram por evoluir para confrontos entre a polícia e operários, decididos a tudo para a manutenção de direitos, consecução de benefícios salariais ou redução das horas de trabalho.

Em conformidade com os fatos, e interessado em ampliar determinados estereótipos, o governo no ano

de 1907, através da rubrica do parlamentar Adolfo Gordo, promulgaria a lei de expulsão de indesejáveis à ordem pública. Tal medida que, segundo o proponente, visava trazer o “necessário remédio jurídico” para pôr fim aos excessos de liberdades atribuídos aos imigrantes anarquistas, era, na realidade, uma tentativa de por termo ao crescente movimento classista que insistia em explicitar a “questão social”, segundo as autoridades, inexistente no Brasil. Esta lei seria reeditada, com algumas atualizações, nos anos de 1913 e 1921, e, em parceria com ações policiais importantes, acabaria por contribuir para a crise no movimento operário revolucionário.

O movimento repressivo por parte do governo não limitar-se-ia às ações com desdobramentos exclusivos nas esferas social e política nacionais. Em 1917, acompanhando uma tendência internacional, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, organizava uma conferência que tinha como fito o controle social, além de outros assuntos relativos à segurança do Estado. A Conferência Judiciária-Policial, que aconteceria nos salões da Biblioteca Nacional, encarnava o espírito europeu dos grandes convênios policiais entre os países “civilizados” e contava com a participação de autoridades, inclusive de outros países, na matéria em questão. Aurelino Leal, no ano seguinte, pelo papel desempenhado em favor da repressão aos sindicalistas, seria alvo das mais severas críticas por parte dos anarquistas de todo o Brasil, personificando a imagem do mais cruel defensor do sistema capitalista vigente no país.

Nesse mesmo ano, além dos ventos revolucionários que sopravam desde o Leste da Europa, uma outra grande greve acontecia na cidade de São Paulo. Diferente do Rio de Janeiro, e de centros urbanos nordestinos onde a mão-de-obra era predominantemente nacional, a capital paulista possuía um expressivo contingente populacional estrangeiro empregado nas fábricas e no setor terciário. Mesmo no século anterior, no ano de 1893, a cidade registrava na totalidade de sua população 54,7% de estrangeiros. Assim, no mês de julho, ainda nos primeiros dez dias, diversos sindicatos já participavam dos ensaios daquilo que seria lembrado, de forma mítica, como a grande “Greve Geral de 1917”.

Mas, a conjuntura de julho fora desenhada habilmente pelos anarquistas sindicalistas à frente de diversas associações de classe. A carestia, durante todo o primeiro semestre, havia semeado uma profunda revolta nos meios operários, armando, em grande medida, os espíritos dos trabalhadores contra o governo. O início do segundo semestre daquele ano, marcava inversamente o fim da crença dos operários nas promessas feitas por políticos e empresários.

O custo de vida, associado aos baixos rendimentos salariais, muito mais que a pura ideologia, oportunizou uma mistura de revolta e êxtase revolucionários, levando as massas de trabalhadores a aderirem às premissas defendidas, há muito, pelos anarquistas dentro dos sindicatos. Fatos como o da morte do sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, alvejado pela polícia durante um confronto nos primeiros dias de julho, vinham somar-se a um sem número de indignidades sofridas pelo povo. O fim trágico de Martinez, e a multidão de mais de 10 mil pessoas que acompanhou o seu féretro, no dia 11 daquele mês, serviram de prenúncio para as enormes manifestações que aconteceriam nos dias a seguir.

A greve geral acontecia com a utilização, por parte dos trabalhadores, de atos de sabotagem e boicote aos produtos das indústrias Crespi, Matarazzo e Gamba. Fábricas como a Antártica tiveram seus produtos confiscados pelos operários e inutilizados publicamente. A greve termina com alguns avanços para a classe operária paulistana. A implantação, em algumas fábricas, das 8 horas de jornada e aumentos salariais, figuraram na lista das vitórias do movimento. O governo, muito atemorizado com o movimento, em particular o prefeito Washington Luís, mais tarde presidente da República, não cessaria, ainda mais, de buscar a associação da figura do anarquista à do criminoso inimigo da ordem.

A greve, entretanto, ao contrário das conclusões de alguns trabalhos historiográficos, não foi fruto apenas da manifestação espontânea de trabalhadores desesperados. Para o sucesso da mesma muito colaborou a articulação de núcleos organizativos como o Comitê de Defesa Proletária, fundado logo no início do movimento, que sistematizou a política reivindicatória dos comitês operários de bairro¹⁴, e outros com características semelhantes. As negociações posteriores, com os patrões, e o envolvimento do governo, assim como a saliente figura de Edgard Leuenroth, comprovaram a importância das organizações dessa natureza em momentos de acirramento da luta operária contra o patronato.

No Rio de Janeiro, o ano de 1917, foi, também particularmente movimentado, com inúmeras greves, campanhas para o boicote de produtos, manifestações de rua e uma greve generalizada no mês de julho. No ano seguinte, a situação pioraria bastante: a “influenza espanhola” fazia centenas de vítimas, a carestia, como em todo o país, aumentava o problema operário, já bastante sério, e o governo Venceslau Brás apresentava como principal interlocutor para o diálogo com os trabalhadores, o truculento chefe de polícia, Aurelino Leal.

Os sindicalistas anarquistas insistiam em reafirmar a importância das bandeiras das 8 horas de trabalho, de aumentos salariais e da luta contra a carestia. Preocupavam-se os libertários em oferecer aos operários

objetivos bastante simples e, de certa maneira, comuns a todos para a unificação na luta. Prescindindo de uma retórica complexa, os anarquistas desejavam que os trabalhadores lutassem por questões concretas, o menos possível envoltas em fórmulas intelectuais abstratas ou pré-determinações teóricas. A ação direta assim o exigia, a atitude dos trabalhadores deveria partir, antes de tudo, de um convencimento da justiça de seus reclamos.

Assim, com a proscrição da Federação Operária do Rio de Janeiro, fechada pela polícia, em agosto de 1917, surgiria a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT). Esta União, uma tentativa clara de reagrupamento de sindicatos de resistência, contaria com a adesão imediata de 13 entidades classistas. Aurelino Leal, cumprindo com a praxe policial, iria perseguir os militantes da recém-fundada UGT.

Ainda no ano de 1918, em agosto, uma greve na Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que operava na travessia de barcos na Baía de Guanabara, entre o Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, assumiu contornos de insurreição. A radicalização do conflito ocasionou uma batalha campal entre os grevistas, apoiados por populares, e a polícia. O fato inusitado acabou por sensibilizar setores do exército em favor dos grevistas levando o 58º Batalhão de Caçadores a interferir na luta em favor dos grevistas.

Os acontecimentos favoreciam um paralelo com os acontecimentos recentes na Rússia. Os trabalhadores da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) iniciam também uma mobilização no sentido de radicalizar suas posições em relação aos patrões. A gripe espanhola criara, em outubro de 1918, um clima de caos na cidade. As autoridades, muitas delas, fogem para a região serrana de Petrópolis, tradicional refúgio da aristocracia carioca quando das grandes epidemias.

No Rio de Janeiro, em 15 de novembro, Delfim Moreira tomaria posse interinamente da presidência da República. O candidato eleito para o cargo, Rodrigues Alves, havia caído enfermo e o vice-presidente assumia a titularidade. A instabilidade política, associada à mobilização operária e à conjuntura internacional revolucionária indicava para os trabalhadores as condições favoráveis para uma greve insurrecional. No dia 18 de novembro, diversas fábricas do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé, entraram em greve. Às 17 horas, o Campo de São Cristóvão estava tomado por centenas de trabalhadores. Os preparativos feitos por anarquistas para a tomada de prédios do governo e o estabelecimento de um Soviete no Rio de Janeiro, que se faria em articulação com a greve, acabaram não resultando por força da infiltração de um tenente do exército, em colaboração com a polícia, que denunciou

militantes e forneceu os planos ao governo. Novamente, a repressão atingia os anarquistas, na sua quase totalidade brasileiros, o que contrariava a insistente pregação do chefe de polícia a respeito de uma conspiração de elementos estrangeiros.

A despeito das perseguições, o operariado continuaria mobilizado nas principais capitais brasileiras. No 1º de Maio de 1919, por todo o país, registraram-se manifestações em favor dos Sovietes russos e das revoluções em curso, na Hungria e Alemanha. Na Capital Federal, a aglomeração presente ao evento contou com cerca de 60 mil pessoas que, além de saudarem as referidas revoluções, organizaram paralisações para pressionar os patrões pela jornada de 8 horas. Na cidade de São Paulo, 5 dias depois, costureiras organizam um comício na rua Barão de Itapetininga, em solidariedade a 20 mil trabalhadores em greve, ato que sensibilizou outros setores como os tecelões, sapateiros, cervejeiros, metalúrgicos e a construção civil. Embora bem sucedidas - as greves arrancaram dos patrões as 8 horas, a semana de 6 dias e a igualdade de salários entre homens e mulheres - os grevistas presos não foram postos em liberdade pela polícia.

As constantes prisões e o crescimento das entidades operárias demonstravam para os anarquistas a necessidade da criação de organizações que pudessem, a partir de um prisma ideológico mais definido, agir em momentos de extrema gravidade. Assim como os trabalhadores haviam fundado o Comitê de Defesa Proletária na greve de 1917, e o Conselho Geral dos Operários para o resgate de presos grevistas, em 1919, os libertários criaram, em 1918, a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A Aliança surgia como um órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas, no sentido da propaganda e ação entre seus membros e no meio proletário. Esta iniciativa, como sua congênere, já aqui mencionada, de 1919, que se constituiu no Partido Comunista libertário, tinha como objetivo dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para se alcançar a Revolução Social.

Apesar das greves de 1917 e 1918 terem sido, em muitos aspectos, vitoriosas e alcançado muitos avanços para a classe trabalhadora, foi no ano de 1919 que as conquistas lograram maior efetividade em seus resultados. Neste aspecto, podemos afirmar que foi a União dos Operários em Construção Civil (UOCC), fundada em 1917, que, em maio daquele ano, garantiu pela primeira vez para toda a sua categoria o benefício definitivo da jornada de 8 horas.

Todos os avanços da classe operária, entretanto, despertaram nos governos e industriais a viva convicção da necessidade de controlar as entidades de classe, quer no

reforço de uma política assistencialista, para os setores já predispostos a isso, ou na sistematização da repressão, para os renitentes revolucionários. No ano de 1921, o governo reeditaria a lei de combate aos anarquistas, o Decreto 4.247, que regulava a entrada de estrangeiros “nocivos à ordem pública” e previa a expulsão daqueles que, uma vez residentes no país, apresentassem as mesmas características. No ano seguinte, com a posse do presidente Arthur Bernardes, era então criada a Quarta Delegacia Auxiliar, com o objetivo específico de controle social e político de militantes anarquistas e desafetos do regime.

Em 1924, era a vez de São Paulo criar a sua delegacia específica para investigações da mesma natureza, reprimindo as greves e prendendo opositores ao sistema. Não demorou muito para que os órgãos de repressão

do Rio e de São Paulo passassem a colaborar em ações concretas; tal integração ficaria patente em eventos como as deportações para a Clevelândia, nos anos de 1924 a 1926, e na Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 1934. Este último episódio, inclusive, contou com a participação de policiais cariocas na fuzilaria que durou mais de 4 horas.

Apesar de todo esse quadro, entre marchas e contramarchas, o sindicalismo revolucionário entraria a década de 1920 com bastante prestígio, tendo-se em conta que, apesar do governo manter-se firme no “leme” da repressão, rudimentos de uma legislação trabalhista surgiriam para tentar conter as vitórias dos revolucionários, provando, ao contrário da afirmação dos políticos em anos anteriores, a existência de uma “questão social” no Brasil.



1º Congresso Operário Brasileiro, abril de 1906, no Rio de Janeiro. / Domingos Passos, importante liderança sindical, carpinteiro da construção civil.

Tenentismo - Os movimentos armados

Nelson Werneck Sodré. *Capítulo 3 do livro "O Tenentismo", Porto Alegre: Mercado Livre, 1985.*

Entre a eleição de Artur Bernardes e a sua posse rolaram quase nove meses agitados, em que as ameaças de movimento militar se sucediam. Entre a eleição, quando ficava claro que o regime ganhara a parada, e o primeiro ato armado de rebeldia militar, entretanto, correram apenas quatro meses, tempo suficiente para que a agitação se alastrasse e as conspirações buscassem dar-lhes vassão. Os militares dividiram-se, nesse período, e depois, em duas facções adversas: a dos legalistas, que defendiam a "ordem", isto é, a manutenção do status quo, e a dos revoltosos, que se articulavam para movimentos armados. Se os primeiros tinham por si a quase totalidade da estrutura oficial das Forças Armadas, isto é, os comandos e os ministérios, os segundos contariam, de início, com um chefe de grande prestígio para estimular e apoiar as suas ações. Em verdade, a participação do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca — dado que o Exército era uma organização hierárquica — teve, em 1921 e em 1922, muita importância. Membro de uma família de militares, em que fulgurava a tradição de Deodoro da Fonseca, fundador do regime, Hermes fora Ministro da Guerra e Presidente da República. Seu prestígio derivava desse passado e era acrescido do que o posto significava para os militares. Sua presença na crise, desde as assembleias tumultuosas do Clube Militar, dava relevo a uma participação que ele honrou com decisões concretas e firmes. O Tenentismo, assim, surgia, apesar de fundar-se particularmente na atividade dos militares jovens, ainda nos postos iniciais da carreira, sob a proteção de um chefe que encarnava o que o Exército tinha de mais representativo na época. A crise teve, entre muitos outros episódios, que denunciavam a intensa agitação daquela fase, o que ocorreu em Pernambuco. Não cabe aqui historiar e detalhar o referido episódio, aqui mencionado apenas para situar a presença ativa de Hermes na rebeldia militar que crescia. Na qualidade de chefe da mais alta graduação e ainda na qualidade de Presidente do Clube Militar, ele dirigiu um telegrama ao comandante das forças do Exército em Pernambuco, alertando-o para o fato de que devia obediência aos princípios que

regiam a instituição militar, acima da obediência aos eventuais detentores do poder. Era uma iniciativa que o colocava, ao marechal, em confronto ostensivo com o Presidente da República, chefe das Forças Armadas por dispositivo constitucional. Epitácio Pessoa, cioso de sua autoridade e em fim de mandato, não era inclinado à transigência: a 2 de julho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca foi preso. Estava armada a espoleta do disparo que vinha sendo preparado há muito. A 5 de julho, a rebelião estourava no Rio de Janeiro.

O levante foi uma coisa e a conspiração foi outra coisa; na verdade, como depois se repetiria, os elementos que se levantavam, em diversos lugares e em ocasiões diversas, ao longo dos anos, contavam sempre com uma adesão que jamais se confirmou, pelo menos nas dimensões esperadas. Isso aconteceu na madrugada de 5 de julho de 1922: quando os cadetes da Escola Militar, então no Realengo, marcharam sobre a Vila Militar, sob o comando do Coronel Xavier de Brito, certos de que ali receberiam as adesões com que contavam, foram recebidos a tiros. A tentativa ocorrida em um dos quartéis da Vila Militar, envolvendo uns poucos oficiais, morreu no nascedouro e a maior guarnição da capital do país manteve-se ao lado da legalidade. Os cadetes retornaram à Escola Militar, onde foram presos e, depois, tiveram as suas carreiras cortadas. Os mais ativos iriam engrossar as fileiras dos conspiradores, em uma atividade que atravessaria os anos. A maioria teve de buscar meio de vida novo e dispersou-se, depois de breve estágio em unidades diversas, como soldados. Isso aconteceu, também, no Forte de Copacabana, comandado pelo Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes: tendo acordado a cidade com o troar de seus canhões — um de seus tiros atingiu mesmo o pátio do Ministério da Guerra — a guarnição do Forte ficou reduzida a um pequeno grupo, logo que confirmado o fracasso do levante. No dia 6, realmente, preso o seu comandante, que saíra para parlamentar com as autoridades, a maioria das praças e dos oficiais optou pela desistência e abandonou a fortificação. Sob o enérgico e vigoroso comando do Tenente Antonio de Siqueira Campos, reduzido

grupo de oficiais e praças decidiu enfrentar as tropas governistas que se concentravam em Copacabana. Siqueira Campos, depois de abrir os portões aos que desejassem abandonar o movimento, partiu a bandeira do Forte em dezoito pedaços, que entregou aos que haviam optado pela luta até o fim. O extraordinário feito desse pequeno grupo, que se deslocou ao longo da praia de Copacabana, ao encontro das forças legais, tornou-se, com a ressonância que alcançou em todo o país, e com a sua glorificação pela imprensa de oposição, uma das motivações fundamentais das ações que se sucederiam ao longo dos anos. Abatidos pelo fogo legalista, morreram os tenentes Mário Carpenter e Newton Prado e ficaram feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O heroísmo dos revoltosos abalou, realmente, o povo brasileiro e deu a medida do extremo a que chegara a paixão pela causa que defendiam. A derrota, nas condições em que ocorreu, com o fracasso no Rio e na tentativa da guarnição de Mato Grosso — comandada pelo General Clodoaldo da Fonseca, capitulou em Três Lagoas — não arrefeceu senão temporariamente o ânimo dos militares feridos pelos reveses mas sempre prontos a retomar a luta. Essa dimensão de heroísmo, realmente, em aparente desproporção, vistos os acontecimentos na distância do tempo, indica a profundidade a que atingira a repulsa às mazelas do regime, sob a superficialidade dos motivos então alegados. Havia, evidentemente, um processo profundo e subjacente, que prosseguiria ao longo do tempo, e uma sinalização exterior e factual de acontecimentos e formulações cuja superficialidade surpreende hoje. Além disso, verificava-se a distância singular entre os proclamados propósitos dos rebelados e aquele heroísmo levado às últimas consequências: enquanto este estava além da medida, aquele era de impressionante modéstia. Por outro lado, e hoje a perspectiva do tempo admite esta visão, havia uma diferença enorme entre as mazelas de um regime já em dissonância com a realidade do país e os problemas tópicos e circunstanciais colocados e que despertavam paixões tão violentas. Os protestos militares em defesa da dignidade ofendida, depois que os falsários haviam confessado a fraude que haviam cometido e depois que Bernardes desmentira a autoria das cartas, pareciam sem sentido. Este era o lado formal, entretanto. E apenas mostra, como exemplo frisante, que a história como arrolamento de fatos pode falsear, e realmente falseia, a realidade do processo.

A luta política prosseguiu, depois dos acontecimentos de julho de 1922. As prisões e depois o afastamento dos elementos militares mais envolvidos nos levantes colocou-os em condições de dedicar todo o tempo a novas articulações. O ano de 1923, realmente, assinala o

desenvolvimento de intensa trama conspiratória, tecida por elementos diversos, dentre eles se destacando o capitão Joaquim Távora, secundado por alguns ex-cadetes da Escola Militar. Paralelamente, como componente que se juntaria, adiante, aos novos levantes militares, surgia no Rio Grande do Sul, a 25 de janeiro de 1923, uma rebelião de âmbito estadual, contra o governo de Borges de Medeiros. Tal rebelião, em que as forças militares federais ficavam marginalizadas, assinalava uma sucessão de choques militares de tropas irregulares, que destacariam alguns chefes regionais cujo renome cresceria com o tempo. Nos primeiros dias de novembro, o governo central — Borges de Medeiros figurara como um dos mais destacados apoios à candidatura oposicionista de Nilo Peçanha e Bernardes estava interessado em ganhá-lo para poder enfrentar a luta contra as rebeliões militares — conseguiu o armistício entre as facções desavindas no Rio Grande. Finalmente, a 14 de dezembro, firmava-se ali o acordo de Pedras Altas, pondo fim àquela guerra regional. O Marechal Hermes da Fonseca falecera a 9 de setembro e as atividades revolucionárias enfrentariam, agora, mais um problema: o de conseguir um chefe militar que concordasse com os propósitos mantidos pela conspiração que não cessara. Esse chefe seria o General Isidoro Dias Lopes, já reformado, que se destacara em atividades no sul do país. Era um nome respeitado mas pouco conhecido. O represamento das atividades dos revoltosos não arrefecera, entretanto, o ânimo dos conspiradores. Joaquim Távora ia de guarnição em guarnição, buscando adesões e compromissos para nova tentativa. Tratava-se de aproveitar a lição de 1922 e conseguir que os compromissos fossem realmente honrados e que os levantes projetados não sofressem da anemia do isolamento. Dois anos depois do extraordinário feito dos 18 do Forte de Copacabana, surgia a rebelião que teve como sede a cidade de São Paulo.

O segundo 5 de julho, o de 1924, teve dimensão muito maior do que o primeiro, que ficara marcado pelo sacrifício heroico dos 18 do Forte de Copacabana. Tratava-se, agora, do controle sobre a segunda cidade do país, na época, e seu maior parque industrial, onde, portanto, estava concentrada massa operária de dimensão já significativa. De outro lado, os efetivos militares empenhados na revolta eram muito mais vultosos e dispunham de efetivos e de armamento muito mais importantes do que ocorrera antes. Entre o dia 5 e o dia 28, quando os revoltosos decidem abandonar a cidade de São Paulo e retrair para o sul do país, a crise militar alcançou sua dimensão máxima. A morte de Joaquim Távora, em combate, influiu certamente para uma decisão que importava em reconhecer a superioridade do cerco imposto pelas forças legalistas. Mas a

rebelião contava, agora, com chefes militares não só mais numerosos como mais devotados do que aqueles que antes se comprometiam e na hora faltavam aos seus compromissos. Houve uma certa correspondência entre a conspiração e a rebelião: unidades inteiras incorporaram-se ao movimento, vindas de guarnições diversas do Estado. A luta foi intensa e a cidade suportou bombardeio pesado, que fez numerosas vítimas na população civil e alarmou as autoridades locais e particularmente as entidades patronais. Até que ponto a população apoiou o movimento é difícil precisar; era inequívoca a simpatia geral pelos revoltosos mas a inexperiência, a falta de motivação direta reduziram tal simpatia a muito pouco, em termos reais. Por outro lado, o Tenentismo iria provar, com o caso concreto de São Paulo, seu claro distanciamento da massa operária. Os dirigentes mais lúcidos do movimento operário paulistano, realmente, buscaram o General Isidoro Dias Lopes e lhe pediram armas, para concretizar a sua participação na luta. Mas o chefe rebelado não ousou aceitar essa adesão, que poderia alterar a qualidade da revolta. A massa operária, em São Paulo, assistiu o movimento, acompanhou os seus lances em clara simpatia pelos revoltosos, mas não ultrapassou esse limite. Elementos estrangeiros, de características proletárias inequívocas, participaram da luta mas dela se afastaram assim que verificaram as dimensões de seus limites e a falta de perspectiva em que se colocaria, quando a superioridade dos legalistas ficou patente e os rebelados mantiveram sua posição de recusa ao apoio popular para a luta armada. Em São Paulo, realmente, o Tenentismo ficaria caracterizado como movimento de frações militares da pequena burguesia, temerosas do aprofundamento de sua luta. E esta, entretanto, ganharia dimensões novas e encontraria eco em locais diversos e distantes. A 13 de julho, realmente, levantava-se parte da guarnição de Aracaju, em Sergipe, depondo o governo estadual. O movimento foi sufocado só a 2 de agosto, isto é, teve razoável duração e demandou esforço considerável do governo para debelá-lo. A 24 de outubro, em Santo Angelo, no Rio Grande do Sul, levanta-se a guarnição, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes; a 29, Gay levantava a guarnição de São Luís; Juarez Távora, a de Uruguaiana; Siqueira Campos, a de São gorja; Fernando Távora, a de Cachoeira. No dia 30, João Alberto e Juarez Távora atacavam Alegrete; a 11 de novembro, travava-se o combate de Guaçu-Boi. Como as adesões demorassem, os revoltosos concentraram-se em São Luís e ali estiveram por dois meses, com o controle da situação. A 27 de dezembro de 1924, chegava um emissário do General Isidoro Dias Lopes: sugeria o deslocamento das forças revoltosas para o norte, rumo à Foz do Iguaçu. A 28 de dezembro,

os revoltosos de São Paulo retiravam-se da cidade, em comboios ferroviários, rumo às barrancas do rio Paraná, combatendo em diversas cidades do interior do Estado. Batidos em Três Lagoas, desceram o Paraná, ocupando localidades das margens e fazendo da Foz do Iguaçu o centro de gravidade das ações e a sede do comando. Havia ocorrido ações isoladas em lugares os mais distantes: a 12 de julho de 1924, levantara-se a guarnição de Ponta Porã, em Mato Grosso; a 23 de julho, o tenente Ribeiro Júnior revoltara a guarnição de Manaus, conseguindo controlar o governo; a 4 de novembro, levantava-se o couraçado São Paulo, sob o comando do tenente Hercolino Cascardo, sendo obrigado a entregar a belonave, em Montevideu, aos oficiais legalistas.

A queda da praça de Catanduvás, no Paraná, em março de 1925, sob o assédio de forças legalistas poderosas, mostrava a necessidade de uma decisão que abrisse perspectivas aos movimentos militares que, dispersos, eram sucessivamente batidos. Muitos elementos já haviam procurado o exílio, desesperados ou simplesmente desanimados quanto a um sucesso próximo do movimento militar. A 2 de abril desse ano, na Foz do Iguaçu, encontravam-se os chefes dos movimentos surgidos em São Paulo e no Rio Grande do Sul; de um lado, o General Isidoro Dias Lopes; de outro lado, o Capitão Luís Carlos Prestes; ambos acompanhados dos que os haviam seguido até aí. Duas opiniões se chocaram então: a dos que optavam pelo exílio, à espera de novas e melhores condições para a retomada da luta, ou já desanimados de que ela conseguisse superar todos os obstáculos que vinha encontrando, desde 1922; e a dos que optavam pela continuação da luta, mas sob nova forma. O intérprete e defensor acérrimo dessa segunda solução foi o Capitão Luís Carlos Prestes, secundado pelos principais elementos que o haviam seguido desde a arrancada de São Luis das Missões, varando o interior de Santa Catarina e do Paraná. Prevaleceu a posição defendida por Prestes que achava ser a guerra revolucionária, no Brasil, nas condições com que se defrontavam, a guerra de movimento. Tratava-se, para ele, de organizar uma coluna que fosse dotada de capacidade de deslocamento rápido e que percorresse o interior do país, entrando por Mato Grosso e rumando para São Paulo quando adesões significativas ou novas condições o permitissem. Os rápidos deslocamentos impediriam a repressão pelas forças legais, permitiriam provocar adesões em guarnições dos Estados e manteriam viva a chama da revolução de sorte a desencadear novos acontecimentos. A Coluna Prestes, realmente, cumpriu a última parte do projeto, mas foi o limite máximo a que atingiu. Extraordinário feito militar, sem paralelo

na história — a sua marcha foi mais longa do que a de Aníbal e do que a dos revolucionários chineses de Mao TseTung — fixou fundamente a imagem do heroísmo tenentista no espírito popular, levou a bandeira da rebeldia a recantos do Brasil que desconheciam os mais elementares direitos da cidadania, trouxe em constante preocupação as autoridades e, com isso, provocou dela variadas formas de repressão, desde o emprego de forças regulares até a utilização intensiva da tropilha do latifúndio, que acossou os restos da Coluna até sua internação na Bolívia, em fevereiro de 1927, depois de percorrer cerca de 30.000 quilômetros e de ter travado numerosos e cruentos combates. Não despertou, porém, o que era fundamental, adesões significativas, seus efetivos tenderam à redução e seus recursos em armas e munições estavam praticamente esgotados quando da decisão de encerrar as suas atividades. Ficaria como proeza militar e como exemplo de devoção à causa revolucionária e fixaria, na memória popular algumas das personagens mais destacadas do Tenentismo. Entre elas, singularmente, a de Prestes.

A imprensa da oposição, que celebrava os feitos da Coluna e mantinha as atenções do público sobre eles, criou o título de Cavaleiro da Esperança, com que ficou conhecido por muitos anos. O prestígio de Prestes alcançou, naquela fase, um nível como raramente, no Brasil, alguém conheceu. A partir da Coluna, e com a concordância explícita de Isidoro Dias Lopes, Prestes passaria a ser a figura militar mais destacada do país e nada se poderia concretizar sem a sua opinião ser ouvida, daí por diante. No exílio, os remanescentes dos movimentos armados, aguardavam nova oportunidade para intervir na luta. A conspiração, com altos e baixos, prosseguia, animada por eles do exílio e atenta ao quadro político que se agravava no Brasil. Em maio de 1925, quando a Coluna já percorria o interior, o Tenentismo realizava mais um de seus desesperados atos militares, com o ataque ao quartel do Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Ataque malgrado, evidentemente, pela absoluta falta de condições para o sucesso, e que encerraria, praticamente, a seriação das ações tenentistas.



Coluna Prestes, 1924 à 1927.

Centenário da Coluna Prestes: a coluna hoje

Este texto é uma versão resumida da fala de Anita Leocadia Prestes no Ciclo de Debates sobre o Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu, realizado entre 8 e 10 de maio de 2025, no Campus Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Ao incorporar-se às comemorações nacionais do centenário da Coluna Prestes, formada no final de 1924 no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Prestes, 2024), a UNILA resgata o centenário da chegada dessa Coluna, encabeçada por Luiz Carlos Prestes — também conhecida como “Invicta” — à Foz do Iguaçu, em abril de 1925.

O combate às versões pós-modernas (irracionalistas) e anticomunistas da história da Coluna Prestes

A história da Coluna Prestes foi e continua sendo deturpada e falsificada desde que Prestes se tornou comunista. A adesão do então celebrado “Cavaleiro da Esperança”, com o seu “Manifesto de Maio” de 1930, à proposta da “revolução agrária e anti-imperialista” adotada pelo Partido Comunista provocou a condenação generalizada de Prestes na opinião pública nacional, abrindo caminho para as crescentes investidas de caráter anticomunista contra ele.

Algumas das principais lideranças do movimento tenentista, entre as quais se destacavam ex-comandantes da Coluna Prestes — como por exemplo Juarez Távora — passaram não só a repudiar as posições de Prestes, mas também a silenciar, desfigurar e/ou falsificar sua atuação anterior durante a Marcha pelo Brasil. As classes dominantes do país jamais perdoariam Prestes por sua recusa a compactuar com os donos do poder — esta era a aposta dos setores oligárquicos de oposição em 1930 — e seu posicionamento junto aos trabalhadores, explorados e oprimidos, e sua consequente adesão ao Partido Comunista.

Desde então, tornaram-se comuns as repetidas deturpações e falsificações das ideias defendidas por Prestes e de suas atitudes e posicionamentos políticos. Da mesma forma, quando era conveniente aos interesses dominantes, apelava-se para o silenciamento da vida e da obra de Luiz Carlos Prestes na História do Brasil do século XX. Por trás dessa estratégia consubstanciada na

História Oficial — elaborada, segundo A. Gramsci, pelos “intelectuais orgânicos” das classes dominantes —, encontramos a luta ideológica contra o “comunismo”, um fantasma produzido para justificar o combate às ideias e às atitudes contestadoras e/ou contrárias aos interesses dos donos do poder.

Principalmente a partir dos insucessos, durante o ano de 1968, dos movimentos generalizados de rebeldia em vários lugares do mundo, verificamos na intelectualidade acadêmica, nas palavras de Eric Hobsbawm, o “crescente ceticismo concernente ao projeto iluminista de racionalidade” (Hobsbawm, 1998, p. 286), ou seja, um significativo avanço das correntes irracionalistas (Cardoso, 1988), frequentemente denominadas “pós-modernas”.

Ciro Flamarion Cardoso, com base em trabalhos de autoria do marxista inglês Alex Callinicos, ao examinar “a origem do avanço do paradigma pós-moderno, progressivamente visível ao longo do período 1968-1969”, destaca que o pós-modernismo seria o resultado da:

trajetória pessoal de intelectuais que podem ser considerados da ‘geração de 1968’ no decorrer da década de 1970: de portadores de esperanças revolucionárias desiludidas, muitos deles passaram ao abandono da crença na possibilidade de uma transformação social global; daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação (feminismo, regionalismo, movimento gay, ecologismo, movimento negro etc.), associado a um ‘frentismo’ mal-explicado; vários indo além, desembocaram por fim na social-democracia, no neoconservadorismo ou no neoliberalismo. Tal processo ocorreu tanto no Ocidente quanto no antigo bloco socialista, mesmo antes de 1989 (...) (Cardoso, 1977, p. 17).

Hobsbawm afirma que o chamado pós-modernismo “é profundamente relativista. Se não há nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois ‘o discurso é o produtor desse mundo, não o espelho’” (Hobsbawm, 1998, p. 286).

Em contraposição às concepções pós-modernas, segundo as quais todas as narrativas seriam válidas,

Hobsbawm afirma como essencial que “os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência” (idem), acrescentando que “se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mas organiza objets trouvés” (ibidem, p. 287).

Ainda segundo Hobsbawm, “insistir na supremacia da evidência e na importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção é apenas uma das maneiras de exercer a responsabilidade do historiador”, destacando que “durante muito tempo, a desconstrução de mitos políticos ou sociais disfarçados como história foi parte das obrigações profissionais do historiador, independente de suas simpatias” e “a crítica cética do anacronismo histórico provavelmente é hoje a principal maneira pela qual os historiadores podem demonstrar sua responsabilidade pública” (ibidem, p. 288).

Ao concordarmos com Eric Hobsbawm quando afirma que “o problema para os historiadores profissionais é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas” e que “a diferença entre fato histórico e falsidade não é ideológica”, assim como “a verificabilidade histórica de afirmações políticas ou ideológicas pode ser de importância vital, se a historicidade for a base essencial de tais afirmações” (ibidem, p. 284, 287), percebemos a importância dessas concepções para a pesquisa das narrativas sobre Luiz Carlos Prestes.

A influência crescente das correntes pós-modernas entre historiadores, cientistas sociais e jornalistas tem contribuído, de maneira muitas vezes inconsciente, para que em seus escritos a vida e a obra de Prestes seja narrada em versões inventadas, mentirosas, falsificadas e distantes da realidade dos fatos, ou seja, das evidências, que teriam deixado de ter qualquer significado segundo as concepções irracionalistas (que passaram a ser denominadas pós-modernas).

O reconhecimento do referido papel das correntes irracionalistas no reforço ao tradicional anticomunismo na sociedade brasileira constitui a comprovação incisiva de que na atualidade a principal forma da luta de classes é a luta ideológica ou, em outras palavras, o embate entre as concepções convenientes à defesa dos interesses da burguesia e as aspirações e os ideais dos combatentes por justiça social e democracia para os explorados e desprotegidos na sociedade capitalista. O conflito entre capital e trabalho não desapareceu; adquiriu novas formas. As concepções pós-modernas contribuem para reforçar o poder do capital.

O tenentismo – fruto da crise da Primeira República

Na década de 1920, frente à crise da Primeira República, na inexistência de outras forças políticas em

condições de assumir o combate ao sistema oligárquico então dominante, coube à juventude militar da época — os chamados “tenentes” — assumir a liderança do movimento oposicionista em formação (Prestes, 2024). A conspiração tenentista, iniciada ainda em 1921, resultou nos levantes de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo, cujo objetivo era, primeiro, impedir a posse de Artur Bernardes na presidência da República e, uma vez derrotados, derrubar esse legítimo representante do poder oligárquico. O programa liberal dos “tenentes”, cuja demanda principal era o voto secreto, não contemplava, contudo, as múltiplas reivindicações sociais da época.

Diferentemente do que é afirmado em grande parte da historiografia, o movimento tenentista contou com importante apoio e participação de forças políticas civis de oposição. Esse foi o caso da Campanha da Reação Republicana, com a candidatura de Nilo Peçanha à eleição presidencial de março de 1922, assim como a aliança dos “tenentes” com Joaquim Francisco de Assis Brasil, liderança dos federalistas (os “maragatos”) do estado do Rio Grande do Sul. Afirmar que o tenentismo teria sido um movimento militarista é uma falsificação histórica; pesquisa por mim realizada pôde comprovar a participação dos “tenentes” na Campanha da Reação Republicana, propiciando o nascimento do chamado movimento tenentista (Prestes, 1994).

A Coluna Prestes – episódio culminante do tenentismo

Após a derrota e a partida para o oeste do estado do Paraná dos participantes do levante de julho de 1924 em São Paulo, sob o comando do general da reserva Isidoro Dias Lopes e do major Miguel Costa da Força Pública do Estado de São Paulo, acelerou-se a conspiração tenentista no Rio Grande do Sul. O capitão Luiz Carlos Prestes — que servia no 1º Batalhão Ferroviário (1ºBF) da cidade de Santo Ângelo, no noroeste rio-grandense —, seria uma das lideranças mais destacadas do movimento, contando com a colaboração estreita do tenente Mário Portela Fagundes, também do 1ºBF. Após o levante deflagrado em 28 de outubro de 1924, os efetivos tenentistas, de cerca de 1.500 homens e 30 mulheres, incluindo alguns “maragatos”, com pouco armamento e munição insuficiente, resistiram na cidade de São Luís Gonzaga ao cerco governista — constituído por 7 colunas de 2 mil homens cada — até os últimos dias de dezembro de 1924. Era o chamado “anel de ferro” (Prestes, 2024).

Nesse momento crucial para o movimento tenentista, dada a inferioridade numérica e de armamento dos rebeldes, Prestes adotou uma iniciativa inovadora:

a tática que ficou conhecida como “guerra de movimento”, e consistia em deslocar-se com grande rapidez, mantendo contato com o inimigo para assim conhecer seus movimentos e persegui-lo com eficácia. Sua aplicação tornou-se possível devido aos pequenos grupos de combatentes — as “potreadas” —, que se afastavam do grosso da tropa rebelde para garantir tanto seu abastecimento quanto informações sobre o relevo geográfico local e, em especial, sobre os movimentos do inimigo. Tais informações eram primordiais para os comandantes rebeldes; as “potreadas” foram os olhos da Coluna Prestes, desde então em formação.

Mobilidade e surpresa constituíram dois aspectos da “guerra de movimento” que garantiram aos rebeldes o rompimento do cerco de São Luís Gonzaga, a formação da Coluna Prestes e, a partir do dia 27 dezembro de 1924, sua marcha exitosa ao encontro dos combatentes de São Paulo, acantonados no oeste do Paraná. Foram comandantes da Coluna Prestes, ainda no Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Prestes, Mário Portela Fagundes, Antônio Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias.

Em abril de 1925, quando a Coluna Prestes, após enfrentar a intensa perseguição dos legalistas mobilizados por Artur Bernardes e Borges de Medeiros (governador do estado do Rio Grande do Sul), chegou ao Paraná, encontrou os rebeldes paulistas, em grande parte, dispostos a desistir da resistência que vinham mantendo e partir para o exílio. Derrotados em Catanduvas pelo general Cândido Rondon, a serviço do governo de Bernardes, os remanescentes desse combate mostravam-se descrentes na possibilidade de dar continuidade à luta que até então tinham travado.

Em reunião da oficialidade rebelde paulista na cidade de Foz de Iguaçu, Luiz Carlos Prestes, que chegara à frente da Coluna Prestes vitoriosa, declarou que seus soldados não iriam para o exílio, pretendiam atravessar o rio Paraná e dar continuidade à Marcha pelo Brasil. Após a desistência de uma parte considerável da oficialidade paulista, houve a incorporação do grosso dos combatentes de São Paulo, sob o comando do major Miguel Costa, à Coluna Prestes. Nessa ocasião, após a reorganização geral das tropas rebeldes, Miguel Costa foi promovido a general e escolhido comandante da Coluna; Luiz Carlos Prestes, promovido a coronel, chefe do Estado-Maior; e Juarez Távora, também promovido a coronel, subchefe do Estado-maior.

Foz de Iguaçu constitui um momento importante na História da Coluna Prestes, pois foi a partir dessa região que se deu a continuidade da sua Marcha pelo Brasil, iniciada ainda no Rio Grande do Sul. Após realizar a travessia do rio Paraná, considerado uma barreira intransponível pelos governistas, a Coluna percorreu

um trecho do Paraguai, país vizinho, ingressando no estado de Mato Grosso em 3 de maio de 1925.

Ao pesquisar as evidências existentes sobre a reunião de Prestes com a oficialidade paulista em Foz de Iguaçu, verifiquei que constitui falsificação histórica a versão, amplamente difundida pela História Oficial, segundo a qual no Paraná teria sido formada a Coluna que poderia, então, ser denominada Miguel Costa – Prestes. Falsificação que, como inúmeras outras, visa diminuir, desprezar ou silenciar o papel de Prestes nesses acontecimentos. Trata-se de mais uma concessão ao irracionalismo e ao anticomunismo (Prestes, 2024).

Foram cerca de 25 mil quilômetros de Marcha de Sul a Norte e de Leste a Oeste do Brasil, atravessando 13 estados em 2 anos e 3 meses, sem sofrer derrota alguma, sempre vitoriosa, enfrentando 53 combates com tropas governistas de efetivos muito superiores aos dos rebeldes, que nunca ultrapassaram mil e quinhentos, incluindo 50 mulheres.

Essa epopeia brasileira, que derrotou 18 generais do Exército brasileiro, deve seu sucesso à adoção da tática da “guerra de movimento”, elaborada por Luiz Carlos Prestes, e ao heroísmo dos seus combatentes, em sua maioria homens e mulheres de origem popular, empenhados na derrubada de Artur Bernardes, então presidente da República, entendendo que assim lutavam por liberdade e justiça. Na impossibilidade de marchar sobre o Rio de Janeiro, à época capital da República, a Coluna, sempre perseguida pelas tropas do governo, emigrou para a Bolívia, sem depor as armas. Afirmar que a Coluna Prestes foi derrotada é mais uma falsificação histórica bastante repetida nos textos conhecidos. Como escreveu Lourenço Moreira Lima, que fez o registro da marcha da Coluna Prestes: “Não vencemos, mas não fomos vencidos” (Moreira Lima, 1979, p. 500).

Outra falsificação muito difundida sobre a Coluna Prestes é a afirmação de que os rebeldes teriam cometido violência e abusos de todo tipo contra as populações das regiões por onde passaram no interior do país. Embora não se possa negar que houve casos isolados de transgressões do comportamento exigido do combatente da Coluna, elas foram sempre severamente punidas pelo Comando da Marcha. As evidências existentes revelam o respeito com que os rebeldes da Coluna Prestes trataram os homens, mulheres e crianças que encontraram durante seu longo caminhar (Idem; Prestes, 2024).

A Coluna Prestes – fator decisivo na derrubada da Primeira República

A Coluna Prestes — episódio culminante do tenentismo —, ao emigrar para a Bolívia sem ter sido derrotada pelos governos oligárquicos de Artur Bernardes e de seu

sucessor, Washington Luís, adquirira enorme repercussão nos meios políticos do país. No final dos anos 1920, com o agravamento da crise que abalava as estruturas da Primeira República, os grupos oligárquicos contrários ao poder monolítico das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais passaram a apostar na composição de uma chapa de oposição à sucessão presidencial prevista para março de 1930. Em junho de 1929 foi formada a Aliança Liberal com os nomes de Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Paraíba) para presidente e vice-presidente. Ao mesmo tempo, apostava-se no apoio dos “tenentes”, principalmente se contava em atrair Luiz Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, e utilizar a legenda da Coluna Prestes.

Embora Prestes insistisse em desmentir qualquer apoio seu à Aliança Liberal, a campanha eleitoral oposicionista foi realizada utilizando as bandeiras da Coluna Prestes e o nome do “Cavaleiro da Esperança”. As limitações dos meios de comunicação da época e o boicote dos “tenentes”, em sua maioria favoráveis à participação na Aliança Liberal, dificultaram que as posições de Prestes, exilado na Argentina, chegassem ao público brasileiro. Com a derrota eleitoral, as forças políticas de oposição apostaram no movimento armado que, contando com o apoio e a participação dos “tenentes”, levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930.

Durante a Marcha da Coluna pelo interior do Brasil, Luiz Carlos Prestes ficara impressionado e indignado com a miséria das populações rurais do país, percebendo que o programa liberal adotado pelos “tenentes” não seria solução para os graves problemas sociais que ele verificara. Esta foi uma das principais razões para propor o encerramento da Marcha e partir para o exílio, onde Prestes pretendia estudar para encontrar tal solução. Na Argentina, a partir de 1928, Prestes aproxima-se dos comunistas latino-americanos e estuda com afinco o marxismo, teoria social em que encontra a resposta que tanto buscava. O Manifesto de Maio de 1930 consagra a ruptura de Prestes com o tenentismo e a sua opção pelo marxismo e o comunismo, embora isso não seja declarado explicitamente.

Até então o grande prestígio político de Prestes no país lhe garantira a possibilidade de participar da coligação oposicionista vencedora em 1930, alternativa por ele rejeitada por compreender que inexistiam na sociedade brasileira forças populares organizadas e mobilizadas para apoiá-lo nas medidas revolucionárias que defendia. Caso aceitasse o poder nessas condições, se tornaria refém dos grupos oligárquicos vencedores.

A ruptura definitiva de Prestes com as classes dominantes foi um gesto imperdoável para quem contava com a utilização do seu prestígio na defesa de interesses exclusivistas e antipopulares.

Na História Oficial, quando lemos sobre o posicionamento de Luiz Carlos Prestes diante da Aliança Liberal e do movimento armado de 1930, encontramos narrativas que, ao condenar sem qualquer explicação aceitável sua recusa a apoiar os chamados “revolucionários de 30” e/ou aderir aos ataques da propaganda anticomunista, revelam as opções irracionalistas e pós-modernas que são adotadas como recurso para consagrar falsificações históricas.

Considerações finais

O centenário da Coluna Prestes constitui uma oportunidade especial para o resgate dessa página heroica da nossa História, o que certamente será inspirador para os jovens latino-americanos de hoje em luta contra a dominação imperialista de nossos povos, por justiça social e democracia para as grandes massas populares e, em última instância pelo socialismo — a única solução verdadeira e radical para os graves problemas em que vive o continente latino-americano.

Referências

- CARDOSO, Ciro Flamarion. Ensaio racionalistas. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, História e paradigmas rivais, in CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade, in HOBSBAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MOREIRA LIMA, Lourenço. A Coluna Prestes: marchas e combates. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PRESTES, Anita Leocadia. A Coluna Prestes. 5ª ed. São Paulo, Boitempo, 2024.
- PRESTES, Anita Leocadia. Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo. Petrópolis (RJ), Vozes, 1994.
- VITOR, Amílcar Guidolim. Militares e maragatos em armas: as revoltas tenentistas de 1924 e a formação da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul. Ipiranga, Schreiber, 2022.

O manifesto da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de julho de 1935

Coletivo Cem Flores, 20 de maio de 2022. O presente artigo faz parte de uma série de texto em homenagem aos "100 anos de Comunismo no Brasil".

No final de novembro de 1935, militares revolucionários, ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à Aliança Nacional Libertadora (ANL), se insurgiram contra o governo Vargas, formaram um efêmero governo revolucionário provisório em Natal, tomaram quartéis e realizaram ações revolucionárias em Recife e no Rio de Janeiro. Em poucos dias foram derrotados, seguindo-se um longo período de repressão (acentuado com a ditadura do "estado novo" varguista, a partir de 1937), prisões e clandestinidade, que eliminou a ANL e praticamente desorganizou o PCB.

A Insurreição Comunista de 1935 ocorreu após mais de uma década de forte agitação revolucionária no Brasil, com uma sequência de movimentos armados, dos levantes tenentistas iniciados em 1922 ao golpe de 1930 e a revolta da oligarquia paulista de 1932. O tenentismo foi um movimento revolucionário pequeno-burguês, militarista, de oficiais de baixa patente do exército, contra a república oligárquica brasileira representante do poder do latifúndio, que durou de 1922 a 1930. No golpe de estado de outubro de 1930, a maioria dos tenentes se aliou a Vargas e à burguesia, passando a constituir linha auxiliar de seu governo e se incorporando ao aparelho de estado capitalista. O tenentismo constituiu a última manifestação própria e independente do revolucionarismo pequeno-burguês no Brasil.

O movimento revolucionário mais expressivo e radical do tenentismo foi a Coluna Prestes. Na sequência do levante tenentista de julho de 1924, uma coluna paulista, liderada por Miguel Costa, retirou-se para o Paraná, onde se encontrou com a coluna gaúcha, liderada por Luiz Carlos Prestes. De 1925 a 1927, a Coluna Prestes e seus estimados 1.500 membros marchou 25 mil quilômetros pelo interior do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país, dando combates às tropas governamentais e permanecendo invicta. Não tendo conseguido alcançar seu projeto revolucionário de derrubar o governo, a Coluna Prestes se exilou na Bolívia. Enquanto Miguel Costa e os comandantes Djalma Dutra e Cordeiro de Farias, juntamente com a maioria dos "tenentes", aliou-se ao governo Vargas,

Prestes avançou no seu processo de radicalização revolucionária após o contato próximo com a exploração, a miséria e a fome da massa explorada no Brasil.

Ainda no final de 1927, o PCB entra em contato com Prestes na Bolívia. Muito embora o encontro não tenha resultado na pretendida aliança, Prestes trava seu primeiro contato com a literatura marxista-leninista, entregue a ele por Astrojildo Pereira, secretário do Partido. Partindo para o exílio na Argentina no ano seguinte, Prestes aprofunda seus estudos sobre o comunismo e faz contato com o Partido Comunista da Argentina. Em maio de 1929 ocorrem novas reuniões entre Prestes e Astrojildo. No ano seguinte, com o Manifesto de Maio de 1930, Prestes, que recusaria a proposta de ser o chefe militar do golpe varguista, rompe publicamente com o tenentismo.

No Manifesto de Maio de 1930, Prestes já assume várias análises e propostas dos/as comunistas, muito próximas das aprovadas no 3º Congresso do PCB, de 1928-1929. Para Prestes (e o PCB), o Brasil era um país dominado pela "grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano", em um "regime feudal da propriedade agrária", um "regime de exploração semifeudal", de "exploração feudais e coloniais", "de semiescravidão e semi-servidão". A revolução brasileira seria uma "revolução agrária e anti-imperialista", dirigida pelo proletariado em aliança com o campesinato e apoio dos "revolucionários sinceros" (possivelmente se referindo a seus antigos comandados tenentistas), que daria origem a um "governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros".

Tal qual nas formulações do 3º Congresso do PCB e da sua posterior 1ª Conferência Nacional, não há qualquer papel revolucionário a ser desempenhado pela burguesia nacional. As classes inimigas da revolução eram "uma minoria ... proprietária das terras, das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros". O imperialismo também era visto como um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas (industrialização)

que, eliminado esse entrave, veriam um “rápido desenvolvimento industrial autônomo”.

A “verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores”, a “verdadeira insurreição generalizada”, tática revolucionária preconizada por Prestes naquele Manifesto, estaria próxima ou seria mesmo iminente: “As possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis”. Também esse subjetivismo/voluntarismo da crise revolucionária em curso marcaria tanto a avaliação do 3º Congresso (de uma situação revolucionária a ser dirigida pelo proletariado) quanto essa de 1930 – e o que efetivamente ocorreu foi uma revolução burguesa com o golpe de outubro daquele mesmo ano – quanto ainda a de uma “a entrada do país numa crise revolucionária” na 1ª Conferência Nacional, em 1934. Essa mesma avaliação também seria feita em 1935 para fundamentar a Insurreição de novembro.

Prestes foi preso em 2 de outubro de 1930, na Argentina, um dia antes do golpe varguista. No início de 1931, viajou para a União Soviética, onde trabalhou como engenheiro e ingressou, em 1934, na Internacional Comunista (IC) e no PCB. Em abril de 1935, voltou clandestinamente ao Brasil (onde havia mandado de prisão contra ele) para comandar a ANL e a Insurreição Comunista de novembro. O apoio da IC à criação da ANL enquanto uma frente popular antifascista já está inserido no contexto da política de frente ampla do 7º Congresso da IC, que seria realizado em agosto de 1935. Já o apoio da Internacional à via insurrecional proposta pelo PCB adveio do pouco conhecimento da IC sobre a realidade da luta de classes no Brasil e dos informes fantasiosos do então secretário-geral do Partido.

A ANL foi criada no começo de 1935, sendo estruturada pelo PCB e contando com o apoio e a adesão de socialistas, anarquistas, liberais, uma porção minoritária dos tenentistas (como Miguel Costa) e por correntes operárias. Em janeiro seu primeiro manifesto foi lido na câmara federal. Em março foi constituído seu diretório nacional provisório e realizado o lançamento oficial, no Rio de Janeiro, com a participação de milhares de militantes e apoiadores. Prestes, ainda no exílio soviético, foi aclamado seu presidente de honra. A ANL rapidamente tornou-se uma frente de massas, com comícios e mobilizações atingindo várias centenas de milhares de participantes. Em julho foi lançado o Manifesto que transcrevemos abaixo. Logo em seguida, aproveitando a Lei de Segurança Nacional promulgada no mês anterior, Vargas decretou o fechamento e a ilegalidade da ANL, ao que se seguiram inúmeras prisões, fechamento de seus jornais e intervenções em sindicatos. A ANL foi, portanto, uma frente revolucionária de massas, liderada pelo PCB, com o objetivo de realizar no Brasil

uma revolução nacional, anti-imperialista e antifascista (tanto internacional quanto o fascismo doméstico).

Após a decretação de sua ilegalidade, reforçou-se a posição insurrecional na ANL, o que se concretizou com os levantes militares em Natal, que durou alguns poucos dias e chegou a proclamar um governo revolucionário, Recife e Rio de Janeiro. Além da avaliação equivocada sobre as condições concretas da luta de classes para a realização da insurreição, sua preparação também foi falha, posto que baseada quase que exclusivamente na participação de militares revolucionários, sem praticamente nenhum trabalho de massas.

Após a derrota da Insurreição, seguiu-se violenta repressão, com o fechamento de sindicatos e de jornais, prisões arbitrárias e disseminadas de milhares de pessoas, torturas e assassinatos, reforço da Lei de Segurança Nacional e do Tribunal de Segurança Nacional e decretação de estado de sítio. As forças da repressão também iniciaram uma verdadeira caçada contra Prestes, que se concluiu com sua prisão, em março de 1936, juntamente com sua companheira Olga Benário, comunista alemã, destacada pela Internacional Comunista para acompanhar Prestes ao Brasil. Enquanto Prestes cumpriria 9 anos de prisão, apenas sendo solto com a anistia de 1945, Olga foi extraditada grávida para a Alemanha, entregue pelo governo Vargas ao governo nazista que a prendeu, torturou e executou no campo de concentração de Ravensbrück, em 1942. Merece registro também o impensável nível de vilania a que foram submetidos Arthur Ewert (Harry Berger) e sua companheira Sabo (Elisabeth Ewert), cujas torturas deixaram marcas indeléveis por todo o restante de suas vidas.

O Manifesto de julho de 1935 da ANL expressa com a maior radicalidade o programa daquela aliança antifascista e anti-imperialista de libertação nacional.

- O Manifesto da ANL manteve a caracterização da formação econômico-social brasileira como a de um país semicolonial e semifeudal, dominado pelo imperialismo, e do processo revolucionário como anti-imperialista, agora também antifascista.

As formulações de Prestes, do PCB e da ANL, em julho de 1935, tratam das “condições semicoloniais e semifeudal” do país, explorado “bárbara e brutalmente pelo capital financeiro imperialista”. Portanto, a posição da ANL (expressa no próprio nome da frente) deveria ser de “luta contra o imperialismo e o feudalismo”, visando principalmente a “libertação do Brasil do jugo imperialista”, sendo que “o objetivo a atingir é a libertação nacional do Brasil”.

De acordo com essa estratégia revolucionária em etapas – que permanecerá a formulação dominante

entre os/as comunistas brasileiros por décadas – o processo revolucionário da ordem do dia, que já fora chamado de democrático-burguês (antes do golpe de 1930), permanece com sua característica fundamental anti-imperialista e de libertação nacional, acrescido agora do aspecto antifascista (“concentração de todas as nossas forças para luta contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo”).

Assim, o programa da ANL, apresentado no manifesto de maio de 1935, era definido como “programa anti-imperialista, antifeudal e antifascista”, prevendo o rompimento de tratados com o imperialismo, não pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas imperialistas (“que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário”), luta contra as condições escravistas e feudais de trabalho, reforma agrária nos latifúndios, nas terras da igreja e dos imperialistas, sem indenização, contra as guerras imperialistas, por forte regulamentação do mercado de trabalho em favor do proletariado e por amplas liberdades democráticas.

Importante destacar que a proposta do manifesto da ANL é de “implantação de um governo popular revolucionário no Brasil”, de constituição de um “exército do povo, o exército nacional revolucionário”. Ou seja, permanecem as formulações revolucionárias dos/as comunistas desde 1922, defendendo uma aliança das classes revolucionárias (agora redefinidas e ampliadas) lutando, sem conciliação, contra seus inimigos de classe pela tomada revolucionária do poder. Logo após a derrota de 1935, no entanto, essa posição será substituída por posições reformistas.

- O Manifesto da ANL traz uma importante alteração na definição das classes revolucionárias – a partir da posição de frente única antifascista e anti-imperialista, passou a considerar a burguesia nacional como interessada na revolução. Esse erro não abandonará mais a formulação dos comunistas até os anos 1960 e seguirá majoritária mesmo nas décadas seguintes.

A perspectiva marxista-leninista do PCB, da luta de classes opondo de maneira inconciliável burguesia e proletariado (e seus respectivos aliados de classe), passou a ser substituída, a partir de 1935, pela perspectiva de formação de uma frente ampla anti-imperialista e antifascista. De acordo com a formulação da ANL, a contradição principal da luta de classes naquele período passou a ser entre “os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo, de outro. ... Pró ou contra o fascismo; pró ou contra o imperialismo. Não há meio termo possível, nem justificável”.

A rigor, colocada nesses termos, a “contradição” passa a apagar as diferenças de classe, abrindo caminho

para a ilusão reformista (e anti-marxista!) de aliança de classes entre proletariado e burguesia. É importante deixar claro que nessas “alianças” é o proletariado, representado pelo seu Partido, que recua em seu programa, em suas demandas, enquanto a burguesia mantém integralmente sua exploração de classe – no máximo com algumas possíveis restrições precárias, parciais e temporárias.

Nas condições revolucionárias de 1935, no entanto, ainda foi possível manter a demarcação de campo entre a linha revolucionária proletária (mesmo com a permanência das influências pequeno-burguesas) e a subordinação à burguesia. Não apenas a ANL permanecia sob a hegemonia dos/as comunistas (o que era o aspecto principal), quanto seu próprio manifesto expressava a condição do proletariado, unificado, como “uma das maiores forças da revolução” e “classe dirigente da revolução”. O conjunto de classes abrangido pela ANL se referia explicitamente à opressão imperialista: “bloco o mais amplo de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo, e, portanto, da ameaça fascista”.

Assim, a ANL mantinha como classes revolucionárias principais o proletariado e o campesinato. Destacava ainda a necessidade de trazer para a luta revolucionária da ANL a juventude trabalhadora e estudantil, a mulher trabalhadora, negros e intelectuais, assim como pessoas de todas as religiões. Acrescentava a esses, “os melhores oficiais das forças armadas do país” (o que, provavelmente, constituía uma ilusão “tenentista” – mas que se manteve por décadas, até mesmo nas vésperas do golpe de 1964), “os pequenos comerciantes, os pequenos industriais” – ou seja, importantes setores da pequena burguesia. Em suma, “todos os que querem lutar pelo seu programa anti-imperialista, antifeudal e antifascista”, incluindo “pessoas, grupos, correntes, organizações e partidos políticos”.

No entanto, a partir de 1935, os/as comunistas – provavelmente por influência da política de frente ampla do 7º Congresso da Internacional Comunista – passam a incluir (erroneamente) a burguesia nacional no rol das classes revolucionárias. Uma hipotética possibilidade de existência de uma burguesia nacional anti-imperialista é vista como fato concreto, ainda que apenas em alguns setores dessa burguesia. Daí, portanto, a necessidade de atrai-la para a frente anti-imperialista e antifascista – que propugnava por um “governo popular revolucionário”! Esqueciam-se os/as comunistas que apenas um ano antes haviam escrito que “todas as camarilhas dominantes” se unem quando se trata de explorar e reprimir as classes dominadas:

“Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através

de um governo popular revolucionário... os lutadores contra o imperialismo e os trabalhadores de todo o país, juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário antiimperialista...”.

Essa aliança de classes teria como base material um hipotético interesse da burguesia nacional no programa revolucionário da ANL que, ao fazer a reforma agrária e expulsar o imperialismo, possibilitaria “uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista”. Essa visão nos parece completamente equivocada ao preconizar a necessidade de uma política, proletária e comunista, de fortalecer uma burguesia nacional, o inimigo de classe, como etapa necessária ao fortalecimento do proletariado que depois deverá derrubar essa mesma burguesia. O que parece ter sempre acontecido é o fortalecimento da burguesia possibilitando uma ofensiva de classe contra as posições revolucionárias do proletariado, contra suas condições de vida e de luta, privilegiando as posições reformistas e oportunistas de conciliação e subordinação de classes.

- O Manifesto da ANL define como inimigos de classe o imperialismo e seus lacaios nacionais, o feudalismo e os latifundiários, e também o fascismo, notadamente o governo fascista de Getúlio Vargas.

No manifesto de julho de 1935, Prestes, o PCB e a ANL deixam claro que seu objetivo revolucionário – na

palavra de ordem “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” – é derrubar o governo Vargas, definido como “abertamente fascista”. Colocando a questão nos termos das classes reacionárias, inimigas da revolução e que, portanto, deveriam ser derrubadas, o manifesto afirma:

“O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são, fundamentalmente, os imperialistas aos quais ele serve e que tratarão de impedir por todos os meios, a implantação de um governo popular revolucionário”.

Um erro de análise foi o de classificar esse governo como um “governo em decomposição”. Pelo contrário, Vargas seria capaz de derrotar a ANL, derrotar os integralistas, impor uma ditadura de 1937 a 1945 e consolidar o domínio da burguesia como a principal classe dominante no Brasil.

* * *

O caráter revolucionário do Manifesto de Julho de 1935 da ANL pode ser resumido no seu sentimento de classe, na disposição de luta contra as classes dominantes e exploradoras, na certeza de que não existe nenhuma conciliação possível entre esses dois campos, o revolucionário e o reacionário:

“Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira!”



Soldados com a Aliança Nacional Libertadora, 1935.

Os movimentos camponeses e as lutas camponesas

José de Souza Martins. Trecho do livro *“Os camponeses e a política no Brasil”*, 1981, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, Brasil.

Tanto o messianismo quanto o cangaço indicam uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência no sertão. A apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho. A característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe. Dai que formas tão parecidas de resistência ocorram em áreas tão distantes e tão diferentes em muitos aspectos, como Canudos e Contestado. Ainda que essa resistência tenha ocorrido na moldura da dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria.

Mesmo que os redutos e nos bandos se instituísem outras formas de dependência pessoal, elas se baseavam em critérios contestadores da ordem social. No Contestado, o critério da dependência deixa de ser econômico, para se tornar religioso. Com base nessa mudança, a estrutura de dominação na área conflagrada inverte-se completamente: meninos tornam-se comandantes de guerra; meninas tornam-se profetisas. O fazendeiro despojado de seus bens passa a dever obediência a seu antigo agregado. No Nordeste, Antônio Silvino não junta, espalha: saqueia os ricos e distribui aos pobres; faz a sua própria justiça, a justiça que inverte os critérios vigentes de propriedade e de apropriação.

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse

antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses.

De um lado, isso foi possível devido à fraqueza política congênita do coronelismo, que a coerção do trabalho escravo acobertara. A criação da Guarda Nacional já nascera da falta de confiança dos fazendeiros no Exército como força repressiva capaz de sustentar internamente os interesses e a dominação de classe. Na divisão do trabalho entre a Guarda e o Exército, a primeira era destinada à manutenção da ordem interna, enquanto que o segundo se destinava à segurança externa. Só secundariamente o papéis se invertiam, sendo uma força auxiliar da outra. O conflitos entre governantes civis e militares, desde o começo da República, já é um dos indícios do conflito latente entre o Exército e os fazendeiros. Essa tensão se resolverá em 1918 com a extinção da Guarda Nacional e a passagem dos seus quadros para o âmbito do Ministério da Guerra como força de segunda linha. Já na marcha da Coluna Prestes era evidente a condenação do coronelismo como uma das fontes do atraso do país. A distância se confirma na Revolução de 1930, quando famosos e notórios coronéis são levados à prisão, já que fora justamente uma rebelião separatista de coronéis da Paraíba o seu fator mais imediato de deflagração. Quando do golpe de direta de 1937, que implantou o Estado Novo, mais claro e acentuando ficou o alijamento do poder remanescente dos coronéis, já que esse poder baseava-se fundamentalmente no tráfico de votos. Suspenso o processo eleitoral, não havia o que trocar com o poder central. O coronelismo terá, no entanto, uma presença ainda surpreendente após a queda da ditadura, em 1945, abrigado num partido forte de fazendeiros e antigos coronéis, o PSD (Partido Social Democrático), devido justamente à restauração da mecânica eleitoral . “

De outro lado, o coronelismo foi sendo destruído, ainda que muito lentamente, devido às questões de terras. Num primeiro momento, essas questões diziam respeito às chamadas “terras em comum”. Desde a

Colônia, em todo o país, devido aos problemas de herança e às formas da economia, que já foram vistos, as terras geralmente permaneciam indivisas, cada herdeiro recebendo como sua parte o local do seu trabalho. Justamente em torno do trabalho girava a instituição do "respeito". Com base nela, um lavrador não entrava em roça de outro. A própria concepção de quem tinha e quem não tinha direito à terra estava em muitos lugares numa elaborada genealogia retida de memória. É muito significativo que antigos cangaceiros sempre conhecessem todos os seus vínculos de família em vários Estados, vínculos esses que serviam como guia para evitar crime de sangue contra o próprio sangue.

As questões de terra só podiam surgir a partir do momento em que passaram a ter valor ou, ao menos, a partir do momento em que a terra passou a fazer parte da fazenda, passou a ser a parcela principal da fazenda, o que antes cabia ao escravo. É provável que as tentativas de expulsão, de grilagem, de estabelecimento de cercas dentro de terra alheia, tenham sido conduzidas por herdeiros dos antigos morgados, que se preservaram como fazendeiros ricos. Um indício a favor dessa hipótese é o de que geralmente os conflitos envolveram fazendeiros e camponeses, ricos e pobres. É verdade que envolveram também fazendeiros contra fazendeiros. Mas esses casos tinham abrigo dentro das próprias regras do coronelismo e as disputas se tornavam legítimas na medida em que apareciam como disputas políticas, disputas pelo poder.

No Nordeste, a crise da cana levava os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas, vivendo nas cidades. Quando, porém, durante o período da Guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar os seus foreiros. Onde os foreiros não foram expulsos, em terras de usinas, as usinas permitiram que ficassem na terra sob condição de destruírem outras culturas e plantarem cana. Entre 1945 e 1955, "foi grande a área outrora ocupada por foreiros, que foi conquistada pela cana-de-açúcar e grande número de foreiros que teve de afastar-se da atividade a que se dedicava". Foreiros que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho ao canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda. Estes próprios foram sendo expulsos das usinas, convertendo-se em mão-de-obra temporária.

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao



longo história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da cravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado,

É nessa situação mais recente de expulsão de foreiro que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação mais recente de restrições à roça do morador da usina; de aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina, para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois.

No café, em São Paulo, também na década de cinquenta, fortes transformações começaram a ocorrer. O café vinha de longa crise, em que, em 1929 e no começo dos anos trinta, culminara com a queima dos estoques numa tentativa de manutenção do fluxo de renda e de elevação de preços no mercado internacional. Mas o período da Guerra promovera o desenvolvimento industrial e o crescimento do mercado interno, que se tornará acentuado a partir de 1955. A política de desestímulo ao café acabou levando a uma política de erradicação de cafezais que, de 1962 a 1967, promoveu a erradicação de cerca de um milhão e quatrocentos mil cafeeiros, liberando uma área de quase um milhão e meio de hectares. Essa área foi em grande parte ocupada por pastagens, em parte por outros produtos e em parte por café de variedades mais produtivas em culturas solteiras. Isso significou maciça expulsão de colonos (o equivalente dos moradores da usina) que foram engrossar a massa de trabalhadores volantes, os chamados bóias-frias, moradores dos bairros pobres das cidades do interior, convertidos em trabalhadores temporários na agricultura. Ou se deslocaram para a

região da capital, para trabalhar na indústria como operários ou em serviços e pequeno comércio. Ao contrário do que houve no Nordeste, na região do café a mobilização política não teve a mesma eficácia.

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência.

Entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país. Entre 1945 e 1948, antigos posseiros da região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, particularmente da área de Malacacheta, começaram a ser expulsos de suas terras, por fazendeiros que chegam à região, atraídos pela construção da rodovia Rio-Bahia, da qual se tinha notícia desde 1941. Os mesmos posseiros tentam ainda abrir outras posses na região, sendo expulsos sucessivamente. Já em 1952, não restava a esses posseiros senão a alternativa de trabalharem de parceria para os fazendeiros. Utilizava-se aí um recurso já antigo para formar novas fazendas. Cabia ao parceiro derrubar a mata num primeiro ano, nada tendo que pagar ao fazendeiro. No segundo ano, deveria entregar 20% da produção do arroz, ficando dispensado de parceria nas outras culturas. Terminada essa fase, foram convidados a plantar café, mediante o pagamento de cem cruzeiros por 1.000 pés plantados. Tinham direito a um alqueire de terra para plantações de subsistência, devendo, também, entregar 20% da produção do arroz para o fazendeiro.

Essas novas condições de vida do antigo posseiro convertido em parceiro modificam e acrescentam as necessidades do camponês. Mantidas as mesmas condições de trabalho rudimentares, é obrigado agora a entregar ao fazendeiro uma parte da sua produção e também do seu tempo, empregado na derrubada da mata ou na formação do cafezal.

Já antes de se tornarem parceiros, na tentativa de conseguirem recursos para comprar a terra, os camponeses começaram a trabalhar como trabalhadores temporários nas fazendas que iam sendo abertas ou então a migrar para a distante região de Presidente Prudente, em São Paulo, para ganhar algum dinheiro como arrendatário plantando algodão e formando pasto. Combinavam desse modo dois ciclos distintos de trabalho. O ciclo da roça na região era de três anos desde a derrubada, o plantio e renovação da roça até a nova derrubada. Em São Paulo, o tipo de trabalho que foram fazer também era constituído pela derrubada da mata, plantio do algodão e, posteriormente, plantio do

pasto, dentro de um ciclo de três anos. Mesmo quando se engajaram como parceiros, continuo operando esse esquema, que obrigava alguns membros da família, dentre os mais moços, a essa migração cíclica.

Foi numa dessas viagens que alguns dos camponeses se converteram a uma seita pentecostal, o Adventismo da Promessa. Essa conversão completou o processo de desorganização do bairro e da vida rural tradicionais, já que as mudanças ocorridas haviam alterado completamente o equilíbrio entre o trabalho e a terra, haviam desfalcado periodicamente as famílias camponesas de uma parte dos seus filhos, convertidos em migrantes, e haviam finalmente modificado as concepções religiosas que forneciam os critérios de legitimação da vida tradicional do posseiro. Para aquele grupo especificamente, a velha religião perdera o sentido. A nova crença nada tinha aparentemente a ver com as mudanças que haviam ocorrido na situação dos parceiros do Catulé, o lugar onde estavam vivendo e trabalhando em 1954, quando a conversão se deu. Entretanto, certamente essas mudanças constituíram um componente não explicitado imediatamente nos acontecimentos que foram vividos pelo grupo na Semana Santa de 1955.

A partir da relação tensa que desde a conversão se estabelecera entre o velho líder do grupo e um dos jovens que se convertera ao adventismo e que fora um dos seus introdutores no grupo, transformado agora em líder, definiu-se uma situação de exacerbação mística que em poucas horas levou o grupo a exterminar várias crianças e vários animais domésticos, num verdadeiro banho de sangue, para culminar em profecias sobre o fim do mundo e sobre o arrebatamento do grupo para o céu. As dificuldades entre Manuel e Joaquim, que já tinham meses, evoluíram em poucas horas, por ocasião de uma vigília de oração, para a suspeita da presença do demônio no grupo. Mortes e agressões ocorreram no afã de expulsar o demônio que, por ser invisível, não podia ser percebido a não ser por sinais externos que iam sendo indicados por membros do grupo mais ou menos arbitrariamente. Após uma semana de tensões e violências, o grupo foi atacado por uma pequena guarnição da polícia mineira, tendo sido mortos dois dos seus membros e presos os demais.

Esse fato, excessivamente localizado, tem uma importância sociológica muito grande, porque na mesma região, um pouco mais ao sul, em Governador Valadares, em função da construção da mesma estrada, migrantes pobres originários do Nordeste, supostamente afastados de suas terras por causa da seca, tornaram-se posseiros nos anos quarenta. Mas, ao mesmo tempo, essa massa já expulsa da terra foi expulsa mais uma vez. Violentos despejos foram feitos por fazendeiros que iam tomando as terras, durante os anos 40 e 50, chegando ao auge

em 1955. Nesse ano, um camponês expulso da terra junta seus companheiros para fundar um sindicato, embora sindicatos de trabalhadores rurais não fossem nessa época reconhecidos legalmente.

Ali em Valadares também usaram os fazendeiros o expediente de converter os posseiros em parceiros, com a obrigação de plantarem gratuitamente a pastagem que será responsável logo mais por sua expulsão definitiva da terra e sua transformação em favelados na cidade próxima.

Lá, entretanto, a organização do sindicato logo atraiu centenas de camponeses, o que levou ao crescimento das tensões, dos conflitos e da violência dos fazendeiros contra eles. A liderança do movimento camponês foi assumida por um sapaiteiro pobre conhecido como Chicão (hoje no exílio, pois renunciou voluntariamente à anistia parcial concedida recentemente pelo governo militar).

Os camponeses, já durante o governo Goulart, reivindicavam que a SUPRA — Superintendência de Reforma Agrária, recém-criada, promovesse a distribuição das terras da Fazenda Federal, uma tentativa fracassada de instalação de uma fazenda experimental, cujas terras haviam sido ocupadas pelos grandes fazendeiros como internada de se gado. Essa reivindicação irritou os fazendeiros, que começaram a organizar uma milícia, comandada por dois antigos oficiais da Polícia militar de Minas Gerais, também fazendeiros na região, com o objetivo de impedir a execução de um plano de reforma agrária na fazenda que já era de propriedade do governo federal.

A entrega das terras estava prevista para o dia 30 de março de 1964, quando então se daria o confronto. No dia seguinte houve o golpe de Estado que derrubou Goulart e implantou a ditadura militar. O aparentemente isolado confronto de fazendeiros e camponeses de Governador Valadares foi, na verdade, o estopim preparado pela CIA para o golpe, segundo os documentos do arquivo do presidente Lyndon Johnson. Foi a partir do fato consumado da insurreição armada dos fazendeiros, que chegaram a matar, prender e torturar pessoas nos primeiros dias de abril, que o governo de Minas Gerais declarou a secessão no dia 31 de março, para permitir o avanço de tropas do Exército, aquarteladas no Estado, sobre o Rio de Janeiro e Brasília,

Esses dois casos, envolvendo os mesmos personagens, que são os posseiros expulsos da terra e os fazendeiros-grileiros, na mesma região e na mesma época, sugerem a importância de se investigar mais profundamente do que se tem feito o verdadeiro sentido dos movimentos camponeses, seus limites e suas possibilidades. Os dois movimentos terminaram com a repressão. Mas, no primeiro caso, a repressão se impôs,



por solicitação de alguns dos próprios camponeses, para impedir que o grupo consumasse um processo de autodestruição física. A violência do grupo foi dirigida contra si próprio e surpreende que constituísse, nas horas finais, a retomada do processo de expropriação começado pelos grileiros e consumado pelos próprios camponeses quando começaram a jogar fora seus bens, seu dinheiro, suas roupas, estando inteiramente nus no momento do ataque policial. O juízo final e o arrebatamento constituíram-se no coroamento místico e simbólico do processo que começara com a expulsão da terra, com o empobrecimento representado pelo pagamento da renda em trabalho e da renda em espécie. O sentido desses primeiros fatos desvenda-se inteiramente pelo sentido dos últimos, transfigurados na batalha de Deus e do Diabo, do visível e do invisível. Mas é um desvendamento em que, o camponês se descobre como inimigo de si mesmo, como inimigo do seu próprio corpo transformado em alojamento de Satanás. Descobre-se possuído e não mais posseiro.

É o inverso do que ocorreu com os camponeses de Valadares. O que talvez explique a diferença da resposta é que estes já haviam sido em grande parte convertidos em moradores das favelas da cidade, expropriados inteiramente. Não foram simplesmente alcançados pela crença que vem da cidade, mas foram alcançados pela própria cidade. Viveram o processo na sua plenitude, o desenraizamento completo, o sentido cru da expulsão da terra.

Esses casos da região do Rio Doce são muito significativos porque nos colocam diante de um fato novo no processo de expulsão dos posseiros. É que estes, tradicionalmente, costumavam deslocar-se para regiões mais interiores, ainda virgens, abrindo ali suas novas posses;

ou então eram incorporados em trabalhos permanentes dentro das fazendas, como moradores ou parceiros. O que vemos agora é o camponês vivendo uma nova etapa desse processo: após um período limitado de tempo como parceiro, transforma-se num expropriado completo, num trabalhador à procura de trabalho.

Em Goiás, nessa época, ocorreram conflitos e expulsões que encontraram na Revolta de Trombas e Formoso a sua expressão maior. Em 1948, com a estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Essa estrada viria a fazer parte da futura Rodovia Belém-Brasília, iniciada a construção da capital em 1956. No ano seguinte ao da chegada da estrada a Uruaçu, camponeses originários do Maranhão e do Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, no norte de Goiás, também chegaram à região, em grupo, liderados por José Porfírio, e ali formaram posses numa área de terras devolutas. As mesmas terras, entretanto, foram griladas por um grupo de fazendeiro, além do juiz e do dono do cartório local, consumando-se o processo de grilagem em 1952. Inicialmente, são feitas propostas de compra das posses aos posseiros, o que quer dizer compra mediante pagamento unicamente das benfeitorias. Diante da recusa são lançados jagunços sobre os camponeses. Diante da resistência são feitas tentativas de transformar os posseiros em parceiros, como ocorria em Minas na mesma ocasião. Nessa altura já havia 3.000 pessoas na região. Por essa época, em 1953, violências foram cometidas contra José Porfírio (cuja mulher e filho recém-nascido foram arrancados de casa e a casa queimada, do que resultou a morte da mulher alguns dias depois).

Os conflitos já eram muitos quando chegaram à região, em 1954, quatro militantes enviados pelo Partido Comunista do Brasil, que passaram a viver e trabalhar na área. A partir de então, os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos, desenvolveram o trabalho coletivo do mutirão nos momentos de tensão mais aguda, para permitir que grupos de camponeses armados montassem guarda contra ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los e organizá-los, para obtenção da propriedade da terra. Quando em 1957 o governo estadual mandou para a região forte contingente para combatê-los, o Partido Comunista propôs um acordo: apoiaria as pretensões do governador Pedro Ludovico de estender

o seu mandato e apoiaria a candidatura de seu filho, Mauro Borges, à sucessão governamental. Em troca, o governo retiraria as tropas da região, o que foi feito. Com isso, até 1964, a região de Trombas de Formoso se constituiu num território liberado, de certo modo sujeito a governo próprio, uma espécie de governo popular; o que foi facilitado pela criação do município de Formoso, por solicitação dos camponeses, além da eleição de José Porfírio como deputado estadual. Embora o Exército só tenha entrado na região alguns anos depois do golpe, conforme nota oficial publicada nos jornais, já em 1964 os líderes do movimento haviam fugido. Foram presos em 1970 e barbaramente torturados. José Porfírio foi preso em 1972, no Maranhão, durante as batidas relacionadas com o combate à guerrilha do Araguaia. Solto em 1975, em Brasília, desapareceu completamente, havendo a suspeita de seqüestro e assassinato.

Na mesma época em que começava o problema de Trombas e Formoso, começava também o problema de terras que culminaria com a guerrilha de Porecatu, no Paraná, em 1950. Desde 1946, 1.500 famílias de posseiros, habitando terras devolutas em Jaguapitã, passaram a sofrer o problema do despejo porque o governo do Estado cederia aquelas terras já ocupadas por eles para grandes proprietários. Os despejos violentos levaram à formação de grupos armados que resistiam ou atacavam fazendas. Vários confrontos entre posseiros e polícia ocorreram, com derramamento de sangue. A situação se agravou ainda mais porque o governador, envolvido ele próprio em famosas negociações de terras, procurou os camponeses de Jaguapitã e lhes propôs transferência segura para outras terras



no vale do Rio Paranavaí, com casa e transporte. A promessa não foi cumprida.

A essa situação violenta, que se repetia em outras regiões do Paraná na mesma ocasião, veio somar-se a revolta dos lavradores de Porecatu, localidade também do norte do Paraná, não muito distante de Jaguapitã. A situação era ali idêntica àquela outra. Tendo notícia de que o governo pretendia desenvolver na área um projeto de colonização, muitos camponeses começaram a se deslocar para lá, abrindo suas posses. Na verdade, sem nenhum respeito pelos posseiros, o governo havia traficado com as terras, vendendo-as a outras pessoas. Nos últimos meses de 1950, devido à ação do Partido Comunista do Brasil, através dos seus comitês regionais de Londrina, no Paraná, e de Presidente Prudente e Assis, em São Paulo, eclodiu a guerrilha de Porecatu, tendo como um dos chefes José Billar. As lutas prosseguiram, com mortos e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu um novo governador disposto a resolver o problema. Apesar de o governo ter, em 15 de março, declarado as terras de utilidade pública para desapropriação por interesse social (fato que ocorria pela primeira vez no país), ainda em junho, havia de 300 a 400 camponeses armados, emboscados nas matas, de onde saíam apenas para atacar. Foram desarmados por uma força policial de 250 homens. Consta, porém, que o próprio Partido Comunista determinara a cessação da guerrilha.

Mas é no sudoeste do Paraná, quando Lupion, já envolvido em negociações anteriores de terras, volta ao governo do Estado, que tem lugar os conflitos que culminam com a revolta de 1957, nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema. Ali a situação era extremamente confusa, pois se tratava de área litigiosa entre o governo da União e o governo estadual. Isso porque, embora as terras devolutas tenham sido transferidas aos Estados, em 1891, as terras da faixa de fronteira continuaram dependentes do governo federal. Ambos os governos fizeram concessões de terras na área. Companhias imobiliárias venderam essas terras a colonos gaúchos e catarinenses. Estes, entretanto, apesar de terem pago e de serem, portanto, proprietários, viram-se na situação de posseiros, além do mais sujeitos a despejo sumário.

Toda a sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato.

Extrema violência desencadeou-se em toda a região do sudoeste do Paraná em abril e maio de 1957. Conflitos armados ocorreram daí em diante em toda a região, contando os posseiros com o auxílio de vários bandoleiros que viviam na fronteira entre o Paraná e a Argentina. Em outubro houve a revolta, conclamada para resistir a um ataque geral de jagunços da Citla, a empresa ligada a Lupion. Os camponeses formaram *Assembléias Gerais do Povo* em Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antônio. *Juntas Governativas* foram eleitas em todos esses lugares. Só em Beltrão, 4.000 camponeses marcharam sobre a cidade. As autoridades locais fugiram. Estações de rádio regionais foram tomadas. Após negociações com o chefe de polícia do Estado e com a entrada das tropas da Polícia Militar nas várias localidades, as juntas governativas se dissolveram. Na verdade, a corrupção e o terror continuaram. As questões somente começaram a ser resolvidas em 1961, após a saída de Juscelino Kubitschek da presidência da República, pois pertencia ao mesmo partido de Lupion, o PSD. Medidas começaram a ser tomadas apenas no governo de Jânio Quadros, institucionalizadas para uma parte da área em 1962, no governo Goulart, quando se criou o GETSOP — Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, uma instituição com forte presença do Exército.

Em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo, houve também sérios conflitos entre camponeses e fazendeiros, em 1959/60. A situação ali foi peculiar porque se tratava de arrendatários, que portanto sabiam desde logo que não podiam reclamar reconhecimento de posse da terra. Em Santa Fé, havia uma liderança camponesa do Partido Comunista, a de Jofre Correia Neto, e as lutas se desenvolveram em torno da prorrogação dos contratos de arrendamento, diante da possibilidade de os camponeses serem despejados. A verdade é que o arrendamento interessava só temporariamente ao fazendeiro, para que o arrendatário derrubasse a mata, preparasse o terreno, plantasse o capim para formar o pasto, podendo nesse meio tempo cultivar gêneros de subsistência. Ali a questão da permanência na terra se colocava de outro modo. Os lavradores eram migrantes, muitos nordestinos já expulsos de suas terras, trabalhando numa região de fronteira limitada, já que do outro lado do rio, no Estado do Mato Grosso, havia chegado a frente pecuária. Portanto, os camponeses, terminado o contrato de arrendamento, não tinham para onde ir. Nessa circunstância extrema é que aceitavam a condição de arrendatários, orientando-se sua luta, portanto, para a defesa do direito de permanecer na terra, com base na lei do inquilinato.

Diante da violência do fazendeiro e da polícia, os camponeses decidiram arrancar o capim que haviam plantado. Se o capim era o motivo da não-prorrogação

do contrato, ao menos até a época de colheita da lavoura de alimentos que pertencia aos arrendatários, então a ação possível era essa. A “operação arranca-capim” ocorreu mais de uma vez. Os camponeses foram derrotados nos tribunais, expulsos da terra e os líderes do movimento foram presos. Somente nove anos depois, outros camponeses da região, com o mesmo problema, foram vitoriosos na luta e conseguiram tornar-se pequenos proprietários em núcleos de colonização.

Foi entretanto no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Ali surgiu em 1955, no Engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Liga Camponesa. As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes.

Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e do seu êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Uma política regional de desenvolvimento baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária. É assim que surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e é assim que surgem alianças políticas envolvendo extremos tão opostos como o Partido Comunista e a União Democrática Nacional, o partido por excelência da burguesia. Em Pernambuco, essa aliança de “centro-esquerda” permite a conquista eleitoral da Prefeitura de Recife e, posteriormente, a conquista do governo do Estado por Cid Sampaio, um usineiro. Apesar da oposição

dos senhores de engenho, agora reduzidos à condição de meros fornecedores de cana das poderosas usinas de açúcar, as ligas camponesas e, logo depois, um forte movimento de sindicalização rural tem lugar na região, garantido num primeiro momento pelo enfraquecimento político desses antigos coronéis.

Havia dois grupos distintos de trabalhadores a serem mobilizados e organizados. De um lado, os foreiros das terras de engenhos, camponeses em vias de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos a condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as pontas de ruas, os povoados próximos às usinas. Embora formalmente reconhecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, os trabalhadores rurais não gozavam, no país inteiro, o direito de sindicalização. O processo era e é muito complicado, porque a fundação e legalização de um sindicato depende de reconhecimento do próprio Ministério do Trabalho, ao qual o sindicalismo está subordinado. Francisco Julião, o advogado e deputado socialista que os camponeses de Galiléia procuraram para tratar da defesa dos seus direitos observa que era mais viável organizar uma sociedade civil e não um sindicato, porque para isso as formalidades legais eram muito simples, bastando registrar a associação no cartório mais próximo. Isso tornava desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho, que não era provável, e garantia a legalidade da ação dos camponeses. Julião justifica, também, a superioridade do foreiro em relação ao trabalhador de usina, como categoria de mobilização mais eficaz. É que os camponeses produzem os seus próprios meios de subsistência, têm condições de suportar melhor os confrontos com os fazendeiros, têm liberdade de locomoção. O mesmo não acontece com o trabalhador de usina, sujeito ao salário, sem mobilidade, sujeito ao favor da moradia.

Entretanto, como consequência do próprio avanço do movimento camponês durante os anos 50, quando Goulart assumiu em 1961, já existia praticamente montado um sistema sindical rural. O empenho do governo na concessão de cartas de reconhecimento aos sindicatos de trabalhadores rurais leva a um rápido desenvolvimento do sindicalismo no Nordeste, particularmente na Zona canavieira. Começa a haver um refluxo nas ligas Camponesas, ligas sendo convertidas em sindicatos, o que leva Julião a produzir um famoso documento, “Bença, Mãe”, sugerindo que a participação no sindicato não exclui a participação na liga e vice-versa. O problema, entretanto, estava na disputa entre as ligas, de um lado, e o Partido Comunista, de

outro, este empenhado na criação de sindicatos de trabalhadores rurais entre os trabalhadores da cana. A disputa envolvia, na verdade, a diferença das propostas políticas. As Ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa.

Essas observações muito sumárias sobre os diferentes movimentos camponeses ocorridos nesse período mostram que esses movimentos eram absolutamente distintos entre si. Em cada região, dependendo de características locais, o movimento assumiu determinadas peculiaridades. Alguns foram duradouros, como a experiência de Trombas o Formoso, as Ligas Camponesas, os Sindicatos. Outros foram de gestação demorada e resultados curtos, como a Revolta do sudoeste do Paraná, a Revolta de Porecatu e, particularmente, o surto religioso do Catulé, que não durou mais do que uma breve semana.

Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra. Nos dois movimentos de Minas Gerais, a causa estava na grilagem das terras dos posseiros em virtude da construção da rodovia Rio-Bahia e da valorização das terras. A valorização é concretamente o aparecimento de renda territorial onde ela não existia. O mesmo se pode dizer em relação a Goiás, onde também a construção da rodovia promove a valorização das terras devolutas, já ocupadas pelos posseiros, e o aparecimento dos grileiros. Esse aspecto da questão fica particularmente claro nas disputas de terras do Paraná. Os grileiros buscavam basicamente a obtenção de títulos de terras do governo que podiam ser hipotecados no banco do próprio governo e transformados em capital para aplicação em outros negócios. Basicamente, os grileiros buscavam não só se assegurar um monopólio de classe sobre a terra, para com isso adquirir o direito de extrair uma renda territorial, mas buscavam obter diretamente a própria renda fundiária convertida imediatamente em capital. O que levou o conflito aos posseiros foi a tentativa de extração de uma dupla ou até tripla renda da terra. O camponês era obrigado a pagar mais de uma vez pela mesma terra a cada companhia que se apresentasse munida de um título de propriedade, sob pena de expulsão. Em

Santa Fé do Sul fica claro um outro aspecto da questão. Além de se assegurar para o futuro a extração de uma renda territorial, os fazendeiros trataram de extrair uma segunda renda, representada pelo trabalho dos arrendatários na formação das pastagens. Isso também ocorreu no Catulé, fazendeiro utilizando os antigos posseiros para fazerem a derrubada da mata, pagando ainda por cima renda em espécie, o arroz. Fato que se repetiu em Valadares e que se tentou em Goiás. Essa segunda renda aparecia convertida imediatamente em capital, como pasto ou como cafezal.

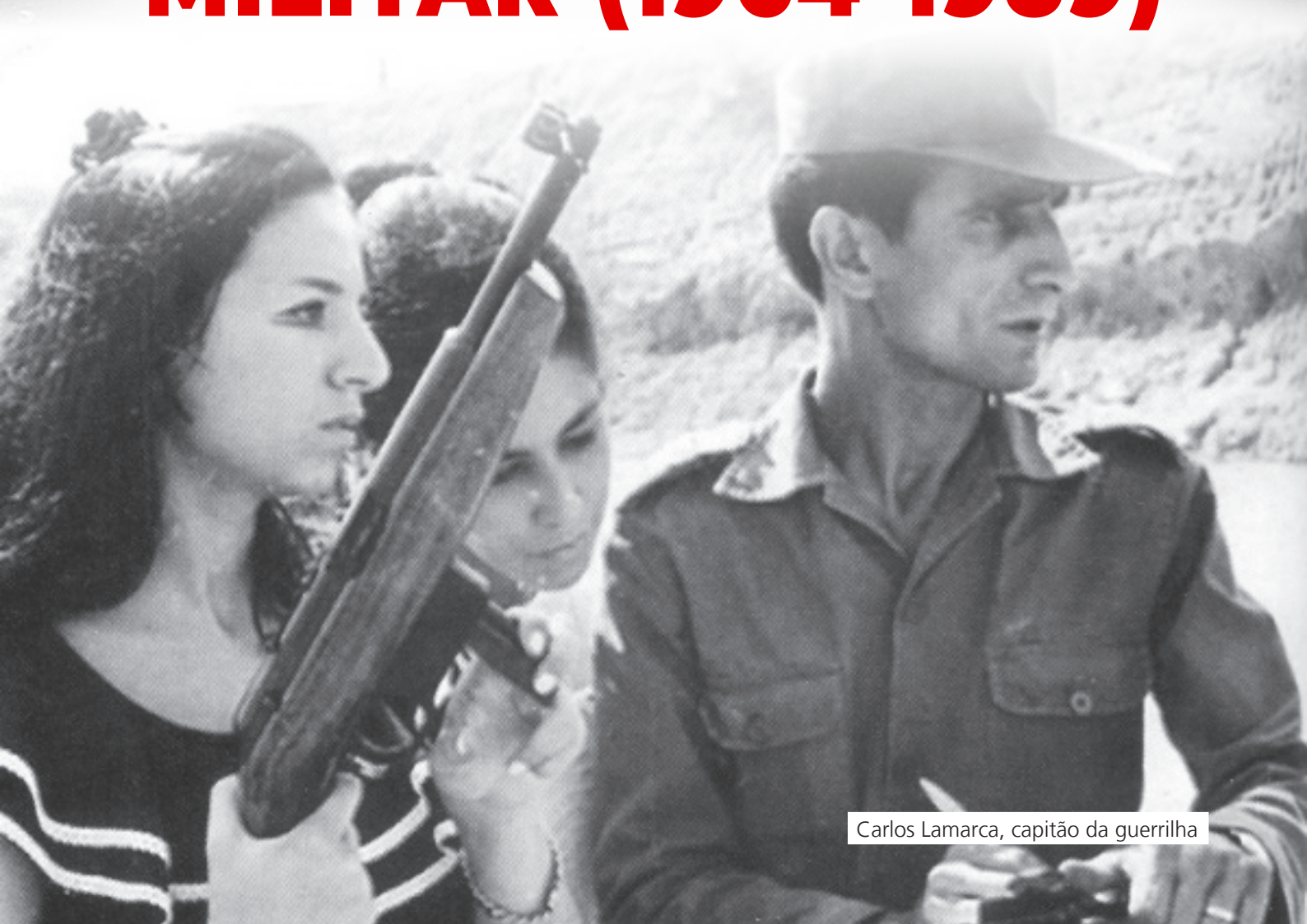
Também no Nordeste, ainda que de outra forma, a questão da renda estava presente. A expulsão dos foreiros e também dos moradores, assim como ocorria com os colonos de café em São Paulo, estava provavelmente baseada no fato de que o aluguel, o foro, era menor do que a renda da terra que poderia ser obtida com a cultura de cana. As expulsões ocorriam para que o senhor de engenho recuperasse a renda que deixava de ganhar com o aforamento (assim como em São Paulo, no final do regime de colonato, o colono recebia uma soma de benefícios superior àquela que receberia como trabalhador assalariado). É significativo, que tanto os trabalhadores da cana quanto os de café, após terem saído das fazendas, da condição de morador e de colono, respectivamente, reclamassem que o que passaram a ganhar como salário permitia adquirir menos meios de vida do que os que tinham antes.

As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: *a luta dos camponeses contra a renda da terra*. A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra, de latifundiários *stricto sensu*. Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como se estes constituíssem uma classe antiburguesa, pré-capitalista. Isso parece ter ficado claro no caso do Paraná e, particularmente, no caso do Nordeste, quando a burguesia rompeu seu pacto com a esquerda para se aliar com os latifundiários e levar à frente o golpe de Estado contra os camponeses e os operários. Ela foi beneficiária da aliança, que utilizou para alterar em seu favor a composição de forças políticas regionais.

Resistência e ação direta contra a ditadura militar



V DITADURA CIVIL- MILITAR (1964-1989)



Carlos Lamarca, capitão da guerrilha



Não chorarei aos camaradas mortos

pedro tierra

*Vem com a manhã
o riso no rosto dos algozes.
Vem com a manhã
a notícia dos camaradas mortos.*

*Vem com a manhã
o golpe bruto. O sangue.
Vem com a manhã
a força de não chorar.*

*Eles não querem lágrima:
gesto de menino na escuridão.
Espanto de quem não viu
o golpe defechado.*

*Eles não querem lágrima.
Querem, antes, dentes cerrados
O aço frio nos olhos de quem viu
o rosto da morte desenhado.*

*Eles não querem lágrimas,
Copro vergado em gesto de prece.
Solução de quem não soube
A hora de Rebeldia.*

*Eles não querem lágrima.
Querem, antes, punho fechados.
Brilho de fogo no corpo da noite.
Força no braço dos oprimidos.*

*Vem com a manhã
o riso no rosto dos algozes.
Vem com a manhã
A força de Resistir.*

Os materiais

Pedro Tierra

*Eu quis a palavra reta
feito faca.*

*Eu fiz do verso o corte
branco
do metal.*

*O lento sal dos anos
não lhe roube o fio.*

*O inimigo não possa
empunhá-lo durante a luta.*

*Se o carrasco, algum dia,
levar aos lábios meu poema,
o vidro claro do verso
lhe corte a boca.*

*E a palavra não se renda
à tortura.*

*E quando eu disser: pedra,
não se entenda pão.*

*Quando eu disser: noite,
se encontre nela todo poder de
treva.*

*Quando eu disser: eis o inimigo,
mate-o antes do amanhecer.*



INDICAÇÃO DE FILMES: Tempo de resistência (2004); Lamarca (1994); Marighella: retrato falado do guerrilheiro (2001); Osvaldão (2015); Eles não usam Black Tie (1981); 1968: A Greve de Contagem (2018).

No Dia Seguinte ao Golpe

Jacob Gorender. Capítulo 9: No dia seguinte ao golpe em “Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.”. Editora Ática, São Paulo, 3ª edição, 1987.

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade.

Os vencedores não perderam tempo no desmantelamento da rede de organizações em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.

Este desabafo momentâneo não destruiu a esquerda. O corpo de ativistas não teve senão perda parcial. Algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram o caminho do exílio. Em uns tantos

casos, sem motivação que não a do pânico. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, ao menos momentaneamente. Mas a maioria se pôs à procura de rearticulação na clandestinidade. O anseio pela desforra se tornou o sentimento mais acirrado.

O Governo Castello Branco dispunha de força suficiente para impor medidas de estabilização financeira conforme a técnica recessiva do FMI. Agora, vinham de Washington créditos folgados e apoio confiante. Aplicou-se com brutalidade o arrocho salarial, pedra de toque da pretendida estabilização. Sucede que, durante o período recessivo, não só os operários se viram prejudicados pelo desemprego e perda do poder aquisitivo. Também as camadas médias sentiram o aperto e mostraram descontentamento. Falências e concordatas desabaram sobre os empresários mais fracos.

Apesar dos expurgos e outras arbitrariedades, o Governo Castello Branco sofreu duas graves derrotas nas eleições diretas para os governos de onze Estados, em outubro de 1965. A vitória dos pessedistas Negrão



de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas, ganhou o significado de revanche que prestigiava o ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek. A oficialidade da Vila Militar, no Rio, ameaçou impedir a posse dos dois governadores eleitos, mesmo à custa da queda do general-presidente. Um acordo entre este e o general Costa e Silva, Ministro da Guerra, acalmou os ânimos nos quartéis, ao preço de novo Ato Institucional e da garantia da sucessão de Castello pelo próprio Costa e Silva. Dando um passo adiante no processo de fechamento do regime, o Ato Institucional n.º 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e enfiou o Congresso na camisa-de-força do bipartidarismo bitolado, reabriu o processo de cassação de direitos políticos e submeteu a tribunais militares os civis incurso em crimes contra a segurança nacional.

Se, no âmbito da política econômica e financeira, a equipe comandada pelos Ministros Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões aplicou um conjunto coerente de medidas, o mesmo não se deu no plano propriamente político. Como já afirmei, a conspiração direitista pré-64 partiu de diversos núcleos e nunca chegou a ter comando plenamente unificado. Se, no primeiro momento, houve acordo geral das frações da classe dominante na entrega do poder às Forças Armadas, a ideia de um regime militar duradouro não estava nos planos de importantes conspiradores, em particular os candidatos à presidência da República. Tampouco o embaixador Gordon, conforme revela sua correspondência diplomática, julgou que aquela fosse a melhor solução.

Mesmo nas Forças Armadas, não havia convicção generalizada acerca das características e da duração do regime militar. Em seguida à turbulência do final de 1965, o Presidente Castello Branco cuidou de deixar ao seu sucessor uma nova Constituição, aprovada pelo Congresso mutilado e coagido. Em contraste com a de 1946, a Constituição de 1967 hipertrofiou o Executivo, porém estabeleceu normas restritivas do arbítrio autoritário. A intenção legitimista de Castello

Branco se frustrou pelos acontecimentos de 1968. O Ato Institucional n.º 5 consumou o fechamento completo da ditadura militar.

Fez-se a identificação da ditadura militar com o fascismo. Penso ser uma tese falsa, pois esconde exatamente o mais peculiar do regime político imperante de 1964 a 1985: o comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas (não por um caudilho militar). A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista — que se torna residual ou desaparece praticamente após a queda do regime fascista —, mas pela instituição estatal permanente detentora do exercício superior da coerção.

Ao invés de fascistização, houve a militarização do Estado. A ocupação da chefia do Estado pelo alto comando do Exército, dando sequência a cinco generais-presidentes, adquiriu a aparência de uma dominação estamental. O que explica o extraordinário êxito da reedição em 1975 de “Os donos do poder”, ambiciosa síntese historiográfica de Raymundo Faoro. Com efeito, talvez em nenhum outro momento, a sociedade brasileira pareceu tão subordinada a um estamento burocrático senhor do Estado. Já hoje se percebe que a militarização do Estado serviu aos interesses da burguesia brasileira. Por sua vez, a burguesia aceitou as exigências corporativas de autopreservação institucional das Forças Armadas. Enquanto tal, a ditadura militar representou uma forma da dominação burguesa, caracterizada pela coerção extremada exercida sobre as classes subalternas.

Referências Bibliográficas

Faoro, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. revista. Porto Alegre, Globo, 1976; Santos, Theotonio dos. Socialismo o fascismo — Dilema latinoamericano. Santiago, Prensa Latinoamericana, 1969.



Abril de 68, Contagem (MG): A grande greve operária que desafiou o arrocho da ditadura

Antônio Galego. *Esse texto foi escrito por Antônio Galego no ano de 2020 e republicado com pequenas alterações do próprio autor no site oamigodopovo.noblogs.org.*

Após o golpe civil-militar em 1964 as classes dominantes impõem à classe trabalhadora brasileira uma política de repressão política e superexploração. A política governamental de arrocho salarial era peça chave do regime ditatorial e até 1968 já era responsável por corroer mais de 20% do valor médio dos salários. Para garantir isso era fundamental a repressão, que se deu através da proibição das greves, destituição de diretorias sindicais, perseguição e prisão de lideranças operárias.

Até a década de 1960 grande parte do movimento de massas ainda estava sob a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, a posição conciliadora apresentada pelo PCB gerou importantes rupturas antes mesmo do golpe. Em 1968, a explosão de uma série de lutas estudantis e populares irá ser a expressão social e política desses novos rumos da esquerda brasileira, representada por uma variedade de organizações combativas e revolucionárias (ALN, POLOP, AP, VPR, COLINA, etc.) nas direções das lutas. As lutas mais conhecidas de 1968 foram as estudantis, que tiveram como marco o dia 28 de março com a morte de Edson Luís, o primeiro estudante assassinado pela ditadura.

Mas a agitação e revolta não estavam restritas ao movimento estudantil e dos grandes centros urbanos. Na cidade mineira de Contagem já existia muito antes de 1968 um trabalho de organização e conscientização revolucionária dentro das fábricas e nos bairros operários, com as mulheres (em sua maioria donas de casa) e com as famílias operárias.

Movimento furou a política de arrocho da ditadura

A cidade de Contagem (MG) vivenciou uma rápida industrialização, influenciada dentre outros fatores por sua localização estratégica e uma rede de transportes que facilitou a instalação de diversas fábricas metalúrgicas. Os trabalhadores, no entanto, viviam em moradias precárias (muitos em ocupações clandestinas), com salários de fome, e uma situação de miséria que

só tendia a piorar com a política de arrocho salarial e a inflação que aumentava o custo de vida.

É a partir dessa situação concreta que atuavam as organizações revolucionárias em Contagem (MG). Apesar de uma chapa combativa ter vencido as eleições do sindicato dos metalúrgicos em 1967 esta foi impedida de tomar posse sob a acusação de “infiltração de elementos de esquerda”, e o sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho. Apesar das dificuldades, a agitação e organização nos locais de trabalho e moradia, sob formas principalmente clandestinas, não parou.

Como consequência da revolta operária contra as péssimas condições de vida, no dia 16 de Abril de 1968 iniciou em Contagem (MG) o primeiro grande movimento grevista que entrou em choque com a política de arrocho salarial da ditadura civil-militar no Brasil. O movimento iniciou na Companhia Belgo-Mineira e espalhou-se por toda a região industrial paralisando importantes fábricas como Mannesman, RCA Vitor, Demissa e Industam. Esses são seguidos por operários da SIMEL, Metalúrgica Triângulo, Pollig-Haakel, Minas-Ferro e Mafersa, somando 16 mil grevistas em protestos e assembleias diárias.

A principal reivindicação era reajuste salarial de 25%. As empresas ofereceram 10%, recusado em assembleia pelos operários. Diante do impasse, o então ministro do trabalho, general Jarbas Passarinho, foi pessoalmente à Contagem intimidar os grevistas. Repetiu as ameaças em rede de televisão. Em 24 de abril, 1.500 policiais militares tomaram a região industrial de Contagem. PMs foram buscar em casa os operários, ameaçando de demissão sumária e prendendo 20 lideranças.

O movimento terminou no dia 26 de abril com uma derrota parcial dos grevistas. A principal conquista havia sido política: tanto em relação ao avanço na organização operária em tempos de ditadura, quanto derrotando a política nacional de arrocho salarial. O Estado ditatorial, temendo o exemplo dos “rebeldes mineiros”, estendeu o abono de 10% a todos os trabalhadores brasileiros, furando pela primeira vez a

política de arrocho. Isso não impediu que a greve de Contagem servisse de inspiração à greve de Osasco (SP) em 68, a queima do palanque do 1º de maio do mesmo em São Paulo, e outras lutas proletárias combativas em Minas Gerais e no Brasil.

Reapropriar nossa história de lutas

A rebeldia operária em Contagem (MG) questionou as bases da política hegemônica naquele momento: 1º) Foi um movimento grevista sem a presença do sindicato oficial, iniciado desde o chão da fábrica e dos bairros operários, ou seja, desde os locais de trabalho e moradia, e, portanto, causando o temor no Estado e na burguesia; 2º) Possuía entre as lideranças do comando de greve a hegemonia das organizações revolucionárias dissidentes do PCB; 3º) Evidenciou, através de métodos específicos de ação sindical clandestina e organização de base, a possibilidade da resistência sindical-popular em tempos de regime ditatorial (tese e experiência coletiva que também será importante nas lutas operárias nos anos 1970-1980, e que em grande medida se perdeu hoje com a hegemonia reformista lulista no movimento sindical).

É fundamental para a reconstrução de uma linha sindical classista e revolucionária hoje no Brasil se

reapropriar da memória histórica das lutas operárias, assim como das lutas camponesas e estudantis, incorporando seu espírito de combatividade e ensinamentos para os desafios que teremos que enfrentar na atualidade. Afinal, hoje as forças hegemônicas do movimento sindical-popular (PT, PCdoB, CUT, CTB, UNE, etc.) também atuam de forma pelega e burocrática. O trabalho de base foi substituído pelo cretinismo parlamentar, pela eterna chantagem da “volta da direita”, pela tirania das direções sindicais e a lacração das redes sociais.

Assim, retomar o trabalho de base cotidiano nos locais de trabalho e moradia, baseado nos conflitos e necessidades materiais do povo, articulando isso num amplo movimento e projeto estratégico de reorganização da classe trabalhadora, é talvez um principais aprendizados que podemos tirar para os dias atuais.

A greve de massas em Contagem (MG) e diversos outras lutas demonstram que a oposição à ditadura esteve longe de se restringir ao movimento estudantil, aos intelectuais e às grandes metrópoles. Há uma história subterrânea, de resistência do “Brasil profundo”, que é necessário não apenas evidenciar e honrar, mas dar continuidade. Aprender com ela e conquistar a vitória para o povo será a nossa maior homenagem aos bravos lutadores do passado.



Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Ultima Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

Grupos da luta armada no Brasil contra a ditadura militar - verbetes

Pesquisa e escrita de Thales Fernandes, fevereiro de 2026.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1985), “as guerrilhas no Brasil originam-se de cinco troncos principais. O primeiro é formado pela ORM-POLOP e pelas organizações que se formaram sob sua inspiração ou derivadas de suas cisões e dissidências: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que integraria também elementos provenientes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inspirado pela corrente política liderada pelo então Deputado Leonel Brizola; o Partido Operário Comunista (POC), resultante da fusão da ORM-POLOP com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Do POC, abalado por golpes da repressão e por dissensões internas, surgiria a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), da qual se destacaria pouco depois a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil.

Da Ação Popular- AP - surgiria o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). A AP perderia muitos militantes no processo de sua conversão em organização marxista-leninista, o que se consumaria com a fundação da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Um pouco mais tarde, a maioria de seus quadros se integraria no Partido Comunista do Brasil (PC do B). O PC do B seria formado a partir da luta política no interior do PCB, constituindo um tronco próprio, do qual seriam provenientes a Ala Vermelha do PC do B (PC do B-AV), e o Partido Comunista Revolucionário - PCR. Da primeira originar-se-ia o Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT.

As divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, provocariam o surgimento de um novo tronco, subdividido ainda no processo de luta interna em duas seções: as Dissidências e a Corrente. As Dissidências gerariam várias organizações regionais. Registramos as mais significativas: a do Rio Grande do Sul se integraria à ORM-POLOP para formar o POC; a de São Paulo ingressaria na Ação Libertadora Nacional (ALN); a da Guanabara formaria a Dissidência Comunista da Guanabara - DI-GB, que, mais tarde, assumiria o nome

de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a do Rio de Janeiro formaria o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, liquidado pela repressão em 1969 e que teria seu nome retomado pela DI-GB. A Corrente daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR e à Ação Libertadora Nacional (ALN), da qual surgiria o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Registramos ainda mais um tronco, representado pela corrente que reivindicaria o legado teórico do Trotskismo, e cuja expressão organizada é o Movimento Estudantil 1º de Maio, mais tarde convertido em Organização Comunista 19 de Maio. Restaria mencionar as experiências do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), formado por militantes provenientes do PCB e do MNR e da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares - VAR-PALMARES - resultante da fusão de organizações, grupos e militantes provenientes da ORM-POLOP, MNR, AP e PCB”.

“A que atribuir este quadro de tão múltiplas fraturas e que se torna tanto mais paradoxal quanto se sabe que, do outro lado, o poder de estado em geral e a polícia política em particular passavam por um processo de centralização e unificação cada vez mais acentuado?”

“Os fatores decisivos localizam-se no âmbito do político, no terreno das formulações e lutas políticas. Destacariamos, entre outros, os seguintes aspectos centrais: Em primeiro lugar, o impacto da derrota de abril de 1964 [...] Seguiu-se em expressivos setores da Nova Esquerda um processo de desencanto com a discussão e a organização política. Passou-se a privilegiar a então chamada “prática”, entendida como atos e ações que produzissem efeitos imediatos na luta contra o poder recém-estabelecido [...] Em segundo lugar, o impacto das experiências internacionais de luta armada. A influência da revolução cubana já se vinha manifestando desde antes de 1964. Guevara e Debray propunham uma nova alternativa no caminho da formação partidária: a luta armada, desencadeada a partir do foco guerrilheiro. Os slogans cubanos martelavam a cabeça dos militantes da Nova Esquerda: “O dever do revolucionário é fazer a revolução”, “Para fazer a revolução não se precisa

pedir licença a ninguém". Partidos eram associados a reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas, documentos ilegíveis, em resumo, à ineficácia revolucionária.

A experiência da guerra revolucionária chinesa, resumida nos escritos militares de Mao Zedong, também inspiraria a contestação às direções tradicionais da esquerda: a luta armada no campo; o cerco das cidades pelo campo; a importância do fator militar e do exército revolucionário como organização; a política independente em relação à burguesia; a noção de guerra prolongada a partir do poder local; todas estas proposições apresentavam-se como alternativa aos laboriosos pactos políticos anteriores a 1964 e aos processos de lutas populares e manifestações pacíficas de pressão política aos poderes constituídos, dentro da lei e da ordem".

"Não se poderia esquecer, por outro lado, um dado capital: o choque de gerações no interior da Nova Esquerda. A derrota de 1964 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partidos. Cortou carreiras políticas, interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 1964 quedou-se perplexa, desorientada, desmoralizada e simplesmente retirou-se, pegou o boné, desistiu, ao menos temporariamente. Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se, subitamente, com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos. Se associarmos estes dados à atitude de negação das experiências passadas, provocada pelo horror à derrota de 1964, teremos um quadro de rejeição violenta das tradições, ou seja, a eliminação de um dos principais fatores de coesão em qualquer estrutura política organizada".

"Deveríamos ainda mencionar aspectos ligados à conjuntura política posterior a 1964 e que influenciariam a dinâmica da Nova Esquerda: a clandestinidade que dificultava os contatos políticos e as reuniões, o cerco implacável da polícia política que desencorajava ou abreviava as discussões e a realização de congressos, o ritmo desigual das lutas internas, a constituição, em cada organização ou partido, de microcentros de poder desinteressados em processos de reunificação que poderiam pôr em risco suas posições. Tudo isso levava água para o moinho da fragmentação orgânica da Nova Esquerda. O surpreendente, neste contexto, não é portanto a fragmentação, mas constatar que houve tentativas sérias de agrupação de forças distintas. Muitas ficaram apenas esboçadas. Outras foram cortadas pela ação repressiva. Algumas tiveram êxito, como o POC e a VAR-PALMARES. Mas seria um êxito fugaz porque contrariava fatores objetivos e tendências políticas dominantes".

"O quadro completava-se com a inspiração trazida pela luta de libertação nacional do Vietname. Uma nação pequena, mas coesa, enfrentava vitoriosamente a grande potência mundial. Os fatos pareciam indicar que tudo era possível, desde que houvesse disposição de luta".

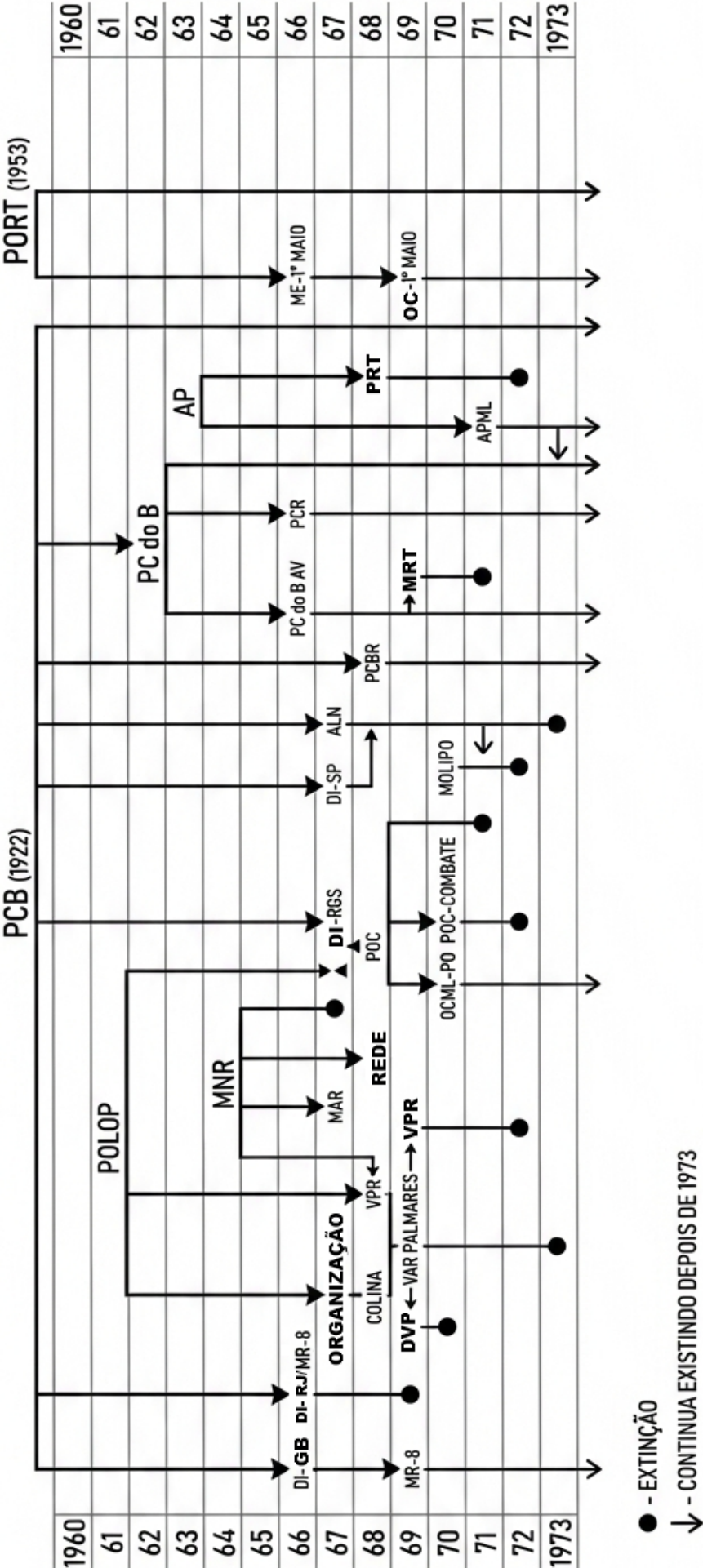
"É preciso esclarecer que o exemplo da insurreição de Petrogrado não fora esquecido. A ORM-POLOP, a Organização Comunista 19 de Maio, entre outros, continuavam reivindicando as lições do Outubro vermelho na Rússia. Mas, no conjunto, a história da revolução russa passara a um plano secundário ante as experiências cubana, chinesa e vietnamita".

"A ressurreição do quadro político profissional, dedicado 24 horas por 24 horas à revolução. O igualitarismo entre dirigentes e dirigidos, a atenuação das hierarquias. O espírito de sacrifício do Che Guevara, o ascetismo dos revolucionários chineses. E sobretudo a moral de 'ofensiva' retilínea, não sujeita a recuos. A luta poderia ser longa, difícil, perigosa, mas o caminho estava traçado e os revolucionários deveriam preparar-se não mais para morrer heroicamente nas masmorras do poder, mas para matar em busca da vitória".

"Elas provêm de universos teóricos comuns - o marxismo, o leninismo - embora certos setores da Nova Esquerda conferissem maior importância a Stalin e Mao Zedong (PC do B, Ala Vermelha, PCR, AP) ou a Guevara e Debray (Dissidências do PCB, VPR, ALN). De um processo de formação política e ideológica comum, moldado pelo PCB e para o qual não houve uma alternativa suficientemente amadurecida. De uma concepção de vanguarda teorizada por Lênin e aceita, em suas grandes linhas, pelo PCB e pela Nova Esquerda. Gostaria, porém, de insistir num ponto já abordado de forma clara mas rápida: não se pense que a Nova Esquerda ou os próprios militantes do PCB fossem instrumentos cegos ou teleguiados das teorias importadas. Na verdade, é possível evidenciar na luta política a assimilação seletiva das contribuições do movimento comunista internacional. Assim, não é por ler Mao Zedong, Guevara e Debray que a Nova Esquerda chega à conclusão da necessidade da luta armada. Verifica-se exatamente o inverso: a Nova Esquerda vai buscar em Mao, Guevara e Debray a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se à luta armada".

"Mas não foram totalmente esquecidos. Não terá sido sintomática a ovação com que o povo do Rio de Janeiro saudou a menção de Lamarca e Marighella no comício das Diretas Já, em 1984? Os povos, mesmo quando desorganizados e sem ânimo para se revoltar, sabem apreciar os rebeldes que lutam pelas boas causas, mesmo em momentos e circunstâncias social e politicamente desfavoráveis. As grandes revoluções, aliás, têm sempre sabido homenagear os precursores, embora sonhadores, das rebeldias coletivas".

A NOVA ESQUERDA - 1961/1971



ALN

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma das maiores organizações de luta armada socialista no Brasil, enfrentando, de 1967 até 1974, a Ditadura Militar brasileira. Formada em 1967, após a viagem de Carlos Marighella (1911-1969) à Havana, Cuba, onde participou da assembleia da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), cujo objetivo era articular um plano de ação revolucionária continental. Marighella já havia rompido com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), desligando-se da Comissão Executiva no final de 1966, formando a Dissidência de São Paulo, junto com Joaquim Câmara Ferreira ("Comandante Toledo", 1913-1970). A ALN destacou-se pela quantidade de membros que conseguiu incorporar e por notórias ações armadas, incluindo assaltos a bancos com o intuito de financiar a guerrilha urbana e sequestros de figuras públicas, que tinham como objetivo a troca com militantes presos, como o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, juntamente com o MR-8, cujo resgate realizou-se com a libertação de 15 prisioneiros políticos e a divulgação de um manifesto; e o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben em 1970, em troca de 40 presos políticos. A ALN executou o capitão norte-americano Charles Rodney Chandler, veterano da Guerra do Vietnã, em São Paulo, em outubro de 1968 (em colaboração com a VPR), e o industrial dinamarquês radicado em São Paulo Henning Boilesen, um dos principais financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) e espectador assíduo de tortura à presos políticos dentro das instalações do DOI-Codi, assassinado pelo Grupo Tático Armado (GTA) da ALN em 15 de abril de 1971. O último comandante militar da ALN, após a morte de Marighella foi Carlos Eugênio Paz ("Clemente", 1950-2019). Por ser o homem mais procurado pela repressão, exilou-se na França em 1973 e viveu por lá até 1981.

MR-8

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi uma organização política marxista que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Surgiu em 1966, no meio universitário do Rio de Janeiro, com o nome de "Dissidência da Guanabara" (em relação ao Partido Comunista Brasileiro, PCB). Foi rebatizada para homenagear Che Guevara, que foi capturado na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. Organizou o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, juntamente com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Iara Iavelberg



(1944-1971), então companheira do ex-capitão Carlos Lamarca (1937-1971), militava na organização e, com a desestruturação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o ex-capitão junto com um núcleo de militantes ingressou no MR-8. Foi como membro desta organização que Lamarca foi assassinado no sertão da Bahia, em setembro de 1971. Em 1972, com a saída de quase todo o contingente do MR-8 para o Chile, a organização foi desativada e posteriormente remontada, assumindo orientação política bastante diferente, com participação no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Editou o jornal Hora do Povo a partir de 1979. Entre seus membros constavam Stuart Edgart Angel Jones (1946-1971), Daniel Aarão Reis Filho (1946-), Félix Escobar Sobrinho (1923-1971).

PCBR

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) tem suas origens na "Corrente Revolucionária" criada pelo jornalista Mário Alves (1923-1970), no interior da Executiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda em 1964. Sua constituição formal deu-se em 1968 no Rio de Janeiro e suas primeiras ações, ainda neste ano, foram assaltos a bancos para obtenção de fundos. Participou, junto com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), do justicamento do marinheiro inglês David Cuthberg, integrante de uma força-tarefa da marinha britânica no Rio de Janeiro, como forma de solidariedade à luta do Exército Republicano Irlandês contra o domínio inglês, em 1972. Entretanto, com a intensificação da repressão policial-militar aos

movimentos de oposição e sobretudo aos grupos guerrilheiros, além da prisão e morte de Mário Alves em 1970, a organização praticamente se desarticulou. Também preso, Apolônio de Carvalho (1912-2005) ainda nesse ano foi solto e enviado para a Argélia, junto com outros 40 militantes, em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, que havia sido sequestrado pelos guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Apolônio participou do levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935, foi preso na ditadura Vargas, lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa contra as forças nazi-fascistas. Participou do PCB também Jacob Gorender (1923-2013), ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e Carlos Camacho (1947-), até hoje um militante do povo, chegando inclusive a ficar preso junto com o Darcy Ribeiro (1922-1997) na Fortaleza Santa Cruz em Niterói, Rio de Janeiro.

PCdoB

A formação do Partido Comunista do Brasil remonta aos debates realizados pelos comunistas brasileiros (principalmente João Amazonas 1912-2002, Maurício Grabois 1912-1973 e Pedro Pomar 1913-1976) em meados da década de 50 sobre a estratégia e a tática da revolução brasileira. A Declaração de Março, de 1958, confirmada em 1960 pelo V Congresso do então PCB, promoveria radicais transformações na linha política definida no IV Congresso, realizado em 1954. Em consequência, o Partido Comunista requereria seu registro legal, mudando de estatutos e de nome - de PC do Brasil para PC Brasileiro. Um grupo de dirigentes, em oposição desde 1957, aproveitaria o momento para insurgir-se e proclamar a continuidade do PC do B, através de uma "Conferência Nacional Extraordinária", em fevereiro de 1962. Resolveriam, então, "reorganizar" o PC do B na prática, fundando um novo partido. Baseado fundamentalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pará, o PC do B, embora sempre acossado pela repressão, cresceria na esteira das lutas internas que abalaram o PCB depois de 1964 e a Ação Popular entre 1971 e 1973. Entretanto, também conheceria duas cisões importantes, ambas em 1966, que dariam origem ao PC do B - Ala Vermelha (PC do B-AV) e ao PCR - Partido Comunista Revolucionário. O PC do B participou das lutas sociais entre 1962 e 1968, particularmente no movimento estudantil, e dirigiu a luta guerrilheira no Araguaia, entre 1972 e 1974, quando a guerrilha seria aniquilada. As forças guerrilheiras do Araguaia - FORGA - constituíram o ponto alto da vaga guerrilheira que agitou o país depois de 1964, onde Grabois morreria

ao lado de seu filho André Grabois. Suas ações, luta e programa seriam divulgados pela revista "Araguaia", que circulou entre junho de 1974 e abril de 1975. O PC do B manteve em circulação regular seu órgão oficial "A Classe Operária", publicado legalmente - semanário - até 1964, depois, clandestinamente.

VPR

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi um grupo de luta armada que lutou contra a Ditadura Militar Brasileira, visando à instauração de um governo de cunho socialista no país. Formou-se em 1968 a partir da união dos dissidentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Desde 1969 esteve fortemente ligada ao nome de Carlos Lamarca (1937-1971), quando o então capitão do Exército se retirou de sua unidade em Quitaúna, Osasco, São Paulo, à frente de alguns militares que levaram grande quantidade de armamentos para a luta armada. Para financiar a luta contra a ditadura, a VPR promovia assaltos armados e roubos à banco, denominados de expropriações. Assassinou em 26 de junho



de 1968 o soldado Mário Kozel Filho, em um atentado ao Quartel General do II Exército, em São Paulo. A organização participou de assaltos e do sequestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, em março de 1970, além dos embaixadores Giovanni Enrico Bucher, da Suíça, em dezembro, e do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em junho do mesmo ano. Esses sequestros ocorreram com o intuito de libertar presos políticos. Em 1970 começou a organizar um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, estado de São Paulo. A segunda área utilizada com este propósito (a primeira foi abandonada por inadequação) acabou sendo descoberta pelo DOI-Codi/RJ, seguindo-se uma caçada que mobilizou cerca de cinco mil militares. Lamarca e demais guerrilheiros escaparam da maior mobilização da história do II Exército.

VAR-Palmares

A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), foi uma organização socialista revolucionária que participou da luta armada contra a ditadura militar. A VAR-Palmares foi criada em 1969, a partir da fusão de outros dois grupos — a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização liderada por Carlos Lamarca (1937-1971), e o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Porém, em setembro do mesmo ano, a VPR seria reconstituída e as organizações coexistiram. O grupo executou, antes do “racha de setembro” de 1969, o assalto mais rendoso dentre todas as ações de guerrilha urbana voltadas para a arrecadação de fundos: o roubo do cofre de Anna Gimel Benchimol Capriglione, contendo U\$ 2.500.000,00, atribuídos pela organização a atividades corruptas do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Em 1970, James Allen da Luz (1938-1973) e outros militantes da VAR-Palmares conduziram o sequestro do voo 114, forçando um avião comercial da Cruzeiro do Sul a desviar sua rota até Cuba. O sequestro da aeronave forçou o regime a reconhecer que havia capturado dois militantes do grupo, — Fausto Machado Freire e Marco Antonio Meyer — impedindo que eles engrossassem a lista de desaparecidos políticos. Em 5 de fevereiro de 1972 militantes da VAR-Palmares, Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) assassinaram a tiros o marinheiro inglês David

Cuthberg, que se encontrava no país juntamente com uma força-tarefa da Marinha Britânica para as comemorações dos 150 anos de independência do Brasil. Após o atentado foram arremessados dentro do táxi onde ele se encontrava panfletos que informavam que o ato teria sido decisão de um “tribunal”, como forma de solidariedade à luta do Exército Republicano Irlandês (IRA) contra o domínio inglês. Quase dois meses depois, três integrantes da organização, Lígia Maria Salgado Nóbrega (1947-1972) – participante da execução de Cuthberg – Maria Regina Lobo Leite Figueiredo (1938-1972) e Antônio Marcos Pinto de Oliveira (1950-1972) foram mortos no Rio de Janeiro no que ficou conhecido como Chacina de Quintino. Desmantelada devido à forte repressão dos militares, a VAR-Palmares teve duas de suas principais lideranças presas e assassinadas pelo regime: Carlos Alberto Soares de Freitas (1939-1971), um dos fundadores do Comando de Libertação Nacional (Colina), e Mariano Joaquim da Silva, o “Loyola” (1930-1971), veterano das Ligas Camponesas, desaparecido nos cárceres clandestinos do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) no Rio de Janeiro.

Referências

Comissão Nacional da Verdade (CNV)
Wikipedia (páginas diversas)

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48303427>

<https://operamundi.uol.com.br/pensar-a-historia/crimes-da-ditadura-53-anos-da-chacina-de-quintino/>

Della Vechia, Renato da Silva. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). Marília: Lutas Anticapital, 2022.

Mitra Diocesana de São Paulo. Brasil: nunca mais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

REIS FILHO, DANIEL AARÃO; FERREIRA DE SÁ, JAIR (orgs.). IMAGENS DA REVOLUÇÃO: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

Marighella e a Ação Libertadora Nacional

Jacob Gorender. Capítulo 13: Marighella e a Ação Libertadora Nacional em *"Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada."*. Editora Ática, São Paulo, 3ª edição, 1987..

O vazio da retração do PCB foi preenchido por novas organizações surgidas de suas próprias fileiras. A mais importante veio a ser a Ação Libertadora Nacional (ALN), vinculada aos nomes de Marighella e Câmara Ferreira.

De 1965 até quase às vésperas de sua morte, no final de 1969, Marighella conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária exuberante. Através de seus escritos assinados e não-assinados, pode-se acompanhar o próprio pensamento que deu origem e forma à ALN.

"Por que resisti à prisão" começou a circular no segundo semestre de 1965. A publicação em livro impresso, nas condições de clandestinidade, já era uma façanha. O volume tem 141 páginas divididas em dezoito capítulos, dos quais os dois últimos exibem flagrante discrepância com relação aos anteriores. Parece correto presumir que os dezesseis primeiros capítulos foram redigidos antes da reunião de maio do Comitê Central, ao passo que os dois últimos registram reflexões suscitadas pela reunião.

No início do livro, o autor narra o episódio de sua prisão dentro de um cinema do Rio, a luta com os tiras depois de ferido a bala, a passagem por diversos cárceres, interrogatórios policiais etc. Alto e musculoso, cinquentão ainda forte, Marighella foi um dos homens mais valentes que conheci. Não direi que não temesse a morte, mas a desafiava. Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar. Após o relato pessoal, segue-se a denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder. Em toda esta parte, observa-se a moderação nas proposições críticas à direção do PCB e ainda aparecem os habituais elogios à figura de Prestes.

Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas. Na página final, um

parágrafo curto enuncia a ideia-chave de Marighella daí em diante:

"Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar".

A crise brasileira, principal escrito de 1966, dá um passo à frente. Mas ainda se conserva longe do militarismo agudo e da negação do princípio do partido de vanguarda. Mais contundentes, as críticas à direção do PCB investem contra as ilusões na "tradição democrática" das Forças Armadas e o vício de só confiar nos entendimentos de cúpula com a oposição burguesa, nos jogos eleitorais e parlamentares.

O que há de mais novo em A crise brasileira é um esboço de proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês. Contudo, a guerrilha rural é declarada segunda frente, forma de luta complementar destinada a viabilizar a luta nas cidades. Questão fundamental da tática e não área estratégica. Nas cidades, a guerrilha é considerada taxativamente inviável.

Em junho de 1967, Marighella viajou para Cuba e regressou ao Brasil em dezembro. Durante a permanência na Ilha, seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas. Em consequência, ajustou-se o acordo prático entre a liderança cubana e o fundador da ALN. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma de adeptos da facção mariguelista que ali fez treinamentos de luta guerrilheira. Em 1968 e 1969 seguiram mais duas turmas.

De regresso ao Brasil, Marighella se defrontou com os fatos consumados de sua expulsão do PCB e da intervenção do Comitê Central no quadro partidário de São Paulo. A resposta veio através da formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, à cuja frente, além do próprio Marighella, estavam militantes respeitados como Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto, Câmara Ferreira e Oswaldo Lourenço. Em fevereiro de 1968, o Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo esboça um tipo de organização

moldado para as tarefas da luta armada e oposto à estrutura tradicional do partido comunista. Explicitamente, o Pronunciamento afirma que a reorganização de um partido político implica o retorno à rotina burocrática e serviria de empecilho à luta revolucionária.

Semelhante tomada de posição custou ao Agrupamento Comunista a perda da maioria de adeptos que acompanhavam Marighella como primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo e que apoiaram sua posição na Conferência Estadual de Campinas. São militantes contrários ao pacifismo do Comitê Central, porém apegados ao princípio do partido político de vanguarda. Parte deles retornará ao PCB e outros ficarão à margem.

Nos seus escritos redigidos ainda em Cuba e nos que se seguem, Marighella define princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro* (em circulação a partir de abril de 1968), delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guerrilha a certos dados da experiência brasileira. Além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN.

O primeiríssimo princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repele-se a sentença de Fidel Castro). Daí decorre a atitude antiteorista — a teoria vista como blablablá em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar.

Ignoro se Marighella, na juventude, leu as Reflexões sobre a violência de Georges Sorel. Ou se assimilou suas teses através do contacto com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação da violência e o antiteorismo da fase da ALN colocam Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do anarcossindicalismo.

Bem como na linha mais recente de Fanon. Se este falou na violência absoluta, o líder revolucionário brasileiro faz apelo à violência extrema. A violência situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas.

A aproximação peculiar ao pensamento anarquista — deliberada ou não — se revela no desprezo por qualquer iniciativa não subordinada à dinâmica da luta armada. Embora a ALN tenha tido um setor de trabalho de massas, este se atrofiou e desapareceu. O princípio é o da ação direta, sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais.

Dentro desta orientação, Marighella foi o líder revolucionário dos anos 60 que mais explicita e reiteradamente

pregou o terrorismo de esquerda. Ao contrário de Guevara, que advertiu contra os prejuízos do terrorismo, o dirigente brasileiro o incorporou ao seu elenco de procedimentos. No trecho mais extenso a respeito, escreveu (da versão de *Les Temps Modernes*, n. 280, p. 628-9):

“Quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder.”

Todo ato terrorista revolucionário é uma operação tática tendo por objetivo a desmoralização das autoridades, o cerco das forças repressivas, a interrupção de suas comunicações, o dano às propriedades do Estado, dos grandes capitalistas e latifundiários. Os atos terroristas revolucionários e a sabotagem não visam a inquietar, amedrontar ou matar gente do povo. Eles devem ser utilizados como tática para combater a ditadura que lança contra o povo as organizações de extrema direita, tais como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e o MAC (Movimento Anticomunista). Implacável e impiedosa, a ditadura recorreu à violência brutal. (...) Nos cárceres, as torturas são indiscrimináveis. Prisioneiros e suspeitos são assassinados e fuzilados.

Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo, nós contamos o terrorismo revolucionário.

Os revolucionários, que praticam o terrorismo e a sabotagem, devem construir uma infra-estrutura adequada à execução de sua tarefa. Eles necessitam de meios próprios de fabricação de material bélico e eles devem dividir seu trabalho. Os nomes, endereços, números de telefone, itinerários, nada deve ser escrito. Deve-se comunicar os planos à pessoa indicada: somente os que têm algo a fazer devem saber de sua tarefa.

A arma privilegiada do terrorista revolucionário é a capacidade de iniciativa que o engajará numa atividade permanente. Quando o maior for o número de terroristas decididos e de grupos revolucionários empenhados no terror contra a ditadura e a sabotagem, maior o tempo que o poder militar perderá a procura de pistas, maiores seu medo e angústia por não saber onde o próximo golpe será dado e qual o objetivo escolhido”.

Também o princípio organizativo da ALN se identificou com o anarquismo. Nada de direções centralizadoras e de escalões intermediários. A organização revolucionária se compõe de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da ação direta militar (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo do grupismo permitem caracterizar a concepção marighellista como a de um anarcomilitarismo.

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução. Colocou a libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria o do poder socialista. Sob este aspecto, a ALN se afastou do imediatismo socialista uniforme de Guevara.

Com relação à guerrilha rural, elevada à condição primordial de tarefa estratégica, Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidários da luta armada.

Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política.

Antes considerada inviável, a guerrilha urbana se valoriza como tarefa tática (fornecimento de quadros e armas, fustigamento do inimigo etc.). A luta nas cidades não é alvo de zombaria, à maneira do folheto de Debray. Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no Minimanual do guerrilheiro urbano, escrito por Marighella em meados de 1969 e traduzido para várias línguas.

Em concordância com esta linha de propostas, recorta-se o perfil do militante da ALN. Deve ter aptidão para a ação armada. Na participação direta ou em tarefas logísticas. O que restringe fortemente o âmbito de recrutamento. Afastam-se aqueles que não se adaptam ao esquema de uma organização militarizada.

A militância básica da ALN veio da Dissidência estudantil de São Paulo, da qual incorporou 70% dos ativistas. Ao lado deles, numerosos profissionais de nível universitário e proporção mais reduzida de operários. No Rio, o núcleo inicial da ALN foi menos significativo. Em Minas, ganhou a adesão da Corrente Revolucionária, embora esta se conservasse autônoma. Em outros Estados, grupos da ALN surgirão mais tarde, comumente de rachas de organizações concorrentes.

O primeiro ato de combate da facção marighellista ainda se associou a um processo de luta de massas. No município de Presidente Epitácio, no Oeste do Estado de São Paulo, rolava um conflito entre o fazendeiro e grileiro José da Conceição Gonçalves, vulgo Zé Dico, e algumas dezenas de posseiros. A 24 de setembro de 1967, o militante comunista Edmur Péricles de Camargo, à frente de um grupo de lavradores, invadiu a sede da fazenda e matou Zé Dico.

Em dezembro do mesmo ano, a ALN começou os assaltos com finalidade de expropriação de fundos. A primeira ação — como se dizia na esquerda armada — interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro paulistano de Santo Amaro, à altura da horrível estátua do Borba Gato. Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Fergusson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. A ação mais sensacional — o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos—Jundiaí, a 10 de agosto de 1968.

Os órgãos policiais ficam desnorreados. A técnica dos assaltos é sofisticada e o número deles se eleva de maneira assustadora. Até 1967, os assaltos a agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo e os marginais espoliavam os caixas e os clientes, ao passo que agora o objetivo é o cofre da agência. No decurso de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador, num total de dezessete. Até julho de 1969, eram atacadas mais 31 agências bancárias e um carro pagador (O Estado de S. Paulo, 15 maio 1969; Veja, 13 ago. 1969). O que se devia não só à ALN, mas também a outras organizações clandestinas.

No decorrer de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital. Mais tarde, Marighella escreverá que se tratava de ganhar tempo para acumular poder de fogo. Que a Polícia pensasse estar lidando com marginais.

As ações conduzem à estruturação do primeiro Grupo Tático Armado (GTA), chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho, popularizado pelo apelido de Marquito. Um homem acima dos trinta anos, mais experiente do que os jovens mal saídos da adolescência que o seguem e aos quais se impõe pela capacidade de comando e perícia no manejo de armas e explosivos.

Ainda em 1968, uma equipe da ALN percorre regiões do interior e procede ao levantamento de locais adequados para áreas estratégicas e pontos de apoio das projetadas colunas guerrilheiras. Elementos da primeira turma treinada em Cuba regressam ao Brasil e difundem o que aprenderam sobre o emprego de armas e explosivos e técnicas de combate. Aparentemente, há expansão e fortalecimento.

O mistério sobre os assaltos de novo estilo se acaba a 13 de novembro de 1968. Na manhã deste dia, num subúrbio carioca, o carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) foi interceptado por três homens armados, que se apoderaram de 120 mil cruzeiros novos. À tarde, um sargento reformado da Polícia Militar reconheceu o carro receptor do dinheiro expropriado num posto de gasolina. Avisados pelo sargento, policiais prenderam o motorista. Submetido à tortura, o jovem abriu informações, inclusive a de que pouco antes havia se separado de Marighella, comandante da ação contra o carro do IPEG. Em face da ausência do motorista no ponto combinado, Marighella correu para o aparelho na Pedra de Guaritiba e ainda teve tempo de levar o dinheiro confiscado. Mas o segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as

bancas, a capa da revista Veja exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um.

Os incidentes azarados do assalto ao carro pagador do IPEG se concluíram com um episódio trágico. De retorno a São Paulo, dois participantes da ação — o casal de estudantes João Antônio.

Abi-Eçab e Catarina Helena Xavier Ferreira — morreram à noite, na colisão de seu carro com um caminhão, próximo a Vassouras. Na bagagem do Fusca do casal, a Polícia encontrou uma metralhadora e pentes de balas.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas

- Documentos mimeografados da ALN e de Carlos Marighella — *A ação revolucionária e a frente unificada; A ação faz a vanguarda; Quem samba fica, quem não samba vai embora; Sobre problemas e princípios estratégicos; O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária; Mini-manual do guerrilheiro urbano.*
- Documentos impressos da ALN e de Carlos Marighella — *Por que resisti à prisão. Edições Contemporâneas, 1965; Escritos de Carlos Marighella, op. cit. (além de outros trabalhos, inclui: "A crise brasileira", "Críticas às Teses do Comitê Central", "Ecletismo e marxismo", "Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil", "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo", "Chamamento ao povo brasileiro"); "La lutte armée au Brésil". Coletânea de documentos. Les Temps Modernes, n. 280. Paris, nov. 1969; Marighella, Carlos. For the liberation of*

Brazil. Middlesex (Inglaterra), Penguin Books, 1971; "O papel da ação revolucionária na organização". In: Imagens da revolução, op. cit.; "La lucha sera larga y llegara el día en que gente más joven que yo tomara el relevo". Entrevista de Carlos Marighella a Conrad Detrez, concedida no final de setembro de 1969 e publicada na revista francesa Front, em novembro. Tradução espanhola em Pensamiento Crítico, n. 37. Havana, fev. 1970.

- Entrevistas sobre o Agrupamento Comunista de São Paulo e a ALN — Takao Amano e Guiomar Silva Lopes Callejas. São Paulo, 4 out. 1986; Manoel Cyrillo de Oliveira. São Paulo, 10 out. 1986; Raphael Martinelli. São Paulo, 24 nov. 1986; Paulo de Tarso Venceslau. São Paulo, 3 dez. 1986; Ottoni Guimarães Fernandes Jr. São Paulo, 27 jan. 1987.
- Outras fontes — *Processo judicial da ALN. Denúncia do Promotor Durval Ayrton Moura de Araújo. Diário Popular. São Paulo, edições de 1º a 29 de julho de 1970 (BNM-100); O Estado de S. Paulo. 29 jun. 1968, 15 out. 1968, 15 nov. 1968, 19 nov. 1968, 20 nov. 1968, 15 maio 1969; Jornal da Tarde. 20 ago. 1968, 27 out. 1968, 19 nov. 1968, 20 nov. 1968; Veja. 20 nov. 1968, 13 ago. 1969; Relato do assalto ao trem pagador da Santos—Jundiaí por João Leonardo da Silva Rocha. In: A esquerda armada no Brasil. 1967-1971. Lisboa, Moraes, 1976. p. 143-51.*

Nota: a sigla BNM seguida de um número indica o fichamento dos processos judiciais no Arquivo do Projeto Brasil: Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo.



Marilene Villas-Boas Pinto, guerrilheira ALN.



Maria Augusta Tomaz, guerrilheira ALN.



Jana Moroni Barroso, guerrilheira PCdoB.

A generosa luta da guerrilha do Araguaia

Clóvis Moura. Maio de 2001. Primeira Edição: *Jornal dos Sem Terra*, Número 210 - Maio 2001

Já houve quem dissesse que a justeza de um fato político não se mede pelo seu êxito ou seu fracasso ocasionais, mas pela sua necessidade histórica. Este elemento de reflexão me vem ao pensamento ao escrever sobre a guerrilha do Araguaia, movimento político e militar.

Para configurarmos o significado global da guerrilha do Araguaia, temos de considerar vários aspectos para não nos limitarmos a uma visão parcial, setORIZADA ou distorcida dos fatos. Não quero comentar aqui as diversas opiniões que acharam a guerrilha precipitada, inoportuna, e, em consequência, antecipadamente derrotada.

O conceito de oportunidade, parece-me, é, indubitavelmente, um conceito político. Não podemos, por isto, julgar a oportunidade ou não da guerrilha por alguns aspectos conjunturais da época em que ela eclodiu (como o do "milagre brasileiro") ou a falta de um apoio mais significativo da massa urbana em seu favor. Temos de ver a essência do momento político e as suas contradições fundamentais e, a partir daí, analisar não apenas a sua oportunidade, mas a sua inevitabilidade.

A guerrilha do Araguaia teve início num momento em que todos os canais de respiração política da sociedade brasileira estavam trancados. A classe operária impedida de reivindicar os seus mínimos direitos, imprensa censurada, livros apreendidos, um aparelho repressor transformara a tortura em hábito cotidiano, os estudantes impedidos de reivindicar, protestar ou mesmo estudar, prepostos do governo norte-americano assessorando os torturadores brasileiros e a intelectualidade aderindo ou pelo menos silenciando ante o massacre quase que diário de patriotas que morriam, ou nas câmaras de tortura do sistema, ou em lutas desiguais com os órgãos de repressão.

É por volta de dezembro de 1967 que ela começa a se organi/ar. Surge em decorrência da necessidade de se enfrentar a ditadura terrorista pela luta armada. Solução extrema, quando as contradições chegam a um grau tão agudo que não há outra possibilidade, a luta armada se apresentava para todos aqueles que desejavam o fim da ditadura como o único caminho viável. A partir desta data o grupo guerrilheiro começa a se aglutinar, liga-se às massas camponesas da região

do Araguaia, palco de sangrentas lutas entre camponeses e donos de terra, grileiros e representantes do fisco. Os guerrilheiros, vindos de várias partes do país procuram tomar contato com os camponeses, vivem com eles, partilham de sua situação de oprimidos.

Durante esse tempo, tendo iniciado com 69 membros, chegam a organizar 86. No entanto, com a ligação que tinham com os habitantes, realizam ações armadas nas quais participam camponeses que não faziam parte da guerrilha. Esta força, indubitavelmente pequena, deixa o sistema militar em pânico. O problema não era apenas a existência desses poucos guerrilheiros na região, mas a sua importância política. Sabedores das propostas concretas que os guerrilheiros apresentavam à discussão e reflexão daquelas populações oprimidas, os órgãos de segurança da ditadura se estruturam numa verdadeira operação de guerra. Daí ter sido mobilizado um conjunto de forças que demonstra, por si só, a importância que a ditadura dava à existência dos guerrilheiros do Araguaia.

A este pequeno contingente militar guerrilheiro opõe-se todo o poderio da ditadura que se mobiliza numa operação equiparada por eles mesmos ao corpo expedicionário que combateu na II Guerra Mundial.

Em setembro de 1972, na segunda campanha contra a guerrilha, são empregados cerca de 10 mil homens sob o comando dos generais Vianna Moog e Antonio Bandeira. Segundo notícia veiculada por um jornal paulista, as unidades que acompanharam a operação contra os guerrilheiros do Araguaia eram: Batalhão de Guarda Presidencial; 8º Grupo de Artilharia Antiaérea; Regimento de Cavalaria de Guarda; Polícia do Exército Brasileiro; 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia; 6º Batalhão de Caçadores de Ipameri; e 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia. Além destas, havia, também, forças do comando Militar da Amazônia e da 12ª Região Militar.

Afirma a notícia que, da Aeronáutica, havia unidades da 1ª Zona Aérea do Rio de Janeiro. Da Marinha participou um grupo de fuzileiros navais de Brasília.

A violência, o terrorismo e a rapina se abatem contra as populações do Araguaia. Prisões, torturas, espancamentos, humilhações de camponeses pobres, destruição

das suas lavouras são praticados, tudo isto para intimidar politicamente os habitantes daquela área. Das duas primeiras operações os guerrilheiros conseguem se esquivar, na velha tática de fugir e atacar, mas somente atacar para ganhar.

Do outro lado, a repressão também procura se adaptar à situação: contrata “bate-paus”, recruta informantes, procura isolar os guerrilheiros da população local. Além disto, prepara-se para uma nova campanha. Decide construir mais cinco quartéis, sendo quatro na Transamazônica: Marabá, Altamira, Itaituba, Humaitá. Outro em Imperatriz, no Maranhão. Todo este aparato bélico, evidentemente, não foi mobilizado apenas para exterminar fisicamente menos de cem guerrilheiros, mas para exterminar o que eles simbolizavam politicamente para aquelas populações oprimidas do Araguaia.

Não podemos, nem é nossa intenção aqui, fazer um levantamento sistemático das razões militares que obrigaram os guerrilheiros a se dispersarem, dois anos

depois de terem iniciado o movimento. Segundo o Relatório Ângelo Arroio, chacinado na Lapa, em São Paulo, morreram em combate quinze membros da guerrilha; desapareceram sem outras referências cinquenta e um; e feridos e presos em combate, quatro. Um total de setenta entre mortos e desaparecidos.

O saldo de mortos da parte do inimigo não foi computado. Mas, o que precisa ser registrado aqui, é a importância que o movimento guerrilheiro do Araguaia teve como detonador político da elevação do nível de consciência dos seus habitantes. Depois da dispersão da guerrilha, os camponeses do Araguaia compreenderam que não eram mais simples joguetes em um sistema de exploração iníquo e desumano. Continuam lutando organizados, tendo na consciência o exemplo daqueles heróicos precursores que plantaram as raízes de uma consciência crítica e revolucionária entre os explorados do Araguaia.



Ilustração do livro “Diário da guerrilha do Araguaia,” com apresentação de Clóvis Moura

A experiência guerrilheira no Brasil

Abraham Guillen, trechos do livro *"Teoria anarquista da guerra"*
(Editora Grito do Povo) das páginas 169 à 192.

Marighella, em seus escritos sobre princípios estratégicos, colocou problemas de grande significado revolucionário: alguns justos, outros insuficientes; mas ele mesmo percebeu esta insuficiência quando declarou com grande sinceridade:

"O problema mais importante da revolução brasileira é o de sua estratégia, e sobre isso, ou seja, sobre a direção em que ela deve ser conduzida, não há um acordo completo entre os revolucionários".

Marx em 1853, dirigindo-se à Liga dos Comunistas Alemães após a fracassada revolução de 1848 (em Dresden e outras cidades, onde Bakunin, segundo Marx, era a alma da revolução), disse:

"Para a concepção crítica, a minoria substitui uma concepção dogmática, para a concepção materialista, uma concepção idealista. Em vez da situação real, é a vontade simples que se torna a força motriz da revolução. Enquanto nós dizemos aos trabalhadores: vocês têm que passar por quinze, vinte, cinquenta anos de guerras civis e lutas internacionais, não apenas para mudar a situação existente, mas para mudar a vocês mesmos e se tornarem aptos a tomar o poder político, mas vocês fazem o contrário: temos que chegar ao poder político imediatamente, ou então teremos que ir dormir."

Isto é o que Marx, em sua nota intitulada Processo (1853), descreve como "impaciência histórica", "voluntarismo revolucionário", o que é demonstrado por muitos latino-americanos, para quem a ação, como tal, tem o mérito quase milagroso de desencadear um grande processo revolucionário, em qualquer país, isto porque a exercem cegamente, militarmente, ignorando o fato de que a guerra revolucionária é a continuação da política por métodos violentos e que, portanto, a estratégia deve ser subordinada à política, ou melhor, que política e estratégia andam de mãos dadas em revoluções e guerras de guerrilha.

Marighella, com as dúvidas estratégicas que ele indica e que nós sublinhamos, as expressa nestes parágrafos:

a) *"A cidade é a área de luta complementar e, portanto, toda luta urbana, seja ela proveniente da frente guerrilheira ou da frente de massa, com o respectivo apoio da rede de apoio, assume sempre o caráter de luta tática."*

b) *"A luta decisiva é aquela que é travada na área estratégica, ou seja, na área rural, e não aquela que é travada na área tática, ou seja, na cidade".*

Indicamos que se a civilização é urbana, que se a acumulação e centralização do capital ocorre nas grandes cidades, a principal manobra estratégica não é no campo, mas nas cidades, assim como o início de uma guerra revolucionária terá que ser nas cidades e não no campo ou nas montanhas.

Ao atribuir um caráter tático à guerrilha urbana e um significado estratégico à guerrilha rural, Marighella infelizmente confundiu tática com estratégia, subordinando o principal ao particular. É óbvio que uma guerra camponesa, na melhor das hipóteses, com uma revolta coletiva da população rural, pode ser perdida pelos camponeses por causa de seu localismo, por causa dos pequenos vilarejos, porque eles estão separados uns dos outros e podem, portanto, ser combatidos separadamente, um por um, vila por vila, região por região, uma tropa após a outra, enquanto os milhões de habitantes de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Bahia, etc., podem operar ao mesmo tempo, concentrados no mesmo lugar, pode operar ao mesmo tempo, concentrado ou não, de acordo com a fase de uma guerra revolucionária.

Uma fábrica como a General Motors Company, com 750.000 trabalhadores e empregados, tem vários corpos militares dentro de si; seria, portanto, absurdo iniciar a guerra de guerrilha no campo americano, onde 5% da força de trabalho permaneceu. Estatisticamente, a classe camponesa foi reduzida ao mínimo, o que não era o caso na China ou na Rússia na época da Revolução. Mas em todo caso, só o terreno, e até mesmo o espaço que é uma categoria mais estratégica, não determinam onde uma guerra revolucionária deve começar, já que a topografia é um elemento passivo, enquanto o homem, a população, é um mundo ativo. Consequentemente, em qualquer circunstância de guerra revolucionária, quando é preciso fazer uma escolha entre terreno e população para iniciar uma revolução, é sempre, sem dúvida, a população favorável que terá que ser escolhida. Tudo o mais, na guerra

revolucionária, é confundir estratégia com tática, e só este erro pode levar à derrota do melhor da guerrilha, com mais sucessos táticos, com mais moral, com melhor disciplina. Pois se a população não participar da ação desencadeada, cada vitória tática leva a uma derrota estratégica final, como no caso de “Che” Guevara na Bolívia. Logisticamente, se suas tropas e equipamentos militares não fossem reabastecidos, no melhor dos casos táticos, esta grande guerrilha estava destinada a ser derrotada, por ter confundido o aspecto tático com o estratégico. Se ele tivesse operado nas “florestas de concreto” das cidades argentinas, em uma época de ditadura militar, com sua grande personalidade teria movido as massas argentinas, hoje movidas por um punhado de guerrilheiros urbanos, que colocaram em dificuldades o poderoso exército argentino, usufrutuário permanente do poder político, como o exército do Brasil, onde os pretorianos têm seus melhores representantes na América Latina.

Lamarca, com sua rica experiência na guerrilha rural e urbana, disse pouco antes de sua morte em agosto de 1971, entre outras coisas, o seguinte:

“Da concepção de Marighella, surgiu o conceito da coluna, combinado com outras formas de guerrilha na área estratégica, na sua periferia e nas estradas. Admitimos também outras áreas de guerrilha regular e irregular e comandos de sabotagem (periferia das cidades, subordinados a eles). Pelas razões acima expostas, consideramos esta visão baseada na concepção do caráter nacional da guerrilha como insuficiente.”

“Colocamos a divergência com a coluna como a única força móvel estratégica errante (mesmo que tenha todas as condições militares), por exemplo, a Bolívia, e com a concepção da coluna móvel estratégica, com o objetivo de criar uma área libertada isoladamente (embora tenha todas as condições políticas locais: por exemplo, Venezuela e Peru). Consideramos que tais concepções caracterizam a luta localizada (concentrada), o que torna possível que a classe dominante tome medidas políticas para esvaziá-la, bem como uma concentração militar que, ao longo do tempo, será favorável ao inimigo”.

Precisamente por se deixar seduzir pela “luta localizada”, Carlos Lamarca foi morto e sua coluna exterminada no povoado de Pintada, município de Ipupiara, denunciada por uma população desfavorável, algo que não lhe teria acontecido em São Paulo, entre 9 milhões de habitantes que, se todos não são favoráveis, pode-se estar entre eles como um peixe na água.

À luz dos fatos, da ciência econômica, sociológica e histórica, da teoria de Marx, é evidente que onde o capital se concentra, a população está centralizada, porque estamos no capitalismo e não no feudalismo. Se as guerras camponesas contra os feudelistas não

tiveram sucesso, com 80 a 90 por cento da população no campo, muito menos terão sucesso na época do capitalismo e da burguesia como classe dominante, cujo epicentro do poder está nas cidades e não no campo. Na melhor das hipóteses, a área rural não é mais que um complemento da guerra revolucionária (o espaço geral, que, estrategicamente combinado com o tempo geral, pode derrotar um grande exército nas cidades e no campo); mas a área rural é tática e não estratégica na época do capitalismo, de acordo com o marxismo, com as leis da história e a lógica dos fatos. Na Idade Média, porém, a área rural era estratégica e não tática, e ainda é assim no Vietnã, onde 70% da população é rural e onde as forças aéreas dos EUA impedem a libertação das cidades, sob pena de expô-las à destruição total; mas tanto Saigon quanto a última aldeia estão combinadas no Vietnã, sob a forma de guerra rural e urbana. Em resumo, digamos que os guerrilheiros devem começar a operar onde têm a maior massa populacional para cobrir-los, escondê-los e supri-los, e não onde há muitas árvores e poucas pessoas, pois ali eles estão perdidos, mesmo que sejam o comandante “Che” Guevara.

À luz dos fatos, a luta revolucionária no Brasil deve ser esclarecida nos seguintes pontos:

- 1) Crítica e autocrítica: não ter medo de aplicar a dialética a tudo, mesmo aos nossos próprios erros; pois na dialética não se acredita em uma verdade eterna, mas tudo está no devir dialético; se não sabemos por que perdemos uma batalha, não poderemos vencer nenhuma no futuro.
- 2) Existe um impasse político, ideológico e militar na revolução brasileira. Esses aspectos até o presente não foram harmoniosos; as leis políticas e estratégicas específicas da revolução brasileira não foram realmente descobertas: sem descobrir esse caminho claro e amplo, os pretorianos brasileiros poderão permanecer no poder por muito tempo; finalmente, quando estiverem politicamente enfraquecidos, como os militares argentinos, poderão ir às eleições, para evitar uma ou várias revoluções.
- 3) O único meio de destruir as forças da burguesia e do imperialismo no Brasil, como em toda a América Latina, é o caminho revolucionário; mas a revolução, para ser um grande movimento de massas, não deve se subordinar às velhas ideologias, mas criar sua própria ideologia, seu próprio programa de libertação, que fala mais do que une, que do que separa as forças da oposição brasileira.
- 4) Não existe uma verdadeira vanguarda operária no Brasil que, dentro da dialética, política, análise sociológica e econômica marxista, seja capaz de liderar a revolução popular contra a burguesia e o imperialismo. Na fase atual, a vanguarda revolucionária deve ser composta por

revolucionários profissionais, provenientes de qualquer classe. Marx disse que quando uma classe é chamada ao poder e os membros da classe dominante ou dominada são transferidos para ela, então a revolução está madura. Lenin, Marx, Bakunin, Fidel, El "Che", não eram trabalhadores, mas revolucionários, ou seja, a "faísca" destinada a incendiar a pradaria. E é isso que deve ser a vanguarda revolucionária na América Latina: uma minoria ativa que faz propaganda pelos fatos, pela ação, uma minoria capaz de levantar uma maioria passiva em armas e na luta política; todo o resto é aventureirismo revolucionário e subjetivismo político.

- 5)** As organizações revolucionárias brasileiras estão competindo entre si pela vanguarda dos grupos armados existentes no Brasil, mas nenhuma delas tem a política, estratégia e táticas corretas para desencadear o processo revolucionário.

Portanto, uma destas organizações deve tentar uma síntese do processo revolucionário, unificando o pensamento e a ação, o objetivo e o subjetivo, a prática e a teoria, a vanguarda armada e o povo oprimido, com referência aos aspectos nacionais da luta de libertação brasileira ao invés de ideologias e políticas estrangeiras, que podem ter sido muito úteis em outros países, mas que não funcionam no Brasil com uma situação diferente objetiva e subjetivamente.

- 6)** O único caminho justo para a revolução brasileira é o socialismo, onde não se impõe uma vanguarda; mas se ela é formada dentro da classe trabalhadora, o verdadeiro líder do processo, ela é a única capaz de conduzir a revolução até suas últimas consequências. Isto é politicamente correto, mas somente dentro dos quadros revolucionários; nada deve ser dito sobre o socialismo ou coisas similares fora dele. A luta assume um nível quando não está sujeita a uma ideologia anterior: quando é enquadrada nos aspectos nacionais concretos. Se Fidel tivesse dito em Sierra Maestra que iria para o socialismo, ele teria perdido a guerra. O socialismo será a consequência da vitória do povo; não pode ser de outra forma; mas não deve ser usado como bandeira na luta contra o imperialismo e as burguesias nacionais. É necessário falar de coisas concretas: mover a população através das ações da vanguarda revolucionária - trabalhadores ou estudantes, não importa quem seja, mas sem encher a boca com socialismo, mas sim com nacionalismo.
- 7)** É necessário buscar uma nova orientação estratégica, após uma verdadeira autocrítica, encontrando formas e métodos mais adequados para seu enquadramento prático, adquirindo novos dados teóricos que enriqueçam a teoria revolucionária operacional, nem sempre no limbo da improvisação, confundindo táticas com

estratégia.

- 8)** Durante três anos de tentativas revolucionárias, de guerrilhas rurais e urbanas, não foi possível tirar o povo brasileiro de uma expectativa simpática, quando foi, a fim de ganhar mais apoio popular em massa para a causa da revolução brasileira. De fato, aqui a política e a estratégia dos grupos revolucionários falharam, pois a burguesia armada continuou a oprimir e explorar o povo com mais rigor. Nas ações revolucionárias não se deve separar-se das massas: deve-se segui-las em seu interesse para despertar nelas o entusiasmo revolucionário. Portanto, as ações devem agir contra a burguesia (chefes), o exército (burguesia armada) e o imperialismo, a fim de fazer com que os trabalhadores sejam respeitados pelos seus exploradores de dentro e de fora. Toda a estratégia deve ser concretizada nisto: dar cobertura a todos os movimentos de massa: estudantes, trabalhadores grevistas, camponeses famintos e transumantes que ocupam terras, e o clero inferior que se opõe à ditadura e se coloca ao lado do povo. Neste caso, para expulsar a igreja de seus tímidos bispos, é necessário raptar pessoas de grande valor e significado no regime pretoriano, trocando-as por padres do Terceiro Mundo presos. Isto dá à luta um caráter amplo, sem a necessidade de encher a boca com socialismo ou marxismoleninismo; isto deve ser aplicado como uma doutrina e não ser falado permanentemente.
- 9)** A principal e mais revolucionária contradição é entre capital e trabalho; mas no momento a contradição mais importante é entre a ditadura pretoriana e o imperialismo, por um lado, e o povo brasileiro, por outro. Este ponto constitui a chave para toda a política e estratégia de vitória em uma guerra de libertação nacional.
- 10)** Há uma necessidade de formar, dentro da nova esquerda revolucionária, a consciência de que somente por meio de quadros com capacidade ideológica, política e militar, é possível mudar o nível da luta no Brasil a nosso favor. Uma vez resolvido este ponto, todos os outros são fáceis de resolver.
- 11)** A prioridade do nosso trabalho político, inclusive através da ação armada, no que diz respeito à divulgação dos nossos ideais, deve ser a principal preocupação. No meio dos trabalhadores, as ideias socialistas devem ser difundidas; mas no aspecto nacional, a luta deve ser nacionalizada. Marx disse que numa revolução os revolucionários mais capazes de levantar a questão nacional triunfam sempre.
- 12)** Todas as formas de luta, armadas ou não, são válidas desde que no espaço, tempo e oportunidade tenham uma "oportunidade histórica", ou a criem pouco a pouco, de modo que a ação do particular (a guerrilha) crie a rebelião geral (o povo em armas).

Se os amigos brasileiros aplicarem corretamente estas conclusões, Marighella, Lamarca e outros grandes revolucionários não terão morrido em vão. Para fazer nascer a revolução, é necessário ter uma “práxis” coerente: unidade de pensamento e ação, no sentido da dialética marxista. Pois o próprio Marx disse: minha teoria é apenas para ser aplicada a uma situação concreta, não para ser repetida.

A escassa participação da classe operária e camponesa no movimento guerrilheiro brasileiro, como em outros países, mostra que os revolucionários estão tentando “acelerar o momento histórico” para fazer a revolução latino-americana; mas com um programa político e social muito difuso, sectário e dogmático, que não une várias colunas guerrilheiras atuando no mesmo país.

A ação não deve ir diretamente (sem ter impressionado e mobilizado a população, especialmente os trabalhadores e camponeses) a um encontro militar com tropas repressivas muito superiores em número e poder de fogo.

Ao desencadear ações de guerrilha, sem ter uma grande cobertura política da população mobilizada por eventos políticos e sociais produzidos pela guerrilha, eles entram em combate em condições táticas desfavoráveis, perdendo assim uma boa parte ou a totalidade das forças insurgentes. Uma vez cheias as delegacias e quartéis, sob um regime de estado de guerra, sem respeito ao “habeas corpus” ou aos direitos humanos mais básicos, quando a tortura e as drogas são usadas para obter informações dos detentos, chega o ponto crítico, o fracasso de um movimento guerrilheiro que não foi implantado na população. A tortura e o pen-tal são responsáveis pela aniquilação de um movimento guerrilheiro que não tem uma grande massa da população por trás dela. No Brasil, a polícia política (DOPS) e o serviço de inteligência militar obtiveram, graças à tortura e às drogas, informações suficientes para destruir a guerrilha: 90% dos guerrilheiros presos foram presos por delação de seus próprios camaradas presos e torturados, 5% por acaso e 5% em armadilhas montadas pela polícia ou pelos serviços repressivos.

Com cerca de 12 mil presos políticos nas mãos do DOPS, sem o menor direito para a pessoa humana, nem mesmo para padres suspeitos de ajudar a guerrilha, uma revolução brasileira não pode triunfar contra a ditadura pretoriana se a guerrilha, como minoria armada, não conseguir levar a maioria da população ao movimento político, de modo que se uma centena de revolucionários for presa, mil virão para ocupar seus lugares, como aconteceu no Vietnã e aconteceu em todas as guerras revolucionárias bem sucedidas.

O povo é uma massa enorme e sem forma: é necessário entrar neles com a guerrilha para colocá-los em

movimento, para que deixem de ser passivos sob uma ditadura. O povo, sem líderes heróicos e inteligentes, não se defenderá se for reprimido, a menos que seja arrastado ou mobilizado por uma vanguarda revolucionária (guerrilheiros implantados na população, antes de ir em busca de combate com o exército e a polícia).

Para saber fazer a história, produzindo uma revolução, é preciso conhecer a lógica dos fatos, as leis históricas, sociológicas e econômicas, a estratégia, a dialética (para descobrir as contradições principais e subordinadas) e a técnica de mobilização das massas, aproveitando um momento histórico favorável: guerras, crises econômicas, greves generalizadas, ditaduras insuportáveis, corrupção e decomposição do antigo regime, etc.

Na América Latina, nenhuma guerrilha pode chegar ao poder, destruindo o antigo regime, a menos que forme e mobilize uma frente de classes oprimidas, dirigida contra as classes opressoras e o imperialismo, buscando uma solução coerente, sem ditaduras ou totalitarismo, para a crise estrutural que os países latino-americanos estão sofrendo. E dizemos uma frente de classe, porque nos países subdesenvolvidos a classe trabalhadora sozinha não pode fazer a revolução, nem isoladamente, a grande classe camponesa, mas os trabalhadores e camponeses unidos à classe média economicamente débil, os estudantes, os intelectuais revolucionários, o clero e os católicos que abandonaram a burguesia e todos aqueles que querem uma revolução social profunda, autenticamente democrática, na qual o povo seja o sujeito da história. As melhores condições para o triunfo de uma guerra revolucionária são aquelas que partem de um desafio a uma tirania imposta pelas baionetas; mas isso não é suficiente para merecer a vitória se a guerrilha (uma minoria armada) não souber como levar a maioria da população desarmada, reprimida e explorada ao movimento insurgente.

Estratégia específica para a guerra revolucionária no Brasil (trechos)

(...) Apesar desta presença total do imperialismo econômico no Brasil, um país neocolonial, apesar do fato de que as massas populares do Nordeste estão sofrendo o flagelo da fome, apesar de que existem muitos milhões de desempregados no campo e na cidade, apesar de que as “mini-desvalorizações” do cruzeiro são feitas para dar mais cruzeiros pela mesma quantidade ou menos dólares exportados à oligarquia do café e à plutocracia industrial, que o nível de vida do povo está caindo, que os direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana são abolidos, que os partidos políticos democráticos foram abolidos, que os estudantes estão em revolta, que a Igreja não apoia o Estado pretoriano,

apesar de tudo isso, a guerrilha não tem sido capaz de mobilizar a população brasileira para a revolução libertadora contra o imperialismo.

Por que a guerrilha falhou? Porque não soube tomar a crise como seu melhor aliado e nacionalizar a revolução.

A fraqueza da ditadura brasileira é o custo de seu crescimento econômico. Seu nível de 11% em 1971 não é determinado por fontes de acumulação de capital doméstico, já que a taxa de investimento e poupança, respectivamente, foi de 16,8% e 15,5% durante o período 1967-70, com a poupança externa contribuindo com 8% e os salários caindo mais de 20% para a atual expansão de 11%. Consequentemente, uma política revolucionária que lança os trabalhadores para recuperarem o seu nível de vida perdido, apoiada por um movimento de guerrilha, constituiria um objetivo estratégico básico. Se os comandantes da guerrilha não compreendem que a crise econômica é sua melhor aliada, se não sabem como aprofundá-la até que se torne uma crise social e política, estão confundindo táticas com estratégia.

Consequentemente, eles estarão isolados, como têm acontecido com os guerrilheiros guatemaltecos, venezuelanos, colombianos, bolivianos, peruanos, argentinos e outros, porque são exclusivamente militaristas, acreditando que através da ação a revolução é produzida pela geração espontânea. É verdade que, sem ação, não há revolução. Mas nenhuma delas é bem sucedida onde a ação é mal aplicada estrategicamente e taticamente, onde não há condições políticas e sociais favoráveis: crises econômicas profundas sem saída; longas guerras sem perspectiva de vitória; ditaduras pessoais odiadas por todo um povo, sem distinção de classe; invasão de um território nacional por forças reacionárias; greves generalizadas ou revolucionárias; regimes políticos corruptos, satélites do imperialismo, usando a economia de uma nação em benefício exclusivo da oligarquia; golpes de Estado reacionários contra o livre jogo da democracia representativa e triunfante em eleições livres e justas; governos pretorianos isolados do povo trabalhador e uma boa parte da burguesia democrática; greves conjuntas de trabalhadores e estudantes contra ditaduras pessoais, que podem evoluir para uma guerra revolucionária generalizada, se os trabalhadores e estudantes puderem contar com um exército guerrilheiro para levar a luta de classes e a luta pela democracia até suas últimas consequências; revoltas camponesas "alimentadas" pela fome, como no noroeste do Brasil, onde uma profunda crise regional pode criar uma revolução nacional, combinando a guerrilha rural e urbana; greves no transporte ferroviário, no subsolo e na rede de transporte de uma gigantesca área urbana, que em condições políticas favoráveis a uma revolução

pode transformar uma greve em uma guerra civil ou revolução nacional. Finalmente, para não cair no subjetivismo insurrecionalista, no guerrilheiro voluntarista que leva à guatemalizaç o e não à revolução social, é necessário saber aplicar a ação de acordo com os desejos, interesses, aspirações e movimentos das massas populares, em condições históricas apropriadas.

O Brasil apresenta condições objetivas revolucionárias como quase todos os países da América Latina, mas as condições subjetivas são limitadas, desde que a guerrilha insista em adaptar as revoluções nacionais aos rígidos dogmas das ideologias importadas. Para fazer uma revolução bem-sucedida, não basta ter armas e guerrilhas, mas sim um claro entendimento do programa de libertação nacional, baseado em uma frente de classe (pelo menos 80% da população) contra uma minoria opressiva e exploradora, que está entregando o país ao imperialismo. Além de tudo isso, antes de desencadear uma ação insurrecional, é necessário descobrir as leis nacionais específicas da estratégia de guerra revolucionária e não ignorar as leis gerais da estratégia, válidas no tempo e no espaço; as leis específicas e gerais da estratégia devem ser combinadas a fim de vencer uma revolução.

Enquanto os pretorianos brasileiros mantiverem, ao apertar o parafuso da repressão contra os trabalhadores e camponeses, um crescimento econômico de 11% em 1971, as forças produtivas se desenvolveram duas ou três vezes mais rápido do que durante o regime derrubado em 1964, o que justificaria, histórica e economicamente, o "Estado novo", por mais totalitário ou fascista que foi ou seja. Consequentemente, uma guerrilha revolucionária brasileira deve energizar as lutas sindicais pela recuperação dos 20% de padrões de vida perdidos pelos trabalhadores sob o governo pretoriano; deve mobilizar a classe trabalhadora, para que ela não pague os custos do crescimento econômico de 11%, para que surja uma crise econômica e sejam criadas condições revolucionárias objetivas e subjetivas.

As ações de guerrilha no Brasil, a fim de isolar politicamente a ditadura pretoriana, deveriam ter alcançado o objetivo da libertação dos prisioneiros, mas ao mesmo tempo não deveriam ter esquecido de atingir um objetivo político geral: denunciar o fato de que mais de meio milhão de mulheres foram esterilizadas no Brasil pela Sociedade de Bem-Estar Familiar, que vinculada aos malthusianos imperialistas como McNamara privam os pobres da maternidade para que a população não cresça e os ricos continuem com suas grandes propriedades e seus monopólios industriais, oposta a uma economia de abundância, onde não há problemas de excesso de população.

(...) Uma guerrilha, que é uma minoria armada, deve conquistar a população por suas ações e propaganda bem direcionada. Não é suficiente trocar embaixadores ou cônsules estrangeiros contra guerrilheiros presos, mas aumentar toda a população contra um governo

odiado. Esta é a única maneira de conquistar a população através da ação: então a guerrilha se torna grande e o exército que a reprime se torna pequeno: pois se um cresce, o outro encolhe, como acontece com os dois pólos de uma contradição vital, dialética e concreta.



Passeata dos 100 mil, 26 de junho de 1968

Greve combativa dos garis do Rio de Janeiro, 2014.

[ANEXO] OUTRAS REVOLTAS POPULARES VIRÃO

Insurreição popular de junho de 2013



Lições de Realismo

Esperançoso ariano suassuna

Todas tiradas do livro SUASSUNA, Ariano. Lições de Realismo Esperançoso: a sabedoria e o riso de Ariano Suassuna. Organização: Carlos Newton Júnior. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2025.

“O sonho socialista continua. Se a humanidade não caminhar para isto, eu não digo nem que voltaremos ao tempo da caverna, porque acho que o homem das cavernas era mais humano do que este das cidades atuais” Entrevista a Wedja Gouveia e Clóvis Campelo. Sindpress, informativo do Sindsprev-PE, Recife, nº 7, dezembro de 1994.

“Só existem, no Brasil, dois partidos políticos: o Partido Congonhês, cujos patronos são pessoas como Zumbi dos Palmares, o Aleijadinho, Villa-Lobos, Tiradentes, Antônio Conselheiro ou Euclides da Cunha e o Partido Disneyoso, o de Calabar, Joaquim Silvério dos Reis e outros traidores que, sob diversos pretextos, são favoráveis à entrega das nossas terras, das nossas riquezas, das nossas comunicações, dos nossos bancos, da nossa cultura, da nossa televisão e até da nossa comum e simples autoestima de povo escuro e mestiço, da nossa indispensável capacidade de altivez e dignidade” Mestre Barbosa Lima. Folha de São Paulo, 24 de julho de 2000.

“No povo eu levo fé. No povo e, sem demagogia, no sonho dos poetas. É a única coisa que alimenta minha esperança no Brasil. Eu não sou um otimista superficial, nem um pessimista amargo. Eu me considero um realista esperançoso. Essa esperança que tenho vem daí: do povo, dos escritores e dos artistas” Entrevista a André Carvalho e João Gabriel da Silva Pinto. Suplemento Literário de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 de novembro de 1987.

“O país seria outro se a sociedade brasileira fosse reformulada de acordo com o regime político e econômico do Arraial de Canudos e do Quilombo dos Palmares, únicos lugares onde o nosso povo se expressou politicamente” Entrevista a Gerson Camarotti. Jornal do Brasil, RJ, 10/07/93



INDICAÇÃO DE FILMES: A partir de agora - as jornadas de junho de 2013 (2014); A Revolta do Buzu (2003); Uma história de amor e fúria (2013); Não Tem Arrego (2018).

Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018)

Andrey Cordeiro Ferreira. *Le Monde Diplomatique*, 20 de junho de 2018

As Jornadas de Junho de 2013 (ora denominadas JJ13) podem ser consideradas como um marco da história política do Brasil contemporâneo. Acontecimento complexo, renegado em grande medida pelos partidos e organizações de esquerda hegemônicos, reprimida e depois pirateada pela direita conservadora e neoliberal, as JJ13 abriram o ciclo histórico de crise política da sociedade brasileira. Logo, a mesma não pode ser plenamente compreendida se não entendermos, sociologicamente, o que foram as JJ13 e, especialmente, as diferentes performances dos grupos de interesse, coalizões e classes sociais durante e depois das JJ13. Ainda mais porque, ante qualquer movimento de resistência mais generalizado, como ocorreu com a greve dos caminhoneiros de 2018, o fantasma das JJ13 ressurgiu nos corredores e bastidores do poder[1]. Desse modo, as JJ13 estão no centro da crise política brasileira. Certamente não devemos entender tal processo a partir de um modelo simplista de causa-efeito[2], mas sim de uma complexa dialética ação-reação: as JJ13 provocaram diversas reações, que tentam se apropriar ou neutralizar os efeitos provocados por elas. Desse modo, o núcleo dinamizador da presente crise pode ser considerado como um produto das Jornadas de Junho, mesmo que a crise política como um todo não o seja.

Nosso argumento é que as JJ13 foram uma insurgência/insurreição que, em termos históricos e sociológicos, consiste em um levante, mais ou menos simultâneo, de classes/grupos subalternos numa determinada sociedade, que usando de diferentes formas de ação e resistência coletiva, especialmente a ação direta e a violência civil não letal (que inclui a destruição de propriedade e a autodefesa de massas), exercem um contra-poder que neutraliza as funções governamentais temporariamente. Logo, a importância das JJ13 não está apenas no número de manifestações e de manifestantes, mas no tipo de relação de (contra) poder e nos efeitos (sobre o sistema político e socioculturais) que as ações coletivas desencadearam[3]. As insurgências e insurreições não são apenas conjuntos de manifestações como outras. Elas provocam mudanças redistributivas no poder e na renda, reformas e eventualmente, revoluções, e são

sempre fundados num contra-poder, que se opõe aos poderes hegemônicos[4]. As JJ13 tem um significado histórico único, diferente de grandes manifestações que a antecederam e que a sucederam.

No presente texto faremos um exame das teses equivocadas acerca das JJ13, analisando, na sequência, porque as JJ13, na sua dinâmica, ações e efeitos, podem ser consideradas como uma insurgência, e o significado histórico da mesma. Em seguida, examinamos as origens socioculturais das JJ13, ponderando como a crise política brasileira, marcada pela reação neoconservadora e revitalização do lulismo, pode ser entendida como uma tentativa de institucionalizar/negar as JJ13 e/ou regular/neutralizar seus efeitos. Por fim, discutiremos como as novas insurgências, com características similares às expressas nas JJ13, se apresentam como via histórica alternativa para a sociedade brasileira, apesar de seus paradoxos.

As teses equivocadas sobre as Jornadas de Junho: ovo da serpente, sociedade civil conservadora

As JJ13 foram desde o primeiro momento um acontecimento “maldito”. A primeira reação dos partidos políticos (PT, PSDB, PMDB) que controlavam os três principais estados onde se deram as Jornadas de Junho (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e o Governo Federal foi de criminalização. A grande imprensa (Rede Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo) lançou um movimento de criminalização e desqualificação das manifestações[5]. Posteriormente, alguns intelectuais do PSDB tentaram ressignificar as JJ13 como um movimento cívico contra a “corrupção”, sem nenhuma relação com os movimentos sociais anteriores (como grandes sindicatos e movimento estudantil), nem posteriores (como os Black Bloc e as greves de massa), tentando construir a imagem de que o movimento “Fora Dilma” teria suas raízes nas JJ13[6]. Durante junho de 2013, grande parte dos intelectuais marxistas considerou as manifestações (em razão do seu caráter horizontal, crítico da democracia representativa; da crítica da

burocratização de partidos e sindicatos; pela prática “ludita” de destruição da propriedade e autodefesa) como um movimento de desconstrução da consciência de classe e potencialmente de “direita”[7]. Essa narrativa seria depois consolidada na leitura de que as Jornadas de Junho foram o “Ovo da Serpente” do que denominaram de Golpe de 2016[8] (o impeachment que depôs Dilma Rousseff). Desse modo, o liberalismo e o lulismo-petismo convergem, por razões aparentemente antagônicas, na criação de um mito: de que as JJ13 foram o momento de “surgimento” de uma sociedade civil conservadora. Apesar da tentativa de apropriação de alguns símbolos e discursos, na realidade a tendência neoconservadora e lulista-petista trabalharam para enterrar, historicamente, cognitivamente e politicamente, as experiências e os significados das JJ13. Nessa tentativa, essas teses apagam acontecimentos, invisibilizam processos e manipulam informações e fatos históricos.

Por isso é preciso questionar essas teses, para alcançar uma compreensão mais fiel e adequada do que aconteceu em Junho de 2013. Para compreender as Jornadas de Junho, devemos compreender – como exige qualquer sociologia dos movimentos sociais e das revoluções – 1º suas ações e performances; 2º suas formas de organização-mobilização; 3º seus objetivos-efeitos sobre o conjunto da sociedade; e 4º as condições socioeconômica e culturais estruturais que contribuíram para sua ocorrência.

Do “Pare o Aumento!” ao “Não Vai Ter Copa!”: política autônoma, anti-capitalista e não-hierárquica

As Jornadas de Junho são um dos muitos termos que surgiram para designar um ciclo de manifestações iniciado no dia 06 de Junho de 2013. Essas manifestações (especialmente megapasseatas) se estenderam em três subciclos, o dos dias 06-13 de Junho, depois dos dias 13-20 de Junho e dos dias 21-30 de Junho. No primeiro ciclo, dominaram o tema da redução do preço das tarifas de transportes urbanos e as ações de resistência pacífica. Foram pequenas passeatas que cresceram conforme a repressão policial. No segundo ciclo, os protestos se combinam com vários temas, predominando a insatisfação contra os gastos públicos com os megaeventos (como a Copa do Mundo da Fifa) e contra a violência policial. No terceiro ciclo, já depois do anúncio da redução das tarifas, dominou definitivamente o tema da crítica dos megaeventos e a crítica da violência policial, que se generalizou sob a palavra de ordem “não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”, que seria acirrada pelo caso do Amarildo, no Rio de Janeiro[9].

As manifestações de Junho de 2013 começaram como um ato nacional, convocado para o dia 06 de Junho, especialmente por organizações estudantis de diferentes tipos. A princípio, quatro cidades participaram das manifestações: São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre. Enquanto em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) foi o organizador dos protestos, no Rio de Janeiro foi o Fórum de Luta contra o aumento das Passagens (conhecido como Fórum de Lutas do IFCS, por se reunir no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, em Porto Alegre, o Bloco de Lutas pelo Transporte. Ao longo das JJ13 grupos como Anonymous, Mídia Ninja, Coletivos de Mídia-ativistas e grupos anarquistas ganharam destaque e importância.

Desse modo, o primeiro e o segundo subciclos das manifestações integraram o que foi chamado nas redes sociais de operação “Pare o Aumento”. O principal protagonista iniciador foi o movimento estudantil; os espaços organizativos foram fóruns e assembleias semi-temporárias e abertas que possibilitaram uma rápida massificação. Entre o segundo e o terceiro subciclos das JJ13 consolidou-se e massificou-se a palavra de ordem “Não Vai Ter Copa”, que sintetizava várias reivindicações: revisão dos gastos públicos com megaeventos e a reivindicação de expansão dos gastos públicos com saúde, educação e necessidades básicas da população. Outra palavra de ordem, que perpassou toda as JJ13, e que sintetiza a crise da democracia representativa, foi a palavra de ordem “sem partido”.

Em resumo, podemos dizer que as principais ações realizadas durante as JJ13 foram as manifestações/passeatas como forma de desobediência civil (porque essas não seriam autorizadas pelo Estado durante os megaeventos, por isso a intensa repressão). No primeiro subciclo, tais manifestações assumiram um caráter de resistência pacífica. No segundo e terceiro subciclos, a resistência pacífica se transformou em resistência ativa e ofensiva, com a autodefesa de massas e o uso da contra-violência, da destruição de propriedade (bancária, pública e empresarial-automotiva), e as ocupações (ocupas) dos centros de poder. Todas essas ações alcançaram o ápice na semana insurgente, de 17 a 20 de junho, com a passagem dessa resistência defensiva a uma resistência ofensiva, com ações contra os centros de poder estatal e os principais símbolos e instituições capitalistas (com as Ocupações da Alerj, no Rio de Janeiro, e do Palácio do Planalto, no DF). Aqui, além da paralisação momentânea das funções gerais de governo, também caíram os mitos da passividade do brasileiro e vários “heróis e autoridades nacionais”, que até antes das JJ13 eram, foram transformados em nada[10].

Manifestações em Junho de 2013

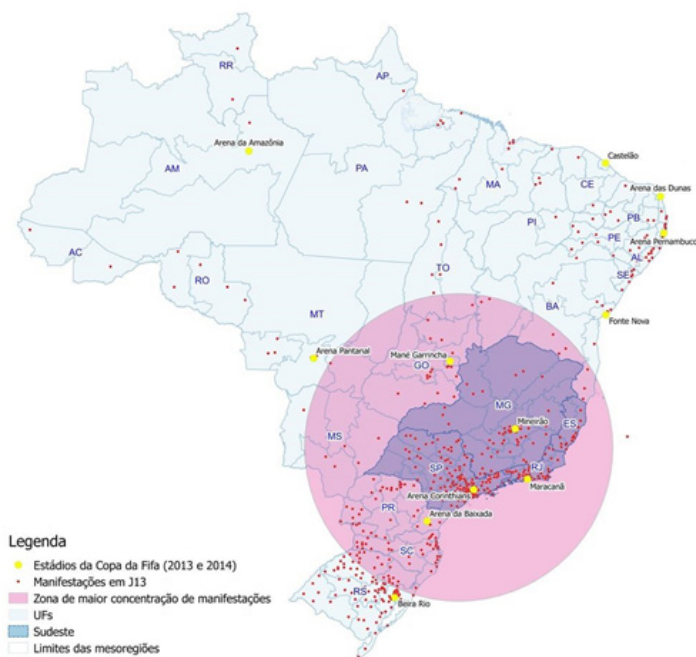


Figura 1 – Mapa das Manifestações JJ13. Autor: Andrey Cordeiro Ferreira

O que confere às JJ13 o caráter de uma insurgência/levante é a combinação de um conjunto de componentes. Como podemos ver pelo mapa, as manifestações se distribuíram por mais de 500 cidades do Brasil. Essas manifestações se articularam e sucederam numa rede mais ou menos contínua de ações, construindo uma temporalidade dinâmica, que impedia que o Estado fosse capaz de tomar decisões rápidas, de modo que sua intensidade foi um componente fundamental para a neutralização das funções governamentais. Por fim, essas ações criaram um contra-poder que coagiu o Estado a mudar decisões estratégicas e tomar decisões que não tomava. Nesse sentido, ela é completa e qualitativamente distinta das manifestações Anti-Dilma e Pró-Dilma que se sucederam, que pretendiam manter ou transformar o número nas ruas numa maioria eleitoral, mantendo-se o poder exercido pelo Estado através do sistema representativo tradicional.

As JJ13, em termos organizativos, não tiveram um centro dirigente ou homogêneo, mas os polos iniciadores foram organizações do movimento estudantil e os fóruns temporários indicados previamente. Nestas organizações, participavam partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSOL, PSTU, grupos anarquistas e marxistas menores), sendo

estas ampliadas pela adesão situacional de milhares de participantes com diferentes perfis. E aqui surge outro aspecto da crise da democracia representativa: as massas que adeririam a estes fóruns questionavam a forma centralizada de liderança dos sindicatos/movimentos sociais e sua política interna. Logo, a principal característica das JJ13, do ponto de vista dos movimentos sociais, foi uma crise direção/base, sendo que as bases questionaram o monopólio da representação e o poder decisório das organizações existentes e sua relação com o Estado. Assim, as JJ13 não foram um movimento puro, isento da presença da esquerda. Ao contrário, a esquerda estava presente, assim como quase todas as expressões partidárias e ideológicas.

Logo, os partidos, sindicatos e movimentos sociais tentaram a desmobilização e retomada do monopólio da representação da classe trabalhadora. Isso aconteceu a partir do próprio MPL, que vendo uma onda conservadora, convocou a suspensão das mobilizações[11]. Esse movimento ficou explícito na desqualificação da proposta de greve geral, que surgiu durante as JJ13, e na convocação da Manifestação do Dia 11 de Julho[12]. Essas organizações também passaram a dividir as grandes manifestações, convocando atos paralelos aos convocados pelos organismos temporários.

Assim, durante a JJ13 consolidou-se um dualismo organizacional, entre os partidos, sindicatos e movimentos hegemônicos, e formas de contra-organização, ou seja, organizações fluidas que tinham por função negar o monopólio da representação ou dar respostas práticas ao conflito nas ruas (grupos de advogados, médicos, grupos de autodefesa que depois se tornariam os Black Bloc, blocos de oposição dentro de assembleias e plenárias). Essa contra-organização, por enfatizar a negação das organizações existentes, teve sempre uma grande fluidez organizacional que foi sua força.

Os principais efeitos das JJ13 foram a produção de um contra-poder, que modificou componentes estratégicos do modelo de desenvolvimento dependente e aspectos centrais da política econômica, bem como incidiu sobre temas sensíveis do sistema político (para além da crise do poder de polícia-repressão e de representação). Do ponto de vista da política econômica, a primeira mudança foi uma redução coordenada do preço da tarifa dos transportes coletivos. Além disso, as JJ13 incidiram sobre uma questão estratégica, que ainda não foi devidamente considerada: o projeto de lei que garantia o uso dos royalties do petróleo para o financiamento público da educação e saúde. Essa medida atingiria diretamente a renda extrativista, produzindo um efeito redistributivo dos recursos públicos. Essa regulação da renda extrativista tocou diretamente nos interesses centrais da economia, ou seja, sobre o controle da renda oriunda da exploração

das novas reservas de petróleo. Outros projetos de Lei, como o da Cura Gay, foram arquivados[13].

Desse modo, podemos dizer que com a paralisação das funções gerais de governo (crise de representação e crise de poder polícia-repressão) a Presidência e o Congresso Nacional mudaram suas performances, tentando cada um desses poderes trazer para si a missão de traduzir e representar/atender o que eles entendiam ser as reivindicações ou vozes das ruas. Foi exatamente esse contra-poder que obrigou o Estado a agir de uma forma que ele não agiria.

As JJ13, quando consideradas do ponto vista da sua dinâmica, organização e efeitos, produziram uma crise das funções gerais de governo, que levou à adoção, pelo Estado, de medidas antagônicas ao modelo de desenvolvimento dependente. Elas questionaram também o papel da polícia e o militarismo, a democracia representativa, e a política econômica neoliberal e neodesenvolvimentista. Sob todos os aspectos, as JJ13 representaram uma negação modo de política hegemônica. Como veremos a seguir, as ações e efeitos apontados tocaram no centro das contradições do capitalismo e do sistema político brasileiro.

As origens sociais das Jornadas de Junho: ascensão e queda do sonho do subimperialismo petista

As JJ13 se deram num contexto complexo. Em termos políticos, no ciclo chamado de “progressismo” latino-americano[14], quando partidos de “esquerda” estavam à frente dos governos nos principais países da América Latina, como no caso do Brasil, o governo do Partido dos Trabalhadores. A “narrativa progressista” tentava apresentar que os países da América Latina tinham finalmente encontrado uma rota de desenvolvimento autônomo, progressista, justamente porque promoveria o progresso econômico-social. Entretanto, tal narrativa escondia o fato de que tal modelo se deu com o aprofundamento da integração ao imperialismo internacional, por meio de um modelo neoextrativista, e no caso do Brasil, pela retomada de um sonho nacionalista e subimperialista[15], no qual o país seria uma Grande Potência que projetaria suas próprias multinacionais (como as grandes construtoras e as empresas de energia e do agronegócio). Os principais componentes de tal estratégia eram o fortalecimento do Estado, por meio das empresas estatais, e o incremento da participação social, por meio da expansão dos próprios partidos políticos e órgãos de consulta governamental e diálogo com a sociedade civil.

Do ponto de vista econômico, esse ciclo do “progressismo” induziu uma nova forma de desenvolvimento

dependente, ancorado na tríplice aliança entre Estado, capital nacional e capital estrangeiro, que impôs um processo de expropriação e intensificação da superexploração, no qual as remoções (para as obras dos megaeventos e as obras do Plano de Aceleração do Crescimento/PAC) e o aumento do preço dos transportes urbanos constituíram uma forma de garantir o ganho associado das grandes multinacionais e do capital nacional. Na política chamada de neodesenvolvimentista, o PT promoveu um grande apoio à indústria automobilística, que expandiu como nunca seu mercado (em 2006 eram 20 milhões de automóveis no Brasil, em 2014, 35 milhões, dos quais 23 milhões eram carros flex fuel) e intensificou o consumo de combustíveis no país (daí também o apoio ao agronegócio e à agroenergia, especialmente ao etanol, que saiu do patamar da produção de 13 milhões de litros em 2000 para 23 milhões de litros em 2010). Entre 1998 e 2008, nas principais capitais do Brasil, as tarifas de transporte apresentaram um aumento de cerca de 60% acima da inflação. Isso levou a uma redução do número de passageiros[16].

A política de reajuste permanente das tarifas de transporte público foi o meio escolhido para manter a aliança entre capital multinacional e capital nacional, que exploravam a sociedade de forma associada, transferindo para os trabalhadores assalariados mais pobres o custo econômico do modelo de desenvolvimento dependente. Logo, a reivindicação da redução dos preços das passagens afetou o cerne da política econômica do modelo de desenvolvimento: reduzir as passagens significou reduzir o ganho do capital nacional, como dos empresários Jacob Barata e cia., comprometendo uma das bases do modelo. Por outro lado, com o PAC e os megaeventos, as grandes construtoras tiveram seu tempo de bonança, com obras de infraestrutura e expansão imobiliária. O PAC e as obras para os megaeventos produziram um movimento de valorização das terras urbanas e rurais, intensificando as remoções e despejos na cidade e no campo, contra indígenas e a população das favelas. Assim, o direcionamento dos investimentos para serviços básicos comprometeria também a margem de lucro dessas empresas, que eram peças-chave do modelo neodesenvolvimentista.

Em termos culturais, as JJ13 se deram num momento único de uma festa da cultura popular: a Copa do Mundo de Futebol. As Copas do Mundo de futebol fazem parte do que poderíamos chamar de cultura popular e mesmo da identidade nacional no contexto brasileiro. A isso alguns autores denominaram de ‘ideologia do futebol brasileiro’, visando expressar o uso político do futebol para garantir a coesão da sociedade em torno do Estado e das elites[17]. Isso se daria pelo fato do futebol ser o espaço democrático, de integração, onde todas as “raças” e grupos de

renda poderiam conviver harmonicamente. Nos modelos dos estádios tradicionais, como o do antigo Maracanã, a organização espacial refletia tal ideologia: o setor da “geral” (ingressos para renda baixa), das arquibancadas e das cadeiras especiais (para alta renda) garantiam que todas as camadas sociais, pobres e ricos, tivessem seu lugar nos estádios e na festa do futebol. Com o neoliberalismo, aplicado ao longo dos anos 1990, a política do Estado mínimo se refletiu no futebol como uma política do estádio mínimo, com reformas que levaram a um progressivo processo de redução do número de lugares no estádio, com a exclusão da população de baixa renda e grupos populares.

A política adotada pelo neodesenvolvimentismo para os megaeventos agravou a tendência de exclusão e repressão das culturas populares do universo do futebol e excluiu a maioria da sociedade brasileira da festa da Copa do Mundo. Assim, a expropriação territorial, causada pelos megaeventos, também atingiu o terreno simbólico, isto é, o lugar do brasileiro no futebol e nos estádios. Esse processo de expropriação pode ser também identificado pelo inflacionamento dos preços dos ingressos, que progressivamente transformou o perfil dos grupos de renda com acesso aos estádios de futebol. O preço do ingresso mais barato saiu do patamar de 2% do salário mínimo em 1950 para 6% em 2010. Esse aumento percentual é indicador de que para manter o hábito de ir aos estádios, um trabalhador médio precisava sacrificar grande parte do seu salário; um indivíduo que fosse acompanhar o calendário de jogos semanais teria de desembolsar ¼ do seu salário com pagamento de ingressos, o mesmo valendo para unidades familiares de 4 pessoas querendo assistir a um único jogo de futebol. Os ingressos mais baratos da Copa do Mundo da FIFA, de 2014, custavam cerca de 7% do salário mínimo e os mais caros poderiam custar até dois salários mínimos[18]. Desse modo, o processo de expropriação desencadeado pelos megaeventos não atingiu apenas a dimensão material, mas o domínio do simbólico, especialmente o núcleo central da ideologia do futebol brasileiro como sistema cultural. Assim, o modelo neodesenvolvimentista contribuiu para eliminar direitos consuetudinários.

Portanto, as reivindicações de redução do preço dos transportes, redirecionamento dos gastos públicos para saúde e educação e o “Não Vai Ter Copa”, negavam os principais componentes do modelo de desenvolvimento dependente neodesenvolvimentista e neoliberal: a) a política econômica de remuneração do capital nacional e multinacional, à custa dos mais pobres; b) a política subimperialista de capitalismo de Estado, que estava financiando grandes multinacionais brasileiras estatais e privadas (como a Petrobras e as grandes construtoras),

e seu gasto público direcionado à acumulação de capital; c) a ideologia nacionalista conservadora do futebol brasileiro, que achava que o futebol seria uma arma de coesão social em torno do Estado e das classes dominantes e sua respectiva política econômica. Falar “Não vai ter Copa” não era uma negação do futebol em si, mas uma negação do uso político da ideologia do futebol brasileiro, no momento em que as camadas populares estavam sendo expulsas de suas casas e dos estádios.

As origens econômicas e socioculturais das JJ13 estão nas relações de exploração e desigualdade produzidas por um modelo de desenvolvimento dependente, neodesenvolvimentista, adotado pelo lulismo-petismo. O significado dos seus efeitos só pode ser dimensionado quando levamos tais relações em consideração. Desse modo, as ações, organização e objetivos-efeitos manifestos nas JJ13 fazem dela uma negação, em germe, do modelo neodesenvolvimentista, do lulismo-petismo e do ultraliberalismo. As JJ13 marcaram o início da queda do sonho do subimperialismo petista, uma vez que foi um dos fatores a desestabilizar a coalização partidária e social que a sustentava.

Crise política, revitalização do lulismo-petismo e reação neoliberal/neoconservadora (2015-2016): as tentativas de institucionalização-negação das

A crise política brasileira, entendida como o processo de cisão da coalização partidária que sustentou o modelo neodesenvolvimentista (coalizão entre PT/PCdoB e PMDB, especialmente) e que resultaria no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, não foi provocada diretamente pelas JJ13, mas sim pelas diferentes reações e estratégias adotadas pelos diferentes blocos partidários em face das Jornadas de Junho. Desse modo, compreender as JJ13 é um elemento decisivo da análise da crise política brasileira.

Como resposta às JJ13 surgiram duas tendências: 1ª a de revitalização do lulismo-petismo, iniciado pelo Governo Dilma Rousseff durante Junho-Julho de 2013 e depois continuado pela campanha “Não Vai Ter Golpe”, “Fora Temer” e, mais recentemente, “Lula Livre”; 2ª uma ofensiva, neoliberal e neoconservadora, que tentou piratear as JJ13, assumindo alguns de seus símbolos, mas impondo uma pauta ultraliberal, a partir da apropriação da luta contra a corrupção. Esse movimento foi realizado por organizações como “Vem para Rua” e “Movimento Brasil Livre” (MBL), mas também pela oposição parlamentar do PSDB (que existiu durante todo o período do lulismo) e que juntos seriam a espinha dorsal do movimento “Fora Dilma”.

As reações do lulismo-petismo às JJ13 foram contraditórias. As centrais sindicais e a militância do PT

trabalharam para desarticular e combater as JJ13, cabendo aos governos estaduais e prefeituras do PT atuar na repressão. Entretanto, o núcleo dirigente no Governo Federal, especialmente a partir da Presidência da República, tentou realizar um movimento de apropriação/institucionalização das JJ13 e dos movimentos sociais insurgentes. A principal resposta do Estado, do Poder Presidencial, foi anunciar o projeto de reforma política, em julho de 2013, como forma de “traduzir as demandas e vozes das ruas” para dentro do Estado. Desse modo, se tentou um movimento de tradução e institucionalização. Entretanto, a proposta de reforma política por meio de plebiscito popular provocou uma primeira crise entre os poderes, já que ministros do STF (poder judiciário) e o próprio Congresso Nacional se colocaram veementemente contrários, acusando a proposta de “Bolivariana”. Em Julho de 2014, como desdobramento desse processo, a Presidência da República publicou o decreto 8.243, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Esse decreto, defendido pelo PT, PCdoB e PSOL, foi motivo de mais uma crise entre os poderes, e o poder legislativo acusou a presidência de tentativa de “golpe e aparelhamento do Estado pelos movimentos sociais”, taxando o decreto também de Bolivariano[19]. Rapidamente articulou-se a derrubada do decreto no Congresso Nacional, o que aconteceu em outubro de 2014, poucos dias depois da vitória de Dilma nas eleições presidenciais. Essa estratégia de apropriação/institucionalização das JJ13, por meio da proposta de reforma política e da PNPS provocou, assim, a primeira cisão decisiva entre PT/PCdoB e PMDB, e um conflito entre o poder executivo federal versus o poder legislativo e judiciário.

Imediatamente após esse processo e a partir da tentativa de revitalização/expansão do lulismo-petismo (pela institucionalização das JJ13) surgiram duas reações: a reação neoconservadora e a neoliberal. O que chamamos de reação neoconservadora é um amálgama de organizações liberais, conservadoras, militarista-fascistas que foram expressas principalmente, mas não exclusivamente, no MBL e no “Vem pra Rua”. O “Movimento Brasil Livre” (MBL) foi fundado em 1º de novembro de 2014 e o “Vem pra Rua” em outubro de 2014. As principais pautas eram o liberalismo econômico e a defesa da democracia representativa republicana[20]. Essas duas organizações, apoiadoras ou integradas por parlamentares, foram importantes na articulação da campanha “Fora Dilma” e das manifestações de massa em 2015-2016, em favor do impeachment. O que estamos chamando de reação neoconservadora tentou explorar, como propaganda, os símbolos das Jornadas de Junho (usando seus nomes, como o Movimento Brasil Livre em alusão ao Movimento Passe Livre, e a palavra de

ordem “Vem para Rua” e “Sem Partido”). Mas como podemos observar, esses movimentos se articularam no contexto das eleições de 2014, buscando como símbolo principal a camisa da seleção brasileira[21] (ou seja, uma revitalização da ideologia do futebol brasileiro como instrumento de coesão em torno das propostas das elites ricas) e a apologia do militarismo (seja na versão moderada da defesa da polícia, seja na versão extrema de intervenção militar[22]). Esse movimento produziu uma agenda ultraliberal, privatista e militarista, que foi na contramão dos efeitos e reivindicações que caracterizaram as JJ13.

Paralelamente, a oposição neoliberal, liderada pelo PSDB no Congresso Nacional, conseguiu, no contexto da crise de poderes e da coalizão partidária de 2013-2014, atrair para sua órbita grande parte do PMDB, que sempre foi adepto de um neoliberalismo pragmático. Essa oposição parlamentar no Congresso Nacional dirigiu, em certa medida, o movimento neoconservador. A estratégia do impeachment, em razão de denúncias de corrupção, foi anunciada ainda em 2015, por Aécio Neves, que afirmou que Dilma não iria concluir seu mandato[23]. Tal estratégia não foi criada nas JJ13; na realidade, ela já havia sido ensaiada por ocasião do processo chamado de Mensalão, em 2006.

Assim, da articulação da oposição parlamentar neoliberal com o movimento neoconservador surgiu o movimento “Fora Dilma”, que transformaria a crise política (na coalizão partidária e entre os poderes executivo versus legislativo e judiciário) no impeachment e crise final do modelo neodesenvolvimentista. Nesse contexto, outra reação do lulismo-petismo foi também a de se apropriar de alguns símbolos das JJ13, transformando o “Não Vai ter Copa” em “Não vai ter Golpe”, principal palavra de ordem do movimento Pró-Dilma. O lulismo-petismo, depois de reprimir e negar as JJ13, se apropriou da sua palavra de ordem e a ressignificou. Depois do impeachment, em 2016, a mesma tônica foi mantida nas campanhas “Fora Temer” e “Lula Livre”, tendo como principal apelo a defesa da democracia representativa liberal.

O lulismo-petismo reagiu às JJ13 com uma proposta de institucionalização dos movimentos sociais no Estado, ou seja, com mais Estado. A reação neoliberal e neoconservadora foi de aproveitar a ocasião para propor um radical programa de desinvestimento público[24], ou seja, menos Estado. O lulismo-petismo entendeu que a única resposta seria a institucionalização dos movimentos sociais, quando uma das principais características das JJ13 foi a recusa a tal institucionalização. A reação neoliberal e neoconservadora tentou reacender o nacionalismo e o militarismo, e traduzir as reivindicações críticas do papel do Estado em uma política neoliberal

de desinvestimento público, quando as JJ13 fizeram o contrário. As JJ13 continuam escapando à compreensão dos dois campos.

Apesar da intensificação do conflito “direita versus esquerda”, ou entre o neoconservadorismo e o lulismo-petismo, esses dois setores convergiram em vários aspectos: a) promoveram uma revalorização da ideia de democracia representativa como fim em si; b) ajudaram a apagar a crítica mais complexa do modelo neodesenvolvimentista, e seus respectivos efeitos ambientais, sociais e culturais. Por outro lado, por mais que tenham tentado negar ou se apropriar dos ecos de Junho, aprofundaram cada vez mais sua distância em relação aos mesmos, sendo incapazes de impedir o ressurgimento das críticas manifestas nas JJ13 (à burocratização dos movimentos sociais e à democracia representativa), ou de atender à política distributiva radical ali expressa. Longe de conseguir institucionalizar ou se apropriar dos legados e efeitos das JJ13, esses setores só aprofundaram sua distância, se colocando numa permanente rota de colisão com a tendência de insurgência desenvolvida desde então.

Greves de massas e insurgências: os paradoxos da fluidez organizacional

A outra tendência surgida a partir das JJ13 foi a das greves de massas radicalizadas e das insurgências. Aqui podemos destacar três processos importantes que expressaram tal tendência: a) o movimento “Não vai ter Copa”, combinado com as Greves de Massa, especialmente, a dos profissionais da educação e dos Garis do Rio de Janeiro (2013-2014). Nessa cidade, tal movimento se transformou no poderoso “Fora Cabral”, que levou o ex-governador a se afastar do cargo antes do fim do seu mandato; b) o grande movimento de ocupação das escolas secundaristas, em 2015-2016, iniciado em São Paulo e difundido para diversas regiões do Brasil; c) em 2017, os grandes atos nacionais contra a Reforma da Previdência (especialmente o 28-A e o 24-M)[25], que levaram o governo federal a convocar o exército para tentar conter os protestos violentos no DF; d) e, em 2018, a greve de massas dos caminhoneiros, que interrompeu a circulação de mercadorias, gerou uma crise de abastecimento e levou o governo, pelo menos momentaneamente, a rever aspectos da política econômica, como a política de preços dos combustíveis.

O movimento “Não Vai Ter Copa” generalizou uma das principais formas de resistência surgidas nas JJ13: a autodefesa, sob a forma dos grupos Black Bloc, com sua respectiva tática de contra-violência e destruição de propriedade. É importante observar que a prática da autodefesa implica uma profunda transformação ideológica e moral: exige uma negação da ideia do

monopólio do uso legítimo da violência pelo Estado. Desse modo, o que se chamou de tática Black Bloc, na realidade, sinalizou para uma ruptura profunda e complexa da ideologia do Estado como instituição absoluta. O movimento “Não Vai Ter Copa” também colocou em xeque as soluções neoliberal-neoconservadora e lulista exigindo, simultaneamente, o desinvestimento público em obras dos megaeventos e os investimentos públicos em saúde e educação. As greves dos profissionais da educação e dos garis, por exemplo, colocaram em pauta o aumento dos investimentos públicos e dos salários. Além disso, tal movimento questionou o caráter da ideologia do futebol brasileiro, da “pátria de chuteiras”, que pretendia induzir a coesão social em torno do futebol e seu uso pelo neodesenvolvimentismo.



Figura 2 - Greve dos Garis 2014. Foto: Andrey C Ferreira

A autodefesa e a violência de massas voltou a ser um componente fundamental nos atos contra a Reforma da Previdência no 28-A e 24-M de 2017. Logo, os objetivos das greves combinaram a reivindicação de desinvestimento (como crítica do neodesenvolvimentismo do PT, que favorecia o capital nacional e multinacional), com a reivindicação do investimento público (se opondo ao neoliberalismo selvagem do PMDB-PSDB sob o Governo Michel Temer), expressos por meio de táticas de rua que negavam o monopólio da violência legítima pelo Estado.

Outro aspecto decisivo desses processos compostos pelas greves de massa (dos profissionais de educação e dos garis do Rio de Janeiro, em 2013-2014), greve nacional dos caminhoneiros, em 2018, bem como pela onda de ocupações secundaristas de 2015-2016 foi o ressurgimento do dualismo organizacional que caracterizou as JJ13. Esses processos realizaram uma profunda crítica da burocratização dos movimentos sociais e sindicatos, e sua cooptação pelo Estado. Nas greves, foi questionada a relação dos sindicatos e dirigentes de movimentos sindicais com o Estado, e de como sua institucionalização era percebida como cooptação. Surgiram oposições sindicais, assembleias e comissões independentes, o Comando das Escolas Ocupadas (em

São Paulo), expressando que a crise de representação manifesta em JJ13 não havia se resolvido, senão que, ao contrário, se aprofundado. Durante a greve nacional dos caminhoneiros, as bases em greve desautorizaram os representantes sindicais e se mantiveram paralisados, mesmo depois do acordo firmado pelos sindicatos com o Governo Federal. Em comum, todas essas formas de resistência têm com as JJ13 o seguinte: elas conseguiram mudar decisões estratégicas do Estado, como as decisões de desinvestimento (a exemplo do fechamento das escolas), barrando ainda o avanço da reforma da previdência ou reduzindo o preço dos combustíveis. Assim sendo, as greves e insurgências, como tendência, recriaram, em escala menor, o contra-poder criado e exercido pelas JJ13, transformando nacionalmente a correlação de forças sociais.

Outro aspecto central desses processos, que também estava presente nas JJ13, foi a fluidez organizacional. Ou seja, os participantes dessas ações e processos não criaram organizações permanentes e estruturadas. Ao contrário, mantiveram o padrão de uma contra-organização, que se constituiu apenas para negar o papel de organizações existentes ou realizar ações determinadas. Essa fluidez organizacional impediu que essas organizações fossem, enquanto tais, absorvidas ou cooptadas pelo Estado. Mas não impediu que seus

membros fossem diluídos pela exploração capitalista ou mesmo cooptados pelo Estado em outros espaços. Por isso, a fluidez organizacional, como característica, é um ponto forte dessa tendência, mas também provoca limitações às suas ações e a seus feitos (visto que seus ganhos podem ser rapidamente revertidos quando as elites e o Estado se sentem seguros, sem uma ameaça direta). O paradoxo da fluidez organizacional é que ela permite as críticas e negações da política hegemônica; mas a mesma fluidez impede que uma nova política surja. Da superação desse dilema depende o surgimento de novas alternativas.

As JJ13, ao provocarem uma crise das funções gerais de governo (crise de representação e crise do poder de polícia-repressão), criaram também um legado organizativo e ideológico que se manifestou nessas greves e insurgências. Nem de longe a crise política brasileira se resume a uma luta palaciana, nem se esgota na luta entre neoconservadorismo/neoliberalismo e lulismo-petismo. As insurgências anti-hierárquicas de base, graças e apesar de sua fluidez organizacional, constituem uma tendência central da dinâmica política atual e será somente a partir delas que poderemos ver, mais cedo ou mais tarde, a emergência de um contra-poder permanente, capaz de realizar uma mudança social global na sociedade brasileira.



“O segredo da vitória é o povo”

Carlos Marighella

